

BRASÍLIA, A CIDADE DO SILÊNCIO

Autora: Inaê Elias Magno da Silva

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília/UnB como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor.

Brasília, junho de 2003

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

TESE DE DOUTORADO

BRASÍLIA, A CIDADE DO SILÊNCIO

Autora: Inaê Elias Magno da Silva

Orientador: Prof. Dr. Sadi Dal Rosso

Banca:

Prof. Dr. Sadi Dal Rosso

Profa. Dra. Bárbara Freitag Rouanet (Dep. de Sociologia – UnB)

Prof. Dr. Brasilmar Ferreira Nunes (Dep. de Sociologia – UnB)

Profa. Dra. Maria Aparecida Nogueira (Dep. de Antropologia – UFPE)

Prof. Dr. Antonio Carlos Cabral Carpintero (FAU – UnB)

Suplentes:

Profa. Dra. Marisa Veloso (Dep. de Sociologia – UnB)

Profa. Maria Angélica Madeira (Dep. de Sociologia – UnB)

Prof. Marcel Bursztyn (Dep. de Sociologia – UnB)

Profa. Dra. Francisca Albertina Barbosa Schurmann (FAU – UnB)

Prof. Lúcio Kowarick (Dep. de Sociologia – Unicamp)

**“Tenho necessidade de viver;
nas cidades, não há mais vida humana”**

(Antoine de Saint-Exupéry)

Dedico este estudo aos sonhadores

Agradecimentos

Desejo, aqui, registrar o meu MUITO OBRIGADA a todos aqueles que, de um modo ou de outro, ajudaram-me na tarefa de concepção/realização deste trabalho.

Quero agradecer primeiramente a meu companheiro – Ronaldo Teixeira da Rocha – tanto por me ter apresentado à vida em Brasília e, assim, dado-me a oportunidade de chegar a desenvolver o estudo que ora vos apresento, como por me ter incentivado a ingressar no programa de Doutorado e nele permanecer bravamente, mesmo nos momentos em que o cansaço e o desânimo pareciam falar mais alto que os projetos pessoais ou os compromissos. Teria sido ainda mais difícil o meu caminhar se não fosse por seu apoio irrestrito em todas as horas.

Agradecimento análogo vai aos meus pais – Tânia Elias Magno da Silva e Rosemiro Magno da Silva – que, como pais, incentivaram-me ao ingresso no programa de Doutorado e a erguer a cabeça sempre que as coisas pareciam querer sair de órbita e, como sociólogos e professores universitários, ajudaram-me, fundamentalmente, nas correções de todas as versões deste estudo – desde o projeto de pesquisa até a tese propriamente –, orientando-me sempre com muita clareza estilística, teórica e metodológica.

Agradeço mais uma vez, e sempre que possível, ao meu orientador Prof. Sadi Dal Rosso, que mais do que simples orientador (de mestrado e doutorado) já se tornou um grande amigo e uma espécie de “pai intelectual” para mim. Um homem que, como poucos, sabe respeitar a autonomia intelectual e os ritmos e estilos pessoais de seus orientados, ao mesmo tempo em que consegue deles o respeito aos prazos e à qualidade técnica de suas produções.

Gostaria, também, de agradecer a Thadeu de Jesus Silva Filho, por sua contribuição fundamental no esclarecimento de algumas dúvidas que me impediam de delimitar um caminho coerente a seguir no estudo da cidade de Brasília. A ele, meu amigo pessoal e colega de curso, devo a idéia de denominar pelo termo “silêncio” (o qual, posteriormente,

eu rebatizei de “silêncio social”), a somatória das características socio-espaciais que dão a Brasília os atributos de uma cidade fria, vazia, desumana.

Agradeço, igualmente, ao inestimável apoio emocional, bem como às imprescindíveis orientações teóricas e metodológicas que me foram prestadas por outros sociólogos que rondam minha vida: minha irmã, Adriana Elias Magno da Silva, meu cunhado, Luiz Carlos Rondini e minha querida amiga e colega de curso Adriana Maria Giuberti.

Não posso furtar-me a agradecer a meus professores de disciplinas por sua contribuição inestimável à minha formação intelectual e, **mais** especialmente, aos professores Bárbara Freitag e Marcel Bursztyrn pelas importantes sugestões apontadas durante o exame de qualificação.

Agradeço também à CAPES pelo apoio inestimável através da concessão de uma bolsa de estudos e à equipe responsável pela PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego no DF), em especial a Maria Dulce Cartacione de Castro e Silva e a Maria da Graça Ohana Pinto, pela gentileza em me conceder uma re-classificação de seus dados a fim de que os mesmos pudessem se adequar às categorias de análise desenvolvidas no presente estudo.

Por fim, a minha sincera gratidão a todas as pessoas que se dispuseram a participar deste estudo, fornecendo-me informações valiosas para as análises que são aqui apresentadas. Em qualquer pesquisa que se baseie em fontes primárias, os informantes (categoria que impessoaliza homens e mulheres dotados de sonhos, medos, desejos, vivências e recordações próprias) são aquela peça fundamental sem a qual não há a Ciência Social. Por isso, expresso aqui um agradecimento profundo a cada homem e a cada mulher que se dispôs a perder uma, duas, até mais de quatro horas em longos diálogos comigo, abrindo seus corações para falar da cidade em que vivem e de suas teorias, suas lembranças e suas emoções a respeito dessa cidade. A seu apoio incalculável deve-se este trabalho.

Resumo

O objetivo deste estudo é encontrar uma explicação sociológica para a existência de uma representação social corrente – ainda que não exclusiva – sobre Brasília, que afirma que essa é uma cidade fria, vazia, solitária. Não se trata de buscar comprovar a veracidade dessa representação ou refutá-la como se ela fosse tão somente uma das muitas místicas que envolvem a capital federal, mas sim de investigar na estrutura da cidade quais os elementos capazes de informar um tal tipo de representação.

Considerando a cidade como a resultante recíproca entre as formas como se configuram o *espaço urbano* e a *sociedade urbana*, este estudo busca na inter-relação espaço-sociedade a chave explicativa para as representações negativas sobre Brasília. Essas representações são aqui tratadas por meio da categoria “silêncio social”, uma categoria-síntese que objetiva dar conta dos efeitos emocionais produzidos nos homens comuns pela ação da *racionalização espacial* e da *exclusão social*. Por meio da análise sócio-espacial de Brasília demonstra-se, aqui, como os sentimentos resultantes da segregação, da carência identitária e da exclusão, ao se traduzirem em representações sociais, deixam de ser assumidos pelo homem comum como seus sentimentos pessoais e passam a ser considerados como atributos gerais do objeto representado.

O presente estudo constata que o “silêncio social” de Brasília – gênese das representações de vazio, frieza, solidão etc. – resulta da combinação específica aqui existente entre um espaço geneticamente moderno e uma sociedade segregada e burocratizada. É a modernidade, como instaurada em Brasília, quem responde por fazer da capital federal uma “cidade do silêncio”.

Abstract

This study aims to find a sociological explanation for an usual social representation about Brasilia that announces it as a cold, empty and lonely city. The purpose here is not to prove or to refute the truth of this social representation but to find out which aspects of city

The city is here considered as the reciprocal result of the relationship between both *urban space* and *urban society*. By this theoretical comprehension, this study looks for a main socio-spatial explanation for the existence of that negative representation about Brasilia. To find this goal, it presents the concept of “social silence” by which it can explain the emotional results of both phenomena *spatial rationalization* and *social exclusion*, as well as it can explain how those emotional results are translated to social representations and felt by common man as city’s characteristics and no more as your personal feelings.

This study concludes that Brasilia’s “social silence” is a result of a specific combination between both a genetically modern space and a segregated and bureaucratic society. As founded here, the modernity responds to makes up on the federal capital a “silence city”.

Résumé

L'objectif de cette étude est de trouver une explication sociologique à l'existence d'une représentation sociale courante – quoique non exclusive – de Brasília, selon laquelle cette ville est froide, vide, solitaire. Il ne s'agit pas de chercher à prouver la véracité de cette représentation ni de la réfuter, comme si elle n'était que l'une des nombreuses mystiques entourant la capitale fédérale, mais de découvrir, dans la structure de la ville, les éléments capables de fournir des renseignements sur un tel type de représentation.

Considérant la ville comme la résultante réciproque des différentes configurations de l'*espace urbain* et de la *société urbaine*, cette étude cherche dans l'interrelation espace-société la clé de l'explication des représentations négatives de Brasília. Ces représentations sont traitées ici par le biais de la catégorie “silence social”, une catégorie-synthèse qui vise à prendre en compte les effets émotionnels produits chez l'homme ordinaire par l'action de la *rationalisation spatiale* et de l'*exclusion sociale*. Par l'analyse socio-spatiale de Brasília, nous démontrons ici comment les sentiments résultant de la ségrégation, de la carence identitaire et de l'exclusion, en se traduisant en représentations sociales, cessent d'être assumés par l'homme ordinaire comme des sentiments personnels pour être considérés comme des attributs généraux de l'objet représenté.

La présente étude constate que le “silence social” de Brasília – genèse des représentations de vide, de froideur, de solitude, etc. – résulte de la combinatoire spécifique existant ici entre un espace génétiquement moderne et une société ségréguée et bureaucratisee. C'est la modernité, telle qu'instauree à Brasília, qui fait de la capitale fédérale une “ville du silence”.

Sumário

Memorial de uma tese	001
PARTE I – CONSIDERAÇÕES INICIAIS	017
Capítulo I – A respeito da investigação	019
O caminhar investigativo	024
Capítulo II – Conceituando cidade e “silêncio”	029
Cidade	030
Silêncio social	035
<i>A arquitetura do “silêncio”</i>	038
<i>A sociedade do “silêncio”</i>	038
<i>A cidade do “silêncio”</i>	040
PARTE II – CONHECENDO O CAMPO DE ESTUDO	044
Capítulo III – Cidade polissêmica	046
Cidade polissêmica e discurso performativo	049
<i>Brasília na internet</i>	050
<i>Os jornais impressos e Brasília</i>	054
<i>Brasília na leitura dos homens de ciência e dos técnicos de Estado</i>	058
A cidade polissêmica na leitura cotidiana do praticante urbano	063
<i>Cidades Brasília</i>	065
<i>“Não tem bairro aqui não”</i>	068
Capítulo IV – A geografia do silêncio	074
Estratificação social em Brasília	088
Ilha Brasília e os mundos apartados do Planalto Central	097
PARTE III – A ARQUITETURA DO SILÊNCIO	105
Capítulo V – A <i>flânerie</i> na cidade do silêncio	107
Cidade sem centro	113
Cidade sem rua	121
Espaço urbano sem alternativas	124

Capítulo VI – Se o mar é o céu, onde os vivos se encontram? Espaço público e sociabilidade liminar em Brasília	136
O andar térreo das superquadras	142
Quando a praia está nos clubes	148
Cercamento, privatização e controle: outras “praias” de Brasília	158
<i>Cidade de parques: “Água Mineral”, Olhos D’Água, “Parque da Cidade”</i>	159
Privatização e controle na capital brasileira do espaço democrático	165
 PARTE IV – A SOCIEDADE DO SILÊNCIO	 181
Capítulo VII – Cidade e representação	184
Representando a cidade vivida	186
<i>Prismas de representação: interação</i>	187
<i>Prismas de representação: identidade</i>	193
Capítulo VIII – Sociabilidade e silêncio	201
Opinião e representação	202
Opiniões sobre o “silêncio”	204
As representações do “silêncio”	210
<i>Brasília é uma cidade diferente</i>	213
1) Espaço diferente e sociedade sem estratificação	213
2) Multiculturalismo	216
3) Pessoas diferentes	217
<i>Brasília é uma cidade fria</i>	219
1) Individualismo	219
2) Raízes	221
3) Grupos	222
4) Comportamento	224
<i>Brasília é uma cidade onde é fácil fazer amigos</i>	228
1) Grupos	229
2) Comportamento	233
<i>As pessoas em Brasília são individualistas</i>	237
1) Egocentrismo	237
2) Isolamento espacial	239
3) Modernidade	239

4) Egoísmo	240
5) Poder	240
<i>As pessoas em Brasília são fechadas</i>	241
<i>A vida em Brasília é solitária</i>	242
<i>Há pouca discriminação social em Brasília</i>	243
1) Diferença de mundos	244
2) Sinais da diferença	247
PARTE V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	251
A “cidade do silêncio”, capital brasileira da modernidade	251
BIBLIOGRAFIA	262
ANEXOS	275
Roteiro de entrevista	275
Quadro 01	279
Quadro 02	281
Quadro 03	283
Quadro 07	285
Quadro 09	288
Quadro 10	289
Projeto de Ordenamento e Estruturação Turística de Brasília – Projeto Orla	293
Reportagem sobre gangues de jovens em Brasília	296
Mapa das gangues de Brasília	298

Índice de quadros

Quadro 01 – Identificação geral dos entrevistados	279
Quadro 02 – Regiões Administrativas do Distrito Federal, data de fundação do núcleo urbano, indicadores históricos e legislação de criação	281
Quadro 03 – Dados de identificação das Regiões Administrativas do Distrito Federal	283
Quadro 04 – Categorias geográficas e características de dados – Distrito Federal, Censo 2000	059
Quadro 05 – Localidades que compõem a cidade de Brasília, segundo entrevistado	067
Quadro 06 – Perfil do mercado imobiliário na Região Administrativa do Cruzeiro – DF, 2002	078
Quadro 07 – Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio – Brasil, Brasil urbano, Mesorregiões, Microrregiões e Subdistritos do Distrito Federal	285
Quadro 08 – Distribuição dos profissionais de nível superior da PEA-DF, segundo local de moradia – média anual 2001	095
Quadro 09 – Valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões, os Municípios, os Subdistritos e os Bairros – Distrito Federal	288
Quadro 10 – Primeiras imagens associadas aos termos “cidade”, “cidade pequena”, “cidade grande” e “Brasília” pelos entrevistados	289
Quadro 11 – Elementos orientadores da classificação dos migrantes nos grupos de representação	206
Quadro 12 – Opiniões dos entrevistados sobre algumas questões relativas a características da sociedade brasileira	212

Índice de imagens

Imagem 01 – Vista aerea do Eixo Monumental, a partir da Torre de TV, sentido Esplanada dos Ministerios	056
Imagem 02 – Vista aerea de Taguatinga Norte	056
Imagem 03 – Rua vazia na Asa Norte	056
Imagem 04 – Pedestres no centro de Taguatinga	056
Imagem 05 – Vista parcial do Cruzeiro Velho, em 1997	082
Imagem 06 – Casa padrão original no Cruzeiro Velho, em 2002	082
Imagem 07 – Vista aerea parcial do Cruzeiro Novo, em 1997	083
Imagem 08 – Vista aerea da 202 Norte, em 1997	083
Imagem 09 – Vista parcial de um edifício residencial no setor Cruzeiro Novo, em 2002	083
Imagem 10 – Vista parcial de um edifício residencial na 304 Norte, em 2002.	084
Imagem 11 – Vista parcial do setor Octogonal, em 1997	085
Imagem 12 – Vista externa de uma das quadras do setor Octogonal, em 2002.	085
Imagem 13 – Vista aerea parcial do setor Sudoeste, em 1999	087
Imagem 14 – Vista parcial do interior de uma quadra residencial no setor Sudoeste, em 2002	087
Imagem 15 – Sede da Procuradoria Geral da União, 2002	138
Imagem 16 – Quartel General do Exercito, 2002	138
Imagem 17 – Congresso Nacional ao amanhecer, 1997	138
Imagem 18 – Praça Portugal, 2002.	144
Imagem 19 – Praça dos Três Poderes, 2002	144
Imagem 20 – Praça Duque de Caxias, 2002	144
Imagem 21 – Vista do terreno de uma das casas do Lago Sul que se estendem ate a beira do Lago, 2002.	151

Imagem 22 – Vista parcial de terrenos de casas particulares que se estendem ate a beira-lago no Lago Sul. 2002	151
Imagem 23 – Mapa do Lago Sul	152
Imagem 24 – Vista de cerca de arame coberta por plantas que impede o acesso publico a beira do Lago Paranoa na altura da Peninsula dos Ministros, Lago Sul. 2002.	154
Imagem 25 – Vista de area do lago Paranoa utilizada para banho na altura da Peninsula dos Ministros. Lago Sul. 2002.	154
Imagem 26 – Banhistas em uma das piscinas do Parque Nacional de Brasilia (“Agua Mineral”)	160
Imagem 27 – Vista da area externa de uma das piscinas do Parque Nacional de Brasilia (“Agua Mineral”)	160
Imagem 28 – Reprodução da placa encontrada na entrada do Parque Olhos D’ Agua. 2001	162
Imagem 29 – Placa avistada na entrada do Parque Olhos D’ Agua. 2002.	163
Imagem 30 – Pessoas caminhando em pista interna no Parque Sarah Kubitschek (“Parque da Cidade”)	165
Imagem 31 – Cerca viva limitando acesso a edificio residencial – 304 Norte. 2002.	175
Imagem 32 – Edificio residencial sem cerca viva – 403 Norte. 2002.	175
Imagem 33 – Condominio fechado no Lago Sul. 2002.	175
Imagem 34 – Guarita na entrada da Peninsula dos Ministros no Lago Sul. 2002.	175
Imagem 35 – Cerca fechando entrada de predio residencial – 303 Norte. 2002	175

Índice de figuras

Figura 01 – Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio – cidade de Brasília, 2000	080
Figura 02 – População Economicamente Ativa do DF por posição na ocupação – Brasília e cidades-satelites (media anual de 2001)	093
Figura 03 – Pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes, por grupos de anos de estudo – Brasil urbano, “Brasília” e cidades-satelites do DF, 2000	094
Figura 04 – Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal mensal, em salários mínimos, do responsável pelo domicílio – Brasil urbano, “Brasília”, cidades-satelites do DF, 2000	096
Figura 05 – Localidades urbanas do Distrito Federal onde cada entrevistado já esteve por mais de três vezes	101
Figura 06 – Localidades urbanas do Distrito Federal freqüentadas para lazer, trabalho, estudo, moradia do entrevistado ou de amigos do mesmo	102
Figura 07 – Opinião dos entrevistados sobre indicadores do “silêncio social” na sociedade brasileira – Total da amostra	207
Figura 08 – Opinião dos entrevistados sobre indicadores do “silêncio social” na sociedade brasileira – Migrantes (Grupo 1)	208
Figura 09 – Opinião dos entrevistados sobre indicadores do “silêncio social” na sociedade brasileira – Migrantes (Grupo 2)	209
Figura 10 – Opinião dos entrevistados sobre indicadores do “silêncio social” na sociedade brasileira – Nativos	210

Memorial de uma tese



Foto: Lucélio Oliveira Fernandes

“...Eu quase não saio,
Eu quase não tenho amigos,
Eu quase não consigo
Viver na cidade sem ficar contrariado (...)
Eu quase não falo,
Eu quase não sei de nada.
Sou como rês desgarrada
Nessa multidão boiada caminhando a esmo.”

Lamento Sertanejo
(Dominginhos/Gilberto Gil)

Esta tese – que se propõe a encontrar uma explicação sociológica para o entendimento, comum entre muitas pessoas, de que Brasília é uma cidade “fria”, “vazia”, “solitária”, “desprovida de calor humano” – nasce da minha própria experiência de vida em Brasília e, evidentemente, das representações que, em nível de senso comum, eu mesma fui capaz de produzir no decorrer da minha trajetória pessoal para tornar inteligível, logo, habitável, uma cidade que, em meu imaginário, pareceu-se sempre tão diferente das outras.

Minha experiência pessoal com o “silêncio social” de Brasília não desponta em meus primeiros contatos com a cidade. Parte da minha história em Brasília, notadamente a parte referente ao tempo em que minha relação com a cidade não era a de moradora, mas sim a de turista, marcou-se por uma percepção de estranhamento distinta daquela desenvolvida anos depois quando aqui passei a viver. Quando turista – esse é um tempo longo, descontínuo e marcado por distintas experiências emocionais, vivências e representações simbólicas – a cidade provocava-me um estranhamento mais positivo que negativo. Brasília era para mim, até então, somente aquilo que eu podia notar por meio dos sentidos mais imediatos – apenas o espaço edificado e sua aparência. Aquele era um tempo em que a cidade era vista de fora e informada por terceiros. Um tempo em que a condição de viajante ocasional não me capacitava a perceber Brasília a partir de seu interior, a vivê-la e senti-la como totalidade.

Julho de 1989. Depois de muitas horas de viagem de ônibus, cruzando o calor e a aridez dos sertões baiano e goiano, sofrendo com o cansaço e a fadiga da travessia, eis que surge à nossa frente Brasília, a capital do Brasil. Eu chegava à cidade na condição de atleta, acompanhada por mais uma centena de atletas da delegação do estado de Sergipe. Permaneceria em Brasília por apenas 15 dias.

Lembro-me bem da nossa chegada. Apesar do dia claro que nascia à nossa frente, o ar era gelado e notadamente diferente do ar que costumávamos respirar no litoral. Depois viemos saber que se tratava da falta de umidade relativa característica do ar de Brasília. Lembro-me que todos os garotos e garotas que estavam acordados naquele início de manhã correram para a janela do ônibus curiosos por ver uma forte névoa matinal que saía do Lago Paranoá, uma novidade para muitos, que se mantiveram igualmente curiosos com tudo o que se seguia a

partir dali. A cidade era toda surpresa. Sol e frio! Verde, muito verde. Tudo limpo, um asfalto que brilhava como se fora encerado, ruas sem nenhum buraco na pavimentação, poucos carros, quase nenhuma pessoa andando a pé, muitos edifícios da mesma altura e uma sensação confortável de extrema organização. Do que eu me recordo do primeiro encontro com Brasília, seguramente o verde das árvores e dos gramados foi o que mais me marcou. Isso, e a limpeza. Brasília pareceu-me uma cidade esterilizada. Tudo era tão adequadamente limpo, organizado, equilibrado. Amei-a à primeira vista.

Recordo-me bem da chega à Escola Classe da 304 Norte, nosso alojamento. Meus olhos atentos notavam tudo e o que viam dava continuidade a tudo o que já haviam visto da cidade até aquele momento. Não havia ruptura, o lugar era o mesmo. Ali na 304 como na entrada da cidade (início do Eixão Norte) tudo parecia ser igual. Árvores, limpeza, organização, sol e frio juntos. Havia uma nítida, confortável e extraordinária sensação de continuidade na paisagem urbana.

A escola onde ficamos era apenas uma escola como tantas outras. Não me chamou especial atenção. O que me chamava a atenção era o que havia em sua volta: a cidade. Lembro-me de sair com uma amiga e, muito feliz, caminhar pelas alamedas da quadra 304 Norte, admirando os edifícios que se tornavam belos pela moldura de árvores e flores que recebiam. Agradava-me, igualmente, o frio que fazia na cidade, apesar de eu não ser capaz, àquela altura, de entender como era possível estar tão frio se o céu estava tão claro, com um sol tão brilhante.

A 304 Norte tomara-se o nosso “pedaço” – meu e da minha amiga Ana Laura. Saíamos pela manhã para passear, olhávamos as coisas, víamos algumas pessoas com seus cachorros e suas vidas, descíamos para o comércio da 103/104 para lanchar, para ver o movimento, para passear, enfim. Tudo parecia-me perfeitamente em ordem. Uma ordem que me agradava muito, que me tranquilizava. Não saíamos do “pedaço” a não ser quando autorizados. Geralmente, nossas saídas davam-se dentro de um grupo, na maior parte das vezes, com o fim de ir treinar, competir ou assistir as competições dos colegas. Nessas idas e vindas, sempre em ônibus fretado, a cidade atraía-me mais e mais. Eu estava sempre a olhar pela janela para ver Brasília mais de perto, apropriar-me de todos os seus detalhes.

Uma sensação especial ficou reservada aos monumentos da capital: a Esplanada dos Ministérios, o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto, a catedral, o Memorial JK. Tudo magnífico e famoso. Na ocasião, eu começava a me interessar por arquitetura, apesar dos meus 16 anos de idade, e via com olhos deslumbrados aquelas obras que a mim pareciam arte de uma beleza incomparável. Brasília que já era linda ficara ainda mais perfeita depois das visitas à catedral e ao memorial JK. Ali, a experiência de praticar o espaço sobrepôs-se à mera observação distante. Dentro da catedral alguém avisou-nos que se uma pessoa falasse em uma das paredes, quem estivesse na outra parede escutaria. Fomos testar. Era verdade. Fantástico! Aquilo teve o efeito de um parque de diversões para nós, meninos e meninas curiosos e cheios de energia para gastar com risos e brincadeiras. Conversamos um bocado nas paredes da catedral. Em seguida, levaram-nos ao Memorial JK. Um lugar funesto, ao que me lembro (nunca mais estive por lá), porque armazenava centenas de coisas pertencentes à vida de um homem morto, inclusive algo que nos parecia uma tumba e que, ao que supusemos, guardava o corpo do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Lembro-me que aquilo também soou como atração de circo para nós. Brincamos de assassinos e mortos e fantasmas, ajudados pela decoração sombria do lugar. Adorei o Memorial!

Naquela mesma viagem, estivemos em Taguatinga, no Guará e possivelmente em outras “cidades-satélites” de Brasília. Não me lembro absolutamente da impressão que tive naqueles lugares, a não ser da demora do percurso. Era como se estivéssemos viajando para cidades muito distantes, não me pareceram de modo algum “bairros” da cidade de Brasília.

Duas coisas que me chamaram muito a atenção em minha primeira estada em Brasília foram o Gilberto Salomão e a L2 Norte. Uma noite, regressando de alguma competição, nosso ônibus passou ao lado de um lugar estranhamente movimentado naquela cidade tão tranqüila. Nosso treinador fez questão de apresentar-nos ao lugar pela janela do ônibus. “Pessoal, aqui é o Gilberto Salomão. É um quarteirão só de bares e boates. É aqui onde as pessoas de Brasília se divertem. Em Brasília é proibido ter bares fora daqui por causa do barulho. A cidade é muito organizada”. Claro que não foram essas as palavras exatas do meu professor, mas a idéia é seguramente a mesma. Fiquei boquiaberta: isso sim é que era organização, um quarteirão só para bares e boates para que ninguém na cidade pudesse se incomodar com o

barulho. Achei aquilo – ao mesmo tempo em que interessante, porque profundamente organizado – um tanto quanto excêntrico, afinal uma cidade inteira só poderia ir aos bares que ficassem naquele quarteirão! Não critiquei a iniciativa, mas comecei a achar que havia organização em demasia na cidade. Organizaram até o que não se organiza.

Uma sensação parecida tive quando passamos pela L2 Norte. Notei que havia muitos edifícios religiosos seguidos, um depois do outro, e perguntei ao meu professor o que era aquilo. Ele, meu primeiro cicerone na cidade, responsável por formar no meu imaginário as primeiras interpretações de Brasília, disse-me que aquela era a “rua das igrejas”. Todas as igrejas estavam ali, não importava de que religião elas fossem, todas conviviam fraternalmente, lado a lado, na mesma rua. Tudo? Pensei eu. Todas as religiões! Lembro-me que quando voltei pra casa, aquela foi uma das coisas mais importantes que relatei para a minha mãe, evidentemente dando minha própria versão à explicação de meu professor. “Mãe, a cidade é tão organizada que só pode ter bar em um lugar – é um quarteirão – e que só pode ter igreja em uma rua. Tem centro espírita ao lado de igreja católica, igreja evangélica ao lado de terreiro de umbanda!”. Curiosamente surpreendente.

Para mim, reconhecer a organização demasiada de Brasília era reconhecer que Brasília era uma cidade diferente – como, aliás, todos já sabiam de antemão. O estranho é que eu não conseguia perceber o que todos apontavam como característica da cidade: não ter esquinas. Procurei a ausência de esquinas e não encontrei. Via esquina em cada esquina por onde passava, porque para mim a esquina não era uma concepção viária, ela era somente um ângulo de 90°, ou quase isso, que uma rua fazia em relação a outra rua. Em cada entrada de quadra eu via uma esquina, em cada perpendicular da W3 eu via uma esquina. E me lembro de ter falado isso para a minha mãe também. A diferença de Brasília, para mim, reconhecendo indubitavelmente que se tratava de uma cidade extraordinária, residia na organização obsessiva e na limpeza geral da cidade, e não na ausência de esquinas.

As últimas coisas que me recordo daquela primeira viagem foram o Conjunto Nacional e o Park Shopping. O Conjunto Nacional marcou-me mais pelo exterior do que propriamente por seu interior. A fachada do Conjunto era linda, parecia uma grande árvore de natal fora de época. Achei aquilo simplesmente fascinante. No Park Shopping, a atração ficou por conta do

McDonald's. Como paulistana – nascida no triângulo Augusta-Consolação-Paulista – eu me ressentia por Aracaju não possuir um McDonald's. Na minha opinião de adolescente, só quando uma cidade possuía McDonald's é que se podia considerá-la uma cidade moderna, desenvolvida. E Brasília tinha um McDonald's, o que deu a ela, segundo minha visão de mundo na ocasião, ares de cidade grande.

Fiquei muito feliz quando soube que os jogos do ano seguinte seriam realizados novamente em Brasília. Não me lembro especialmente de muita coisa daquela segunda viagem, a não ser do dia do meu retorno para Aracaju. Sentada no banco do ônibus, aguardando sua saída, lembro-me perfeitamente de olhar pela janela, atentamente para os detalhes queridos da 304 Norte – as árvores, o cheiro de frio, os prédios na sombra, o asfalto limpo e liso – e começar a chorar baixinho, com poucas lágrimas, sozinha, despedindo-me silenciosamente da cidade, como se nunca mais fosse voltar a vê-la. Aquela cidade que eu tanto havia admirado, passaria a fazer parte do passado. Por isso eu chorava, porque sentia antecipadamente e para sempre a sua falta.

Triste engano. Alguns anos mais tarde, mais precisamente em 1993, uma paixão me fez voltar a Brasília. Era um rapaz que eu conhecera algum tempo antes em Aracaju e que me havia motivado a refazer a terrível viagem de ônibus e voltar à capital do país. Por causa desse rapaz (meu atual marido), minha história com a cidade não se tornou passado até hoje.

Regressando a Brasília em 1993 – já com vinte anos de idade – não fiquei mais hospedada na Asa Norte. Fui para a casa de uma amiga que morava na 115 Sul, em uma quadra de militares. Estranhei um pouco a cidade. A sensação de aconchego que a escolinha da 304 e sua vizinhança me deram anteriormente, eu não encontrava naquela quadra com prédios todos iguais.

Creio que passei cerca de 15 dias na cidade de novo. Lembro-me de ter ido a um bar na primeira ou na segunda noite – um bar que não ficava no Gilberto Salomão, desfazendo de antemão a teoria de que todos os bares de Brasília estavam obrigatoriamente no mesmo lugar – e, depois, lembro-me de refazer alguns dos passeios aos pontos turísticos, os quais agora, na terceira visita, já me pareciam menos atrativos e perfeitos que antes.

Uma das imagens que ficaram marcadas em minha memória em relação àquela viagem foi a imagem de vazio da cidade. Minha experiência de Brasília começava a se ampliar porque meu namorado e minha amiga me levavam a mais lugares do que aqueles visitados com a delegação de atletas. Uma noite, indo em direção ao Lago Sul (ao Gilberto Salomão, creio), nosso carro teve um problema e ficamos quebrados no meio da rua, quase na entrada da ponte Costa e Silva. Chamou-me muito a atenção a ausência de sons, de movimento, de pessoas, de luzes, de tudo.

Notei, também, a dificuldade de andar a pé em Brasília. Meu namorado havia me explicado esquematicamente, uma infinidade de vezes, como era simples se localizar na cidade. Primeiro as 500, depois as 300, as 100, os eixos, as 200, as 400 etc. Fácil, facilímo. Não precisa decorar nome de rua, não precisa nada. E lógico, é simples. Qual o quê! Onde estava a simplicidade do 100 vir depois do 300? Já que o objetivo era ser lógico, por que a conta não era simplesmente 100, 200, 300...? Nos comércios, como saber qual era o da 315 qual era o da 316? Nada me pareceu fácil, nada.

Além de nada me parecer fácil, uma outra coisa me incomodou: tudo se repetia. Para mim, era como se eu tivesse passado pelo mesmo lugar 300 vezes no mesmo dia. Tudo me parecia obsessivamente igual. Claro que com o endereço poderia até ficar fácil (o que eu não concordava, até então), mas e se eu esquecesse o endereço, como faria? Confesso que vivo esse problema até hoje, mesmo morando na cidade há 7 anos. Lembro-me de ter visto uma determinada loja, sei seu nome, lembro-me relativamente do que há ao seu redor, mas se não me lembro do endereço ou se não me recordo se a mesma fica na Asa Norte ou na Asa Sul, como voltar lá? Para mim, que ainda não me sinto de todo parte da cidade, isso é praticamente impossível. Ainda me surpreendo ao saber que as pessoas crescidas em Brasília não vêm isso como problema; jamais se perdem!

Comecei a entender melhor o sistema de classificação da cidade quando revolvi ir a pé da 115 até a 109 Sul. Entendi o sistema numérico e descobri uma outra particularidade de Brasília: como as coisas são distantes umas das outras! Da 115 à 109 são apenas 6 quadras, uma distância fácil de se percorrer, um passeio razoável. Isso em qualquer cidade, menos em

Brasília. O que as pessoas chamavam de quadra em Brasília era algo com dimensões espaciais que me pareciam desumanas. Não havia semelhança com o “quarteirão” das outras cidades.

Naquela época, apesar de não fazer objeções à cidade, eu já não gostava mais de Brasília como antes. Mesmo voltando à 304 Norte, quadra onde me alojara das duas últimas vezes, não consegui reconhecer aquela cidade idílica que minha primeira impressão havia produzido. A cidade ainda era limpa, organizada, arborizada, e dessa vez bem mais florida em seus canteiros, mas tudo isso tinha agora um outro sentido para mim.

Dessa viagem levei para casa alguns espantos: a forma de distribuição dos endereços, a distância de um lugar para o outro, o barulho que os pneus dos carros faziam durante as curvas mesmo se estivessem em baixa velocidade. Levei, também, duas boas impressões: a feira da torre de TV – onde pude ver pessoas de todos os tipos, inclusive estrangeiros – e a UnB, com sua biblioteca imponente.

Entre 1993 e 1995, minhas vindas a Brasília tomaram-se constantes, porque meu namorado morava na cidade. Eu não costumava ficar muito tempo e não me recordo muito das coisas. Lembro-me, apenas, de como eu achava lindos os canteiros da cidade com tantas flores, tão bem cuidados. As pessoas daqui brincavam dizendo que o governador não sabia onde havia enterrado a mãe, por isso plantara flores na cidade inteira. Eu me divertia com aquela anedota. Além das flores, o asfalto brilhante, sonoro e sem buracos era o que marcava Brasília em meu imaginário.

Em 1995 mudei-me definitivamente para Brasília e minha relação com a cidade também mudou. Voltei à Asa Norte. Passei a morar na 303, em uma quadra de militares vizinha à quadra onde havia me hospedado na primeira vez. Na quadra em frente, 103, moravam meu namorado e sua família. A proximidade física com meu namorado e a UnB foram meus únicos consolos nos primeiros tempos de Brasília, tempos que, em minha percepção atual, duraram aproximadamente três anos. Nada mais me agradava na cidade, nada. Eu odiava o frio que teimava em aparecer em dia de sol; odiava uma estrutura viária que me obrigava a passar quase uma hora dentro de um ônibus (sem contar o tempo de espera no ponto), para, por fim, chegar a um lugar que bastava que eu tivesse atravessado algumas ruas e teria chegado, a pé, 40 minutos antes, não fosse o fato de uma das ruas (o Eixão) ser

praticamente impossível de ser atravessada em horário de pique – justamente o horário que eu precisava atravessá-la (só vim saber das passagens subterrâneas alguns anos depois); odiava não ter autonomia para ir a lugar algum por não ter carro, não saber como pegar ônibus, não saber para onde os ônibus iam, não saber para onde ir; odiava não haver praia na cidade e não haver nenhum correlato, como o lago, por exemplo, que era poluído e por isso ninguém podia banhar-se nele e, nas áreas sem poluição, não oferecia qualquer condição confortável para banho; odiava a forma como algumas pessoas haviam me recebido, com imensa hostilidade por eu não ser como elas, não vestir suas roupas, não falar seus assuntos; odiava não ter dinheiro em uma cidade onde tudo era tão caro; odiava estar longe dos meus amigos, das pessoas que eram como eu, que falavam a minha língua e vestiam as mesmas roupas que eu; odiava a sensação de estar sendo sempre observada e julgada por todos, em qualquer lugar; odiava não saber onde comer as coisas que eu gostava de comer, onde dançar as músicas que eu gostava de dançar; odiava acordar chorando de saudades da praia, dos meus amigos, da minha cidade, da vida que eu havia deixado pra trás; odiava a artificialidade das vidas e das coisas que via em Brasília – nenhum boteco com tamborete de madeira para sentar, ninguém de chinelo e cabelo por pentear no supermercado ou no shopping center. Enfim, em meu estranhamento inicial de migrante, eu simplesmente odiava Brasília! E quando me lembrava que um dia havia gostado da cidade, dizia apenas que aquilo só poderia ser coisa de criança ou de turista. Quem quisesse saber, de fato, como era Brasília, deveria viver aqui, mas viver como eu, sem carro, sem dinheiro, sem família, sem trabalho, sem grupo. Nessas condições, eu acreditava então, Brasília mostrava sua verdadeira face: a face cruel de uma cidade fria e desumana.

Por incrível que possa parecer, eu não era uma pessoa isolada quando cheguei em Brasília. Com um jeito comunicativo, fiz logo alguns conhecidos, pessoas que até hoje me são muitíssimo caras, algumas mais próximas outras mais distantes. Mas algo fazia com que aquelas pessoas não fossem presentes em todos os momentos. Eles eram amigos da UnB, estavam ali e nossas amizades eram praticamente circunscritas àquele ambiente. Não havia propriamente uma rede de sociabilidade e convivência para além da universidade, a não ser com duas amigas com quem passei a ter relações mais próximas. De qualquer modo, dentro da

UnB eu tinha amigos (ou bons colegas, não sei ao certo), pessoas queridas, pessoas divertidas, pessoas que gostavam de mim e me aceitavam sem maiores controles ou juízos de valor. Por isso, creio, a UnB tornou-se minha verdadeira casa na cidade.

Essa mesma Unb onde eu possuía tão caros colegas foi, paradoxalmente, o cenário onde eu vivi a pior de todas as experiências interativas na cidade. Era um time de pólo aquático, esporte que eu havia deixado de praticar há algum tempo. Decidi voltar a jogar pólo depois de estar a seis meses na cidade apenas estudando. Por estudar na UnB, optei por ingressar no time da própria universidade. Cheguei anônima, comecei a treinar e quando o treinador soube que eu já havia sido atleta do esporte anteriormente, colocou-me para treinar com as chamadas “veteranas”, as jogadoras que estavam na equipe de competição e que treinavam e competiam há algum tempo juntas. A rejeição foi instantânea. Tão logo o treinador apresentou-me ao time, como uma pessoa que havia sido atleta do esporte e estava retomando à ativa, e solicitou às atletas que me recebessem como membro da equipe, caretas com ares de reprovação surgiram quase que instantânea e sincronicamente em praticamente todas as jogadoras. Vi aquilo, não gostei, mas permaneci firme em minha decisão de voltar a jogar como outrora e me tornar uma jogadora importante para o time. Treinei muito para isso. Consegui. Um dia me vi preparada para jogar como antes e fui reconhecida como tal pelo treinador e pelo grupo. A partir desse dia – que evidentemente não foi um dia específico, mas sim um período – as coisas mudaram. Mas até esse dia chegar, “muita água rolou sob a ponte”. Foram muitas brigas, muitas fofocas, muitos artifícios silenciosos de exclusão. Durante um longo tempo minhas colegas de equipe utilizaram a tática do desprezo absoluto para tentar me fazer desistir. Todas falavam entre si, mas viravam o rosto quando me viam. Simplesmente não me dirigiam a palavra. Faziam-me saber que eu não era bem-vinda. Acreditavam que isso me afastaria como havia afastado outras tantas jogadoras que, como eu – cada qual por seu próprio motivo – não lhes haviam agradado.

Após muito esforço, muito treinamento, ocupei, enfim, o lugar que procurei: o de titular do time. Ninguém passou a gostar de mim, obviamente, e a recíproca, também óbvia, foi verdadeira. Mas algo mudou significativamente desde então. Passei a ser chamada para as

festinhas e os almoços, e a receber carona. Fui, enfim, incorporada ao grupo. Antes disso, a exclusão era total e sem disfarces.

Aos poucos – movida por uma curiosidade científica que nem eu mesma identificava como tal – fui buscando, entre as próprias garotas, elementos para compreender aquela rejeição. As explicações se sucediam, todas circulando em torno de algo que para mim, na época, não fazia qualquer sentido: a “panelinha”. Em resumo, o que minhas “colegas” me diziam é que eu não havia respeitado as regras de ingresso e convivência no grupo. Essas regras, implícitas, diziam que ninguém entrava no grupo delas a menos que fosse convidado, requeendo pelos membros do próprio grupo. O grupo é fechado, por isso se chama “panela”, e para entrar naquela panela é preciso que o convite venha de dentro. É uma permissão tácita dos membros do grupo que autoriza uma pessoa a fazer parte dele e não uma imposição externa da pessoa que quer nele ingressar ou de uma suposta autoridade externa, como o treinador, no caso. Para entrar no grupo é preciso respeitar suas hierarquias, seus ritmos, seu jeito próprio de ser. Não se traz nada de fora do grupo por imposição. O grupo escolhe, por sua própria dinâmica, o que admite ou não incorporar a si.

Essa experiência, como não poderia deixar de ser, marcou minha vida em Brasília. E marcou-me, particularmente, porque as explicações dadas eram atribuídas com plena naturalidade a um “jeito de ser do brasiliense”. Aquele comportamento ostensivo era tratado pelas atletas daquela equipe como uma coisa de Brasília. “Brasília é a cidade das panelinhas”, me diziam elas. “Você precisa aprender a viver em Brasília. Aqui não é como no Nordeste que você vai entrando e pronto. Ninguém gosta de gente “entrona” aqui não. Brasília é diferente”.

Estranho que minha chegada ao curso de mestrado, na mesma universidade, na mesma cidade, havia me mostrado justamente o oposto daquilo que minhas colegas do pólo aquático me diziam. Lá, na turma do mestrado, eu simplesmente cheguei e fui bem recebida. O que haveria de tão brasiliense então no comportamento das colegas do pólo?

Hoje, redigindo esta tese a respeito da cidade de Brasília, tenho mais nitidez sobre algumas coisas. O grupo do mestrado era composto por pessoas mais velhas que eu. Enquanto eu tinha apenas 21 anos, havia colegas que tinham até 50 anos. Essas pessoas mais velhas, muitas das quais viviam há anos na cidade, eram, em sua maioria, vindas de outras partes do

Brasil, não eram propriamente “brasilienses”. Além disso, todos haviam chegado à turma na mesma época, não havendo ali os “veteranos” e os “calouros” – apesar de haver aqueles estudantes que vieram de outras universidades, como eu, e aqueles que haviam sido formados na própria UnB. Éramos todos novatos, tínhamos todos o mesmo estatuto, éramos, de certo modo, iguais. Por outro lado, o grupo das jogadoras de pólo aquático era composto basicamente por “filhas de Brasília”. Moças com idades variando entre 15 e 25 anos, quase todas nascidas e criadas na cidade. Além disso, naquele grupo havia a nítida divisão entre “antigas” e “novatas”, de modo que uma parte dispunha de um estatuto social hierarquicamente superior à outra parte.

Haveria algo próprio aos “filhos de Brasília” que pudesse dar sentido à idéia de “panelinha” tratada por minhas colegas com tanta naturalidade como algo tipicamente brasiliense?

A essa pergunta formulada inconscientemente há alguns anos atrás a presente tese dá indícios de resposta. A despeito deste estudo se ter iniciado pensando em responder algo mais geral sobre a cidade como um todo, ele terminou encontrando pistas que indicam um padrão social propriamente brasiliense ou, em outros termos, elementos significativos na composição de uma “cultura brasiliense”, a qual, creio, encontrou-se em formação nas gerações iniciais, e se encontra em pleno processo de consolidação nas gerações mais novas dos “filhos da cidade”. Esse padrão, considerado conjuntamente com a estrutura espacial de Brasília, aos quais analiso por meio da categoria “silêncio social”, pode ser extremamente cruel com quem com ele se depara, sem aviso, como eu. Daí as sensações recorrentes de vazio, solidão, angústia, isolamento, falta de calor humano notadas por uma parte das pessoas que migram para a cidade – mas não só por elas – e que são atribuídas a Brasília quase que exclusivamente como resultado de suas características arquitetônicas.

Entendo que esse padrão seja a resultante não apenas de um modelo arquitetônico que favorece o isolamento, ou melhor, o insulamento das pessoas em guetos, gangues, painéis, grupos profissionais, grupos religiosos, grupos temáticos os mais diversos, mas sempre grupos de pares, grupos de iguais, grupos seletos e relativamente fechados. Creio que ele seja a resultante da combinação entre um espaço arquitetônico insular – caracterizado, dentre outras

coisas, pela ausência de centro, ruas, praças e outros espaços liminares – e um espaço social homogêneo – composto basicamente pelos estratos mais elevados de uma classe média burocratizada e altamente escolarizada; espaço social caracteristicamente excludente das diferenças, dos contatos com o “outro”, da efervescência cultural, racial e de classe. Insulando os indivíduos, Brasília consolidou um paradoxo urbano, na medida em que, a despeito de seu evidente caráter metropolitano e de cidade administrativa da máquina estatal, funda uma espécie de anti-pólis, no sentido de uma negação da própria polis, espaço do dissenso, da praça, das misturas, dos contatos entre pessoas diferentes, da vida pública e coletiva sobreposta à vida individual.

Por suas múltiplas faces, as faces atribuídas à cidade por cada um de seus interlocutores – a saber, os entrevistados pelo presente estudo, bem como os autores que referenciam conceitualmente o mesmo – Brasília pode ser vista paradoxalmente como uma cidade de mazelas e qualidades múltiplas. A combinatória das distintas vivências na cidade – as vivências de migrantes, nativos, moradores de Brasília ou moradores das cidades-satélites – desenhou um mosaico rico, complexo e interessante. Mais que um mosaico em si, posto que acabado, o que se terminou por construir foi um amplo caleidoscópio, cuja imagem em movimento reproduz e sintetiza a cidade de Brasília em algumas de suas tantas faces possíveis. Nesse caleidoscópio, Brasília surge como uma cidade que se equilibra, concomitantemente, na gradativa supressão das relações entre mundos sociais diferentes, dos contatos com o “outro”, e na abundância das relações entre iguais, da vida social e afetiva dos grupos fechados; uma cidade que, se vista de um plano macrocósmico, pode parecer vazia, silenciosa, fantasmagórica, habitada mais por carros do que por pessoas, mas que, no detalhe – no clube, na superquadra, no *shopping center*, nos espaços vigiados ou dominados, enfim – pulula de gente, de vida, de conflitos tanto quanto outra cidade qualquer; uma cidade de hábitos cosmopolitas, mas que resumida ao somatório de grupos intercomunicáveis, ainda guarda algo das cidades pequenas e faz com que a discreta impessoalidade metropolitana esconda olhos atentos, dedicados a controlar, vigiar, avaliar os comportamentos de cada um; uma cidade que, engenhosamente, em um país de fortes contradições sociais, fez de uma minoria de classe a quase totalidade de sua população, colocando “os outros” – as populações

subalternas – em seu “devido lugar”, em outro espaço, em outro mundo; uma cidade extremamente controlada – inclusive por sua dupla condição de Patrimônio da Humanidade e capital federal – que convive, contraditoriamente, com as mais explícitas práticas de privatização e grilagem das terras públicas; uma cidade capaz de burocratizar as relações interpessoais no âmbito da vida privada; uma cidade pensada para ser livre, democrática, socializante, mas que equilibra de modo instável os elementos de sua proposta inicial com as demandas nitidamente individualistas e privatistas dos homens e das mulheres que a compõem; uma cidade, enfim, diferente como todos sabem, como todos notam.

Este estudo propõe-se a discutir o sentido sociológico dessa diferença, indicando que o que há de extraordinário na cidade de Brasília não é propriamente sua arquitetura – mesmo porque essa poderia ser repetida em outros lugares e, por si só, não é capaz de fundar a vida social. A diferença de Brasília está na cidade em si, a saber, no ajustamento específico entre seu espaço geográfico-arquitetônico e suas sociedade e cultura próprias. A resultante dessa combinatória sócio-espacial única é, ao mesmo tempo, aquilo que o presente estudo nomeia como a “cidade do silêncio” e o que permite a muitas pessoas atribuírem a Brasília as características de frieza, vazio, solidão, indiferença e preconceito que indicam, para os fins do presente estudo, alguns dos principais atributos daquilo que aqui chamo de “silêncio social”.

A fim de analisar as características sócio-espaciais de Brasília que se encontram relacionadas ao chamado “silêncio social”, o presente estudo foi dividido em cinco partes – a última delas dedicada às conclusões – e oito capítulos.

A primeira parte, intitulada **Considerações iniciais**, dedica-se a esclarecer em breves linhas o caminho metodológico percorrido para a realização da pesquisa, bem como os dois centros conceituais que orientam esse caminho, a saber, a concepção de cidade como a resultante da interrelação entre espaço edificado e sociedade urbanos, e a definição do “silêncio social”, categoria que sintetiza, por meio de uma metáfora, uma série de elementos sócio-espaciais responsáveis pela produção de respostas emocionais que se traduzem em um tipo específico de representação social negativa sobre Brasília. Essa parte divide-se em dois capítulos que tratam respectivamente das questões acima elencadas: **A respeito da investigação e Conceituando cidade e “silêncio”**.

A segunda parte, intitulada **Delimitando o campo de estudo**, procura delimitar, a despeito da polissemia relativa à toponímia de Brasília, aquela que é considerada a “cidade do silêncio” segundo o entendimento do presente estudo. O primeiro capítulo dessa parte – **Cidade polissêmica** – discute a indefinição daquilo que se nomeia atualmente como Brasília, quer entre os agentes discursivos oficiais quer no discurso de senso comum, indicando como a indeterminação territorial de Brasília, ou sua polissemia, reflete-se na própria percepção que o homem comum tem da cidade que pratica. O capítulo segundo – **A geografia do silêncio** –, por meio de análise de dados sócio-espaciais, propõe uma delimitação clara para o que o presente estudo considera como sendo a cidade de Brasília, buscando subsídios à discussão feita posteriormente a respeito da dinâmica social nessa cidade.

A terceira parte, intitulada **A arquitetura do silêncio**, parte do entendimento teórico de que a cidade é a resultante da mútua determinação espaço-sociedade para analisar alguns aspectos da composição espacial de Brasília que contribuem para a formação do fenômeno do “silêncio social”. O primeiro capítulo – **A flânerie na cidade modernista** – discute como determinadas escolhas da arquitetura racional, mormente aquelas que buscavam superar elementos tradicionais de uma urbanidade pré-moderna, contribuem para a percepção ordinária do “silêncio” de Brasília. No capítulo segundo – **Se o mar é o céu, onde os vivos se encontram? Espaço público e sociabilidade liminar em Brasília** – discute-se a relação entre o “silêncio social” e a forma de apropriação privada, controle e fechamento do espaço público em Brasília, notadamente os espaços de lazer e recreação coletiva.

A quarta e última parte – **A sociedade do silêncio** –, composta por dois capítulos – **Cidade e representação e sociabilidade e silêncio** – procura discutir a questão da representação sob os prismas da interação social e da identidade, e identificar, por meio da análise das representações sociais dos praticantes da cidade, um padrão local de sociabilidade que possa contribuir para as representações que entendem a cidade como “silenciosa” conforme os parâmetros propostos pelo presente estudo.

A quinta e última parte, como dito, dedica-se à apresentação das reflexões conclusivas deste estudo.

A somatória desses cinco amplos momentos de discussão e análise deverá permitir ao leitor não apenas defrontar-se com as múltiplas Brasília vividas e percebidas por seus praticantes, interlocutores por definição do fato urbano, mas também com uma Brasília final, surgida da síntese entre distintas visões possíveis da cidade. Essa Brasília sintética é a chamada “cidade do silêncio”.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Antes de iniciar propriamente a análise das características sócio-espaciais que para muitos respondem pela adjectivação metafórica de Brasília como uma cidade do “silêncio social”, fazem-se necessários dois amplos esclarecimentos gerais. Um primeiro, relativo à forma da pesquisa e um segundo, relativo às concepções de cidade e de “silêncio” que norteiam o presente estudo.

Capítulo I

A respeito da investigação



Foto: Augusto Areal

“O vento, vindo de longe para a cidade, oferece a ela dons insólitos, dos quais se dão conta somente poucas almas sensíveis, como quem sofre de febre de feno e espirra por causa do pólen de flores de outras terras...”

Marcovaldo
(Ítalo Calvino)

O presente estudo iniciou-se há cerca de quatro anos quando minhas primeiras inquietações a respeito da cidade de Brasília estruturaram-se em um problema sociológico, em hipóteses e objetivos de investigação. Desde então, venho observando atenta e continuamente o espaço e a sociedade brasilienses, a fim de reconhecer possíveis indicadores do “silêncio social” local, bem como explicar a ação dos mesmos sobre as representações sociais daqueles que vivem na cidade.

Durante pelo menos três anos, precisamente os anos que antecedem o início da coleta de dados primários por meio das entrevistas, dediquei-me a buscar no detalhe da dinâmica sócio-espacial local indícios que permitissem compreender o por quê da existência daquele “lugar comum” que diz que Brasília é uma cidade fria, vazia, desumana, difícil de fazer amigos, solitária. Para isso, vivi com os olhos e os ouvidos uma cidade que até então não me mostrava nada e me dizia menos ainda. Precisei estranhar coisas ordinárias, questionar aquilo que para o morador é inquestionável, buscar olhar com os mesmos olhos dos que me informavam admiração coisas que para mim não eram senão negativas e vice-versa. Tive, enfim, que promover não exatamente aquela ruptura sem a qual a ciência tradicional pensava ser impossível ao investigador social pesquisar sua própria realidade, mas sim um aprofundamento da minha sensibilidade de pesquisa para com o objeto de estudo, a saber, a minha própria cidade¹.

No tempo que antecedeu a coleta formal de dados primários busquei, pois, ter uma outra relação com Brasília e com o brasiliense, a fim de dar-me, como pesquisadora, a oportunidade de conhecer e compreender coisas que minha simples condição de moradora – porque carregada, dentre outras coisas, de lembranças, preconceitos, receios, restrições e emoções múltiplas – não me permitiria senão de modo parcial. Procurei, antes de mais

¹ A obra de ciência, ainda que embasada em um corpo teórico e metodológico que lhe assegura rigor e um certo grau de objetividade – ou confiabilidade – é, a exemplo da obra de arte, um produto do esforço, da dedicação e da emoção pessoal do investigador. Essa carga subjetiva, que orienta olhares, recortes e sensibilidades é o que dá à obra de ciência aquela vida que assegura a todas as obras emocionais uma aura própria. Nem toda a suposta objetividade científica é capaz de eliminar o componente vocacional que a produção da obra implica. Por outro lado, a própria complexidade do objeto social – que não permite uma apropriação total, senão no reconhecimento de sua multiplicidade – implica em que toda apropriação que dele possa ser feita contenha um viés pessoal – ainda que rigorosamente orientado – que corresponde a um dos inúmeros recortes que a realidade comporta. Como afirma Morin (1987), a respeito da discussão entre objetividade e subjetividade do conhecimento científico, “a objetividade a ser alcançada é a que integra o observado na observação. Não é o objetivismo que acredita alcançar o objeto, suprimindo o observado, quando não faz senão privilegiar um método de observação não relativista” (Op. Cit., p. 21). A respeito da subjetividade da obra, vide: Guerin (1995). A respeito da relação complexidade subjetividades, vide: Morin (1987).

nada, apurar os sentidos para a cidade, em especial o olhar e a audição. Para isso, ajudou-me imensamente a companhia constante de uma câmera fotográfica e de um bloco de notas que se configurou quase como que um diário de campo. Como Marcovaldo², observei a cidade no detalhe, nas entrelinhas, nos ditos e não ditos, no centro e nas periferias mais distantes. Visitei os mundos de “dentro” e de “fora” – abusando, evidentemente, da prerrogativa de circulação que tem o pesquisador que é também morador da cidade. Conversei com pessoas diversas sobre assuntos diversos, senti suas emoções, busquei compreender o sentido de suas opiniões, penetrei em suas memórias. Observei os comportamentos, o linguajar, o modo de vestir, de olhar, de não olhar. Frequentei ou observei as festas dos meninos do Lago Sul, os churrascos dos colegas no clube, os bares e restaurantes mais badalados, a “Água Mineral” nos dias de semana, o “Parque da Cidade” pelas manhãs ou aos domingos, os *shoppings centers*, as feiras, os passeios de barco, os casamentos nas grandes mansões, as escolas, as casas, os clubes mais sofisticados, as exposições de arte, os teatros e cinemas, os shows de música, o ônibus em pé dos que voltam para suas casas nas periferias satélites, as periferias sem calçamento ou parques ou segurança, as brigas de trânsito, o comportamento dos vizinhos, a brincadeira das crianças, o domingo ao sol dos que vêm das satélites para o Lago Paranoá – no “Piscinão do Lago Norte”, na “Prainha”, na Ermida Dom Bosco, na Península dos Ministros, nos diversos esconderijos a beira-lago –, as escolas públicas, as festas de São João, as “pipocas” das “micarês” – onde ficam as milhares de pessoas que não podem pagar para pular nos blocos fechados –, o jogo de futebol pago, o jogo de futebol no estádio, o jogo de futebol nas mansões do Lago Sul, o jogo de futebol no campinho da quadra. Fui, enfim, aos lugares aonde “todos vão”, a lugares aonde só vão alguns, e a lugares aonde só vão os “outros” Ouvi e observei a todos quantos pude³.

Ao final dessa caminhada – não exatamente ao final, posto que mesmo durante a coleta formal de dados o trabalho de observação continuou – tive, pois, a possibilidade de compreender os limites e as possibilidades da pesquisa a que me propunha realizar. Entendi, com clareza, que não buscava quantificar os moradores de Brasília que tinham a

² Marcovaldo é um personagem de Ítalo Calvino que vive sua cidade nos detalhes, observando coisas que os outros moradores não notam, experimentando situações que os outros moradores não experimentam. A esse respeito, vide: Calvino (1994).

³ Nesse sentido, procurei como observadora seguir a orientação de Morn (1987) para que “o observador participe do objeto de sua observação” (Op. Cit., p. 21).

impressão – ou a certeza – de que essa era uma “cidade do silêncio” Jamais havia sido este o objetivo de pesquisa por mim perseguido, ainda que eu entendesse que as quantificações são importantes para instrumentalizar a investigação sociológica⁴. O que impulsionava minhas inquietações eram justamente os motivos que orientam um determinado tipo de representação sobre Brasília, não importando se o mesmo é ou não majoritário no conjunto da população. Esse era o meu recorte, o meu olhar de pesquisadora sobre meu objeto de estudo.

Além dessa clareza metodológica, uma outra clareza – de natureza teórica – orientou os caminhos da pesquisa de campo. Trata-se da clareza conceitual sobre o que este estudo entende por cidade. Admitindo que a cidade é o conjunto formado pela relação recíproca entre o espaço urbano e a sociedade urbana, parti para a estruturação de uma metodologia de trabalho que me permitisse investigar a forma e o conteúdo da cidade de Brasília em sua complexidade⁵ e buscar identificar na própria cidade os possíveis elementos responsáveis pela orientação daquelas representações de caráter negativo já mencionadas.

A base dessa metodologia – visto que o centro investigativo do estudo encontrava-se nas causas de um certo tipo de representação social sobre a cidade – encontrou-se na realização de entrevistas com moradores do Distrito Federal. Para além dessa base, que fundamentou em maior ou menor grau todas as etapas de investigação, o presente estudo contou também com investigação em fontes secundárias – produção acadêmica, técnica, mapas, estatísticas, jornais, internet, produções artísticas –, registro fotográfico de situações espaciais e, como descrito acima, observação direta. A pesquisa de campo foi composta por algumas etapas de investigação que se distinguem entre si por uma questão lógica, mas que se encontraram, em muitas situações, temporalmente sobrepostas.

O primeiro passo da pesquisa de campo consistiu na delimitação do objeto de estudo. Tratei, pois, de identificar, por meio de fontes secundárias – relativas aos agentes do discurso performativo, a saber, as produções impressas ou virtuais do Estado, de intelectuais, da imprensa e da internet – e de fontes primárias – relativas aos moradores da cidade, por meio das entrevistas –, uma delimitação geográfica para Brasília que pudesse

⁴ Nesse particular, o estudo sobre o suicídio de Durkheim (1987) é significativamente importante, visto que aponta a utilidade dos dados estatísticos e das quantificações para referenciar o trabalho de análise dos fatos sociais.

⁵ A respeito da idéia de complexidade, vide: Morn (1990); Pena-Vega; Nascimento (1999).

dar conta do objetivo de pesquisa proposto. O que encontrei nesse particular foi uma imensa polissemia de Brasília, tanto entre os agentes do discurso performativo quanto entre o homem comum, demonstrando uma multiplicidade de entendimentos sobre a geografia da cidade. Apesar dessa polissemia – ou precisamente em virtude dela – o presente estudo apresenta uma delimitação clara para aquilo que entende por “cidade de Brasília”: a área urbana composta pelos territórios correspondentes às Regiões Administrativas Brasília, Cruzeiro, Lago Norte e Lago Sul, a saber, uma área geograficamente contígua, caracterizada pela presença hegemônica dos estratos superiores da classe média. Para os fins do presente estudo, as chamadas cidades-satélites são consideradas cidades em si, que se caracterizam, dentre outras coisas, pela separação espacial e social em relação à cidade central.

Delimitada geográfica e socialmente a cidade de Brasília, passei à investigação de sua estrutura espacial, buscando identificar os elementos possivelmente associados à produção do tipo de representação que a liga ao “silêncio” metafórico proposto pelo presente estudo. Essa etapa teve como bases investigativas: as entrevistas, que permitiram registrar práticas urbanas e representações a respeito da espacialidade de Brasília; as fontes secundárias de natureza técnica e científica, que contêm análises e críticas ao espaço social da cidade; a observação direta dos espaços, suas dinâmicas sociais e características físicas; e o registro fotográfico de determinadas áreas para fins analíticos. Os resultados dessa etapa de investigação confirmam a existência de uma relação direta – ainda que não exclusiva, porque a cidade não se limita a seu espaço – entre a forma espacial de Brasília – com uma arquitetura repetitiva, sem centro, sem rua, sem praça, sem praia, sem bairro – e a percepção do “silêncio social” local por parte de seus praticantes, em especial aqueles que possuem pouca ou nenhuma inserção no universo social local.

A terceira e última etapa lógica da pesquisa consistiu na investigação da sociedade brasiliense, mais especificamente nos aspectos referentes à forma dominante da sociabilidade local, visto que as características mais gerais da população – fraca estratificação social, elevada renda e alta escolaridade – já haviam sido identificadas em outro momento investigativo, por meio da análise de dados estatísticos. Os dados estatísticos, nessa etapa, serviram exclusivamente para comprovar a forte presença das populações migrantes na composição populacional de Brasília. Os demais recursos

metodológicos utilizados para as investigações nessa etapa foram a observação direta da sociedade local e as entrevistas. Estas últimas forneceram, por meio de opiniões, representações, experiências pessoais, histórias de terceiros, recordações e explicações, os elementos que permitiram identificar a existência de um modelo mais ou menos hegemônico de sociabilidade em Brasília – insulado em grupos de iguais, fechado aos contatos com estranhos, restrito a espaços institucionalizados, subordinado às demandas individuais e não coletivas –, algumas táticas mais ou menos recorrentes de exclusão – indiferença, silêncio, atribuição de invisibilidade ao “outro” –, bem como a relação entre esse modelo, essas táticas e o uso de certos indicadores do “silêncio social” – como vazio, solidão, frieza, discriminação – para a representação geral da cidade.

O somatório dessas três etapas lógicas de investigação permitiu que o presente estudo pudesse apresentar uma explicação sociológica – e não apenas arquitetônica – para aquele conjunto específico de representações que identifica Brasília como uma cidade fria, vazia, sem calor humano, difícil de fazer amizades, segregacionista, individualista, preconceituosa, a saber, uma cidade “silenciosa” no sentido metafórico aqui sugerido.

O caminhar investigativo

Quando iniciei os trabalhos desta tese, supunha que separando analiticamente “migrantes” de “nativos” deparar-me-ia, evidentemente, com duas visões de mundo e de cidade dialógicas, quando não antagônicas. Cria que, assim como eu mesma, os migrantes tenderiam, por sua mera condição de estrangeiros, a perceber e criticar a frieza e o isolamento da cidade, enquanto que os “nativos” ou as pessoas criadas em Brasília não perceberiam nem criticariam isso, simplesmente por serem produtos/produtores daquele padrão social.

Noto agora, que aquela hipótese inicial partia de uma leitura conceitual enviesada do fato urbano, uma leitura que tomava a cidade positivamente como coisa acabada, objetiva. Era como se houvesse, de fato, uma cidade caracteristicamente fria, vazia, solitária e que algumas pessoas pudessem reconhecê-la como tal, enquanto outras não tivessem condição de perceber como ela era “de verdade”. Essa leitura positiva, a despeito de contrastar com boa parte da teoria que eu mesma utilizava como referencial, era o que

orientava, em última instância, aquela primeira hipótese de estudo. A própria tese em seu desenrolar, com aquela “vida própria” que os trabalhos de investigação social possuem, foi aos poucos aproximando teoria e hipóteses e mostrando que não há uma cidade de fato, como um objeto fixo e único de representação. Há cidades vividas, experimentadas, comunicadas, logo, múltiplas e variáveis no tempo – “sujeitos” de representação, por assim dizer, posto que objetos vividos e representados de forma subjetiva e emocional. Há tantas Brasília, de fato, quantos forem os olhares que a puderem observar, quantas foram as mentes que a puderem interpretar, quantas forem as vidas que a puderem praticar e sentir. E mais. Cada uma dessas cidades múltiplas multiplica-se por outras tantas em virtude da temporalidade de cada vivência, de cada percepção.

Ressignificando a cidade, “descoisificando-a” e lhe restituindo o caráter de apropriação sensível e de abstração foi possível entender as teorias que o homem comum elabora sobre Brasília, bem como perceber que certas categorias investigativas construídas objetivamente *a priori* podem não ser as mais apropriadas para o entendimento da vida social. A divisão entre “migrantes” e “nativos” – inicialmente proposta quando da redação do projeto de pesquisa – resultou demasiado simplista para a demanda analítica do presente estudo, porque as duas categorias haviam nascido como elementos de uma explicação prévia parcialmente dissociada do objeto.

No decorrer dos trabalhos de pesquisa, o corte entre migrantes e nativos, a despeito de não ser substituído por nenhum outro, solicitou aprofundamento. Outras categorias igualmente objetivas surgiram para reforçar as investigações. Fez-se necessário separar nativos e migrantes também pela forma de sua inserção espacial na cidade, além de se fazer imprescindível dar lugar à temporalidade das percepções dos informantes, sobretudo os migrantes. A solução mais evidente para o primeiro problema era introduzir um corte metodológico entre moradores de Brasília e moradores das cidades-satélites, enquanto no caso do segundo problema, a solução seria separar os migrantes “recentes” dos migrantes “antigos”.

Apesar de sua aparente simplicidade, a tarefa não era fácil. A dificuldade não residia em apresentar os critérios para determinar o que seria chamado de Brasília e o que seria chamado de cidades-satélites, por exemplo, ou encontrar critérios de classificação para distinguir os “migrantes recentes” – pessoas que viviam há até 2 ou 3 anos no Distrito

Federal – dos “migrantes antigos” – pessoas que viviam aqui há mais tempo que isso. Difícil é a tarefa de colocar as vidas humanas, as experiências, os sentimentos, os sonhos, as práticas diárias, os valores, a memória das pessoas em categorias fixas, úteis apenas para reunir “iguais” e diferenciá-los, por exclusão, de outros possíveis. Nisso, precisamente, reside, a meu ver, a dificuldade da tarefa de classificação em Ciências Sociais e, particularmente, da tarefa de classificação dos informantes desta pesquisa.

Se, quando visto a partir de um prisma externo, pode parecer evidente que quem mora em Brasília vive e representa a cidade de uma forma distinta daquela praticada e percebida por quem mora nas cidades-satélites, o contato com cada informante terminou por relativizar essa “certeza”. O local de moradia, a despeito de ser um importante critério de classificação para alguns estudos, não é por si só suficiente para conduzir certos questionamentos às suas respostas adequadas. Mais importante que o local de moradia, dado objetivo e possível de identificação *a priori*, talvez sejam as identidades ou o sentido de pertencimento social e espacial que cada indivíduo tem em relação à cidade e seus espaços. Mais importante que o local de moradia talvez sejam os afetos ou desafetos em relação aos lugares e às práticas sociais; os valores que orientam escolhas e prioridades. As “artes de viver” a vida urbana, a despeito de sua imaterialidade e indeterminação objetiva, constituem-se, provavelmente, nos critérios mais adequados e consistentes de classificação do objeto social; mais consistentes e adequados do que o simples local de moradia das pessoas. Além disso, essas “artes de viver” fazem-se na temporalidade das vidas cotidianas, em um tempo que não se mensura por categorias pré-estabelecidas como meses ou anos, mas em experiências, sentimentos, identidades que são construídas, feitas e refeitas no dia-a-dia, na soma das horas, dos tempos miúdos, dos tempos orquestrados pela memória. Os critérios objetivos de classificação mostraram-se menos úteis, para os fins da presente pesquisa, do que aqueles que são critérios subjetivos, emocionais, temporais. Daí a dificuldade na classificação dos informantes.

Apesar disso, os critérios de classificação objetivos foram mantidos – como dito – e a eles foram agregados, gradativamente, critérios de ordem mais subjetiva. Os informantes, que a princípio eram escolhidos, semialeatoriamente⁶, por serem migrantes ou não, pelo

⁶ Foram selecionadas, inicialmente, algumas áreas da cidade onde há maior concentração de pessoas – “Parque da Cidade”, “Água Mineral”, Universidade de Brasília, UniCEUB, rodoviária de Brasília e Conjunto Nacional – e no interior dessas áreas escolheu-se aleatoriamente qualquer informante. Posteriormente, essa

tempo e pelo local de moradia no DF passaram, aos poucos, a ser procurados, ainda respeitando esses critérios, entre as pessoas que relatavam experiências, sentimentos, interpretações múltiplas e ricas sobre a vida na cidade. Assim, organicamente uma amostragem intencional começou a se delimitar no corpo da pesquisa de campo. Ao todo, dezesseis pessoas foram entrevistadas formalmente seguindo o roteiro final de pesquisa (em anexo). A identificação de cada entrevistado encontra-se no quadro 01, em anexo.

As conversas tidas anteriormente à realização das entrevistas formais, bem como as quase vinte entrevistas realizadas – sem gravação – para chegar ao formato final do instrumento de coleta de dados deram-me um panorama mais ou menos geral das representações mais recorrentes sobre os temas investigados. Quando as entrevistas começaram a apresentar certa circularidade – repetindo muito do que já havia sido dito por outras pessoas nos momentos investigativos antecedentes – julguei que não era mais necessário – ainda que pudesse ser bastante enriquecedor – continuar com a coleta formal de dados, porque já possuía elementos suficientes para as análises pretendidas.

O instrumento de coleta de dados (em anexo) dividiu-se em quatro conjuntos investigativos relativamente distintos: 1) dados de identificação e mobilidade espacial – para todos os entrevistados; 2) dados de imaginário e representação da cidade – para todos os entrevistados; 3) dados sobre memória e migração – apenas para os migrantes; e 4) dados de identidade urbana – para todos os entrevistados. Dada a quantidade e a natureza das perguntas, as entrevistas foram longas, tendo apresentado uma duração média de duas horas por entrevistado. Todas as entrevistas foram gravadas, com concessão do entrevistado. Para assegurar o anonimato dos informantes, os nomes dos mesmos foram alterados para nomes fictícios, mantendo-se, na nova nomenclatura, a mesma proporção de mulheres e homens encontrada na amostra.

Como dito, as entrevistas atuaram como uma espécie de fonte transversa de dados que perpassou todas as etapas de investigação, constituindo-se no principal instrumento de coleta de dados do presente estudo. O objetivo da realização das mesmas foi buscar conhecer as formas de ver, viver e explicar a cidade elaboradas por distintos interlocutores,

forma de seleção e contato com os entrevistados foi alterada. Os informantes passaram a ser selecionados por critérios intencionais – respeitando as categorias objetivas de classificação – e as entrevistas passaram a ser agendadas para data, horário e local combinado com o entrevistado. Dentre outras coisas, essa opção possibilitou realizar entrevistas de melhor qualidade técnica.

dotados de distintas perspectivas interpretativas, de modo a encontrar nos relatos dos mesmos – melhor dizendo, em suas representações – as bases de uma teoria do senso comum para explicar a relação entre um determinado objeto – a cidade de Brasília – e um certo tipo de representação a seu respeito – sua representação como uma “cidade do silêncio”.

Capítulo II

Conceituando cidade e “silêncio”

© Augusto Areal, 1997



Foto: Augusto Areal (Marcha pela Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, 1997)

“...Por quê, se vão juntos e têm fome, não fazem tremer os solos de pedra da cidade, os brancos degraus das igrejas, com o peso sombrio de suas pisadas famintas, até que a cidade permaneça imóvel, escutando o enorme rumor das pisadas que trepariam até cegar o fogo das fábricas, até atear o fogo dos incêndios?...”

Cidade
(Pablo Neruda)

Cidade

A história desta tese, como dito, mistura-se à história da minha própria vida na cidade de Brasília. Foram o estranhamento, a solidão, o isolamento, o sofrimento que tive e tenho que enfrentar em Brasília que me fizeram perguntar “o que há de diferente nessa cidade?”.

Essa mesma pergunta é feita e refeita diariamente por inúmeros homens e mulheres provenientes dos muitos brasis que se acumulam no coração do Planalto Central; pessoas que se deparam com essa cidade sem par – ápice da arquitetura e da sociedade modernas no Brasil – e a estranham por percebê-la diferente do conjunto das experiências urbanas que povoam suas memórias e seu imaginário e lhes fornecem o porto onde ancorar suas representações sobre o fato urbano.

Cada indivíduo, ao viver seu dia-a-dia nessa cidade que considera diferente, vai aos poucos construindo para si um conjunto de respostas àquela questão inicial cuja origem provém dos sentidos, das emoções, do contraste entre um passado por vezes tão distinto daquilo que se vive no presente, de experiências que se sucedem confirmando ou refutando algumas impressões iniciais, de projetos de vida melhor ou pior concretizados, da vida cotidiana que desnuda um universo social e espacial particular, nem sempre percebido à primeira vista. Essas respostas ordinárias, que correspondem às teorias gerais do senso comum sobre as coisas experimentadas⁷, orientam o presente estudo, indicando as múltiplas percepções – múltiplas em relação a cada indivíduo, bem como à temporalidade específica as vivências e interpretações individuais – que os praticantes da cidade têm deste que é mais que um simples objeto ao qual observam à distância e sem maiores vínculos ou interesses; deste que é praticamente um “objeto” – um objeto de representação vivido de forma afetiva, um objeto que é sentido, sonhado, aceito ou

⁷ Segundo Moscovici (1961), o homem comum desenvolve estruturas cognitivas específicas – denominadas *representações sociais* – que são responsáveis por recriar simbolicamente o mundo vivido, tornando-o inteligível e, ao mesmo tempo, permitindo que ele – o ator social ordinário, agente das representações sociais – possa compreender a si próprio como parte do universo representado. De acordo com a teoria desenvolvida por Moscovici, as representações sociais são verdadeiras “teorias coletivas sobre o real, sistemas que têm uma lógica e uma linguagem particulares, uma estrutura de implicações baseada em valores e conceitos, e que determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores ou das idéias compartilhadas pelos grupos e regem, subsequentemente, as condutas desejáveis ou admitidas” (ALVES-MAZZOTTI, 1994, p. 62).

rejeitado, mas invariavelmente percebido e interpretado por intermédio de uma importante carga de afetividade⁸

Mais do que um fato arquitetônico ou geográfico em si a cidade é um fenômeno social, uma produção – e também uma produtora – das coletividades humanas. Mais que o conjunto de edificações e vias, a cidade e o lar de cada um de seus moradores, é aquele espaço social único no mundo porque abriga as vidas individuais e os menores núcleos da vivência social, aqueles emocionalmente mais significativos: a família, os amigos íntimos, os amores. É na cidade onde se encontram a casa, o trabalho, o jogo de futebol, o barzinho com os amigos, as reuniões da família, a igreja e sua paróquia, o parque, o clube, o cinema, a escola, o museu, o show de música, o partido político, a vizinhança, o sindicato, as turmas, as festas, os flertes, as brigas. Para o cidadão, a cidade é, portanto, o ambiente de uma vida social afetiva que se processa no detalhe de cada vivência particular, na minúcia das experiências cotidianas acumuladas, naquilo que os olhares exógenos não conseguem ver senão apenas uma parte, sua parte macrocômica.

Como objeto afetivo, vivido na temporalidade e no ritmo da vida cotidiana de cada um de seus praticantes, a cidade não pode ser única, um fato concreto, acabado, invariável. Ela é múltipla, dinâmica e inconclusa, ainda que curiosamente constitua-se em um sistema socio-espacial coerente. Não há, assim, a cidade de Brasília por excelência, mas tantas quantas forem as Brasília praticadas e percebidas pelos homens que a compõem. Nem mesmo a Brasília planejada, com seu sistema urbano racional e seus monumentos fantásticos, existe de fato como correspondente da cidade em sua totalidade. Essa Brasília existe tão somente como uma parte da cidade, aquela correspondente ao espaço, sua estrutura, sua aparência. Essa é apenas uma das faces da cidade. A outra face encontra-se na sociedade que ela encerra – as pessoas, seus hábitos, suas crenças, seus temores, seus projetos, suas emoções, suas instituições sociais. Somente na junção dessas duas faces é

⁸ Em seus estudos iniciais para a elaboração da Teoria das Representações Sociais, Serge Moscovici (1961) investigou as representações elaboradas pelo senso comum a respeito da Psicanálise. Diferentemente da Psicanálise, que pode ser (ou não) um objeto de conteúdo afetivo apenas para o paciente psicanalítico, a cidade é um objeto de conteúdo afetivo para qualquer um que a represente (evidentemente, nos casos em que o agente da representação esteja representando uma cidade com a qual tenha vínculos diretos, como a cidade onde nasceu, cresceu ou a cidade onde vive). Nesse sentido, é possível pensar na cidade como um exemplo de um objeto de representação de outra natureza que não aquela apresentada pela Psicanálise. Para chamar a atenção a essa possível distinção entre os objetos de representação, nomeio a cidade pelo neologismo “subeto” (apresentado entre aspas para assegurar seu caráter de sugestão), a saber, um objeto de representação dotado de mais evidente carga subjetiva e emocional do que outros objetos, como a Psicanálise, por exemplo.

que se pode encontrar um sentido sociológico para a cidade e, de fato, estudá-la como fato social e não como mero cenário no interior do qual se processa a vida coletiva. É na relação de mútua determinação entre o espaço e a sociedade urbanos que se encontra a cidade sociológica, esta que é, ao mesmo tempo, micro e macrocós mica. Em outras palavras, para o entendimento da cidade tem-se, de um lado, uma estrutura de expressão visual mais evidente e imediata, que é sua face espacial e material: o *espaço urbano*, composto pelos distintos elementos materiais existentes nas cidades, como o sistema viário, os edifícios, os veículos de transporte etc., e de outro, uma estrutura visualmente menos notável, ainda que evidente, mediada pelas vivências e práticas urbanas cotidianas, que é sua parte puramente social, a saber, a *sociedade urbana*, resultante da teia formada pelas constantes interrelação e interdependência das vidas individuais no corpo da coletividade⁹ que constrói e ocupa o espaço urbano. Essa teia social produz elementos imateriais – duradouros ainda que não estáticos – que se configuram como os valores, a moral, a cultura de cada cidade. Esses elementos, ainda que possam ser notados em suas macro-características a partir de uma visão exógena ou macroscópica da sociedade urbana, expressam-se cotidianamente no detalhe das vidas privadas, dos grupos, das células sociais. É ali, na minúcia, no pormenor, que a sociedade urbana se desenvolve e delinea seus contornos atuais e futuros.

A cidade – se for desejável elaborar um conceito sociológico que lhe faça jus – é, pois, a resultante de uma relação de mútua determinação entre lugar e gente, espaço e sociedade. Quando se observa o fato urbano ao nível do chão e não das alturas – quer físicas, de grandes edifícios, quer intelectuais, distanciadas da vida urbana em seu pulsar permanente – nota-se que “a cidade se transforma nos seus habitantes”¹⁰, que os praticantes da cidade juntamente com toda a estrutura material que os mesmos produzem e utilizam são, no fundo, a própria cidade. Os homens comuns, as ruas, as construções suntuosas ou humildes, os automóveis, as distintas sonoridades, todos os ritmos da vida coletiva, as cores, a natureza preservada ou implantada, os aromas, as calçadas ou sua ausência, as feiras, as grades, as praças, os viadutos, as crianças, os “loucos”, os trabalhadores, os patrões, as mães, os pais, os filhos, os templos, as festas, os cemitérios, os ladrões, os políticos, as escolas, os monumentos, os museus tudo isso e muito mais constitui o que se

⁹ A esse respeito, vide: Elias (1994a).

¹⁰ LEITE, 1994, p. 283.

pode chamar de cidade. A cidade não é, pois, algo que o elemento humano use como se lhe fora exterior; a cidade é sua construção diária – quer na ação ou na omissão – e, desse modo, não lhe é totalmente exterior e ele não a utiliza como algo que existe independentemente de si: ele a cria, a pratica, a vive, a transforma e se transforma com ela.

O entendimento do sujeito social como um consumidor ativo que organiza tática e estrategicamente¹¹ sua ação diante do mundo material, inclusive diante do espaço urbano¹², permite que se abandonem, ao mesmo tempo, tanto as abordagens que entendem o homem urbano como “usuário” da cidade quanto aquelas que, por reduzirem a cidade a seu espaço, tomam-na, duplamente, como exterioridade e como fundadora da sociedade urbana¹³. A idéia de “usuário” contém um duplo sentido de passividade e exterioridade que não cabe à relação espaço/sociedade fundadora da cidade. O homem urbano é parte orgânica da cidade e a cidade, por sua vez, é parte de cada um de seus praticantes, na medida em que conforma socialmente sua personalidade, suas práticas cotidianas, sua própria vida. Nesse sentido, o mais coerente é pensar o ator urbano como um homem de práticas sociais, a saber como um praticante – sempre ativo – da cidade e sua dinâmica cotidiana¹⁴.

Para que se possa compreender devidamente a exterioridade da cidade em relação a seus praticantes faz-se necessário o uso de um referencial conceitual que permita perceber essa exterioridade não apenas em sua dimensão material, mas igualmente em sua dimensão social. Como entende Park¹⁵, só é possível pensar na cidade como exterior aos homens em sociedade se a tomarmos como fato social¹⁶, a saber, como produto histórico de interações sociais que se exterioriza às consciências individuais tornando-se, desse modo, geral e coercitivo. Apenas como fato social, produção humana coletiva e histórica – no caso

¹¹ O conceito de *tática* é aqui utilizado na acepção atribuída por Certeau (1994), a saber a de “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem portanto com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível. A tática só tem por lugar o do outro. (...) O “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Ao contrário, pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo” (Op. Cit., p. 46/47). O conceito de *estratégia* é também utilizado na acepção atribuída por Certeau, a saber a do “cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (Op. Cit., p. 46).

¹² Michel de Certeau (1994) entende que os sujeitos sociais são “produtores silenciosos”, ou seja, consumidores ativos e não passivos do mundo em que vivem.

¹³ A leitura modernista da relação espaço-sociedade na cidade era uma leitura que sobrepunha o espaço à sociedade, entendendo o espaço como matriz fundadora da sociedade. A esse respeito, vide: Holston (1993); Silva Filho (2002).

¹⁴ O termo “praticante” é sugerido por Certeau (1994).

¹⁵ Park (1979).

¹⁶ A respeito do conceito de “fato social”, vide: Durkheim (1984).

específico, concomitantemente material e imaterial – é que parece possível entender a cidade como exterior aos homens. Todavia, há, no que respeita ao aspecto estritamente material da cidade – o espaço urbano e os elementos que o conformam –, uma exterioridade incontestada que deriva da própria materialidade dos componentes da relação homem/espaço.

Certas interpretações do fato urbano, ao evitarem compreender a cidade como a resultante da relação recíproca entre o lugar e a gente, sobrepondo o espaço à sociedade, reproduzem um mecanismo intelectual de falseamento da realidade semelhante àquele existente no processo social de percepção da mercadoria por parte de seus produtores¹⁷. Tal qual a mercadoria que é vista de forma fantasmagórica por seus produtores quando percebem nela apenas uma de suas faces – o valor-de-uso, sua face material mais imediatamente notável –, deixando de enxergar o que realmente lhe dá sua condição de mercadoria, a saber, as relações sociais de produção que determinam seu valor e sua intercambialidade, a cidade também pode ser considerada de forma fantasiosa por seus produtores – tanto em nível de senso comum quanto em nível de estudos analíticos e interpretativos –, quando tomada como o mesmo que sua aparência material e não como a resultante material e social de relações humanas específicas. Não vendo a cidade como produto da coletividade humana em sua existência cotidiana, mas sim como mera materialidade utilitária exterior e sobreposta aos homens, seus produtores – os próprios homens – também não visualizam a dialética existente entre eles próprios e aquele que é, antes de tudo, seu produto. Não notam, assim, que as relações sociais que se processam no interior do espaço da cidade, relações entre pessoas e relações entre pessoas e coisas produzidas por pessoas, constroem e reconstróem diariamente tanto o espaço como a própria sociedade urbana. Não percebem, enfim, que a exemplo da mercadoria, a cidade é também composta por dois fatores – espaço e sociedade – distintos entre si apenas metodologicamente, mas que não são capazes, isoladamente, de explicá-la em sua totalidade sociológica.

¹⁷ Marx (1983) utiliza o conceito de *fetche* para fazer referência à propriedade que a mercadoria tem de se fazer notar por apenas uma de suas dimensões de valor, aquela que é imediatamente mais visível, a saber, sua dimensão material ou seu valor de uso. Não pretendo, evidentemente, tratar a cidade como uma mercadoria – a não ser a título metafórico – e, desse modo, considerar seu duplo aspecto de valor, mas disponho-me a fazer uso de uma dada leitura sobre os processos sociais de percepção que considero rica e, a partir dela, traçar um paralelo com uma forma possível, porém parcial e ilusória, de percepção e interpretação do fato urbano.

A apropriação da forma conceitual elaborada por Marx para o entendimento da mercadoria atribui força explicativa ao que sinteticamente Park enuncia como cidade, a saber, “o lugar e a gente”¹⁸. É como lugar e gente, organização moral e organização física, em uma relação de mútua determinação e jamais de sobreposição de uma parte à outra, que a cidade é aqui tratada.

Uma última questão metodológica que deve ser apresentada na consideração da cidade como objeto de estudo da Sociologia é sua consideração como uma realidade social, concomitantemente, total e parcial. Trata-se da compreensão de que toda cidade é, por um lado, como espacialidade e sociedade, um *cosmo*, uma combinatória única e completa – considerada a completude possível para qualquer espaço social empírico, ou seja, a de uma forma inteligível, porém eternamente inacabada – e, por outro lado, que cada cidade empiricamente dada situa-se no corpo de uma sociedade mais ampla e complexa da qual ela é senão apenas um *fragmento*¹⁹ complexo e interativo.

Silêncio social

O “silêncio social” é aqui proposto como uma categoria-síntese que pretende dar conta dos aspectos emocionais decorrentes dos fenômenos da *racionalização espacial* – entendida aqui como uma organização espacial de tipo instrumental, representada, dentre outras coisas, pela segregação funcional e pela construção de espaços não identitários²⁰ – e

¹⁸ PARK. 1979. p. 27.

¹⁹ Três autores referenciais para o tratamento dessa questão são George Simmel (1983a; 1979), Walter Benjamin (1989; 1985; 1980) e Charles Baudelaire (1985; 1988). Esses três pensadores, por meio de observações sobre a metrópole moderna do século XIX, deram significado à forma específica de relação entre a grande cidade e a modernidade, permitindo compreender cada grande cidade não apenas como *cosmo* – uma totalidade ímpar, porque resultante de uma combinatória espaço/sociedade única –, mas também como *fragmento* da sociedade moderna e de cada manifestação empírica específica que essa sociedade global possa ter em nível local, regional, nacional ou transnacional. Para os três autores, a grande cidade – espécie moderna do urbano –, a exemplo de outros espaços produzidos historicamente pela ação das culturas humanas, compõe um universo social que se estende para muito além de seus próprios limites sócio-espaciais. Toda a complexidade metropolitana contém, ao mesmo tempo em que está contida na complexidade do mundo social no qual a cidade moderna se insere. E é, pois, essa particularidade que determina a relação parte/todo – cosmo/fragmento – da grande cidade com o mundo macro social ao qual ela compõe. A respeito dessa reflexão, vide: Silva (2003).

²⁰ O termo “racionalização espacial” é aqui utilizado para fazer referência a um conjunto de posturas conceituais e práticas da arquitetura e do urbanismo modernos, que têm como orientação a busca por uma funcionalidade ou instrumentalidade espacial. Essa postura racionalizante do espaço, sobretudo do espaço urbano – que se encontra tanto na chamada escola modernista quanto em sua crítica, a chamada escola pós-modernista – é responsável por dar materialidade a opções urbanísticas segregacionistas e a opções

da *exclusão social* – entendida, em termos gerais, como o afastamento decorrente do não-reconhecimento do “outro”²¹. Conceitualmente, o “silêncio social” se diferencia das categorias que analisam os fenômenos da separação e da falta de identidade sócio-espaciais porque os aprofunda no que respeita aos efeitos emocionais que ambos produzem nos homens comuns. Solidão, vazio, tristeza são reações emocionais traduzidas para o universo representativo, que decorrem, no caso de Brasília, do isolamento e da carência identitária resultantes da forma como o espaço e a sociedade locais se constituem.

Muitas análises existentes sobre ambos os fenômenos – *racionalização espacial* e *exclusão social* – comportam o entendimento do isolamento e da questão identitária, em termos físicos e sociais, e apontam para a possibilidade de que outras categorias complementares assumam a tarefa explicativa a respeito do campo propriamente emocional, visto que nas mesmas este é senão um campo marginal de reflexão. É precisamente para ocupar esse espaço vago que proponho o uso da categoria “silêncio social” como uma categoria ao mesmo tempo imagética do insulamento social e da ausência de identidade e sintética das reações emocionais que os mesmos podem produzir.

O “silêncio social” não se presta exclusivamente à análise da cidade de Brasília, mas a toda e qualquer interpretação de espaços sociais racionalizados e/ou de padrões de sociabilidade excludentes, porque o “silêncio” é justamente o resultado que esses dois fenômenos sociais produzem no universo sensível dos indivíduos. Esse “silêncio” poderá ser identificado, em maior ou menor medida, sempre que for possível o reconhecimento de situações que ensejem separação, isolamento, desprezo ou carência identitária.

arquitetônicas desfamiliarizadas. Caracteristicamente autoritária, de bases nitidamente iluministas, essa postura racional tem contribuído, em todo o mundo urbano, para a formação de espaços “silenciosos”, quer em cidades inteiras, como no caso de Brasília, quer em partes específicas das cidades, como no caso dos complexos residenciais e dos enclaves comerciais ou empresariais, em muitas cidades. Alguns autores basilares para a discussão das características, extensões e críticas àquilo que aqui denomino de “espaço racionalizado”, são: Holston (1993), Harvey (1993), Augé (1994), e Certeau (1994).

²¹ O termo “exclusão social” é aqui utilizado para fazer referência aos mecanismos sociais de definição de identidades e diferenças, responsáveis por deixar de fora do universo interativo aqueles indivíduos ou grupos de indivíduos com os quais não se tem identidade ou predisposição identitária. Essa concepção preliminar da exclusão social pode ser estendida, por definição, a outras modalidades, como a exclusão política ou a chamada “nova exclusão social”, a saber, o mecanismo de separação cuja base encontra-se na desigualdade social e que se autoriza aos mais extremos atos de separação, inclusive o extermínio físico do “outro”. Vale notar, todavia, que o sentido que é aqui atribuído à exclusão social não a restringe a uma relação simplista do tipo grupo-grupo ou maioria-minoria. A exclusão social é aqui pensada em termos amplos, como mecanismo de separação que comporta tanto aquelas relações quanto a exclusão da maioria, além da própria exclusão individual, a saber, a exclusão que se dá fora do corpo das relações intergrupais. Alguns autores importantes para a discussão teórica da exclusão social, suas modalidades, suas características e sua crítica, são: Xiberras (1994); Freund (1994); Nascimento (1994a; 1994b; 1994c).

Nesse sentido, toda cidade contém uma parcela qualquer de “silêncio” que será maior ou menor conforme a proporção representada por seus micro-universos “silenciosos” na totalidade do corpo urbano. Espacialmente, esses universos pontuais podem ser identificados nos não-lugares, nos enclaves, nos espaços mortos das arquiteturas totalitárias, nos espaços afastados da cultura e da tradição popular, nos espaços fechados ao uso coletivo, nos espaços sem gente, sem movimento, sem vida. Socialmente, esses espaços-fragmento somam-se aos espaços de exceção e se manifestam não apenas nesses, mas em qualquer espaço – mesmo que aberto, público, democrático e identitário – onde a exclusão dê a tônica das relações sociais. Os universos propriamente sociais do “silêncio urbano” são microcósmicos, discretos, miúdos. Escondem-se na delicadeza cruel dos gestuais de superioridade ou indiferença, nos olhares de distanciamento, reprovação, surpresa, repulsa, nos sorrisos de ridicularização, nas táticas de desqualificação e diferenciação do “outro”.

Se Brasília é, como proponho neste estudo, uma “cidade do silêncio”, não é precisamente porque esse “silêncio” só se faça identificar aqui e em nenhum outro lugar mais, mas sim porque aqui a combinatória entre racionalização espacial e exclusão social é de tal modo contundente que por sua força é capaz de determinar um conjunto de sentimentos comuns, que respondem por produzir no imaginário social as representações negativas de vazio, frieza, solidão, dentre outras.

A utilidade conceitual do “silêncio” encontra-se, ainda, na dupla possibilidade de relativização analítica que o mesmo comporta. Se o “silêncio social” é um conjunto de reações emocionais a uma dada combinatória espaço/sociedade que se exterioriza na forma de representações sociais, ele admite, obviamente, a existência de seu oposto – as emoções daqueles que se identificam ao espaço e que se encontram incluídos na dinâmica social –, bem como de outros tantos sentimentos refletidos em representações que um dado espaço social possa comportar – admitindo que tanto identidade quanto interação são construções subjetivas que comportam um sem-número de possibilidades. Por outro lado, o “silêncio social”, por sua natureza concomitantemente sincrônica e diacrônica – visto que as emoções e as imagens são componentes atuais porém dinâmicos dos universos sensível e cognitivo dos homens –, admite igualmente que um mesmo agente possa apresentar, no decorrer de sua vida, distintas formas de representação, inclusive contraditórias entre si.

A arquitetura do “silêncio”

Ao dizer que a arquitetura de Brasília é “silenciosa” pretendo, por meio de uma imagem-síntese – metafórica, como visto – dar conta de apresentar a relação existente entre alguns resultados das opções urbanístico-arquitetônicas – e também políticas – que vêm orientando a construção do espaço de Brasília e alguns sentimentos e representações sociais negativos sobre a cidade.

São resultados diretos – ainda que não exclusivos – das escolhas racionais²² da arquitetura de Brasília: o vazio demográfico, a segregação social por meio do espaço, e a perda de referências visuais para domínio e identificação espacial. Esses três elementos, isolada ou conjuntamente, respondem por produzir no imaginário social local – em especial aquele que é orientado por outras experiências urbanas – as imagens de uma cidade vazia – porque esvaziada de pessoas nos espaços públicos –, elitizada – porque espacialmente segregada das classes populares –, e não identitária – porque dotada de um espaço urbano demasiado racional e de uma arquitetura repetitiva. O “silêncio” aqui proposto pretende expressar não apenas a ausência de barulho na cidade – resultante inevitável de uma “cidade do silêncio” –, mas principalmente, a ausência de alternativas – em termos arquitetônico-urbanísticos estritos –, de aglomeração humana no espaço público e de diversidade social – pensada em termos de estratificação. Essas são características de Brasília que respondem, no espaço cotidiano do homem comum, por produzir sentimentos e representações negativos sobre a cidade.

A sociedade do “silêncio”

Ao dizer que a sociedade de Brasília é “silenciosa” pretendo, por meio da mesma imagem-síntese que expressa a arquitetura, dar conta de apresentar a relação existente entre algumas características da sociabilidade local – e seus resultados – e certos sentimentos e representações sociais, admitindo, como dito, a interrelação existente entre as características sócio-espaciais da cidade.

²² Por racionais, nesse caso, entenda-se tanto as escolhas técnicas e paradigmáticas quanto aquelas de ordem políticas.

As principais características da sociabilidade local – que permitem falar em um modelo ou padrão hegemônico, ainda que não exclusivo, para a mesma –, dentre outros aspectos menores, encontram-se na sujeição das interações sociais a espaços institucionalizados; no insulamento da vida social em grupos de iguais; na redução das diferenças sociais a uma relação dual e simplista do tipo “nós”/“eles”; e na elevação do individualismo a uma condição soberana na determinação de valores e práticas interativas.

Esse modelo de sociabilidade resulta na bipolarização do universo social brasileiro entre o mundo interno dos grupos – ou, do ponto de vista da representação, a cidade vista a partir de um prisma de inserção social – e o mundo externo a eles – ou a cidade vista a partir de um prisma de exclusão social. Quanto mais aproximado de um dos pólos estiver o praticante da cidade, tanto mais tendente a um certo tipo de representação será o mesmo. Assim, tem-se que quanto menor a proximidade do indivíduo com o pólo que indica inserção social tanto maior será a tendência do mesmo em representar negativamente a cidade – considerando os aspectos relativos ao “silêncio social” da mesma – e vice-versa. Essa relação, contudo, é menos simplista do que o que aqui se apresenta inicialmente, visto que a consideração à inserção ou à exclusão social faz-se tanto sincrônica quanto diacronicamente e deve levar em conta, igualmente à questão temporal, o sentido de identidade social que orienta a gênese representativa em cada processo particular.

Os principais resultados do modelo local de sociabilidade podem ser identificados no plano tático das práticas interativas ou segregacionistas cotidianas por meio de arquétipos simbólicos como o individualismo, o preconceito, a discriminação em relação ao “outro” – amplamente entendido como o “de fora” do universo insular do grupo –, a indiferença, a superficialidade e a artificialidade das relações interpessoais, e o valor extremado às aparências materiais na mediação interativa. E a experimentação de um ou mais desses signos da sociabilidade local – associados à vivência do espaço urbano – que responde por produzir nos indivíduos os sentimentos de exclusão, isolamento e desprezo por sua condição humana, os quais orientam as representações negativas a respeito da cidade.

O “silêncio social” não é, pois, uma constante no universo representativo do praticante de Brasília – como se fosse possível afirmar que todas as pessoas invariavelmente vivem e percebem a cidade como socialmente “silenciosa” –, mas sim um

elemento informativo da atividade representacional que varia de indivíduo a indivíduo no decorrer de sua história pessoal.

A cidade do “silêncio”

Tratar Brasília como uma “cidade do silêncio” é, pois, fazer referência a uma cidade dotada de um padrão específico de sociabilidade que se caracteriza pelo insulamento social e espacial dos indivíduos em núcleos comunitários fechados, que se apresentam quase como células incomunicáveis entre si. É falar de uma cidade onde a tradicional urbanidade pré-moderna – do centro, da praça, do espaço público freqüentado pelas classes populares, médias e, eventualmente, altas – cede vez a uma urbanidade que reduz a cidade a partes discretamente dispostas no espaço, sem constituírem uma unidade sócio-espacial. Uma cidade que se desnuda mais no detalhe, na minúcia dos “guetos”, das “gangues”, das unidades de vizinhança, dos clubes, dos grupos fechados, das corporações²³, dos espaços restritos e privados do que propriamente no todo, no conjunto de todas as classes ou na prática conjunta do espaço público. Dizer que Brasília é uma cidade “silenciosa” é falar de uma cidade apartada – espacial e socialmente – das classes populares que em todo o restante do Brasil conformam a geografia das cidades, determinando sua dinâmica sócio-cultural, os contatos, conflitos, a solidariedade intra e extra-comunitária. Aqui, uma única classe faz de Brasília uma cidade sem misturas, sem grande diversidade social, a despeito de toda sua diversidade cultural decorrente das migrações. Falar no “silêncio” de Brasília é fazer menção a evidentes traços de uma cultura individualista e privatista, por definição comprometedora dos laços macrossociais de solidariedade e dos sentidos públicos do espaço e da vida coletiva. É falar em um espaço público esvaziado de gente, onde vias ocupadas por veículos silenciosos – educados que são seus condutores a não emitirem sinais sonoros desnecessários²⁴ – substituem as ruas com seus transeuntes, seus ambulantes, suas surpresas. Dizer que Brasília é “silenciosa” é falar de um universo sócio-espacial tática e estrategicamente excludente do “outro”, da

²³ Nunes; Kohlsdorf (1999) indicam como a relação espaço/estratificação/trabalho determina em Brasília um espaço social caracterizado mais por processos corporativos que propriamente por processos classistas clássicos.

²⁴ Uma das peculiaridades da dinâmica cotidiana de Brasília encontra-se no fato de que os motoristas da cidade raramente buzina. Isso dá ao espaço público da cidade uma sonoridade menos poluída do que aquela que tradicionalmente marca as grandes cidades brasileiras. Essa percepção é confirmada pelos entrevistados ao falarem a respeito do silêncio e do trânsito em Brasília.

diferença, de tudo o que ameaça o grupo, suas hierarquias, seus ritmos, sua dinâmica interna. É referir-se a uma cidade que subordina a inserção social do indivíduo à sua inserção institucional – na escola, no trabalho, na academia, no clube, na igreja, na quadra –, não deixando maiores espaços para a formação de vínculos sociais profundos senão por intermédio das instituições. Afirmar o “silêncio” de Brasília é apontar uma cidade onde elementos de uma cultura provinciana – como a identificação social por meio de “nomes e rostos”²⁵ e os controles sociais permanentes – convivem lado a lado com importantes traços culturais metropolitanos – como o ritmo acelerado dos carros que cortam as pistas retas, a sobreposição do trabalho às muitas atividades da vida social, o consumismo expresso no bem-vestir, no cuidado com o automóvel, o celular e outras aparências materiais, as diversas máscaras sociais que a civilização exige do homem moderno como garantia da impessoalidade própria às relações instrumentalizadas²⁶. Entender Brasília como uma cidade “silenciosa” é, enfim, fazer referência a uma cidade que se torna ímpar no contexto urbano brasileiro em virtude da combinação entre um espaço racional e segregado e uma sociedade de classe média fortemente burocratizada, ambos responsáveis pela produção de um estilo de vida e de um modelo de sociabilidade igualmente particulares se tomado como referência o padrão de urbanidade brasileiro²⁷.

Essa cidade *cosmo*, “silenciosa” e única, é, ao mesmo tempo, *fragmento* complexo de uma sociedade que nenhuma estratégia de isolamento é capaz de negar. Uma sociedade de contrastes, pobreza, medo, ignorância; de festa, religiosidade, tradição, personalismo, camaradagem²⁸. Uma sociedade complexa e multiforme, composta por todos os brasis que habitam o Planalto Central, que se define menos pelo “silêncio” do que por tudo aquilo que

²⁵ Gama (1998) diferencia a cidade provinciana da cidade metropolitana, dentre outras coisas, pelo personalismo das relações sociais na primeira – uma cidade de “nomes e rostos” – e, paralelamente, pela impessoalidade da segunda.

²⁶ A respeito da personalidade moderna – e suas variantes –, vide, dentre outros: Weber (1967); Goffman (1992); Elias (1994b; 1993). A respeito da cidade da modernidade, a metrópole, vide: Simmel (1979).

²⁷ Como afirmam Nunes e Kohlsdorf (1999), “podemos considerar que se formam no novo DF as condições primeiras para a consolidação de um segmento da alta burocracia do Estado que encontra aqui um espaço privilegiado para se desenvolver, e cujo estilo de vida passa a ditar as normas de sociabilidade sobretudo dentro do Plano Piloto” (Op. Cit., p. 34). Em síntese, pode-se dizer que a classe média brasiliense, condicionada por seu *habitus* formado por sua atividade principal vinculada à tecnoestrutura político-burocrática, hegemonizou a vida social na cidade, combinando-se a um espaço urbano igualmente burocratizado.

²⁸ Martins (2000) faz uma rica interpretação sobre algumas características gerais da população e da cultura brasileiras e a forma como a modernidade é vivida no Brasil. A respeito de alguns traços importantes da cultura brasileira para a discussão a respeito da modernidade, vide também: DaMatta (1990; 1993; 1997).

ele nega – contato, diversidade, mistura. Essa sociedade abrangente, da qual a capital federal é apenas um fragmento complexo – por toda sua especificidade – é uma sociedade onde a modernidade apresenta-se de forma anômala, inconclusa. Onde o moderno confunde-se com sua própria simbologia, sendo vivido e representado pelo homem comum de maneira simulacral, imitativa e incompreendida em seu sentido último, a saber, o de objetivação do mundo, das coisas e do próprio sujeito social. No Brasil, como em toda a América Latina, a modernidade define-se pelo conjunto de privações materiais que fazem com que o efêmero moderno adquira o caráter de durabilidade próprio às realidades de escassez – antagônico, por definição, às situações de abundância como as vivenciadas pelos países desenvolvidos, onde a modernidade é completa e compreendida²⁹.

Esse Brasil que Brasília nega encontra-se dialeticamente contido nela. Ele se aglomera em suas franjas e compromete, por sua mera existência, o projeto de modernidade que foi reservado à capital federal desde sua concepção. Esse Brasil próximo-distante é, de certo modo, a âncora involuntária que puxa a cidade do silêncio para aquela realidade social que a mesma tenta compulsivamente negar. Ele não apenas circunda a cidade-capital em seus vários satélites. Ele a penetra diariamente, oras implícita oras explicitamente. Na “cidade do silêncio” vê-se o Brasil nos pontos de ônibus lotados no final do dia; nos sinais de trânsito; nos acampamentos improvisados nos canteiros públicos; nos casebres que se embrenham esquecidos no meio do cerrado; nas carroças anacrônicas que cruzam as vias expressas da cidade modernista carregadas de papel e miséria; nos trabalhadores subalternos, mal escolarizados e mal vestidos para os padrões locais – facilmente reconhecíveis como o “outro”³⁰, uma ameaça a se manter à distância – que se acumulam na sujeira da rodoviária ou do Setor Comercial Sul, aqueles “cantos” largados à sorte do uso popular; nas portarias, nas cozinhas, nos elevadores, na porta dos fundos.

Esse Brasil semi-moderno, da desigualdade social e da tradição, é o corpo social no interior do qual encontra-se a capital da modernidade. Como uma ilha que se isola o quanto pode da sociedade que pretende negar, a capital federal esforça-se cotidianamente por produzir e reproduzir um modelo de urbanidade distinto do dominante no restante do Brasil. A urbanidade brasiliense aproxima-a estruturalmente das formas burocráticas de

²⁹ Essa é uma interpretação apresentada por Martins (2000).

³⁰ A respeito da visibilidade do “outro” por meio da indumentária e de traços exteriores, vide: Elias (1994b: 1993); Ribeiro (1987).

espaço e de personalidade, determinando uma cidade racional não apenas no que respeita a seu espaço – construído intencionalmente para esse fim –, mas também no que tange à sua sociedade³¹. Essa é uma sociedade em cuja população predominam os estratos superiores de uma classe média caracteristicamente escolarizada, com elevado padrão de consumo e gasto, atuante diretamente na burocracia de Estado ou em profissões cujo exercício demanda nível superior de instrução, isolada física e socialmente das classes subalternas.

A tese aqui defendida é a de que a cidade de Brasília – resultante da mútua determinação entre espaço e sociedade urbana – é sim uma cidade diferente, como de fato pode-se dizer de qualquer cidade se tomada como *cosmo*. Brasília é notadamente diferente por diferir em termos sócio-espaciais daquilo que se pode considerar o padrão brasileiro de cidade, a saber, um padrão oriundo da cidade colonial, disposta em ruas-corredores, com casas residenciais, centro comercial, praça central, bairros etc., e relações interpessoais mediadas em menor grau pelas instituições e por visões de mundo utilitaristas e menos restritas a grupos sociais semi-comunicáveis. A diferença de Brasília reside na forma como aqui foram combinados um dado espaço urbano – racional, funcional, segregacionista – e uma dada sociedade urbana – de classes médias burocratizadas. A resultante dessa combinação formou aquilo que denomino como sendo uma “cidade do silêncio” – uma cidade marcada por uma espacialidade segregada e excludente da efervescência social e por uma sociedade discreta, insulada em grupos fechados, com relações interpessoais burocratizadas e com valores sociais mais evidentemente individualistas e micro-comunitários do que amplamente societários. O “silêncio social” de Brasília é, pois, aquele conjunto de características sócio-espaciais que, quando vivenciado pelos indivíduos excluídos total ou parcialmente da vida social local, transmite-lhes a sensação de estarem diante de uma cidade fria, desumana, solitária, impessoal, vazia, dentre outros possíveis atributos.

³¹ A respeito da burocracia e da estrutura burocrática de personalidade, vide, respectivamente: Weber (1982); Merton (1970). A respeito do debate sobre formas de racionalidade, vide: Habermas (2001).

CONHECENDO O CAMPO DE ESTUDO

O estudo da cidade de Brasília requer uma discussão a respeito de qual a cidade – ou território urbano – que se está nomeando pelo signo “Brasília”. Essa necessidade advém da ambigüidade com que esse signo é utilizado no Distrito Federal, tanto em nível oficial quanto em nível de senso comum. A ambigüidade da toponímia de Brasília resulta em uma multiplicidade de espaços nomeados pela palavra “Brasília”, o que solicita aos estudos científicos que delimitem o objeto empírico de suas pesquisas, explicitando qual a Brasília a ser investigada.

O objetivo da segunda parte do presente estudo é, pois, apresentar a polissemia de Brasília em dois campos discursivos distintos – o discurso performativo e o discurso de senso comum – e, em seguida, delimitar espacial e socialmente aquela que, para os fins do presente estudo, é considerada a cidade de Brasília.

Capítulo III

Cidade polissêmica



“Ao entrar no território que tem Eutrópia como capital,
o viajante não vê uma, mas muitas cidades (...)
Eutrópia não é apenas uma dessas cidades mas todas juntas...”

As cidades invisíveis
(Ítalo Calvino)

Que cidade é Brasília?

Muitas respostas diferentes podem ser dadas a essa pergunta aparentemente simples. Poder-se-ia dizer que Brasília é a capital do Brasil, ou seja, a cidade planejada por Lúcio Costa para abrigar os locais de trabalho e residência do Presidente da República e dos funcionários da alta burocracia federal. Nessa leitura, a cidade administrativa, inseparável da cidade arquitetônica – leia-se, Plano Piloto – sobrepor-se-ia às outras cidades possíveis e orientaria a delimitação territorial de sua própria extensão. Outros aglomerados urbanos do próprio Distrito Federal que não cumprissem prioritariamente uma função administrativa e não compartilhassem de atributo arquitetônico similar ao Plano Piloto, logicamente não comporiam o território correspondente à Brasília-capital.

Seria possível, igualmente, afirmar que a cidade de Brasília corresponde a todo o conjunto urbano do Distrito Federal, não se limitando a esse ou aquele aglomerado urbano específico. Nessa leitura, a função administrativa que originalmente definira o território urbano de Brasília aparece suplantada pela própria complexidade social e espacial que se instalou no Distrito Federal desde sua fundação. Nessa concepção, a cidade não reduzir-se-ia a uma estrutura espacial contígua, com começo e fim bem delimitados, mas seria uma cidade de muitas cidades, uma estrutura urbana polinucleada que abarcaria tanto os aglomerados espacialmente contíguos quanto aqueles que distam muitos quilômetros e se encontram separados uns dos outros por meio de grandes vias de escoamentos, a exemplo das rodovias que separam várias das cidades-satélites. O que orientaria a delimitação territorial de Brasília, segundo esse ponto de vista, não seria qualquer sentido de unidade arquitetônica, social ou mesmo espacial, mas sim a dupla consideração a um limite territorial precedente – o do município, que se confunde com o próprio Distrito Federal – e a extensão espacial de influência econômica, social, política e cultural dessa estrutura urbana de polinucleamento.

Uma outra possibilidade seria a de se definir Brasília como a cidade territorialmente correspondente à Região Administrativa I do Distrito Federal, a saber, às áreas correspondentes às Asas Norte e Sul, agregadas à Vila Planalto e ao Setor Militar Urbano (SMU). Essa seria uma delimitação territorial de caráter mais técnico, que teria como pressuposto a aceitação de que é possível haver plena correspondência entre a cidade oficialmente delimitada e a cidade praticada e vivida cotidianamente pelas pessoas.

Segundo essa delimitação, a cidade reduzir-se-ia a uma divisão administrativa, sendo cidades, conseqüentemente, todas as dezenove Regiões Administrativas (RAs) que compõem o Distrito Federal³² (vide quadros 02 e 03 em anexo).

As delimitações territoriais de qualquer cidade estendem-se para muito além das possibilidades apresentadas pelas definições oficiais. Elas podem variar infinitamente a depender da combinatória que se possa fazer entre as delimitações territoriais oficiais – ou *performativas*³³ – e as delimitações elaboradas mentalmente por cada praticante da cidade, em cada momento específico de sua vivência urbana. Isso porque não há territórios na natureza. O território, como abstração, é uma criação dos homens em sociedade³⁴. Ele é a resultante de transformações simbólicas e materiais produzidas pela ação humana coletiva no espaço puro da natureza, com a finalidade de ordenar imaginariamente o espaço para o uso e as representações coletivas. A própria cidade, tratada em termos conceituais e entendida como unidade territorial, é uma criação simbólica humana³⁵.

Nesse sentido, as definições acima apresentadas – algumas dentre tantas outras possíveis para a cidade de Brasília – caracterizam-se por serem tanto insuficientes como forma de redução/simplificação de uma totalidade multifacetada quanto legítimas como delimitações possíveis de uma realidade sócio-espacial complexa. Se é correto afirmar que as visões totalizantes não captam todos os sentidos do urbano³⁶, parece igualmente válido admitir que as realidades sócio-espaciais complexas – das quais a grande cidade é tão somente um exemplo significativo – demandam do ator social esforços cognitivos

³² “Com a finalidade de facilitar a administração do Distrito Federal, em 1964 o território foi subdividido em oito Regiões Administrativas (RAs), cada uma delas com um administrador nomeado pelo então prefeito. Com a evolução da ocupação, através do Decreto 11.921/89, procedeu-se uma nova divisão em 12 RAs. Em 1993 foram criadas mais quatro RAs através do Decreto: 14.604/93, e das Leis: 467/93, 510/93 e 620/93. Já em 1994, outras três RAs foram criadas através das Leis 641/94, 643/94 e 658/94, passando a totalizar as 19 RAs atuais. Cada RA tem um Administrador Regional, nomeado pelo Governador, responsável pela promoção e coordenação dos serviços públicos da região” (CODEPLAN, 1997, p.101).

³³ Bourdieu (1998).

³⁴ A esse respeito, vide: Soja (1993); Certeau (1994); Hissa (2002). Os animais delimitam territórios, mas não o fazem por meio do processo de abstração que orienta a criação e a demarcação territorial humana.

³⁵ Certeau (1994) argumenta que a transformação do fato urbano em conceito de cidade conduz a que se trate o fato urbano com uma unidade ficcional arbitrária dependente de uma certa racionalidade urbanística. Assim, a aliança entre a cidade e o conceito termina por jamais identificá-los, dado que a cidade conceitual é além de meramente abstrata, também estática, quando o fato urbano confunde-se com as experiências de vida na cidade, sendo também resultante de abstrações, mas que são dinâmicas posto que são históricas.

³⁶ Frúgoli Júnior (2000).

caracteristicamente generalizadores do detalhe³⁷, cuja função primordial é promover uma apropriação mental da complexidade por meio de sua redução/simplificação, tornando-a, assim, inteligível.

No caso de Brasília, a realidade espacial à qual os praticantes têm que reconstruir por meio do processo representativo caracteriza-se, por um lado, por ser praticada quotidianamente de forma parcial ou setorizada e, por outro, por lhes ser *performativamente* informada de maneira ambígua³⁸. Disso resulta uma notável volubilidade no modo de pensar e definir territorialmente a cidade por parte de seu praticante. Essa volubilidade – aqui nomeada de polissemia – liga-se, evidentemente, à forma como a complexidade do urbano é vivida e percebida quotidianamente pelo ator social – ou seja, à multiplicidade de cidades que cada cidade encerra –, mas liga-se também à forma como essa realidade lhe é “objetiva” ou “*performativamente*” informada.

O presente capítulo apresenta uma breve descrição de como a cidade de Brasília é informada de maneira polissêmica ao homem comum pelos agentes dos discursos performativos e de como essa polissemia – somada à multiplicidade de cidades vividas que se sobrepõe no processo representativo de qualquer cidade empírica – reflete-se em um tratamento plural e paradoxalmente coerente da cidade por parte de seu praticante.

Cidade polissêmica e discurso performativo

Segundo Bourdieu³⁹, o discurso *performativo* é aquele que “pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio acto de o enunciar”⁴⁰. Ele exerce poder por si só quando, como ato de categorização, “consegue fazer-se reconhecer ou exercido por uma autoridade

³⁷ “O efeito da representação faz com que o elemento isolado, o caco, o traço, o detalhe seja tomado como expressão do conjunto ou comparável a uma situação desejada. (...) Sendo o imaginário social forma de representação do mundo, ele se legitima pela crença e não pela autenticidade ou comprovação” (PESAVENTO, 1999, p. 161).

³⁸ Trata-se de uma realidade urbana composta por um núcleo urbano central – o Plano Piloto – ao qual agregam-se algumas aglomerações humanas próximas em termos espaciais, sócio-econômicos e arquitetônicos – como é o caso das RAs Lago Norte, Lago Sul e Cruzeiro – e outras aglomerações mais distantes – as chamadas cidades-satélites. O conjunto de distâncias que separam o núcleo central e suas adjacências dos outros núcleos urbanos que compõem o Distrito Federal é um fator fundamental – ainda que não o único – na determinação de uma prática urbana setorizada, que reforça a separação de classes e funções no espaço da cidade. Por outro lado, a ambigüidade do estatuto geo-político das áreas urbanas que compõem o Distrito Federal concorre para o dissenso nas delimitações oficiais da cidade, havendo várias formas possíveis e legítimas de se definir territorialmente Brasília.

³⁹ Bourdieu (1998).

⁴⁰ BOURDIEU, 1998, p.116.

reconhecida”⁴¹ O *auctor* – dotado de *auctoritas*, capacidade de produzir – é essa autoridade. Seu poder deliberativo advém de “um ato de conhecimento, o qual, por estar firmado, como todo poder simbólico, no reconhecimento, produz a existência daquilo que enuncia”⁴².

Ainda que seja possível admitir que o discurso *performativo* não determine definitivamente a atividade perceptivo-representativa do ator social, ou seja, que ele não crie obrigatoriamente toda a realidade possível de ser concebida mentalmente pelos indivíduos, é certo que certas classificações, quando provenientes de agentes discursivos socialmente reconhecidos em virtude de acúmulo de capital simbólico, influenciam sobremaneira a formação das representações sociais, atuando, no mínimo, como importantes agentes mediadores entre uma realidade complexa e descontínua e uma infinidade de possibilidades de interpretações coletivas para a mesma. As categorizações do discurso *performativo* operam como porto inicial – e muitas vezes, também final – para a ancoragem das representações sociais, no caso específico, das representações sobre o espaço e seus territórios. A dubiedade de informações contidas nesse tipo de discurso pode, pois, contribuir para a orientação de representações ambíguas por parte do homem comum.

No presente estudo, a análise dos discursos performativos sobre a cidade de Brasília centrar-se-á em três fontes midiáticas específicas: a internet, os jornais impressos e as publicações acadêmicas.

Brasília na internet

No momento histórico que se estende das décadas finais do século XX até o presente, quando agentes distintos respondem por produzir e fazer circular uma gama gigantesca de informação sobre os temas mais diversos, o *actor* do discurso *performativo*, outrora centrado nos homens de ciência e tecnologia, representantes ou não da máquina do Estado, passa a ser reconhecido em múltiplos atores sociais e até mesmo em não-atores, como no caso dos meios virtuais de comunicação. A TV, os jornais impressos e a internet, além de darem voz aos antigos *actores* do discurso *performativo* e suas “verdades”, têm o poder legitimado de atuarem, eles próprios, como *actores* em si, informando e, desse modo,

⁴¹ BOURDIEU, 1998, p.116.

formando realidades. Certas taxonomias espaciais correntes na internet ou nos jornais podem ter tanto valor de “verdade” quanto as mais distintas classificações tradicionalmente apresentadas por cientistas e técnicos de Estado. Isso não corresponde a dizer, todavia, que os *actores* tradicionais do discurso *performativo* tenham hoje menor poder informativo/formativo que outrora, mesmo porque muitas dessas classificações são apenas traduzidas para o grande público pelos mecanismos de comunicação de massa, sendo originais do pensamento técnico-científico.

Observando na internet os sites que tratam da cidade de Brasília é possível notar a existência de uma ambigüidade significativa na definição de uma toponímia da cidade, paralelamente à assunção – nos mesmos sites – de um papel discursivo performativo sem as devidas bases comprobatórias requeridas para sua legitimação. De dezenas de sites pesquisados por meio do programa de busca Altavista⁴³, no mês de setembro de 2002, foram poucos aqueles que apresentaram algum tipo de delimitação territorial para Brasília, considerando propriamente sua estrutura administrativa⁴⁴. Boa parte dos sites, quando tratavam de alguma apresentação da cidade, limitava-se a fazê-lo a partir de sua história de nascimento, sem adentrar em quaisquer referências atuais.

Dos sites encontrados que se dispõem a ir além de contar a história de Brasília, apenas três merecem destaque, por apresentarem distinções entre si na toponímia da cidade, além de apresentarem ao público as fontes de seus dados, facilitando seu reconhecimento como veículos performativos.

Um primeiro site, denominado “Dicas de Brasília”, afirma que “O Distrito Federal é composto pela cidade de Brasília e mais 18 regiões administrativas”⁴⁵. O referido site limita-se a apresentar essa informação sem discutir com o internauta o que vêm a ser as tais regiões administrativas que se somam (ou se sobrepõem?) à cidade de Brasília na composição do Distrito Federal. A categoria “Regiões Administrativas” é tratada como

⁴² BOURDIEU, 1998, p.114.

⁴³ www.altavista.com. O programa apresenta 452.053 ocorrências quando pesquisada a palavra “Brasília”. Parte dessas ocorrências corresponde a repetições de um mesmo site com chamadas diferentes. Dentre essas mais de quatrocentas e cinquenta mil ocorrências, foram investigadas as 177 primeiras novas ocorrências (sem contar com as ocorrências repetidas) de sites que trazem a palavra “Brasília”.

⁴⁴ Dos 177 sites investigados, apenas dez traziam informações sobre a estrutura geo-política da cidade. Outros eram sites comerciais, portais virtuais etc. Daqueles dez sites, três repetiam o conteúdo do site de Augusto Areal (http://www.geocities.com/augusto_areal//regioes.htm), a ser tratado mais adiante.

algo de conhecimento geral que não demanda esclarecimentos, uma vez que é apenas mencionada sem quaisquer explicações adicionais. Vale notar, igualmente, que Brasília é ali apresentada como a única cidade do Distrito Federal, somada a “mais 18 regiões administrativas”. O sentido da palavra “mais” naquele contexto é ambíguo, pois pode indicar tanto que a cidade de Brasília soma-se a outras áreas (urbanas?) denominadas “regiões administrativas”, logo, não cidades em si, apenas regiões dentro dessas, ou que a cidade de Brasília é, ela própria, uma região administrativa do DF⁴⁶.

Um segundo site, denominado “DFonline”⁴⁷, apresenta uma tabela com alguns dados gerais sobre a cidade de Brasília, dentre eles um dado relativo à sua divisão administrativa:

Divisão Administrativa: 19 regiões: Brasília, Ceilândia, Taguatinga, Guará, Cruzeiro, Gama, Núcleo Bandeirante, Paranoá, Planaltina, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Sobradinho, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Brazilândia⁴⁸.

Nesse caso, Brasília é tratada, sem ambigüidades, como uma cidade composta por 19 “Regiões Administrativas”, uma das quais se chama Brasília, a exemplo da própria cidade. Não está claro para o internauta o que viriam a ser as tais “Regiões Administrativas” da cidade – seriam elas bairros, distritos, setores, sub-prefeituras? – mas está claro que Brasília é um nome atribuído a duas realidades espaciais distintas: de um lado, a cidade como um todo; de outro, uma de suas “Regiões Administrativas” específicas.

Há, todavia, no decorrer do site, uma questão capaz de suscitar alguma dúvida por parte do internauta, na medida em que põe juntas duas realidades conceitualmente distintas. Ao falar de “Brasília hoje”, o mesmo site afirma que a cidade de Brasília se destaca “pela qualidade de vida tanto na área urbana como na rural, que nos coloca como uma das cidades de maior qualidade de vida do planeta”. Sem discutir a validade da comparação entre a qualidade de vida de Brasília e a de todas as outras cidades existentes no planeta, não fica evidente para o leitor quais seriam as áreas urbanas e as áreas rurais da

⁴⁵ <http://www.dicasdebrasil.com.br> – pesquisado em 26/09/02. Fontes de dados citadas no site: Censo Demográfico 2000, Resultados Preliminares, IBGE, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH / GDF.

⁴⁶ O referido site apresenta ambigüidade, também, quando da referência às fontes de pesquisa, uma vez que as lista todas – Censo 2000 e SDHU-GDF – ao final do texto, não permitindo ao leitor identificar com precisão quais dados foram retirados de quais fontes.

⁴⁷ <http://www.dfonline.com.br/bsb1.htm> . Pesquisado em 26/09/02.

cidade, permitindo a dúvida sobre a possibilidade de haver aí uma confusão entre os conceitos de *município* e de *cidade*⁴⁹.

Um terceiro site, denominado “Augusto_areal” ou “Brasilia's home page” – cujo conteúdo é composto por fotografias da cidade, além de mapas e informações históricas, geográficas, econômicas, sociais, demográficas etc. – traz uma importante contribuição para o debate sobre a multiplicidade das formas de definição da cidade, ao apresentar “os vários conceitos de Brasília⁵⁰”. Segundo o referido site, haveria quatro formas usuais de definir Brasília:

1. Administrativamente, Brasília é apenas uma das 19 Regiões Administrativas do Distrito Federal. Em termos urbanos, a R.A. de Brasília compreende as Asas Sul e Norte e a área central do Plano Piloto.
2. Brasília também seria a parte correspondente à cidade originalmente prevista, o que compreenderia três regiões administrativas: "Brasília", "Lago Sul" e "Lago Norte".
3. Para muitos moradores do DF, as quatro áreas habitacionais da R.A. do Cruzeiro (Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, Octogonal e Sudoeste) também seriam parte de Brasília, e não cidades-satélites.
4. Finalmente, "Brasília" também é usada para significar o conjunto do "Plano Piloto" e de todas as cidades-satélites (ou seja, estariam incluídos os núcleos urbanos de todas as 19 R.A.'s).

* Quando interessa mostrar Brasília como cidade grande e importante, fala-se que a cidade tem "quase dois milhões de habitantes". Naturalmente, neste caso estão se referindo ao conceito correspondente ao número 4. Quando, porém, se fala de qualidades como "a grande quantidade de áreas verdes", se referem ao conceito correspondente ao número 2 (ou quando muito, ao 3). "Brasília", portanto, tem um significado que, na prática, varia com a conveniência de quem o emprega⁵¹.

⁴⁸ Eventuais erros de ortografia são de responsabilidade do próprio *site*, como o caso da palavra “Brazlândia” grafada como “Brazilândia”.

⁴⁹ Apesar do referido site fundamentar seus dados (e também seus conceitos?) em fontes oficiais, a forma como essas fontes são apresentadas é insuficientemente clara. A única informação disponível ao usuário é a de que “todos os dados desta página sobre Brasília foram retirados do folder feito pela Unesco, Setur e GDF” (Sic.). Não há, todavia, quaisquer explicações sobre o folder mencionado, nem mesmo seu título ou ano de publicação.

⁵⁰ O referido site, ao apresentar uma tabela com dados das regiões administrativas, apresenta a CODEPLAN – órgão de pesquisa e planejamento ligado ao Governo do Distrito Federal – como fonte. Esse site é, sem dúvida, o mais importante dos três sites mencionados, visto que os dados que apresenta (além de imagens e fotos) são citados em muitos outros sites sobre Brasília, inclusive sites escritos em inglês. O próprio site conta com uma versão em português e uma outra em inglês.

⁵¹ http://www.gcocities.com/augusto_areal//regioes.htm. Pesquisado em 23/07/02.

A nota acima não esta assinada, sendo possível supor que o autor da mesma seja o proprio autor do site. Caberia ao internauta questionar quais as fontes de dados e teorias que orientaram a elaboração daquela classificação, bem como a análise a ela subsequente. Esse questionamento, todavia, talvez seja pouco importante para o navegante virtual, como talvez sejam secundários os questionamentos a respeito da legitimidade dos dados apresentados por outros sites de um modo geral. Isso porque a simples referência a consultas em fontes oficiais dá ao discurso pronunciado na internet certos ares de autoridade simbólica, sugerindo ter sido o mesmo elaborado/proferido por um *actor performativo*, ainda que este se encontre ocultado pelo meio virtual no qual expressa suas idéias. A existência dessas informações e sua publicação em um meio relativamente democrático de comunicação/consulta³² é um dado significativo para o debate em questão, posto que, como visto, as classificações podem atuar como “verdades” quando reconhecidas como proferidas por uma autoridade de conhecimento.

Nesse sentido, vale ressaltar que os três casos apresentados aqui sugerem a inexistência de um tratamento consensual ou homogêneo para a cidade de Brasília no que respeita à sua toponímia.

Os jornais impressos e Brasília

Os jornais impressos constituem, seguramente, uma das mais importantes fontes de publicação em massa dos discursos performativos. Circulam para um grande público – de forma mais democrática do que a internet, uma vez que dependem em menor grau da condição econômica e de conhecimento técnico específico do usuário – e apresentam opiniões, análises e dados provenientes de diversas fontes legitimadas pelo homem comum como fontes providas de autoridade de conhecimento. Do total de jornais locais do Distrito Federal, dois merecem destaque nesta análise por serem os de maior circulação e reconhecimento locais: o Correio Braziliense e o Jornal de Brasília.

A despeito de possuírem linhas editoriais distintas em vários aspectos, ambos os jornais convergem entre si no que respeita aos usos do termo Brasília. Tanto o Correio Braziliense quanto o Jornal de Brasília costumam utilizar, prioritariamente, a palavra

³² Segundo informações do site augusto_areal.com.br, o mesmo havia recebido 1.477.357 visitas de 21/04/96 a

Brasília para nomear todo o Distrito Federal e, eventualmente, para fazer referência à sua Região Administrativa I. Assim, é comum encontrar-se matérias cujo título remete a Brasília e o conteúdo aborda situações ocorridas em várias áreas do Distrito Federal, indicando analogia espacial entre ambas as áreas.

Brasília, capital dos gordinhos [:] (...) no conjunto da população brasileira, pouco menos de 12% são considerados obesos. (...) No Distrito Federal, essa proporção estaria mais perto dos 15%. (...) “Em Brasília, por exemplo, é difícil ver alguém andando a pé. A própria disposição da cidade exige que se saia de carro, ônibus, metrô ou táxi” (Walmir Coutinho, professor da PUC-RIO, citado na referida matéria)⁵³.

O trecho acima, além de tratar indistintamente Brasília e DF, conta ainda com uma declaração de um homem de ciência – professor universitário da área de genética humana – morador do Rio de Janeiro, que analisa o modo de vida em Brasília, justificando a obesidade da população em função das características arquitetônicas da cidade. A fraseologia vulgarizada de que não é possível andar a pé em Brasília em virtude das longas distâncias poderia não fazer sentido se o leitor, a exemplo da própria linha editorial do jornal, entendesse que Brasília não é apenas o Plano Piloto ou os Lagos, mas sim o conjunto de todas as áreas do Distrito Federal, incluindo localidades como Taguatinga e Ceilândia, onde, diferentemente do Plano Piloto, as ruas costumam ter muitas pessoas locomovendo-se a pé (compare as imagens 01 e 02; 03 e 04). Esse tipo de questionamento, todavia, não parece ser muito comum, visto que o morador do Distrito Federal (ou município de Brasília) pratica em sua vida cotidiana os muitos sentidos atribuídos à palavra Brasília, entendendo sem maiores ambigüidades tanto a Brasília restrita ao Plano Piloto quanto aquela outra que se estende a todo o Distrito Federal. Assim, sem maiores explicações, ele é capaz de analisar o contexto em que uma dada informação foi proferida e concluir, sem grandes interrogações, a qual Brasília a mesma se refere.

23/07/02.

⁵³ Matéria publicada pelo site do Jornal de Brasília, em 29/09/2002. Autoria: Adriana Nicacio. Fonte: <http://www.jornaldebrasilia.com.br/>, pesquisado em 02/10/2002.



Imagem 01

Vista aérea, do Eixo Monumental, a partir da Torre de TV sentido Esplanada dos Ministérios. Imagem clássica do Plano Piloto, com amplos espaços vazios que dificultam a circulação de pedestres. Foto: Augusto Areal.



Imagem 02

Vista aérea de Taguatinga Norte. Elevada densidade de construções, poucos espaços vazios, menor dificuldade de circulação de pedestres. Foto: Augusto Areal.



Imagem 03

Rua vazia na Asa Norte.



Imagem 04

Pedestres no centro de Taguatinga.

A ambigüidade a respeito do que vem a ser nomeado pelo signo Brasília por parte dos jornais impressos é também exemplificada nas passagens abaixo, publicadas pelo jornal Correio Braziliense, respectivamente nos dias 17, 18, 19 e 26/09/2002.

Mulheres do DF são melhores pagadoras que os homens – 15h09 - (...) A pesquisa foi feita no DF entre os dias nove e 12 deste mês. Foram ouvidas 427 pessoas no Plano Piloto e cidades-satélites⁵⁴.

⁵⁴ Nota publicada pelo site do jornal Correio Braziliense, em 17/09/2002, sem assinatura. Fonte: <http://noticias.correioweb.com.br>. pesquisada em 02/10/2002.

Festividades do Círio de Nazaré de Brasília começam amanhã – 09h23 - Uma tradição de mais de duzentos anos será representada mais uma vez no Distrito Federal. A festa do Círio de Nazaré, originada em Portugal e instituída em Belém (PA) em 1793, será comemorada a partir de amanhã no Lago Sul. (...) Apesar de ter uma proporção muito menor, a festa de Brasília mantém elementos tradicionais da festa do Pará: a corda que cerca a procissão e o almoço com comidas nortistas⁵⁵.

Cidades do DF têm policiamento reforçado – 13h26 - Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria e Brazlândia terão policiamento reforçado. A Polícia Militar (...) está montando barreiras nas cidades⁵⁶.

Brasília ganha novos três Restaurantes Comunitários – 18h34 - Mais três unidades do Restaurante Comunitário serão implantadas no DF. A primeira unidade será inaugurada em Santa Maria na próxima segunda-feira, às 11h e as outras duas no Paranoá e em São Sebastião, na terça-feira, às 11h⁵⁷.

A primeira das passagens citadas refere-se ao comportamento das mulheres do Distrito Federal no que respeita ao pagamento de suas contas. Ela menciona uma pesquisa realizada no Plano Piloto e nas cidades-satélites do Distrito Federal, não fazendo qualquer menção a Brasília. A segunda nota fala de Brasília já na manchete, informando que as festividades do Círio de Nazaré de Brasília estariam para começar. O corpo da nota afirma que o Distrito Federal irá sediar mais uma edição da festa do Círio de Nazaré, a ser realizada no Lago Sul. Afirma, ainda, que apesar de menor do que a de Belém, a festa de Brasília é também tradicional. A terceira nota não menciona Brasília, mas fala das cidades do Distrito Federal, algumas das quais terão policiamento ampliado: Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Gama, Santa Maria e Brazlândia. Por fim, a quarta nota anuncia em manchete que Brasília terá novos restaurantes comunitários, os quais localizar-se-ão em Santa Maria, Paranoá e São Sebastião.

Plano Piloto, Distrito Federal, Brasília, Lago Sul, cidades-satélites. As nomenclaturas sobrepõem-se explicitando a ambigüidade que há na forma de se tratar a

⁵⁵ Nota publicada pelo site do jornal Correio Braziliense, em 18/09/2002, sem assinatura. Fonte: <http://noticias.correioweb.com.br>, pesquisada em 02/10/2002.

⁵⁶ Nota publicada pelo site do jornal Correio Braziliense, em 19/09/2002, sem assinatura. Fonte: <http://noticias.correioweb.com.br>, pesquisada em 02/10/2002.

⁵⁷ Nota publicada pelo site do jornal Correio Braziliense, em 26/09/2002, sem assinatura. Fonte: <http://noticias.correioweb.com.br>, pesquisada em 02/10/2002.

cidade de Brasília. Apesar de haver uma tendência predominante dos jornais em utilizarem o termo Brasília para fazer referência ao município de Brasília e não a uma área específica dentro dele, há ainda algumas confusões. Se Brasília é um município composto por várias cidades – vários núcleos urbanos chamados de cidades-satélites – seria ela própria também uma cidade? E o que viria a ser, então, o chamado Plano Piloto? E o Lago Sul? Seriam eles bairros de uma cidade ou cidades em si? Se são bairros, são bairros de qual cidade, de Brasília? Brasília seria, então, uma cidade formada por outras cidades?

Algumas análises científicas permitem que se discuta com mais profundidade a polissemia de Brasília, bem como o efeito que a mesma exerce sobre o praticante urbano.

Brasília na leitura dos homens de ciência e dos técnicos de Estado

Aldo Paviani, influente pesquisador e teórico das questões geopolíticas do Distrito Federal, entende que Brasília é uma metrópole caracteristicamente polinucleada, “constituída pelo Plano Piloto – o centro – e as cidades-satélites, disseminadas no território do Distrito Federal”⁵⁸. A consideração ao Plano Piloto como centro da cidade de Brasília deve-se tanto à sua centralidade geográfica quanto à sua importância na vida econômica e política do Distrito Federal. O tratamento de Paviani respeita a divisão geopolítica do Distrito Federal – a de um distrito, cuja totalidade da área geográfica é ocupada por um único município⁵⁹ que é, ao mesmo tempo, capital distrital e capital federal. Paviani enfrenta a multiplicidade de sentidos de Brasília, tratando-a sem dubiedade, estritamente como município. Nesse sentido, a “cidade de Brasília”, na obra de Paviani, refere-se, de fato, ao “município de Brasília”. Paviani refere-se à área planejada por Lúcio Costa e Oscar Niemayer como “o Plano Piloto de Brasília⁶⁰” e à Região Administrativa “Brasília” como apenas um dentre os 19 núcleos populacionais da cidade⁶¹. Por meio do conceito de polinucleamento, Paviani analisa tanto o “Plano Piloto de Brasília” quanto os outros núcleos de povoamento do Distrito, os quais, a despeito de serem por vezes tratados como

⁵⁸ PAVIANI, 1997, p. 37.

⁵⁹ Segundo dados do Censo 2000, a área total do município de Brasília é de 5.802 Km², a mesma área do Distrito Federal. A esse respeito, vide: IBGE (2002).

⁶⁰ PAVIANI, 1997, p. 47/48.

⁶¹ Paviani (1997).

“cidades-satélites”, seriam, de fato, núcleos urbanos espacialmente dispersos no interior de uma mesma cidade.

Apesar de influente⁶², a classificação de Paviani não é a única presente nos estudos sobre Brasília. O Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁶³, utiliza o termo “Brasília” de quatro formas distintas, como pode ser visto no quadro 04. Quando Brasília é apresentada como “microrregião”, “município” e “distrito”, os valores de todas as variáveis analisadas correspondem aos mesmos valores relativos ao Distrito Federal, subentendendo-se a similitude geográfica entre Brasília e Distrito Federal, a exemplo do tratamento de Paviani. Porém, quando Brasília é apresentada como “subdistrito”, os valores das variáveis correspondem a valores diferentes daqueles relativos ao Distrito Federal, indicando tratar-se de uma unidade geopolítica distinta, a saber, a Região Administrativa I (RA I) do Distrito Federal.

Quadro 04: Categorias geográficas e característica de dados – Distrito Federal, Censo 2000

Mesorregião	
Distrito Federal.....	Valores referentes ao Distrito Federal
Microrregião	
Brasília.....	Valores iguais aos referentes ao Distrito Federal
Município	
Brasília.....	Valores iguais aos referentes ao Distrito Federal
Distrito	
Brasília.....	Valores iguais aos referentes ao Distrito Federal
Subdistritos	
Brasília e as outras Regiões Administrativas do DF.....	Valores referentes a cada região administrativa do DF

Fonte: IBGE (2002).

A Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN), órgão de pesquisa ligado ao Governo do Distrito Federal, também utiliza o termo “Brasília” para fazer referência à Região Administrativa I do Distrito Federal. Sem entrar na questão da municipalidade de Brasília, os estudos da CODEPLAN consideram exclusivamente (ou prioritariamente) a atual divisão administrativa do Distrito Federal, segundo a qual o que é

⁶² Há vários autores, a exemplo de Paviani, que entendem a intercambialidade dos termos “Brasília” e “Distrito Federal”, expressando-a com maior ou menor nitidez – por vezes, deixando ao leitor a tarefa de “garimpar” nas entrelinhas do texto o sentido que se quer atribuir ao termo. Cito, aqui, apenas alguns desses autores, visto que essa talvez seja a forma mais comum de utilização do termo “Brasília”: Araújo (2000); Tosta (2000); Bursztyn (2000); Gouvêa (1991); Machado (1997); Campos (1991); Jaccoud (1991); Oliveira (2000); Quinto Júnior e Iwakami (1991); Gonçalves (1998); Souza (1997); Rua (1997); Amorim (1998).

⁶³ IBGE (2002).

chamado “Brasília” é tão somente uma das 19 Regiões Administrativas e não o Distrito inteiro.

Como pode ser visto no quadro 03 (em anexo), a Região Administrativa I, denominada “Brasília”, é composta por três áreas ou setores: “cidade de Brasília”⁶⁴, Setor Militar Urbano (SMU) e Vila Planalto. A chamada “cidade de Brasília” compreende o Plano Piloto, a saber, as Asas Norte e Sul, bem como o “corpo” do Plano, representado pela Esplanada dos Ministerios e pelo Eixo Monumental. Note-se que a despeito do documento citado tratar “Brasília” como uma das Regiões Administrativas do Distrito Federal, o mesmo também utiliza o termo “Brasília” para fazer referência a uma cidade específica – o chamado Plano Piloto.

Há autores para quem Brasília é, por excelência, o Plano Piloto e não o município como um todo ou mesmo uma Região Administrativa. Ainda que a polissemia da cidade faça-se presente também nessas leituras, elas convergem para uma percepção presa à história e à mitologia da capital federal. Antes, não havia nada. Construiu-se um sonho e esse sonho tem nome: Brasília. O que veio depois (ou mesmo durante, como os casos do Núcleo Bandeirante e de Taguatinga) faz parte do depois, é consequência, ora tida como a resultante mais óbvia de um projeto utópico-autoritário, ora como a face cruel de uma nação que não se pode esconder sob o mármore e as vidraças de palácios monumentais, ora como o produto de alterações na obra de arte original. Muitos autores que vêm Brasília *a priori* como a cidade de Lúcio Costa, Niemayer e JK, dos candangos e da construção, do sonho desenvolvimentista de uma nova nação, não se ocupam em discutir outras possíveis apropriações para o termo “Brasília”, ainda que não ignorem a existência das cidades “do depois” como tentáculos da capital dos sonhos, e as aceitem e entendam também como partes da Brasília “do agora” – como seus satélites, não mais que isso.

O livro *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*⁶⁵ é um exemplo significativo dentre muitos outros possíveis. Nele, várias narrativas sobre a “Capital da Esperança” sobrepõem-se em um esforço para dar voz aos agentes do cotidiano, “poetas tímidos ou reprimidos pelos discursos conceituais”⁶⁶. Vista da perspectiva de um caleidoscópio, a cidade assume sua multiplicidade e sua polifonia, mas mantém, na maioria

⁶⁴ CODEPLAN (1997).

⁶⁵ Medina (1998).

⁶⁶ MEDINA, 1998, p. 7.

dos textos, a tendência a ser tratada antes e sempre como a “delgada e levíssima”⁶⁷ – ainda que violada por sua própria obsessão funcional de circunscrever o que não se submete a fronteiras – filha ilustre do projeto modernista e do sonho desenvolvimentista brasileiro⁶⁸. A narrativa dos três “atos” que epigrafam cada seção do livro ilustra com propriedade o protagonismo da Brasília de Lúcio Costa diante das outras Brasília possíveis na percepção de alguns autores.

Céu aberto: primeiro ato

O céu de Brasília nos desnuda e nos faz errantes, sujeitos em busca do próprio lugar. Em Brasília você não se perde, é verdade, mas a sensação de que nunca será achado é quase visceral. A cidade, construída para narrar o ideal funcionalista, é um texto onde a ortografia é a mola propulsora: as tesourinhas são vírgulas que te dão tempo para frases que acabarão nos pontos monumentais, prédios, por si, exclamativos. Há os pontos-e-vírgulas, residências, locais onde o humano muitas vezes borra o texto dos ajustados. Há ainda interrogações, quem chega na rodoferroviária tem a impressão de que ainda não chegou, mas é, no entanto, forçosamente inserido na narrativa brasiliense, texto que já começa com um ponto de exclamação: o Memorial JK⁶⁹.

Todos os locais citados – tesourinhas, rodoferroviária, Memorial JK – localizam-se no Plano Piloto e expressam, como partes significativas da cidade, o “ideal funcionalista” que determinara a construção daquele texto-cidade específico e não de outro qualquer.

Subterrâneos: segundo ato

Não há como não traçar um paralelo ente a cidade, este texto aparente, e a narrativa dos desafetos: texto, também de cunho funcionalista, que busca enquadrar o homem no mundo. Mundo antes de ser vivido. Mundo pensado limpo. Mundo avesso às complexidades. Nele, texto ou mundo, as histórias de vida resumem-se a fórmulas: funções e as necessidades são arquitetonicamente classificadas e ordenadas. Nele, os fatos são desagregados: a satisfação dessas necessidades e funções sociais são espacialmente separadas. Nele, as vozes

⁶⁷ SEABRA, 1998, p. 10.

⁶⁸ Muitos autores entendem “Brasília” com sendo o conjunto urbano formado pelas Asas Norte e Sul e pelos Lagos Norte e Sul, tratando as cidades-satélites (quando as mencionam) como o próprio nome indica, como cidades anexas ao centro urbano, mas não como distritos, bairros ou outros tipos quaisquer de unidades geopolíticas pertencentes à cidade central. Cito, aqui, apenas alguns desses autores: Ramírez (1998); Mello (1998); Adghirni (1998); Nunes (1997b); Siqueira e Bandeira (1997); Madeira (1997); Santos (1997); Acioli (1995); Pavarino Filho (1995); Silva Filho (1998).

⁶⁹ RESENDE, 1998a, p. 11.

perdem a identidade: o lugar destinado ao desempenho de cada uma dessas funções é o edifício visivelmente padronizado⁷⁰.

Novamente, a cidade à qual o autor se refere é nitidamente o Plano Piloto, a Brasília construída pela razão funcionalista, com sua segregação funcional de espaços, sua lógica impessoalizante e a-histórica, sua estética padronizada, enfim, seu ideal positivo e, de certo modo, maquinal⁷¹.

Errantes: terceiro ato

Como qualquer narrativa que se tece, emergem as entrelinhas – as interrogantes do texto. O exercício de pensar um outro modo de narrar Brasília é a própria necessidade, inerente ao humano, de fazer sobressair a vida que pulsa no interior de qualquer texto. As formas de convivência recriadas na cidade de Brasília, os entrecios culturais que se configuram no espaço brasiliense, os modos de articular uma vida sem carro, as casas das Marias que se entrelaçam na tessitura urbana, os sotaques que marcam as identidades dos que vivem outras entrelinhas, formam o texto não idealizado, a arquitetura não funcional, a sintaxe que não foi preconcebida. Narrar essas entrelinhas é reprojeter Brasília, é narrar os afetos e as incertezas, é ressignificar o complexo ato de estar no mundo⁷².

Finalmente, ressignificar Brasília é pensar na Brasília “do hoje”, uma cidade nascida do planejamento funcional que lhe foge aos limites e se transforma em algo que não estava no projeto. Essa passagem evidencia o protagonismo do Plano Piloto como tal. O autor admite que a Brasília do presente é mais, e outra coisa, que a cidade planejada, mas ainda toma aquela Brasília, a do passado, como ponto de partida para pensar sua condição atual, suas transformações, para, enfim, narrar a forma – insubordinada, é preciso que se diga – que a obra sonhada assumiu com o passar do tempo.

Há, por fim, outros autores que não fazem qualquer referência à polissemia de Brasília. Utilizam o termo “Brasília” com segurança, emprestando-lhe uma surpreendente univocidade, como se todos soubessem de antemão e sem qualquer sombra de dúvida a qual espaço específico aquele termo nomeia. Essa prática é algo comum nos estudos que têm Brasília como cenário de algum fenômeno ou evento específico e não como objeto de

RESENDE. 1998b. p. 21.

¹ A respeito das características da arquitetura funcional que orienta a construção de Brasília. vide: Holston (1993).

RESENDE. 1998c. p. 69.

investigação em si. Assim, fala-se facilmente no “rock em Brasília”⁷³ e em outros assuntos cujo *locus* é a cidade de Brasília, sem pistas para o leitor sobre qual espaço o termo Brasília está pretendendo nomear naquele contexto específico.

A cidade polissêmica na leitura cotidiana do praticante urbano

O discurso performativo, como visto, apresenta-se como um dos elementos atuantes na orientação das representações do homem comum a respeito do espaço vivido. Com força de autoridade simbólica ele nomeia espaços, criando territórios e regiões oficiais. Apesar de não determinar a percepção urbana do praticante da cidade, o discurso performativo fornece referências simbólicas importantes para nortear as narrativas que expressam a percepção espacial ordinária.

Se, no caso de Brasília, o discurso performativo – independentemente da mídia que o divulgue – é polissêmico e atribui sem muita clareza um mesmo signo a espaços distintos, não parece surpreendente que o discurso ordinário, elaborado e expresso pelo praticante da cidade, não o seja, visto que somadas às informações performativas esse discurso conta ainda com a multiplicidade – e a temporalidade – das vivências e das percepções cotidianas a respeito de uma realidade sócio-espacial complexa como a grande cidade.

No que respeita ao universo perceptivo-discursivo do homem comum, considerar Brasília como múltipla é, por um lado, compreender a existência de muitas realidades espaciais indistintamente nomeadas pelo signo “Brasília”. Por outro lado, porém, considerar Brasília como múltipla é admitir que não há *uma* cidade, cujos limites territoriais oficiais sejam consensualmente replicados pela representação que o homem comum faz da geografia urbana, mas sim múltiplas cidades imaginadas, porque múltiplas cidades sonhadas, vividas e experimentadas, múltiplas apropriações mentais que se projetam no espaço sob a forma de territórios. As fronteiras simbólicas do imaginário não respeitam as delimitações oficiais dos planejadores de Estado⁷⁴. As nomenclaturas oficiais, mesmo quando coerentes, não são suficientes para suplantarem os mapas mentais do praticante urbano, ainda que lhes sirvam de horizonte. Isso será tão mais verdadeiro quanto mais complexa for a organização sócio-espacial de uma cidade. Cidades metropolitanas,

⁷³ Costa (1994).

nesse sentido, tendem a ser mais complexas e múltiplas em sua territorialidade do que as cidades provincianas, que além de espacialmente menores são, também, socialmente mais simples.

O presente estudo constatou a polissemia de Brasília para seu praticante ordinário por meio de algumas questões apresentadas aos entrevistados. Duas questões, especificamente, solicitavam ao entrevistado que dissesse, respectivamente, o “nome da cidade” e o “nome do bairro” onde morava na ocasião da entrevista⁷⁵. Uma terceira questão solicitava-lhe que indicasse, a partir de uma lista de locais do Distrito Federal, quais os que julgava serem parte de Brasília⁷⁶. Além dessas três questões mais diretamente voltadas para a toponímia urbana, muitas outras, ao solicitarem do entrevistado que verbalizasse sua percepção sobre algum aspecto específico de Brasília, terminaram apresentando-se úteis para a expressão daquilo que o praticante ordinário considera e vive como sendo a cidade de Brasília – considerados os diversos momentos de sua experiência de vida na cidade.

Em alguns casos, a dúvida sobre o que se chama pelo nome “Brasília” sucedeu as respostas.

Pois é, tem essa coisa, que que é Brasília? Eu não sei, Brasília seria o Distrito Federal, eu acho, é isso... ou o Plano? Já mudou já minha visão, acho que agora Brasília é o Plano, eu acho. Antes de conhecer, de morar na verdade, acho que Brasília era tudo, era o Plano, eram as cidades-satélites. Mas hoje, morando aqui em Brasília, hoje eu vejo que Brasília parece que é o Plano .

*Eu acho que Brasília... só uma questão conceitual: Brasília é Asa Sul, Asa Norte, Lago? (...) Então, eu acho que há uma confusão conceitual mesmo. O que é Brasília? (...) Até onde chega Brasília? Na minha concepção, eu ainda moro em Brasília.(...) A distância do Guará pro Plano Piloto é mínima, então, eu não consigo (...) entender falar que Guará não é Brasília, mesmo porque a minha vivência, no meu interior, sabe, eu não consigo apreender isso*⁷⁸.

⁴ A esse respeito, vide: Certeau (1994).

⁵ Vide questões 14 e 15 do “questionário de pesquisa” (em anexo).

⁶ Vide questão 147 do “questionário de pesquisa”, (em anexo).

⁷⁵ Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA e moradora do Distrito Federal há aproximadamente 2 anos. A entrevistada reside em Sobradinho há cerca de 7 meses. Resposta à afirmativa “Brasília é uma cidade grande”. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁷⁸ Mara, 37 anos, nascida em Colatma-ES e moradora do Distrito Federal há 32 anos, residente no Guará há cerca de 30 anos. Resposta à afirmativa “Brasília é uma cidade e as cidades-satélites são outras cidades diferentes”. Entrevista realizada em 04/10/2002.

Uma dupla dificuldade pôde ser percebida entre os entrevistados na resposta às três questões mencionadas acima: a primeira delas foi a de atribuir um sentido único a algo que é vivenciado como multiplicidade; e a segunda foi a de pensar em termos de uma nomenclatura (a de bairros) que, a despeito de ser tradicional no imaginário nacional, encontra-se abolida da prática cotidiana dos moradores do Distrito Federal.

Cidades Brasília

Para o praticante da cidade não há uma única Brasília. Brasília é múltipla, como são múltiplas todas as cidades vividas. Múltiplos são os territórios do cotidiano – apropriações mentais que se projetam no espaço sem respeitar necessariamente taxonomias e divisões oficiais que, além de arbitrarias, porque impostas por uma tecnocracia que cria por meio de codificações autoritárias, não apenas a imagem dos espaços internos das cidades, mas a figura da própria cidade como realidade acabada⁷⁹, são também distanciadas das práticas cotidianas que dão sentido aos espaços, fazendo deles lugares ou não-lugares praticados ou negligenciados no dia-a-dia. As regiões que povoam o imaginário do homem da cidade não encontram obrigatoriamente paralelo nas fronteiras delimitadas pelos homens da tecnocracia, porque se situam em uma outra ordem de coisas: na ordem das práticas cotidianas, da realidade vivida, daquela realidade que é testemunhada, criada e re-criada no dia-a-dia, que é dinâmica e histórica e, por definição, inconclusa a despeito de coerente para seu agente.

As divisões espaciais produzidas pelos tecnocratas a partir de uma prancheta de trabalho ou de uma sala de reuniões são da ordem das coisas planejadas, pensadas para ser o que ainda não são, quer como projeção de um novo absoluto quer como transformação de uma realidade existente. Uma de suas marcas é a atemporalidade a que se pretendem, entendida em sentido mais amplo também como associabilidade. Em seu autoritarismo original, essas divisões expressas simbolicamente por distintas taxonomias pretendem criar não somente um espaço de vida, mas uma vida por meio do espaço⁸⁰. Ainda que respeitem certas práticas e apropriações espaciais cotidianas do homem comum não são capazes, por sua própria natureza, de dar conta de todos os sentidos e de todos os usos que os espaços

⁷⁹ Certeau (1994).

⁸⁰ A esse respeito, vide: Soja (1993); Holston (1993).

sociais podem possuir. Propõem-se a ser apropriações panópticas e estáticas de um objeto que, por definição, é dinâmico, ilimitável e incontrollável⁸¹

Vale dizer que os mapas mentais que incluem ou excluem da cidade determinadas localidades em virtude de práticas diárias ou eventuais, valores, recordações, crenças e afetos são orientados *a priori* pelas delimitações territoriais mais ou menos precisas expressas pelo discurso performativo dos cientistas, dos técnicos de Estado, dos comunicadores de massa, enfim, dos atores sociais que possuem autoridade reconhecida para criar simbolicamente, por meio do discurso, os territórios no corpo do tecido urbano. O discurso performativo, todavia, limita-se a orientar, fornecer as primeiras referências espaciais ou substituir outras possíveis, nortear, enfim, a apropriação de algo que não se restringe às suas fronteiras. No caso da capital federal, a multiplicidade do fato urbano nomeado pelo signo Brasília é de tal modo evidente que o próprio discurso performativo, supostamente unívoco, torna-se, ele próprio, polissêmico.

Não surpreende, portanto, a dificuldade que os entrevistados apresentam em ter que atribuir um único sentido a algo que possui muitos possíveis, não apenas em sua prática cotidiana, em seu universo valorativo e afetivo e em sua memória, mas também no interior do próprio discurso incumbido de lhes informar performativa, logo, inequivocamente, sobre a cidade.

⁸¹ A esse respeito, vide: Soja (1993).

Quadro 05 – Localidades que compõem a cidade de Brasília segundo entrevistado

Nome	Local de moradia	Local de nascimento	Moradi a no DF	Áreas que compõem a cidade de Brasília na opinião do entrevistado
Raul	Asa Norte	Angola	7 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Vila Planalto; Lago Norte/Sul
Mara	Guará	ES	32 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro; Núcleo Bandeirante; Guará
Emiliano	Asa Sul	SP	19 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Vila Planalto; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro
Cláudia	Asa Sul	DF	21 anos	Asa Norte/Sul; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro; Candangolândia; Taguatinga; Guará; Sobradinho; Planaltina
Jorge	Riacho Fundo	DF	21 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro; Guará
Daniela	Asa Norte	RS	10 anos	Asa Norte/Sul; Vila Planalto; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro; Candangolândia; Sobradinho
Paulo	Taguatinga	DF	30 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Vila Planalto; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro
José	Rec. das Emas	CE	13 anos	Todo o Distrito Federal, incluindo os setores internos de Brasília
Fábio	Asa Sul	PB	2 meses	Asa Norte/Sul; SMU; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro ⁸²
Rosa	Sobradinho	RJ	28 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Vila Planalto; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro
Sérgio	Guará	DF	38 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Vila Planalto; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal ⁸³
André	Asa Norte	MS	4 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro; Guará
Marcelo	Asa Norte	RJ	39 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Vila Planalto; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro; Paranoá; Taguatinga; Núcleo Bandeirante; Guará; Sobradinho; Planaltina
Cezar	Lago Sul	SP	35 anos	Todo o Distrito Federal, com exceção de Baziândia, São Sebastião e Planaltina.
Raquel	Lago Sul	SP	30 anos	Asa Norte/Sul; SMU; Vila Planalto; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Cruzeiro; Guará
Camila	Sobradinho	PA	2 anos	Asa Norte/Sul; Lago Norte/Sul; Sudoeste; Octogonal; Taguatinga ⁸⁴

Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal entre janeiro e dezembro de 2002.

⁸² Sentiu-se pouco confortável em responder a questão por só conhecer duas cidades-satélites, mas disse ter a impressão de que as cidades satélites não são partes de Brasília.

⁸³ O entrevistado menciona uma “Grande Brasília”, divisão territorial a qual afirma não conhecer com precisão, mas que creê ser formada pelas localidades do Distrito Federal que estejam mais próximas ao Plano Piloto, quais sejam: Cruzeiro, Candangolândia, Núcleo Bandeirante e Guará.

⁸⁴ Por não conhecer muitas das localidades citadas, a entrevistada não se sentiu à vontade para afirmar se as mesmas faziam ou não parte de Brasília.

Como pode ser visto no quadro 05, as respostas à questão que solicitava que os entrevistados indicassem, a partir de uma lista de várias localidades do Distrito Federal, aquelas que julgavam compor a cidade de “Brasília” apontaram uma total ausência de consenso sobre uma geografia definitiva da cidade⁸⁵. De outra parte, as mesmas respostas indicaram um real protagonismo do Plano Piloto sobre as outras localidades do Distrito Federal – ou um “planocentrismo”⁸⁶ – na consideração da composição espacial de Brasília, indicando que se não é fácil um consenso sobre quais áreas compõem Brasília, ao menos tem-se a certeza de que as áreas pertencentes ao projeto original – as duas Asas e os dois Lagos (destacados no quadro 05 em azul) – são, para todos, partes componentes da cidade.

“Não tem bairro aqui não”

Além da dificuldade que os entrevistados apresentaram em atribuir um sentido único a algo que é nomeado e vivenciado como multiplicidade, uma outra dificuldade pôde ser notada: a dificuldade de pensar em termos de “bairros” – categoria referencial tradicional das cidades brasileiras – uma realidade urbana performativamente definida em termos de superquadras, setores, zonas etc. e, efetivamente vivenciada em termos de uma outra espacialidade urbana que não o bairro em si.

Segundo Rossi,

Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica e estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função, portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para fixar o limite do bairro⁸⁷.

Para o autor, e segundo um dado ponto de vista da Arquitetura, os bairros são estruturas relativamente autônomas entre si, que mantêm uma relação de referência direta apenas com a cidade como um todo. Rossi defende a tese de que a existência de bairros

⁸⁵ Em apenas dois casos houve total coincidência entre as geografias sugeridas para Brasília (os casos dos entrevistados Paulo e Emiliano). Nenhum dos demais entrevistados sugeriu uma geografia que fosse coincidente com os demais.

⁸⁶ “Eu tô querendo desenvolver um conceito aqui (...), né, o conceito de “planocentrismo”, não tem? E, “planocentrismo”. Eu acho que isso sustenta toda uma visão de Brasília a partir do Plano Piloto, sabe”. André, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁸⁷ ROSSI, 2001, p. 70.

relativamente autônomos e distintos entre si permite pensar-se a *cidade* como sendo *dividida em partes diferentes* ou *caracterizadas* em função de sua fisionomia própria, autonomia relativa frente a outras partes da cidade, composição social e/ou função urbana.

As cidades americanas seriam, na leitura do autor, tipicamente *cidades por partes*, na medida em que cada bairro ou área distinguir-se-ia notavelmente dos demais. Nessa mesma linha argumentativa, Park⁸⁸ dá exemplos de “cidades dentro de cidades” – Little Italy e Chinatown em Nova Iorque –, a saber, regiões que se formam naturalmente no interior das grandes cidades e que se constituem em universos urbanos particulares por sua unidade interna e sua diferenciação em relação ao restante das áreas que as circundam.

O conceito de bairro apresentado por Lynch⁸⁹ parece complementar os aspectos indicados por Rossi e Park. Para Lynch,

os bairros são as regiões médias ou grandes de uma cidade, concebidos como dotados de extensão bidimensional. O observador neles “penetra” mentalmente, e eles são reconhecíveis por possuírem características comuns que os identificam. Sempre identificáveis a partir do lado interno, são também usados para referência externa quando visíveis de fora⁹⁰

Os bairros distinguem-se fisicamente, pois, em virtude de continuidades temáticas que podem ser percebidas das mais diversas maneiras. Os aspectos visuais são, seguramente, aqueles de mais evidente percepção no reconhecimento da unidade temática de um bairro. É fácil distinguir uma área da cidade de outra em virtude de diferenças evidentes em aspectos arquitetônicos, viários e/ou urbanísticos gerais, ou aspectos relativos à conservação patrimonial ou à limpeza geral do espaço, apenas para mencionar alguns elementos visuais. Sabe-se, por exemplo, que se está no bairro dos Jardins, em São Paulo, e não mais na região da Paulista (avenida Paulista) quando se notam as árvores seculares fazendo sombra às mansões de fins do século XIX, início do século XX, situadas em tranqüilas alamedas com nomes de países. Do mesmo modo, é possível reconhecer o chamado “centro histórico” de São Luís do Maranhão, revitalizado pelo Projeto Reviver, em virtude de seu elevado grau de preservação patrimonial, nitidamente contrastante com as áreas circundantes de semelhante arquitetura colonial. Paralelo àqueles aspectos de fácil

⁸⁸ Park (1979).

⁸⁹ Lynch (1997).

⁹⁰ LYNCH. 1997. p. 52.

percepção visual encontram-se outros que se relacionam mais propriamente aos ritmos, à sonoridade, ao cheiro, aos usos, enfim, à vida diária de cada bairro e que são, igualmente, elementos de identificação das distintas áreas da cidade.

As investigações realizadas por Lynch a respeito da *Imagem da cidade* indicam que os cidadãos reconhecem a importância dos bairros – como partes distintas, logo identificáveis, do tecido urbano – por pelo menos dois motivos centrais. primeiro, porque os bairros atuam como áreas de referência e orientação espacial – “cada parte de Boston é diferente das outras, e é fácil saber em que parte da cidade estamos”⁹¹; depois, porque eles simbolizam “uma parte importante e satisfatória da experiência de viver na cidade”⁹², enriquecendo, por assim dizer, a experiência propriamente dita da vida urbana.

A ausência de bairros, portanto, altera a experiência urbana tanto naquilo que diz respeito à percepção e à identificação das diferentes partes componentes do tecido urbano quanto no que tange às próprias práticas associativas ordinárias, influentes no processo de formação das identidades urbanas. A ausência de bairros deve ser pensada não apenas como a ausência de espaços performativamente nomeados com bairros, mas sim como a ausência efetiva do espaço social do bairro, a saber, um espaço de diferenciação interna da cidade e de identidade urbana⁹³.

Em Lisboa, *cidade de bairros* como é popularmente conhecida⁹⁴, a existência de bairros, suas distinções gerais e suas identidades particulares é mais bem percebida por meio de festejos populares – em especial, a festa anual dos santos populares, organizada pelo governo municipal, onde desfilam representantes dos bairros populares, concorrendo a prêmios oferecidos pela Câmara Municipal⁹⁵. Apesar dos *bairros populares* – aqueles que participam das marchas populares⁹⁶ – serem reconhecidos pelos cidadãos como um dos elementos típicos de Lisboa, eles não existem como divisão administrativa da cidade.

⁹¹ Palavras de um dos entrevistados de Kevin Lynch (LYNCH, 1997, p. 74). Como afirma o próprio Lynch “muitos dos nossos entrevistados fizeram questão de enfatizar que Boston, apesar de confusa em seu modelo viário (mesmo para o habitante que a conhece bem), é uma cidade que tem, no número e na vivacidade de seus bairros diferenciados, uma qualidade que compensa seus outros problemas” (Op. Cit., p. 75).

⁹² LYNCH, 1997, p. 75.

⁹³ Como espaço identitário o bairro pode ser pensado como um *lugar* no sentido emprestado ao termo por Augé (1994).

⁹⁴ A esse respeito, vide: Cordeiro, Costa (1999).

⁹⁵ Cordeiro, Costa (1999).

⁹⁶ Cordeiro, Costa (1999).

São territórios sociais aproximados cuja definição pertence, exclusivamente, ao domínio da tradição oral, já que a menor divisão administrativa e política do território português, rural e urbano, corresponde à freguesia, o que, nas áreas urbanas, não tem, em geral, transposição saliente no plano social e das identidades coletivas. Os nomes dos bairros (...) não passam, afinal, de “designações topográficas populares, sem consagração oficial”⁹⁷.

Sentidas, assumidas e nomeadas por seus praticantes como bairros, essas *topografias populares* que não encontram espaço na taxonomia fundadora dos territórios oficiais da cidade, ainda que se constituam em unidades espaciais permeáveis em virtude de fronteiras instáveis ou incertas, são de fato realidades urbanas identificáveis, quer nos ritmos de sua prática social cotidiana, quer em suas imagens internas ou externas, quer, ainda, nos processos culturais aos quais abrigam e produzem.

A combinatória entre os sentidos arquitetônico e antropológico emprestados ao termo “bairro” permite afirmar, em um primeiro momento, que os bairros são unidades distintas no corpo das cidades, e, em um segundo momento, que essa distinção é percebida tanto por aqueles que vivenciam o bairro internamente quanto por quem o nota a partir de um prisma exterior. Ao que parece, o que menos importa, de fato, é se aquelas distinções vividas e notadas das diversas áreas da cidade são oficialmente nomeadas como bairros ou não.

No caso de Brasília, mais especificamente no que diz respeito à percepção que o homem comum tem da vida urbana, a discussão sobre os bairros ganha dimensões significativas. Pensar nos “bairros de Brasília” impõe, primeiramente, que se identifique aquilo que se entende por Brasília. Isso vincula a discussão dos bairros ao tema, anteriormente tratado, da polissemia da cidade. E preciso notar, também, que não há de fato uma nomenclatura corrente de bairros para as divisões internas das várias áreas do Distrito Federal. Têm-se, com frequência, cidades – ou regiões administrativas – que se dividem oficialmente em zonas, setores, quadras, superquadras, condomínios, mas raramente em bairros. Mesmo quando a nomenclatura da divisão interna é a de bairro, dificilmente o que existe se assemelha, efetivamente, aos bairros existentes em outras cidades brasileiras. Esse é o caso do chamado “bairro de Águas Claras”, em Taguatinga, que se localiza algo afastado da malha urbana da cidade, assemelhando-se mais a uma outra cidade ou a um setor anexo, do que propriamente a um bairro. Por fim, e diretamente

⁹⁷ CORDEIRO: COSTA. 1999. p. 60. (Citação de SILVA *appud* CORDEIRO: COSTA. 1999. p. 60).

associado ao ponto anterior, vale mencionar que o tipo de zoneamento implantado pelo planejamento racional, iniciado com a construção do Plano Piloto e continuado nas cidades-satélites, aniquilou voluntariamente a existência de bairros como elementos arquitetônicos e culturais das cidades, substituindo-os por áreas funcionais segregadas⁹⁸, as quais, por sua própria disposição espacial e funcional não se configuram de modo algum como bairros.

O que as entrevistas apontam é que no Distrito Federal, como um todo, não se vivencia a prática do bairro, o que dificulta que se pense em termos de bairros uma realidade performativamente informada e efetivamente vivida em termos de setores, zonas ou quadras. Acostumados a viverem em cidades sem bairros, os moradores do Distrito Federal – e não apenas da cidade de Brasília – precisam simular a existência de bairros quando são solicitados a fazê-lo, na maior parte das vezes por pessoas vindas de fora que não entendem com clareza a lógica de cidades sem bairros. Essa simulação tende a conter significativa ambigüidade, na medida em que mistura, sobretudo no caso das cidades-satélites, dois estatutos igualmente ambíguos na prática cotidiana: o de cidade e o de bairro. Assim, são apresentados como simulacros de bairros tanto as quadras residenciais quanto a própria cidade em que se vive – no caso das cidades-satélites –, uma Asa ou um setor. De qualquer modo, pensar em termos de bairros é uma prática pouco usual em todo o Distrito Federal e que permite reforçar a percepção da dubiedade com que o próprio praticante da cidade a compreende e nomeia. A ausência de bairros é, nesse sentido, mais um elemento concorrente em favor da polissemia de Brasília.

[Qual o nome da cidade onde você mora?] *Pegadinha?* (risos) *Guará. Guará, Distrito Federal.* [E o bairro?] *O que é isso!?* (risos). *É Guará o bairro. Não tem bairro aqui não. Você não conhece Brasília, não?* (risos). [A cidade é Guará? Sem bairro?] *Sem bairro* (risos). (...) *É porque nós não temos bairro.*⁹⁹

[Qual o nome da cidade onde você mora?] *Riacho Fundo.* [E o bairro?] *E... é Riacho Fundo mesmo.* [O bairro também é Riacho Fundo?]. *Isso. Não tem bairro aqui. Brasília é dividida por quadras, e não bairros.*¹⁰⁰

⁹⁸ A esse respeito, mais precisamente ao que concerne às superquadras do Plano Piloto como substitutos planejados dos bairros, vide: Holston (1993).

⁹⁹ Mara, 37 anos, nascida no município de Colatina-ES, moradora do Distrito Federal há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

¹⁰⁰ Jorge, 21 anos, nascido no município de Brasília. Entrevista realizada em 29/07/2002.

[Qual o nome da cidade onde você mora?] *Eu moro em Taguatinga.* [E o bairro?] *É... QNJ [QNJ?] Você quer o endereço?* [Não, o bairro mesmo]. *O bairro é Taguatinga Norte, né?*¹⁰¹

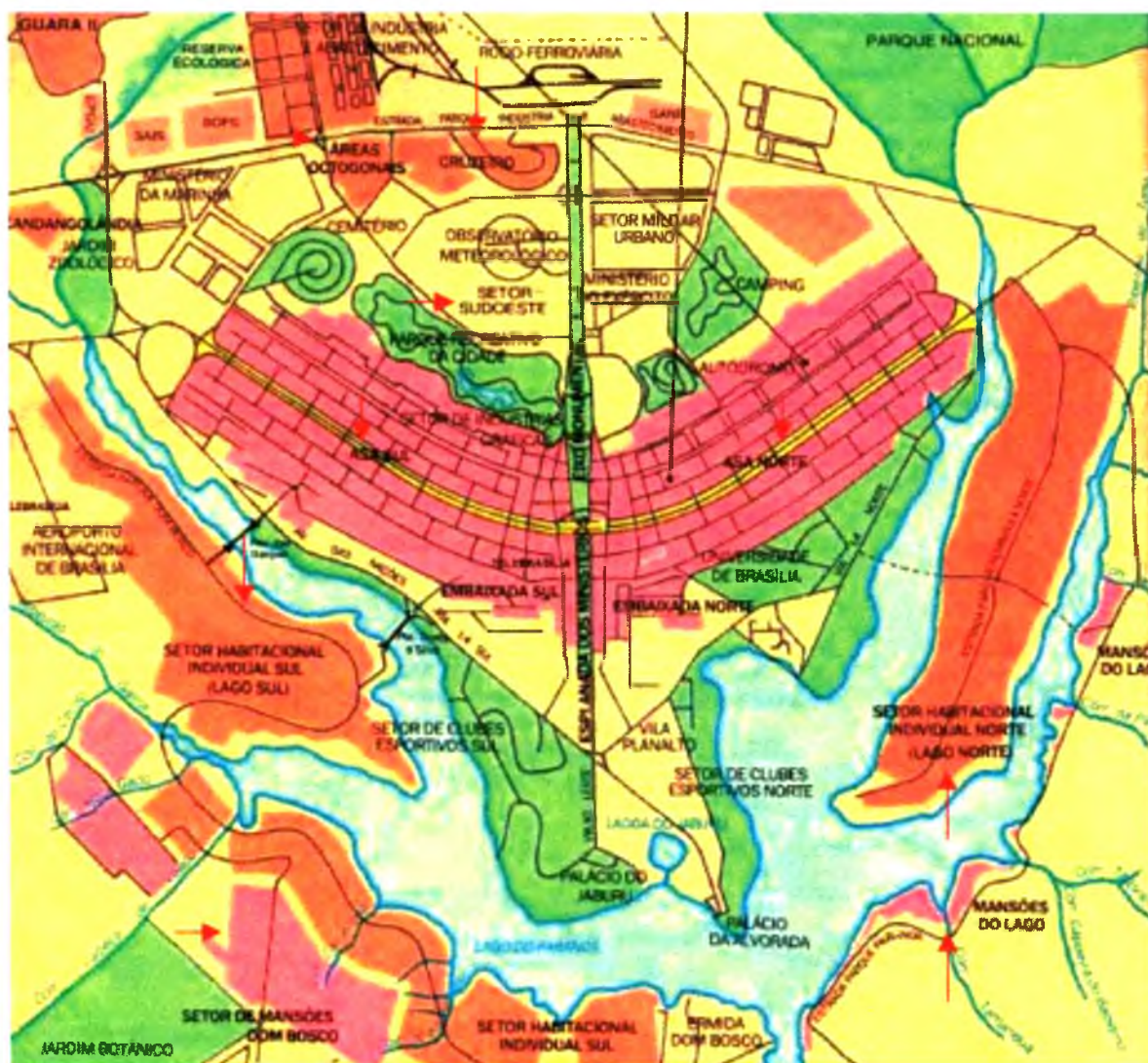
A despeito de a paisagem urbana da cidade de Brasília – em especial o Plano Piloto – ser caracteristicamente repetitiva, comprometendo desse modo a divisão espontânea da cidade em bairros, é justamente entre os moradores da cidade de Brasília que a dúvida quanto a qual localidade se pode nomear como bairro é menos presente. Isso se justifica, a princípio, pelo fato de os mesmos não terem que se defrontar com a situação ambígua de morarem em uma área que ora se define como cidade em si, ora como parte de uma outra cidade. Nenhum dos entrevistados que mora em Brasília teve dificuldade para responder as questões sobre os nomes da cidade e do bairro onde vivem. Todos afirmaram morar na cidade de Brasília e nos bairros Asa Norte, Asa Sul, Lago Sul etc. Vale notar, todavia, que a superquadra ou unidade de vizinhança, área planejada para ser a substituta da função social do bairro na cidade modernista¹⁰², não foi apontada por nenhum dos entrevistados como sendo o bairro onde vivem. Para o praticante de Brasília, seus bairros – ou os simulacros destes – são: Asa Norte, Asa Sul, Lago Norte, Lago Sul, SMU, Vila Planalto, Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, Octogonal e Sudoeste. Essa divisão orientará o presente estudo, na medida em que converge com a delimitação espacial de Brasília que o mesmo propõe, ao mesmo tempo em que é a divisão que orienta as representações dos praticantes de Brasília a respeito da cidade que se pretende aqui estudar.

¹ Paulo, 30 anos, nascido no município de Brasília. Entrevista realizada em 20/07/2002.

² Holston (1993).

Capítulo IV

A geografia do silêncio



“É Asa Norte, é Asa Sul, é avião
É Lago Norte, é Lago Sul, é construção
Pau-de-arara pioneiro da nação
É Alvorada, é Taguatinga, é solidão...”

Plano Piloto
(Alceu Valença/Carlos Fernando)

Como visto anteriormente, não existe uma delimitação territorial consensual para a cidade de Brasília nem entre os diversos agentes que elaboram e publicam os discursos performativos sobre a cidade nem entre seus próprios praticantes. O que há, no máximo, é uma tendência pendular que oscila ora em aceitar o protagonismo do Plano Piloto na geografia de Brasília, ora em considerar a cidade e o município de Brasília como sendo a mesma coisa, ou seja, um entendimento da cidade de Brasília como sendo o conjunto formado por todos os núcleos habitacionais do Distrito Federal e não apenas por alguns deles. Como discutido anteriormente, a origem da polissemia de Brasília encontra-se na própria forma ambígua como se define a toponímia das cidades do Distrito Federal e como a mesma é praticada pelo homem comum em seu cotidiano.

Este estudo, a despeito de reconhecer tal polissemia, assume uma delimitação territorial única da cidade, buscando, com isso, analisar o sentido sociológico das sensações relativas ao “silêncio social” que são associadas a Brasília por uma parte de seus praticantes e também por uma parte da literatura dedicada à mesma. Quando se afirma que Brasília é vazia, fria, sem calor humano etc., não se costuma referir, genericamente, a todos os núcleos urbanos do município de Brasília, mas prioritariamente ao Plano Piloto – cidade projetada originalmente para ser a única Brasília dentro do Distrito Federal – e, no máximo, a uma ou outra área adjacente ao Plano, entendida e praticada como sendo componente da cidade de Brasília. As hipóteses deste estudo centram-se na consideração do Plano Piloto – inclusive Lagos Norte e Sul –, somado à área representada pela Região Administrativa do Cruzeiro como sendo a cidade de Brasília, assumindo que as demais localidades do município constituem-se em outras cidades, tenham elas o caráter de satélites de Brasília ou não.

A despeito de não haver qualquer consenso sobre a toponímia da cidade de Brasília entre os entrevistados deste estudo, registrou-se que quase todos, com exceção de dois, independentemente de seus locais de moradia e de nascimento ou do tempo em que vivem no Distrito Federal, entenderam que a RA Cruzeiro, juntamente com as Asas e os Lagos Norte e Sul, era componente da cidade de Brasília. Não foi, todavia, em função da percepção do praticante da cidade que este estudo entendeu relevante incluir o Cruzeiro nos limites geográficos da chamada “cidade do silêncio”. Se o Cruzeiro é considerado como parte da cidade de Brasília, segundo a delimitação geográfica aqui proposta, é porque essa região, ou uma parte importante dela, notadamente os setores Octogonal e

Sudoeste, apresenta uma forte relação de continuidade com o fenômeno do “silêncio”. Essa continuidade não é somente temática¹⁰³, no sentido de similaridades de classe ou de arquitetura com o Plano Piloto, mas igualmente geográfica, visto que, diferentemente da maior parte das outras regiões administrativas do Distrito Federal, o Cruzeiro encontra-se praticamente geminado ao Plano Piloto, sem ser separado deste por rodovias ou grandes distâncias¹⁰⁴.

A RA Cruzeiro é composta por quatro setores internos: Cruzeiro Velho, Cruzeiro Novo, Octogonal e Sudoeste. As características sócio-econômicas dos setores Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo aproximam-se menos do padrão de classe apresentado pelas Regiões Administrativas Brasília, Lago Norte e Lago Sul, do que aquelas encontradas nos setores Octogonal e Sudoeste. O padrão sócio-econômico menos elevado dos setores Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo, que juntos abrigam metade da população do Cruzeiro¹⁰⁵, reflete-se na RA como um todo, ainda que não determine um padrão geral de classe para a mesma. A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED) apresenta o indicativo da influência que os setores Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo possuem sobre o perfil sócio-econômico geral da RA Cruzeiro, ao classificar essa região no grupo 2 de

¹⁰³ Lynch (1997).

¹⁰⁴ “A Região Administrativa do Cruzeiro encontra-se dentro da Poligonal de tombamento do Plano Piloto. Desde 1992 a RA-XI é considerada Patrimônio Histórico e Artístico da Humanidade, conforme prevê o Decreto-Lei nº 25 de 30/11/37, e a Portaria nº 314 de 08/10/92, do atual Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, do Ministério da Cultura”. Fonte: <http://www.cruzeiro.df.gov.br/historico.htm> pesquisada em 31/10/2002. Há outras áreas no Distrito Federal – como o setor de mansões Park Way, pertencente à RA Núcleo Bandeirante, e os condomínios residenciais fechados pertencentes à RA Sobradinho – que apresentam uma significativa continuidade com o fenômeno do “silêncio”, por serem áreas residenciais habitadas quase que exclusivamente por membros das classes média e alta. Essas duas áreas, todavia, não apresentam continuidade geográfica em relação ao Plano Piloto, tampouco há estatísticas que as possam isolar das RAs em que se encontram, de modo que os dados que poderiam comprovar a estratificação social nessas áreas são “corrompidos” por dados relativos a toda a Região Administrativa. Por esses dois motivos principais – descontinuidade geográfica e ausência de dados isolados – essas duas áreas não são consideradas no presente estudo como pertencentes à cidade de Brasília.

¹⁰⁵ Um dos poucos dados encontrados a respeito da população específica de cada um dos setores habitacionais do Cruzeiro encontra-se disponibilizado no site da Administração Regional (<http://www.cruzeiro.df.gov.br/historico.htm>). Citando como fonte os dados preliminares do Censo 2000, o referido site afirma que o Cruzeiro Velho teria, 9.048 habitantes (14.05%); o Cruzeiro Novo contaria com 23.111 habitantes (35.90%); o setor Octogonal teria uma população de 12.006 habitantes (18.65%); e o setor Sudoeste contaria com 20.216 habitantes (31.40%) do total de moradores da RA. Os dados finais do Censo 2000, todavia, não confirmam aqueles números, visto que a menor unidade censitária trabalhada pelo Censo é a própria RA e não seus setores internos, os quais não se constituem em unidades geográficas formais. Essa última informação foi transmitida a mim, no dia 31/10/2002, via telefone (0800-218181), por um dos técnicos do IBGE do Rio de Janeiro que explicava os motivos pelos quais não seria possível disponibilizar dados sobre os setores de cada uma das RAs do DF.

renda, a saber, aquele correspondente às RAs cuja renda média da população caracteriza-se como intermediária¹⁰⁶.

Ainda que não existam estatísticas oficiais diferenciando a renda das áreas mais nobres e mais populares da RA Cruzeiro, alguns elementos, como os preços internos do mercado imobiliário, evidenciam as distinções de classe entre ambas. Os preços praticados pelo mercado imobiliário na RA Cruzeiro, em novembro de 2002, segundo informações prestadas pelas diretorias comerciais/de vendas de importantes empresas imobiliárias atuante nos setores Sudoeste¹⁰⁷, Cruzeiro Novo¹⁰⁸ e Octogonal¹⁰⁹, possuíam o seguinte perfil descrito no quadro 06:

¹⁰⁶ A Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED), tradicional instrumento de investigação permanente da situação ocupacional local, classifica a população urbana das Regiões Administrativas do DF de acordo com três grandes grupos de rendimento: grupo 1 – Regiões Administrativas de renda mais alta (Brasília, Lago Norte e Lago Sul); grupo 2 – Regiões Administrativas de renda intermediária (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo); grupo 3 – Regiões Administrativas de renda mais baixa (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas). Atendendo gentilmente à demanda da presente pesquisa, a PED forneceu-me uma re-classificação da população do DF, na qual a RA “Cruzeiro” é agregada às RAs “Brasília”, “Lago Norte” e “Lago Sul”, no grupo 1 de rendimentos. Assim, as tabelas e os gráficos apresentados pela presente pesquisa cuja fonte seja a PED contarão com essa alteração de classificação da RA Cruzeiro.

¹⁰⁷ Informações prestadas por telefone, no dia 04/11/2002, pelo Sr. Walter Linhares Filho, CRECI 1399, Diretor Comercial da empresa Royal Empreendimentos Imobiliários S.A.

¹⁰⁸ Informações prestadas por telefone, no dia 04/11/2002, pelo Sr. Thomaz Leria, CRECI 6832, Gerente de vendas da empresa Lettieri Imobiliária S.A.

¹⁰⁹ Informações prestadas por telefone, no dia 27/01/2003, pelo Sr. Carlos Antônio Abreu, CRECI 7658, corretor de vendas da empresa Paulo Alencar Imóveis Ltda.

Quadro 06

Perfil do mercado imobiliário na Região Administrativa do Cruzeiro – DF, 2002

	Área interna média (m ²)	Valor médio: m ² da área privativa (R\$)	Preço médio de venda ¹¹⁰ (R\$)	Preço médio de locação ¹¹¹ (R\$)
Sudoeste: área econômica ¹¹²	60	1.700,00	102.000,00	500,00 – 700,00
Sudoeste: área nobre ¹¹³	65 – 250	2.300,00 – 2.800,00 ¹¹⁴	149.500,00 – 700.000,00	747,50 – 4.900,00
Sudoeste: quitinetes ¹¹⁵	25 – 50	2.200,00 – 2.300,00 ¹¹⁶	55.000,00 – 115.000,00	275,00 – 875,00
Cruzeiro Novo: imóveis novos ¹¹⁷	53 – 55	2.000,00	106.000,00 – 110.000,00	530,00 – 770,00
Cruzeiro Novo: imóveis usados	53 – 55 ¹¹⁸	1.500,00	79.500,00 – 82.500,00	397,50 – 577,50
	63 – 65 ¹¹⁹		94.500,00 – 97.500,00	472,50 – 682,50
Octogonal: imóveis usados	76 – 127 ¹²⁰	1.710,00 – 2.024,00 ¹²¹	129.960,00 – 257.048,00	649,80 – 1.799,34

Fonte: diretoria comercial e de vendas das empresas Royal Empreendimentos Imobiliários S.A., Littieri Imobiliária S.A., Paulo Alencar Imóveis Ltda.

Como visto no quadro acima, o valor de venda do metro quadrado de área privativa da grande maioria dos edifícios do Cruzeiro Novo – relativo a imóveis usados, dada a escassez de imóveis novos no setor – é inferior ao menor valor praticado pelo mercado na área mais barata do Setor Sudoeste – a área econômica. Além disso, o tamanho médio dos imóveis no Cruzeiro Novo é bastante inferior ao encontrado no Setor Sudoeste, sobretudo em sua área nobre, apontando um primeiro diferencial das duas áreas: o espaço interno das moradias. Os valores do setor Octogonal, tanto no que se refere à compra quanto ao aluguel de imóveis, bem como a área interna dos imóveis situam-se em uma posição intermediária em relação ao que se encontra no Cruzeiro Novo e no setor Sudoeste, aproximando-se mais deste. Quanto ao Cruzeiro Velho, a comparação torna-se difícil, visto

¹¹⁰ Preços relativos, respectivamente, ao imóvel de menor metragem calculado segundo o menor valor do metro quadrado, e ao imóvel de maior metragem calculado segundo o maior valor do metro quadrado.

¹¹¹ Em todos os casos, as alíquotas de cálculo de aluguel variam de 0,5% a 0,7% do preço de venda do imóvel. Preços relativos, respectivamente, ao menor preço de venda calculado sobre a menor alíquota de aluguel, e ao maior preço de venda calculado sobre a maior alíquota de aluguel.

¹¹² Apartamentos residenciais de dois quartos em edifícios sem elevador.

¹¹³ Apartamentos residenciais de dois, três e quatro quartos. Quadras 100 e 300.

¹¹⁴ Valor varia em função do tipo de construção. Quanto mais luxuosa a construção, maior o valor.

¹¹⁵ Imóveis localizados em edifícios comerciais também utilizados para fins residenciais.

¹¹⁶ Valor varia em função do tipo de construção e da área de localização.

¹¹⁷ A escassez de imóveis novos no Cruzeiro Novo faz com que haja uma distância considerável entre os preços dos imóveis usados e os preços dos poucos lançamentos existentes no mercado imobiliário.

¹¹⁸ Apartamentos residenciais de dois quartos em edifícios sem elevador.

¹¹⁹ Apartamentos residenciais de três quartos em edifícios sem elevador.

¹²⁰ Apartamentos residenciais de dois, três ou quatro quartos em edifício com elevador.

¹²¹ Valor varia em função do tipo de construção e do tamanho do imóvel. Imóveis menores possuem alíquota mais baixa e vice-versa.

ser uma área composta exclusivamente por casas – que apesar de situadas em terrenos pequenos, podem crescer verticalmente – em uma cidade onde há relativa escassez desse tipo de imóvel, o que, evidentemente, sobre-valoriza os mesmos em qualquer que seja a localidade. As casas do Cruzeiro Velho costumam ter preço de mercado intermediário entre as casas dos Lagos Norte e Sul – áreas que apresentam as casas mais caras de Brasília –, as da W3 – bem mais baratas do que as casas dos Lagos, mas, em geral, de preço mais elevado do que as casas do Cruzeiro – e as casas da Vila Planalto – cujo preço de mercado tende a ser mais baixo que aquele praticado no Cruzeiro¹²².

A comparação dos preços praticados pelo mercado imobiliário nos setores mais nobres e mais modestos da RA Cruzeiro, ainda que insuficiente para mostrar com maior detalhe as diferenças de renda e de classe, é um indicador de sua existência. Os preços praticados no Sudoeste pressupõem que seus moradores disponham de uma dada renda média que lhes permita arcar com os elevados custos de moradia, os quais incluem, além da compra ou do aluguel do imóvel, também as despesas com condomínio que podem ultrapassar R\$ 500,00 por mês, a depender do edifício. Em virtude da presença do setor Sudoeste – prioritariamente, mas também do setor Octogonal – o Cruzeiro aparece no Censo 2000 como sendo a quarta Região Administrativa do DF em termos de renda média nominal do responsável por domicílio particular permanente, situando-se pouco abaixo das médias da RA Brasília e destacando-se superiormente das demais RAs do Distrito Federal (vide quadro 07 em anexo). Por meio da comparação das rendas nominais dos responsáveis por domicílios particulares permanentes¹²³ é possível hierarquizar as áreas internas à cidade de Brasília. Nessa hierarquia de rendimentos, a RA Lago Sul aparece em primeiro

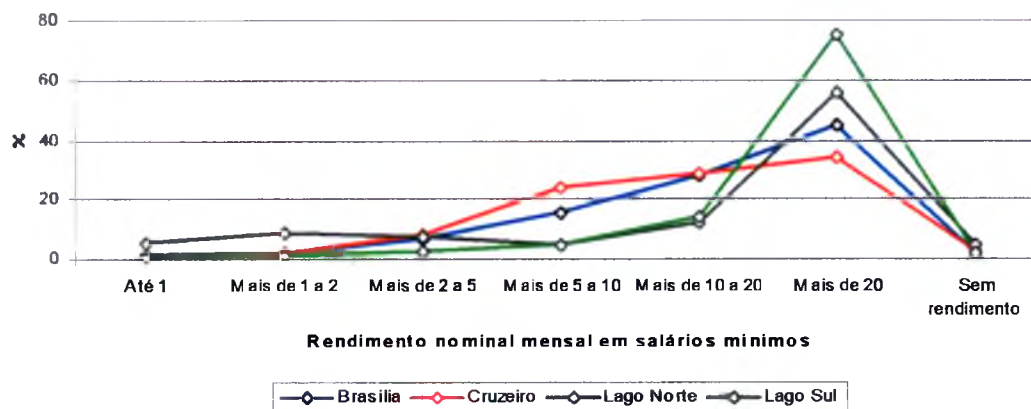
¹²² As áreas comparadas são praticamente as únicas áreas da cidade que apresentam casas. Fora essas há, ainda, o Setor Militar Urbano, que como vila militar, não possui casas para venda.

¹²³ “Domicílio: é o local estruturalmente separado e independente que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal”. “Domicílio Particular: quando o relacionamento entre seus ocupantes era ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência. Os domicílios particulares desagregam-se em: permanente, quando construído para servir exclusivamente à habitação e, na data de referência, tinha a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas; e improvisado, quando localizado em unidade não-residencial (loja, fábrica etc.), que não tinha dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que, na data de referência, estava ocupado por morador. Os prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas etc. que estavam servindo de moradia na data de referência, também, foram considerados como domicílios particulares improvisados” (IBGE, 2002). Em termos proporcionais, a população residente em domicílios particulares permanentes corresponde a 99,16% da população total do Brasil; 99,32% da população urbana total do Brasil; 99,22% da população das cidades-satélites do Distrito Federal; e a 98,37% da população da cidade de Brasília. Fonte: IBGE (2002).

plano, seguida pela RA Lago Norte, pela RA Brasília e, por fim, pela RA Cruzeiro (figura 01).

Figura 01

Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal mensal do responsável pelo domicílio - cidade de Brasília, 2000



Fonte: IBGE (2002).

Alguns moradores do Sudoeste – área mais nobre da RA Cruzeiro –, de fato, assumem-se como membros de uma elite social. Há cerca de cinco anos, uma demanda polêmica apresentada por alguns moradores do setor ao Governo do Distrito Federal¹²⁴ deu visibilidade pública à auto-imagem de elite econômica elaborada pelos mesmos. Em documento formalizado, alguns moradores solicitavam ao GDF que não cumprisse a meta de construir uma escola pública no Sudoeste. A alegação dos requerentes era a de que, sendo o Sudoeste um bairro de classe média-alta, a maior parte dos moradores possuía condições econômicas suficientes para manter seus filhos estudando em escolas particulares, sendo essa, inclusive, uma escolha livre dos mesmos. Assim, uma escola pública no setor não beneficiaria diretamente seus moradores, vindo a ser ocupada, conseqüentemente, por pessoas de outras áreas da cidade – provavelmente os estudantes provenientes dos Cruzeiros Velho e Novo, por serem mais próximos – o que não era de interesse dos moradores do Sudoeste. Essa demanda gerou imensa polêmica no Distrito Federal, uma vez que evidenciou não apenas a forte noção de pertencimento de classe das pessoas que assinavam a solicitação, mas igualmente, a forma como esse sentido de

¹²⁴ A esse respeito, vide: <http://www.cruzeiro.df.gov>.

pertencimento de classe expressava-se em defesa de uma segregação social formalizada que pudesse consolidar interesses grupais específicos. Ainda hoje, cinco anos após o início da peleja, não há escolas públicas no Sudoeste.

Se o setor Sudoeste e as áreas Octogonais apresentam, no que tange aos aspectos sócio-econômicos, evidente continuidade temática em relação ao restante de Brasília, o mesmo, como visto, não se pode dizer dos setores Cruzeiro Velho e Cruzeiro Novo. Mas não é apenas nesse particular que as áreas mais modestas da RA Cruzeiro distinguem-se dos padrões dominantes em Brasília. A distinção encontra-se, igualmente, em certas características do seu espaço urbano.

A RA Cruzeiro, mais precisamente o Setor de Residências Econômicas Sul (SRE/S), comumente denominado Cruzeiro Velho, foi construída em 1958 para abrigar funcionários públicos federais civis e militares de médio e baixo escalões¹²⁵ que, transferidos do Rio de Janeiro para Brasília, não possuíam condições econômicas para participar do limitado mercado imobiliário do Plano Piloto na ocasião. O Cruzeiro Velho, a despeito de ter sido projetado pela equipe de Lúcio Costa, apresenta uma paisagem urbana algo distinta daquela predominante no Plano Piloto. O principal diferenciador encontra-se no fato de o mesmo ser composto exclusivamente por casas (imagens 05 e 06) e não por apartamentos, como é o padrão habitacional das superquadras do Plano Piloto. Além disso, o padrão arquitetônico das casas originais do Cruzeiro Velho¹²⁶, constituído por “blocos de dez casas geminadas”¹²⁷ construídas em lotes de pequenas dimensões distingue-se do padrão apresentado por outras áreas residenciais do Plano Piloto compostas por casas, notadamente os Lagos Norte e Sul e a via W3¹²⁸.

¹²⁵ Oficialmente, o Núcleo Urbano do Cruzeiro foi fundado em 30 de novembro de 1959. Fonte: <http://www.cruzeiro.df.gov.br/historico.htm>, pesquisado em 31/10/2002.

¹²⁶ Atualmente não há muitas casas originais no Cruzeiro Velho. Algumas casas sofreram reformas e reparos pouco comprometedores de suas estruturas, mas outras passaram por transformações importantes que desfiguraram completamente sua aparência original.

¹²⁷ <http://www.cruzeiro.df.gov.br/historico.htm>, pesquisado em 31/10/2002.

¹²⁸ Atualmente não há muitas casas originais nos Lagos Norte e Sul, sendo um pouco mais comum a existência de casas originais na W3. As reformas sofridas pela maioria das casas originais dos Lagos, bem como as casas construídas em loteamentos, caracterizam-se por elevado padrão arquitetônico, o que dá à paisagem local ares aristocráticos, havendo, em algumas casas reformadas da via W3 uma tendência a atingir o padrão arquitetônico comum aos setores dos Lagos.



Imagem 05
Vista aérea parcial do Cruzeiro Velho, em 1997. Paisagem composta exclusivamente por casas. Foto: Augusto Areal



Imagem 06
Casa padrão original no Cruzeiro Velho, em 2002.

Quanto ao chamado Cruzeiro Novo ou Setor Habitacional Coletivo Econômico Sul (SHCE/S), a despeito de ser composto exclusivamente por edifícios residenciais, diferencia-se do Plano Piloto em virtude da disposição espacial de seus edifícios (compare as imagens 07 e 08), pelo fato de os edifícios mais antigos serem construídos em um padrão de quatro pavimentos, e, atualmente também, pelo fato de a quase totalidade dos edifícios ser cercada por grades, formando enclaves residenciais atomizados que contrastam nitidamente com a abertura característica dos pilotis nas superquadras do Plano ou mesmo do Setor Sudoeste (compare imagens 09 e 10).

Eu lembro que quando eu era criança não tinha preocupação de ficar debaixo do bloco. Hoje em dia tem muita. Tanto é que eu voltei no Cruzeiro, todos os prédios estão cercados. Eu fiquei, assim, quase que num estado de depressão, tipo: “eu sentava debaixo desses prédios, tá tudo cercado!”. (...) Uma coisa que é muito característica de Brasília, você nunca chama ninguém em outra cidade para sentar debaixo do bloco. Aqui em Brasília isso é constante. Sentar debaixo do bloco, pra conversar, pra tomar uma coca-cola, pra fazer coisas assim, sabe? Do tipo... Rio (...), eu me deparei que não tem uma parte debaixo. Tem cercas e se você quiser, você sai do prédio, vai para uma pracinha. Mas não tem esse negócio de

ficar exatamente embaixo do prédio. As pilastras. Eu acho isso muito, muito legal¹²⁹



Imagem 07
Vista aérea parcial do Cruzeiro Novo, em 1997. Disposição linear dos edifícios residenciais. Foto: Augusto Areal



Imagem 08
Vista aérea da 202 Norte, em 1997. Disposição não linear dos edifícios residenciais nas superquadras. Foto: Augusto Areal



Imagem 09
Vista parcial de um edifício residencial no setor Cruzeiro Novo, em 2002. Destaque para as grades circundando o prédio.

¹²⁹ Cláudia, brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.



Imagem 10

Vista parcial de um edifício residencial na 304 Norte, em 2002. Destaque para o pilotis aberto à circulação pública.

No que diz respeito a uma paisagem composta por enclaves habitacionais, o setor Octogonal da RA Cruzeiro merece destaque, na medida em que é formado por conjuntos de edifícios residenciais dispostos na forma de quadras fechadas (imagem 11). Diferentemente do que acontece com as superquadras do Plano Piloto, onde as áreas públicas – ou o “andar térreo”: quadras recreativas internas, praças, áreas térreas dos edifícios, estacionamentos etc. – são abertas a todas as pessoas, sejam elas moradoras ou não daquela quadra ou mesmo da cidade, no setor Octogonal as pessoas de “fora” têm sua mobilidade cerceada por grades e guaritas, só tendo livre ingresso ao interior das quadras residenciais os próprios moradores ou as pessoas por eles autorizadas (imagem 12). Esse modelo de enclaves habitacionais, apesar de ferir os princípios filosóficos originais da proposta espacial de Brasília e, desse modo, contrastar com a paisagem das áreas residenciais do Plano Piloto, começa aos poucos a dar a tônica de algumas áreas de moradia do Distrito Federal, compondo um quadro mais amplo e complexo de privatização do espaço público e de insulamento da vida social em pequenas comunidades de iguais. Com a conivência do Estado, o Distrito Federal vem crescentemente testemunhando o

surgimento de condomínios fechados de casas, habitados por famílias dos estratos baixo, médio e alto da classe média. Uma parcela importante desses condomínios – muitos dos quais são de origem irregular – concentra-se nos domínios das RAs Sobradinho e Lago Sul, a despeito de, ultimamente, o modelo encontrar-se em franca expansão em outras áreas do Distrito Federal. Apesar dessa diferença significativa no padrão de ocupação do solo urbano, o setor Octogonal apresenta, como visto, uma continuidade temática de classe com o resto da cidade de Brasília.



Imagem 11

Vista aérea parcial do setor Octogonal, em 1997. Disposição dos edifícios em blocos fechados. Foto: Augusto Areal



Imagem 12

Vista externa de uma das quadras do setor Octogonal, em 2002, com destaque para grades, guarita e placa solicitando identificação dos visitantes.

A área da RA Cruzeiro mais consoante com o padrão de ocupação do solo urbano do Plano Piloto é, seguramente, o setor Sudoeste. Tendo sido criado em 1989 como parte do projeto “Brasília Revisitada” de Lúcio Costa, o Sudoeste, como é usualmente chamado, configura-se como uma área de expansão da cidade original, planejada para abrigar os estratos médio-alto e médio-médio da população local, os quais encontravam-se em uma situação intermediária de renda a qual, se por um lado não lhes permitia acesso a imóveis

residenciais no Plano Piloto, dava-lhes, por outro lado, a opção de não se obrigarem a viver nas cidades-satélites. Tratava-se, além de uma demanda social por habitação nas proximidades do centro do município, de um nicho de mercado proeminente o qual foi devidamente atacado pelas incorporadoras imobiliárias e construtoras com a autorização formal do Estado. Os preços do mercado imobiliário no setor Sudoeste, responsáveis inicialmente por atraírem para o local um grande número de moradores em curto espaço de tempo, hoje se configuram como alguns dos mais elevados preços praticados pelo mercado imobiliário do Distrito Federal, superando, em alguns casos, os preços praticados nas Asas Norte e Sul do Plano Piloto. Seja nas quadras residenciais tradicionais ou no chamado setor econômico – localizado em frente ao Cruzeiro Novo e formado por edifícios residenciais de três pavimentos, com apartamentos de porte limitado, em geral, sem garagem e sem elevador – a valorização imobiliária se faz notável, autorizando mencionar o Sudoeste, atualmente, como uma das áreas mais nobres da cidade e, evidentemente, de todo o Distrito Federal.

A exemplo do Plano Piloto, as quadras residenciais do Sudoeste – com exceção do setor econômico – são dispostas de forma não linear (imagem 13), em blocos de apartamentos que permitem aos transeuntes e moradores livre acesso por todas as partes comuns, seja o térreo dos edifícios erguidos sobre pilotis seja as áreas coletivas de recreação e estacionamento (imagem 14). A rápida urbanização do Sudoeste deu à paisagem do setor aspectos semelhantes aos encontrados nas Asas Norte e Sul, tais como: vias pavimentadas, iluminadas, sinalizadas e relativamente arborizadas, além de um comércio, ainda que limitado em certos aspectos, evidentemente consolidado. O Sudoeste partilha, hoje, de alguns importantes elementos usualmente associados à qualidade de vida em Brasília, sendo que um dos principais é sua vizinhança imediata com o “Parque da Cidade”.



Imagem 13

Vista aérea parcial do setor Sudoeste, em 1999. Disposição não linear dos edifícios residenciais. Na ocasião em que a fotografia foi tirada, o Sudoeste ainda não se encontrava em seu atual nível de urbanização. Algumas áreas não urbanizadas davam ao setor os apelidos de “Barroeste”, “Faroeste” ou “Lamoeste”. A seta branca indica o “Parque da Cidade”. Foto: Augusto Areal.



Imagem 14

Vista parcial do interior de uma quadra residencial no setor Sudoeste, em 2002. Destaque para a ausência de cercas nas áreas internas da quadra, a não ser as cercas de proteção do parquinho infantil.

As continuidades geográfica e temática¹³⁰ existentes entre os setores Sudoeste e Octogonal – aquele ainda mais que este – e o Plano Piloto, paralelo à ausência de dados de demografia que tratem pormenorizadamente da estratificação social dos setores internos de cada uma das RAs, conduziram o presente entendimento de que a “cidade do silêncio”, tomada também em sua heterogeneidade, constituir-se-ia tanto pelas áreas componentes do Plano Piloto, inclusive os Lagos, quanto pelo conjunto urbano formado por toda a RA Cruzeiro e não apenas pelos setores Octogonal e Sudoeste.

As análises a seguir pretendem dar respaldo a um sentido propriamente sociológico da tese de uma “cidade do silêncio”, tendo por base, prioritariamente, dados de arquitetura e demografia que justifiquem uma opção teórico-metodológica em distinguir, de um lado, o Distrito Federal com seus diversos núcleos urbanos, dentre os quais a cidade de Brasília e, de outro, a cidade de Brasília em si, como fenômeno urbano particular, pensado a partir

¹³⁰ A esse respeito, vide: Lynch (1997).

da concepção sociológica de cidade apresentada anteriormente. O critério de continuidade geográfica associado à ausência de dados demográficos que pudessem tratar isoladamente as Asas Norte e Sul foi utilizado, igualmente, para justificar a inclusão da Vila Planalto na “cidade do silêncio”, apesar de a mesma não apresentar evidentes elementos de continuidade temática arquitetônica ou de classe com o restante da cidade¹³¹. Por outro lado, no que respeita à inclusão do Setor Militar Urbano, a mesma se deve ao fato deste ser um setor planejado originalmente como parte componente do Plano Piloto.

Vale ressaltar, que a cidade aqui considerada como Brasília – exclusivamente o conjunto urbano composto pelas Regiões Administrativas I (Brasília), XI (Cruzeiro), XVI (Lago Sul) e XVIII (Lago Norte) – não passa, de fato, de uma abstração criada para fins estritamente metodológicos e analíticos. Ela não é a única forma possível de se definir geográfica ou mesmo sociologicamente a cidade de Brasília. Brasília é múltipla, como o são todas as grandes cidades e todos os territórios que dispõem de estatutos geopolíticos complexos ou ambíguos. Outras formas de definir Brasília podem ser igualmente válidas e apropriadas para outros fins analíticos ou práticos. O que se pretende neste estudo é enfrentar as ambigüidades relativas à definição de Brasília, mapeando uma área que, em virtude de suas características sócio-espaciais predominantes, possa corresponder àquela cidade que o imaginário local entende como sendo Brasília, quando a essa cidade associa certas características do “silêncio social”, como vazio, isolamento, solidão e ausência de calor humano¹³².

↳ **Estratificação social em Brasília**

A delimitação de uma *geografia do silêncio* passa, obrigatoriamente, por uma breve incursão analítica na estratificação social local, que seja capaz de dar visibilidade ao

¹³¹ A despeito de compor tanto a RA quanto a própria cidade de Brasília desde os tempos mais remotos de sua existência e de não apresentar descontinuidade geográfica em relação à cidade de Brasília, a Vila Planalto – talvez em função de sua desconunidade temática de classe e arquitetura – não foi reconhecida por todos os entrevistados da presente pesquisa como componente da cidade de Brasília. Dos 16 entrevistados entenderam que a Vila Planalto não faz parte da cidade de Brasília.

¹³² Esses atributos foram associados conjunta ou isoladamente a Brasília por alguns dos entrevistados da presente pesquisa. A eles somam-se, também, os atributos do individualismo, da reserva das pessoas em relação aos estranhos, das máscaras sociais que determinam um comportamento artificial, dentre outros. As características negativas associadas a Brasília, aqui sintetizadas por meio da categoria do “silêncio social”, serão trabalhadas em profundidade nos capítulos que se seguem, onde buscar-se-á analisá-las tanto na relação que têm com a arquitetura da cidade quanto em sua relação com a sociedade local, suas práticas e seus valores.

imenso fosso econômico e social que separa a cidade de Brasília das outras áreas urbanas do Distrito Federal. Esse fosso, dados os contrastes que explicita, é componente significativo – ainda que não exclusivo – do processo de clausura e insulamento que os moradores de Brasília vêm desenhando como o padrão local de sociabilidade nas últimas décadas; um processo que, dentre outros aspectos, tem como motor uma disputa por diferenciais de poder que se trava na esfera do cotidiano e tem como palco e foco de apropriação o espaço da cidade.

Os dados disponíveis nas estatísticas oficiais apontam muitas direções analíticas convergentes para um mesmo ponto inquestionável: a cidade de Brasília, como pretendiam seus planejadores, negou o Brasil urbano da pobreza, da miséria e do analfabetismo, mas o fez jogando-o para fora de seus domínios e não o superando ou transformando¹³³. Como se colocando a “sujeira” embaixo do tapete ao invés de limpá-la de fato, a cidade de Brasília pôde se constituir em uma espécie de ilha de prosperidade social e econômica incrustada em uma região que transborda toda a brasilidade que a utopia modernista supunha-se capaz de exterminar. Tal como Fedora¹³⁴ – cidade imaginada tanto em sua materialidade presente quanto na imaterialidade atemporal dos desejos humanos, guardando seus futuros (im)possíveis em redomas de vidro que servem para que se possa contemplar pelas lentes do desejo aquilo que a cidade jamais foi a não ser em imaginação, ou melhor, em projeto – Brasília também mantém suas redomas invisíveis a arquivarem um sonho de cidade, de sociedade, de humanidade cujo conteúdo ideal – responsável por lhe atribuir aquela atmosfera especial própria às coisas sublimes – negava, por definição, qualquer possibilidade de materialidade capaz de encarnar o mundo planejado¹³⁵, simplesmente porque o mundo social em sua complexidade inerente não cabe em redomas, em projetos ou em desejos reducionistas. *Mutatis mutandi*, o mundo social, do qual a cidade é senão

¹³³ Freitag (2002), apropriando-se de uma leitura freudiana para o estudo da cidade de Brasília, utiliza-se da idéia de *deslocamento* para entender a opção do planejamento urbano nacional de transferir para um “outro lugar e sob outra forma (espacial) os problemas não solucionados e não conscientizados de sua sociedade. Ao fazê-lo, ele [o planejamento urbano brasileiro] disfarçou as verdades latentes da sociedade brasileira” (Op. Cit., p. 34).

¹³⁴ Calvino (1990).

¹³⁵ “No centro de Fedora, metrópole de pedra cinzenta, há um palácio de metal com uma esfera de vidro em cada cômodo. Dentro de cada esfera, vê-se uma cidade azul que é o modelo para uma outra Fedora. São as formas que a cidade teria podido tomar se, por uma razão ou por outra, não tivesse se tornado o que é atualmente. Em todas as épocas, alguém, vendo Fedora tal como era, havia imaginado um modo de transformá-la em cidade ideal, mas, enquanto construía o seu modelo em miniatura, Fedora já não era mais a mesma de antes e o que até ontem havia sido um possível futuro hoje não passava de um brinquedo numa esfera de vidro” (CALVINO, 1990, p. 32).

fragmento, contém muito mais possibilidades do que qualquer razão de planejamento poderá jamais abarcar.

Ademais, além da questão dos limites orgânicos dos planejamentos sociais – que situa-se mais no plano filosófico do que propriamente no plano das coisas práticas – tem-se, no caso específico do planejamento de Brasília, o peso evidente de uma leitura ideologizada a respeito da cidade e da relação espaço-sociedade que a mesma comporta, comprometedora das possibilidades do planejamento. A concepção teórica que orientou a construção do espaço urbano de Brasília baseava-se no entendimento da cidade como um espaço específico no interior do qual, e em decorrência da forma como se constituíssem os ordenamentos espaciais por meio da arquitetura, processar-se-iam as relações cotidianas da vida social. Tratava-se, pois, de uma lógica que desconsiderava a reciprocidade espaço/sociedade, entendendo, outrossim, o espaço como matriz geradora da sociedade¹³⁶

O projeto modernista de Brasília, caracteristicamente um projeto autoritário e centralizador, desconsiderou as contradições inerentes à vida humana, mormente as que dizem respeito a uma sociedade capitalista de recente passado escravocrata. Negando a dialética das classes sociais, a utopia modernista suplantou a própria racionalidade moderna, a qual é, antes de tudo, uma razão capitalista, logo, uma razão de classes em estado latente de disputa. A ausência de um referencial que tornasse claras as relações espaço/sociedade e cosmo/fragmento na compreensão conceitual da cidade deixou importantes marcas nas sociedades urbanas submetidas ao planejamento modernista, em especial, Brasília.

Aqui, um dos efeitos mais evidentes daquele tipo de leitura conceitual verificou-se, desde os primórdios, na dualidade existente entre o Brasil moderno a que os planejadores pretendiam fazer nascer e o Brasil tradicional que se escondia nas encostas da nova capital. A arquitetura utópica e cristalizada de Brasília remodelou a segregação social que marca toda a sociedade brasileira, e o fez por meio das diversas cidades surgidas ao redor do Plano Piloto para abrigar as sobras de uma população que desde o início não cabia em seus limites: os milhares de trabalhadores pobres que migraram de todas as partes do Brasil para o Planalto Central em busca do sonho de erguer no coração do país o berço de uma nova nação, seja no decorrer dos trabalhos de construção do Plano Piloto, seja posteriormente,

¹³⁶ A respeito de o espaço ser pensado como matriz social geradora. vide: Silva Filho (2002).

atraídos até hoje pela chama da esperança que parece iluminar o céu de Brasília diante de toda a nação.

Muitos vieram, poucos entraram. Os satélites da capital federal transbordam de um Brasil que não se pode negar, mas que, em virtude de excessivos controles por parte do Estado, não vive na “cidade ideal” e nela adentra, em geral, para fins muito específicos como trabalho, estudo ou compras, mesmo assim em locais e horários de algum modo controlados, dentre outras coisas, pela oferta de transporte público¹³⁷

O passar dos anos delineou para a cidade de Brasília um perfil de ocupação humana muito *sui generis* em relação não apenas ao restante do Distrito Federal, mas também em relação ao restante do Brasil. Não é exagero afirmar que a cidade de Brasília é hoje – pouco mais de quatro décadas passadas da construção de seu espaço urbano – uma cidade de classe média, caracteristicamente de classe média-média e de classe média-alta, com elevado padrão cultural e de consumo. A maior parte dos entrevistados confirma essa percepção ao concordar – total ou parcialmente – com a afirmativa de que “Brasília é uma cidade de ricos e de classe média”¹³⁸

*Classe média (...). No meio que eu frequento, é. Porque a gente sente é, é... igual. No meio dos meus amigos, a minha família e a própria estrutura de habitação... (...) Mesmo Lago Norte, Lago Sul, se você for fazer uma análise (...) a maioria ali é funcionário público que comprou terreno lá e depois, com sacrifício, construiu a sua casa*¹³⁹.

¹³⁷ O tombamento do espaço urbano do Plano Piloto é o elemento retórico mais consistente para justificar as ações do poder público local em favor da manutenção do padrão de exceção que caracteriza a ocupação espacial na cidade. Afirmando preservar o espaço tombado, o Governo distrital cria e amplia assentamentos e cidades-satélites, lançando as classes subalternas em periferias mal assistidas e, sobretudo, seguramente distanciadas da cidade de Brasília. Para chegar ao Plano Piloto é preciso percorrer muitos quilômetros de estrada, o preço do transporte é elevado, há carência de transporte coletivo de boa qualidade, não há metrô para todas as localidades, além de que só há metrô durante a semana e nos horários diurnos. A noite e aos domingos não há metrô disponível para a população. Muitos restaurantes de Brasília ainda fecham suas portas à meia-noite devido à escassez de transporte público no período noturno para levar os trabalhadores de volta às suas casas nas cidades-satélites. A esse respeito, vide: Silva (1999a).

¹³⁸ Apenas dois entrevistados discordaram parcialmente da afirmativa. O primeiro deles justificou sua resposta reforçando a idéia de que Brasília seria todo o Distrito Federal e, desse modo, não seria correto falar que se trata de uma cidade de ricos e de classe média porque isso só tem validade para o Plano Piloto. Esse mesmo raciocínio conduziu vários entrevistados a concordarem com a afirmativa, porém de forma parcial, entendendo que ela só seria válida se não incluísse as cidades-satélites. O segundo entrevistado que discordou da afirmativa justificou sua opção afirmando que o rendimento médio do brasileiro não é muito alto, nem mesmo em Brasília, por isso não acha que se trate de uma cidade de ricos, mas sim de classe média. Outros entrevistados, partindo da mesma linha de raciocínio – de que Brasília não é propriamente uma cidade de ricos, mas sim de classe média – concordaram parcialmente com a afirmativa.

¹³⁹ Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ e morador em Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

Plano Piloto é uma cidade de classe média. (...) Eu vejo pelos padrões de consciência e até mesmo pela qualidade de vida que as pessoas têm no Plano Piloto. (...) Morar num apartamento e pagar (...) de trezentos a quinhentos reais de condomínio, não é qualquer pessoa que está podendo fazer isso. (...) Isso é um sinal de que as pessoas vivem num padrão de classe média¹⁴⁰.

É a cidade que tem o maior número de carros por pessoa (...). Nós mesmos temos quatro aqui¹⁴¹.

Você sabe quem tá no Plano. É branco, fala inglês, (...) já fez intercâmbio¹⁴².

Alguns dados reiteram a percepção do praticante cotidiano de que Brasília é predominantemente uma cidade das classes médias em seus sub-estratos mais elevados, ou seja, uma cidade cujos moradores são, em sua maior parte, assalariados – não desempregados ou autônomos, nem empregadores –, dotados de bom poder aquisitivo, elevado grau de escolaridade e confortável situação geral de vida.

A fonte dos rendimentos da maior parte dos moradores da cidade vem realmente do emprego formal – a exemplo do que se verifica também nas cidades-satélites –, em especial e evidentemente, do serviço público que abarca quase a metade da População Economicamente Ativa da cidade (figura 02).

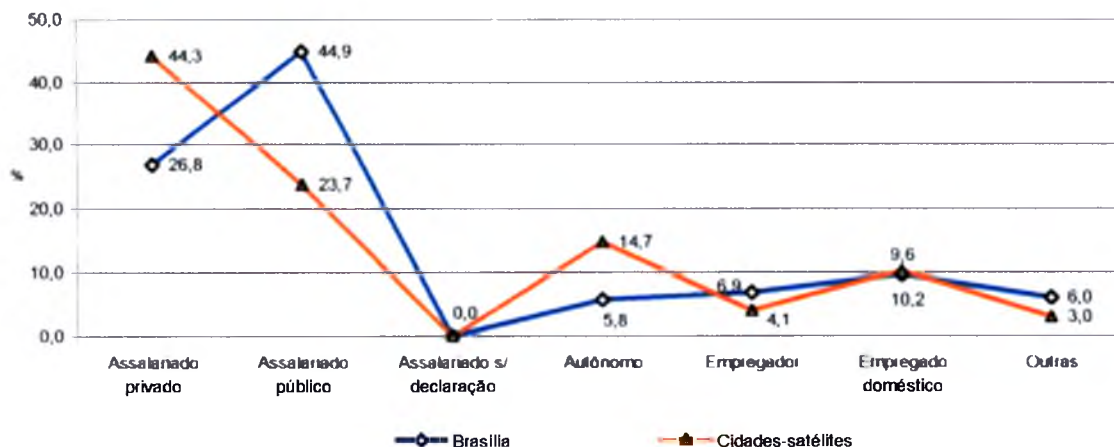
¹⁴⁰ Sérgio, 38 anos, nascido no município de Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

¹⁴¹ César, 62 anos, nascido em Presidente Prudente-SP, morador de Brasília há 35 anos. Na casa do entrevistado há, atualmente, quatro carros para duas pessoas que possuem habilitação, haja vista que o terceiro morador da casa tem apenas 15 anos de idade. Entrevista realizada em 25/11/2002.

¹⁴² André, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

Figura 02

**População Economicamente Ativa do DF por posição na ocupação -
Brasília e cidades-satélites (média anual de 2001)**



Fonte: PED

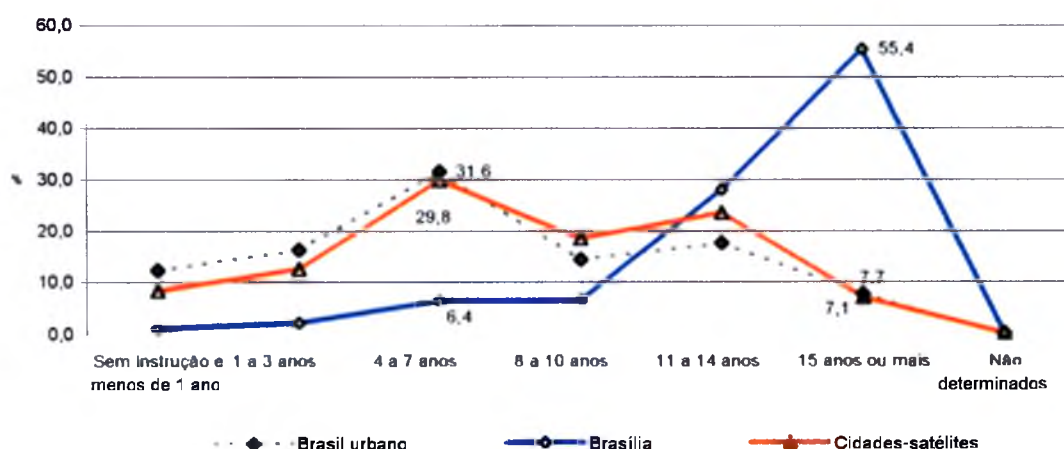
Além disso, a população residente na cidade de Brasília apresenta, em média, grau de escolaridade bastante elevado. Um dos indicadores para se observar essa situação é a distribuição por grupos de anos de estudo dos responsáveis por domicílios particulares permanentes na cidade. Enquanto no restante do Distrito Federal e no conjunto urbano do Brasil o grupo de anos de estudo mais expressivo entre os responsáveis por domicílios particulares permanentes é o de “4 a 7 anos” – que indica pessoas com escolaridade inferior ao ensino médio completo –, em Brasília aquele que mais se destaca – englobando mais da metade dos casos – é o grupo relativo a “15 anos ou mais de estudo”, o que indica um elevado percentual de chefes de família com, no mínimo, nível superior completo (figura 03). Essa particularidade da cidade – a de concentrar pessoas dotadas de elevado grau de escolaridade – resulta em outro tipo de concentração: a concentração de pessoas atuantes nas chamadas profissões de nível superior (quadro 08). Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED)¹⁴³ indicam que 70,9% do total da

¹⁴³ Os dados discutidos no presente estudo correspondem à média anual dos dados registrados pela PED no Distrito Federal no ano de 2001. Os dados dizem respeito exclusivamente à zona urbana e desconsideram algumas áreas do Distrito Federal ainda não mapeadas. Segundo relatório da PED, a população total do DF pesquisada no ano de 2001 – considerada a média anual dos dados – foi de 1.757.406 pessoas. Nota-se, nesse caso, um sub-registro de 204.093 habitantes em relação à população urbana do Distrito Federal registrada pelo Censo Brasil no ano de 2000 (IBGE, 2002). Os dados da PED aqui utilizados foram gentilmente fornecidos pela equipe técnica responsável pela PED sob a forma de um relatório de informações específico para a presente demanda. A média anual dos dados aqui trabalhados foi, portanto, calculada e apresentada

População Economicamente Ativa do Distrito Federal (PEA-DF) atuante em profissões de nível superior¹⁴⁴ no ano de 2001 residiam na cidade de Brasília. No ano de 2001, os profissionais atuantes em profissões de nível superior, considerados segundo local de moradia, correspondiam a 5,29% da PEA-DF¹⁴⁵, a 17,60% da PEA-Brasília¹⁴⁶ e a apenas 1,95% da PEA das cidades-satélites¹⁴⁷.

Figura 03

Pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes por grupos de anos de estudo - Brasil urbano, "Brasília" e cidades-satélites do DF, 2000



Fonte: IBGE (2002).

pela própria equipe técnica da PED, não se encontrando publicada em nenhum dos boletins mensais da pesquisa. Fonte: PED (síntese 2001).

¹⁴⁴ O que se nomeia aqui de “profissões de nível superior” são aquelas profissões cujo exercício implica em que o profissional tenha diploma universitário. Não se trata da quantidade de pessoas portadoras de diplomas de graduação, mas sim da quantidade de empregos que pressupõem tal diploma e que foram ocupados no decorrer do ano de 2001. A forma de classificação das ocupações elaborada pela PED compromete um pouco a análise presente, uma vez que reúne em alguns casos ocupações de nível superior a ocupações que não exigem nível superior. Esse é o caso das categorias “advogado, defensor público, fiscal de tributação e arrecadação, e técnico de tributação e arrecadação”, ou “arquivologista, bibliotecário, museólogo e outras ocupações técnicas e científicas não classificadas”. Ambas as categorias agregam ocupações técnicas de nível médio a ocupações de nível superior. Todavia, mesmo a despeito dessa forma de classificação, optou-se por tratar essas categorias como sendo de nível superior. O tamanho do universo da PEA-DF atuante em profissões de nível superior – de acordo com a classificação aqui adotada e segundo média aritmética simples dos números relativos aos doze meses do ano de 2001 – é de 48.417 indivíduos, sendo que, desses, 34.343 residem na cidade de Brasília e 14.074 nas cidades-satélites. Fonte: PED (síntese 2001).

¹⁴⁵ A PEA-DF, segundo média anual de 2001 era de 915.529 pessoas. Fonte: PED (síntese 2001).

¹⁴⁶ A PEA-Brasília, segundo média anual de 2001 era de 195.236 pessoas. Fonte: PED (síntese 2001).

¹⁴⁷ A PEA das cidades-satélites, segundo média anual de 2001 era de 720.293 pessoas. Fonte: PED (síntese 2001).

Quadro 08

Distribuição dos profissionais de nível superior da PEA-DF segundo local de moradia – média anual 2001

Profissões de nível superior	Local de moradia			
	Brasília		Cidades-satélites	
	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Advogado, defensor público, fiscal, técnico de tributação e arrecadação	4 381	80.4	1 065	19.6
Analista de sistemas	4 203	72.3	1 612	27.7
Arquiteto	3 723	80.0	932	20.0
Assistente social, psicólogo, sociólogo, antropólogo, arqueólogo, demógrafo, geógrafo	1 790	75.7	573	24.3
Contador ou auditor contábil	3 848	65.6	2 018	34.4
Dentista	1 953	67.9	924	32.1
Economista ou estatístico	1 251	81.8	279	18.2
Jornalista ou redator	1 965	93.0	147	7.0
Médico	3 386	82.6	711	17.4
Procurador, promotor, curador público, magistrado	757	89.3	91	10.7
Professor de ensino superior ou professor pesquisador	3 837	91.6	350	8.4
Professor de ensino médio	2 213	31.6	4 789	68.4
Outros ¹⁴⁸	1 036	64.0	583	36.0

Fonte: GDF et al., 2002 (mimeo)

Segundo os dados do último recenseamento nacional brasileiro¹⁴⁹, no ano de 2000 as quatro Regiões Administrativas que formam a cidade de Brasília somavam 319.947 habitantes, o que correspondia a apenas 15,6% dos 2.051.146 habitantes do Distrito Federal. Entre esses 15,6% da população, o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes era de R\$ 4.709,48, enquanto nas 15 Regiões Administrativas restantes, ou seja, nos 84,4% restantes da população do Distrito Federal, o valor do rendimento nominal médio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicílios particulares permanentes era de R\$ 965,56. A diferença entre as duas médias é da ordem de R\$ 3.743,92, sendo que a média da cidade de Brasília é cerca de 4,8 vezes maior do que a de todo o restante do Distrito Federal, e a maior média de rendimentos registrada na cidade de Brasília – a do Lago Sul, R\$ 7.413,93 – é aproximadamente quinze vezes superior à menor média registrada nas cidades-satélites – a do Recanto das Emas, R\$ 480,19 (vide quadro 09 em anexo).

Quando se analisa a figura 04, que apresenta a distribuição dos responsáveis por domicílios particulares permanentes por classe de rendimento médio mensal calculado em

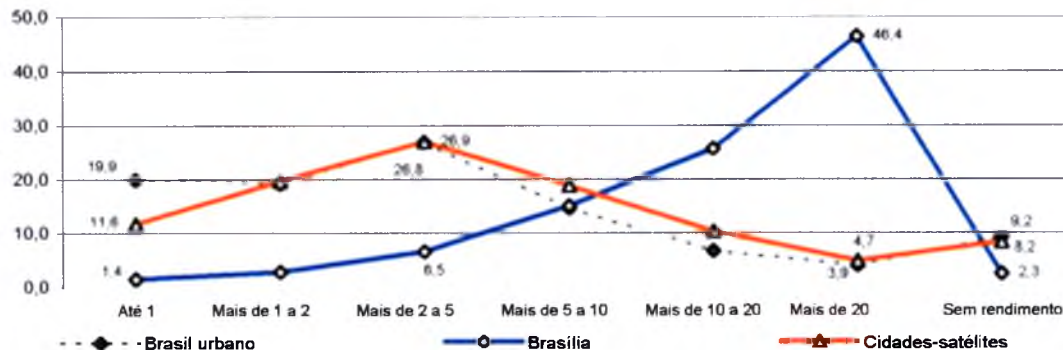
¹⁴⁸ A categoria “outros” agrega as categorias: agrônomo, biólogo, delegado de polícia, geólogo, mineralogista, nutricionista e veterinário.

¹⁴⁹ IBGE (2002).

termos de salários mínimos, é possível notar a existência de um certo paralelismo na forma das curvas relativas ao “Brasil urbano”¹⁵⁰ e às “cidades-satélites do Distrito Federal”, bem como uma forte discrepância de formato da curva referente a “Brasília” em relação a ambas. Com variações de frequência relativa nada desprezíveis¹⁵¹, as duas primeiras curvas têm pico na categoria “mais de 2 a 5 salários mínimos”, apresentando suas menores frequências na categoria “mais de 20” salários mínimos”. A curva de Brasília, por sua vez, não apresenta qualquer simetria com as duas anteriores: seu ponto mais elevado – que corresponde a quase 50% dos casos – encontra-se na mais alta categoria de rendimento, justamente aquela de menor frequência nas outras duas – “mais de 20 salários mínimos”. Em Brasília, 72,0% dos chefes de domicílios particulares permanentes recebem acima de 10 salários mínimos por mês, enquanto no Distrito Federal e no Brasil urbano esse percentual é, respectivamente, de 14,9% e 10,4%.

Figura 04

Moradores em domicílios particulares permanentes, por classe de rendimento nominal mensal, em salários mínimos, do responsável pelo domicílio - Brasil urbano, “Brasília”, cidades-satélites do DF, 2000



Fonte: IBGE (2002).

¹⁵⁰ Segundo dados do Censo 2000, a população urbana do Distrito Federal corresponde 95.63% (1.961.499 habitantes) do total de moradores do Distrito Federal. A baixa representatividade estatística da zona rural do Distrito Federal justifica que as análises comparativas sejam feitas tomando por base os dados referentes ao Brasil urbano e não a todo o país, uma vez que a população rural do Brasil é bem superior à população rural do Distrito Federal, em termos proporcionais (Brasil rural: 31.845.211; 18.75%).

¹⁵¹ Os dados do Censo 2000 mostram que a situação de renda nas cidades-satélites do Distrito Federal é relativamente mais confortável do que a do Brasil urbano como um todo (incluindo o Distrito Federal). De um lado, os dados mostram que o percentual dos responsáveis por domicílios particulares permanentes recebendo de “zero até um salário mínimo” é maior no Brasil urbano (19.07) do que nas cidades-satélites do Distrito Federal (17.26); de outro lado, os dados confirmam a situação de renda comparativamente mais confortável do DF, uma vez que o percentual dos responsáveis por domicílios particulares permanentes que recebem de “dez salários mínimos a mais” é significativamente maior nas cidades-satélites (23.78) do que no Brasil urbano (10.38).

- Ilha Brasília e os mundos apartados do Planalto Central

Todos os dados apresentados anteriormente confirmam aquilo que é mais do que visível a olho nu para o praticante da cidade de Brasília: a existência, no coração do Planalto Central, de uma cidade diferente – a “Ilha Brasília”¹⁵²; diferente por sua morfologia planejada; diferente por sua história recente, cimentada de esperança e desejo; diferente por seu sotaque, seus aromas, sua sonoridade de todos os brasis, de todos os povos; diferente por conseguir equilibrar as qualidades das cidades pequenas e grandes sem muitos de seus respectivos problemas; diferente por ocultar os seres humanos sob carros e construções; diferente por sua frieza e pela solidão que encerra em muitos; mas, igualmente, e talvez principalmente, diferente por ser uma cidade brasileira dotada de um padrão de estratificação social único, uma cidade rodeada de Brasil por todos os lados, mas que em seu interior é povoada por um amplo contingente dos sub-estratos superiores da classe média, profissionais atuantes diretamente ou não na burocracia de Estado, bem formados e bem remunerados, produtores e reprodutores cotidianos de um jeito “silencioso” de pensar e viver o mundo urbano, o qual responde em parte ou no todo por grande parte dos outros aspectos que a fazem – segundo os imaginários local e nacional – uma cidade diferente.

As pessoas entrevistadas para este estudo demonstraram perceber com nitidez a diferença dos mundos que formam o Distrito Federal. Para elas, mesmo a despeito da

¹⁵² Freitag (2002) utiliza a imagem de “ilha” para fazer referência ao isolamento geográfico da cidade de Brasília em relação a outras grandes cidades do país e ao litoral. Uma das entrevistadas pelo presente estudo – Mara, nascida no Espírito Santo e moradora do Distrito Federal há mais de 30 anos – diz se sentir exilada em Brasília justamente por esse isolamento espacial da cidade que se localiza a praticamente 1.000km do litoral ou de qualquer grande cidade a não ser Goiânia. A imagem de “ilha” é atribuída em um outro sentido a Brasília pelo cantor e compositor Herbert Viana, quando fala do aspecto político da cidade – uma ilha de políticos que agem como bem entendem, onde a população local, diferentemente do que poderia se esperar caso a capital federal ainda se localizasse no Rio de Janeiro (uma cidade, não uma ilha urbana) é completamente apática frente aos desmandos, à corrupção e à falta de ética e decoro na política nacional que aqui se pratica. Na canção denominada “Luís Inácio (300 picaretas)”, o autor, antigo morador de Brasília, afirma: “Brasília é uma ilha, eu falo porque eu sei/ uma cidade que fabrica a sua própria lei/ onde se vive mais ou menos como na Disneylândia/ se essa palhaçada fosse na Cinelândia/ iria juntar muita gente pra pegar na saída/ pra fazer justiça uma vez na vida”. Esse aspecto de uma passividade injustificada diante dos abusos do poder público local foi apontado como uma das mais significativas características negativas de Brasília por uma das entrevistadas deste estudo – Camila, nascida no Pará e residente no Distrito Federal há cerca de dois anos. Ambos os sentidos de ilha são aqui respeitados, mas a eles se acrescenta mais um, o de uma ilha das classes médias, sentido reforçado por vários entrevistados.

polissemia de Brasília, parece não haver dúvidas sobre o fato de que “Brasília é uma cidade e as cidades-satélites são outras cidades diferentes”¹⁵³

Muitas justificativas para essa afirmativa giraram em torno da existência de uma espécie de muro invisível – mas perfeitamente nítido para quem quer que seja – que separa os dois mundos do Distrito Federal. Esse muro – que tem sua expressão estratégica mais notável nas distâncias físicas que separam a cidade de Brasília do restante das áreas urbanas do município; na arquitetura diferenciada da cidade modernista frente às demais; na concepção de “satélites” circundantes e dependentes de uma cidade central; e na estarrecedora diferença econômica existente entre o centro e a periferia, refletida igualmente em diversos indicadores das diferenças nos níveis de poder e inserção social – tem existência semelhantemente poderosa no plano tático¹⁵⁴, na esfera microcômica do imaginário, povoada por sua simbologia, sua linguagem silenciosa e eficaz, sua forma perspicaz de perceber tanto o que salta aos olhos quanto aquilo que se esconde nas entrelinhas, nos não-ditos, no que se pretende camuflar. A variante tática do muro invisível que separa esses dois mundos permite ao morador de Brasília identificar o “outro” – ora tomado como ameaça, ora como mera distinção social – por meio dos detalhes mais sutis de sua conduta social: jeito de ser, de falar, de se vestir, de se relacionar com as pessoas etc. Dada a distância monumental que separa os mundos de “dentro” e de “fora”, de “cá” e de “lá”, falar das cidades-satélites para quem mora em Brasília e se identifica com o modelo de sociabilidade dominante na cidade é mormente falar em “eles”, dificilmente falar em “nós”. Algumas análises feitas pelos entrevistados permitem exemplificar a nitidez com que a diferença “nós”/“eles” é percebida pelo praticante da cidade, bem como algumas táticas sutis, porém eficazes, de reforço dessa diferença no dia-a-dia¹⁵⁵.

¹⁵³ A maior parte dos entrevistados concordou plenamente com essa afirmativa (11); 4 afirmaram concordar parcialmente; e apenas 1 disse ser indiferente no caso dessa resposta, porque entende que se trata de uma questão conceitual que em sua opinião não está solucionada, o que impede que ela entenda quais espaços do DF são Brasília e quais são cidades-satélites. As explicações daqueles que concordaram total ou parcialmente com a afirmação giram basicamente em torno das diferenças sócio-econômicas, de estilo de vida, cultural e de qualidade de vida existentes entre os moradores de Brasília e a maioria dos moradores das cidades-satélites.

¹⁵⁴ A respeito da definição conceitual de tática e estratégia, vide: Certeau (1994).

¹⁵⁵ O roteiro de entrevistas não contava com nenhuma questão que solicitasse ao entrevistado apresentar sua visão pessoal a respeito da existência de diferenças culturais – entendidas amplamente como diferenças de jeito de ser, de falar, de se vestir etc. – entre os moradores de Brasília e os moradores das cidades-satélites. Essa foi uma análise que surgiu espontaneamente em vários depoimentos, mas não em todos eles. Não houve, todavia, nenhum depoimento que espontaneamente afirmasse a inexistência de tais diferenças. As respostas, portanto, variaram entre aquelas que afirmaram haver diferenças culturais entre Brasília e as cidades-satélites

Como afirma Freitag,

quanto mais próximos do centro da cidade (o Plano Piloto com seus eixos entrecruzados), mais “sagrados” os habitantes de Brasília, e quanto mais distantes, mais “profanos”. Dificilmente uma faxineira da cidade satélite de Ceilândia ou Planaltina terá direito e possibilidade de casar-se com um filho da burguesia estatal, residente nas mansões do lago ou nas quadras residenciais¹⁵⁶

As distâncias social e física existentes entre os mundos do Distrito Federal refletem-se em e se reforçam, dentre outras coisas, por meio da forma de se praticar cotidianamente o espaço da cidade e suas adjacências. As entrevistas mostraram como os limites geográficos da prática urbana daqueles entrevistados que moram em Brasília, são moradores recentes de alguma cidade satélite ou se consideram moradores de Brasília a despeito de residirem no Guara ou em algum condomínio de Sobradinho, por exemplo, raramente se estendem ao conjunto urbano do Distrito Federal como um todo. Essa prática tende a se concentrar no Plano Piloto e atinge, quando muito, as cidades do Guará¹⁵⁷, de Taguatinga¹⁵⁸, do Núcleo Bandeirante¹⁵⁹, da Candangolândia¹⁶⁰ e de Sobradinho¹⁶¹. O tempo de moradia no Distrito Federal, apesar de contribuir para ampliar as possibilidades

e aquelas que simplesmente não mencionavam nada a esse respeito. A questão das táticas de distinção “nós”/“eles” será mais bem discutida no capítulo VIII.

¹⁵⁶ FREITAG, 2002, p. 21/22.

¹⁵⁷ Na área pertencente à RA Guara localizam-se duas das mais importantes feiras do Distrito Federal – Feira do Guará, que vende roupas, calçados e alimentos; e Feira dos Importados, antigamente denominada Feira do Paraguai, que comercializa basicamente produtos importados –, um dos mais importantes *shopping centers* – Park Shopping com suas 11 salas de cinema –, além do Setor de Indústria e Abastecimento, onde se localizam o CEASA, bem como importante parcela das casas que comercializam material de construção para os moradores de Brasília, além de várias concessionárias de veículos.

¹⁵⁸ Taguatinga é hoje indubitavelmente o núcleo urbano com maior poder de atratividade existente no Distrito Federal depois da cidade de Brasília. Com uma população atual de 243.575 habitantes, segundo dados do Censo Brasil 2000, Taguatinga apresenta um comércio dinâmico, algumas importantes áreas de entretenimento noturno, dois *shopping centers*, 11 salas de cinema, faculdades, restaurantes etc. A população agregada de Taguatinga e Ceilândia – duas RAs vizinhas – é de 587.614 habitantes. Se somadas também a Samambaia, cidade relativamente próxima ao conglomerado Taguatinga-Ceilândia, tem-se 751.933 habitantes na região.

¹⁵⁹ O Núcleo Bandeirante, antiga Cidade Livre, primeiro núcleo urbano construído dentro do DF, apesar de ser um núcleo urbano pequeno – 36.472 habitantes, segundo o Censo Brasil 2000 – constitui-se em um importante ponto de passagem para os moradores de Brasília, uma vez que se localiza na estrada que os leva a Goiânia. Além disso, uma importante área residencial nobre do município – o setor de mansões Park Way – pertence à RA Núcleo Bandeirante.

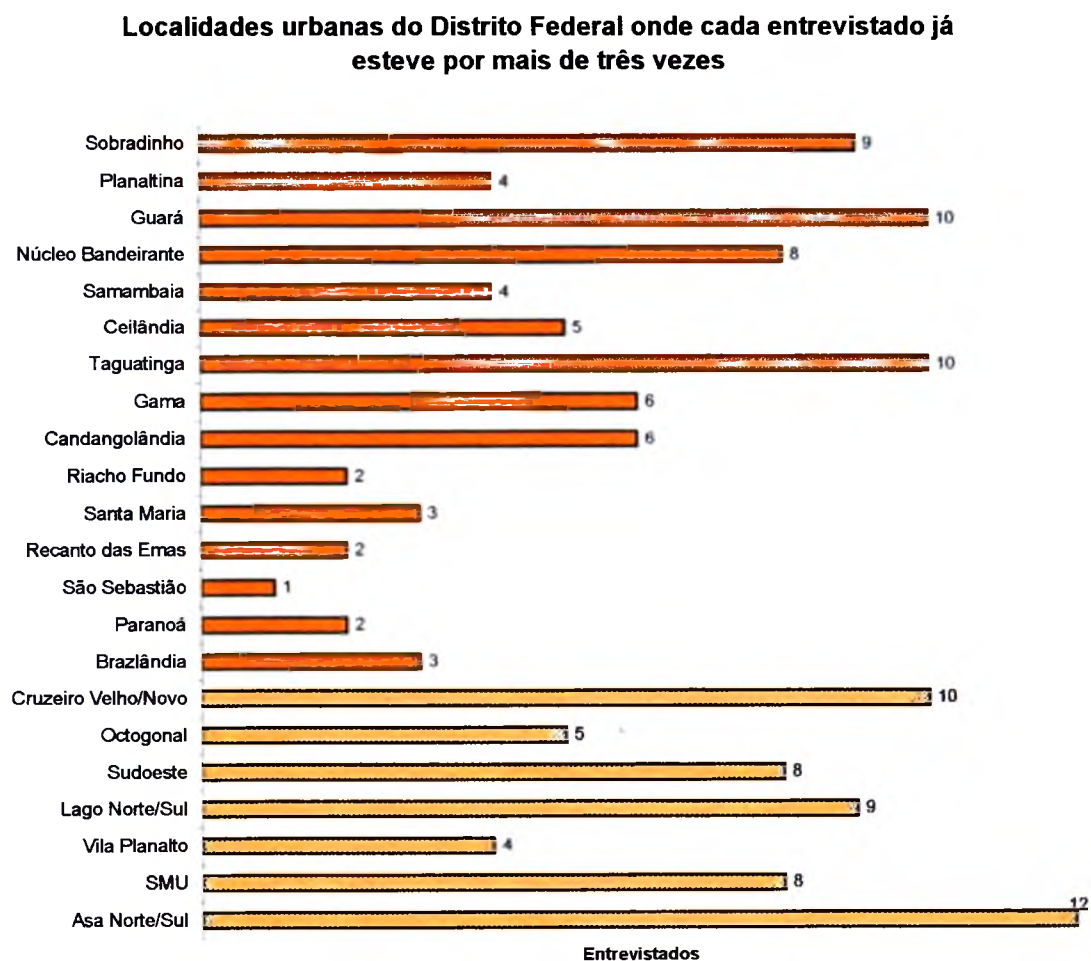
¹⁶⁰ A exemplo do Núcleo Bandeirante, a Candangolândia é também um núcleo urbano antigo do DF.

¹⁶¹ Sobradinho é hoje uma das RAs com maior quantidade de condomínios de classe média de todo o Distrito Federal, tendo se constituído nos últimos anos como um pólo de atração residencial para quem deseja morar em uma casa, mas não tem condições que enfrentar os elevados preços praticados pelo mercado imobiliário de Brasília.

de uma prática urbana mais generalizada em todas as áreas do Distrito Federal não a determina. Alguns dos entrevistados – mesmo aqueles nascidos no município de Brasília ou nele residentes há muitos anos – jamais estiveram mais de três vezes em muitas das cidades-satélites – sobretudo aquelas mais recentes (figura 05). Tratam-se de áreas que do ponto de vista urbano – trabalho, estudo, lazer, compras etc. – oferecem poucos atrativos qualitativos e quantitativos comparativamente ao que existe no Plano Piloto¹⁶², o que ajuda a manter intacto seu estatuto de satélites, dormitórios ou simplesmente periferias, dada sua existência fortemente dependente da cidade central. Por outro lado – e isso parece ainda mais significativo, pois é um dado que se encontra além das meras características urbanas de cada localidade e se liga mais diretamente às características sócio-econômicas de quem reside em cada área específica – nota-se entre os entrevistados que seus círculos de convivência social – representados pelo local de moradia dos cinco melhores amigos, além dos locais de trabalho e estudo – tendem igualmente a se concentrar no Plano Piloto e nos Lagos, estendendo-se, quando muito, às adjacências da RA Cruzeiro e a cidades como Sobradinho, Taguatinga ou Guará, locais que concentram importante contingente populacional pertencente aos estratos médios da classe média local (figura 06).

⁶² Apenas a título de exemplo, cito a diferença da quantidade de salas de cinema existente entre Brasília e as cidades-satélites. Enquanto há cinema em apenas três cidades-satélites – Taguatinga, Guará e Gama – as três cidades somando 24 salas de cinema, em Brasília há aproximadamente 50 salas de cinema.

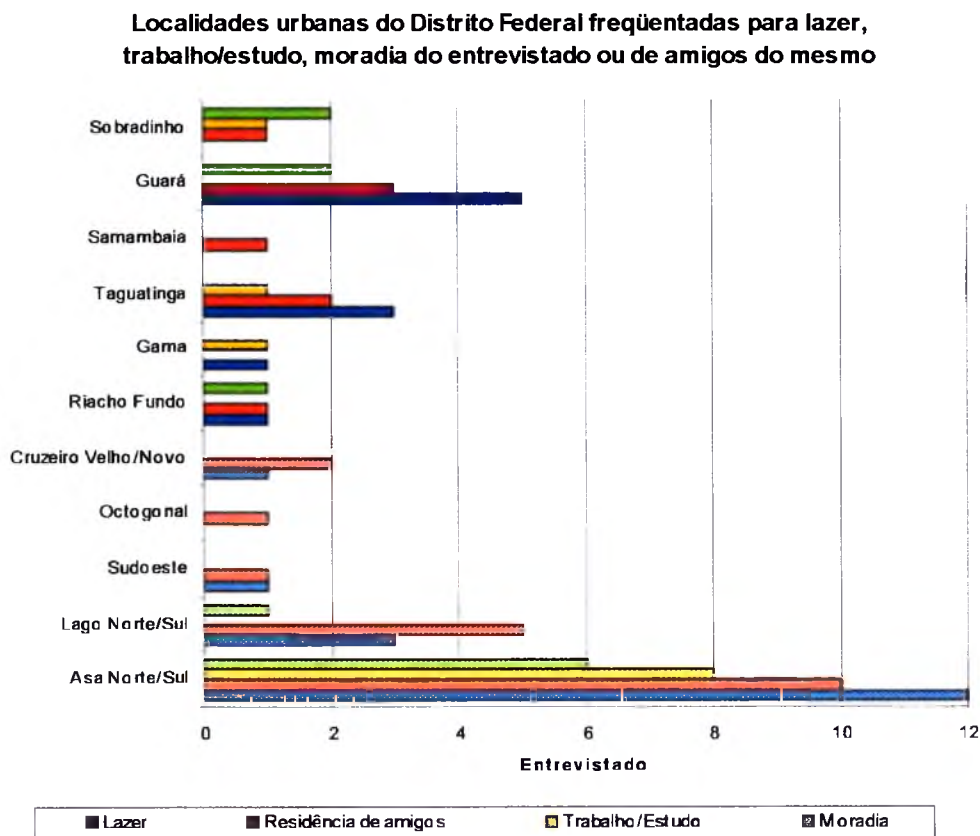
Figura 05¹⁶³



Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal.

¹⁶³ A figura 05 apresenta a distribuição de frequências relativa às respostas à questão “vou listar alguns lugares do Distrito Federal e você vai me dizer em quais deles já esteve mais de três vezes”. O objetivo dessa questão era levantar um mapa da prática urbana de cada entrevistado, a fim de perceber a existência ou não de uma concentração dessa prática nas áreas internas à cidade de Brasília, mormente o chamado Plano Piloto – Asas Norte e Sul. Quatro dos dezesseis entrevistados não responderam a essa questão, daí o universo apresentado na figura ser de somente doze casos. As barras achuradas da figura indicam as localidades pertencentes à cidade de Brasília.

Figura 06¹⁶⁴



Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal.

Se é difícil para quem mora em Brasília fazer amizade com quem mora nas cidades-satélites – o que nem todos os entrevistados concordam¹⁶⁵, partindo da observação de suas

¹⁶⁴ Quatro dos dezesseis entrevistados não responderam às questões referentes aos “Locais que costumam freqüentar para lazer” e “Locais do Distrito Federal onde moram seus cinco melhores amigos”. Por isso, a figura que apresenta as freqüências absolutas de respostas a essas questões soma apenas doze casos. Alguns entrevistados tiveram dificuldades em listar cinco melhores amigos, sendo que uma entrevistada não foi capaz de pensar nem mesmo em um único melhor amigo, não se sentindo habilitada a responder a questão. De qualquer forma, o que se contabilizou não foi a quantidade de vezes que um determinado local foi referenciado, mas sim a simples referência que cada entrevistado fez a cada um dos locais que incluiu em sua geografia particular de estudo/trabalho, lazer e moradia – pessoal ou de amigos. As cidades-satélites que não aparecem no gráfico – onze, de um total de quinze – simplesmente não foram referidas por nenhum entrevistado em nenhum dos quatro itens investigados, o que indica a baixa significância das mesmas na vida cotidiana dos entrevistados. As barras achuradas da figura indicam as localidades pertencentes à cidade de Brasília.

¹⁶⁵ Dos 16 entrevistados pela presente pesquisa, 3 não responderam à afirmação “para quem mora em Brasília é difícil fazer amizade com quem mora nas cidades-satélites”. Dos 13 entrevistados que responderam a essa questão, 2 afirmaram discordar plenamente – um deles, morador de Brasília, afirma que faz amizade facilmente, por isso não entende que exista esse tipo de dificuldade, e o outro, também morador de Brasília, entende que isso depende de cada pessoa, porque ele próprio é membro de um grupo religioso que facilita o contato entre as pessoas de Brasília e das cidades-satélites. Outros 2 entrevistados, ambos moradores de cidades-satélites e trabalhadores em Brasília, afirmaram serem indiferentes àquela afirmação, visto em suas

próprias experiências, mesmo a despeito de poucos terem identificado algum dos seus cinco melhores amigos como moradores de cidades-satélites – essa dificuldade parece residir na combinatória existente entre: a distância geográfica que separa centro e periferia; a concentração de oferta de produtos urbanos na cidade central comparativamente ao que existe nas cidades-satélites; a baixa heterogeneidade social relativa à população residente em Brasília – onde predominam amplamente os estratos superiores da classe média, os quais relacionam-se, evidentemente, muito mais entre si do que com os membros das classes inferiores –, a qual se reflete em evidentes diferenças culturais comprometedoras da integração social; a escassez de espaços liminares de contato entre os “de cá” e os “de lá” – à exceção dos espaços institucionalizados como trabalho, escola, igreja etc.; e o próprio insulamento social dos moradores de Brasília em grupos fechados de pares, onde o ingresso do “outro”, sobretudo aquele proveniente de outro universo social, é dificultado¹⁶⁶

Segundo alguns entrevistados, se as pessoas que moram nas cidades-satélites vierem ao Plano Piloto – para trabalhar, estudar ou tomar parte em atividades que implicam uma existência comunitária, como é o caso das atividades religiosas, por exemplo – não parece haver grandes dificuldades em que os “de dentro” e os “de fora” mantenham contatos sociais primários, tornem-se conhecidos, colegas e até mesmo venham a constituir sólidos laços de amizade. Mas se esse contato depender de um movimento inverso, ou seja, da saída dos moradores de Brasília para as cidades-satélites, ele seguramente ficará comprometido dada a pouca atratividade que a maior parte das satélites ainda exerce sobre a vida social de Brasília e a incontestável diferença de mundos que o muro invisível encerra no Distrito Federal. A partir de algumas interpretações à afirmação “para quem mora em Brasília é difícil fazer amizade com quem mora nas cidades-satélites” é possível perceber um pouco da dinâmica de relacionamento entre os dois mundos do Distrito Federal.

experiências pessoais não terem tido dificuldades em fazer amizade em Brasília – apesar de uma das entrevistadas frisar que suas filhas adolescentes nunca tiveram amizade com pessoas das cidades-satélites – os outros 9 entrevistados concordaram parcialmente (4) ou plenamente (5) com a afirmação, justificando suas respostas pela distância física existente entre Brasília e as cidades-satélites, a pouca disposição dos moradores de Brasília frequentarem as cidades-satélites, as diferenças sociais e culturais existentes entre os dois mundos e o fato de Brasília ser uma cidade dividida onde pessoas diferentes não se misturam. Um único entrevistado disse concordar plenamente com a afirmação por não ter nenhum amigo que seja morador de cidade satélite.

¹⁶⁶ Esse aspecto particular do “silêncio social” de Brasília será abordado detalhadamente mais adiante, na quarta parte deste estudo intitulada *A sociedade do silêncio*.

Seria muito difícil eu fazer amizade com uma pessoa que mora na Samambaia (...). Você só vai conhecer uma pessoa da cidade satélite se você trabalha junto com ela. Então, em lugares que você vai ter um afluxo de todas as pessoas de todas as regiões de Brasília. (...) Mas só assim. (...) Normalmente você conhece as pessoas de fora aqui. (...) Tipo no cursinho, conheci gente de tudo quanto é tipo, mas o cursinho tava ali do lado da minha casa. Tinha gente saindo do Guará, do Cruzeiro, do diabo a quatro pra vir pra cá¹⁶⁷.

Eu particularmente não tenho isso não. (...) Das minhas meninas eu já vejo bem diferente. Elas têm amizade só com o pessoal daqui de Brasília. É difícil... se tem amizade de fora é porque morava aqui e mudou (...). Justamente por conta do ambiente que elas vivem. Elas estudam no Plano, a turma que estuda aqui, que mora aqui. É aquilo que eu tô te falando dos grupos fechados, dos círculos fechados. A Marília (nome fictício da filha mais velha) agora que tá trabalhando, que tá começando a ter contato com gente de outros lugares. Então, ela tá vendo que existe vida fora de Brasília (...). Então ela agora conhece gente que mora em Sobradinho, conhece gente que mora em Taguatinga, conhece gente... mas ela não participa do grupo¹⁶⁸.

Acho que sim, porque eles nem transitam no mesmo espaço. Ah, tem um show lá em Taguatinga. O pessoal do Plano Piloto não vai¹⁶⁹.

¹⁶⁷ Cláudia, brasileira nata. 21 anos, moradora da Asa Sul. Entrevista realizada em 29/07/2002.

¹⁶⁸ Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. A entrevistada possui duas filhas adolescentes e uma filha criança. Entrevista realizada em 24/10/2002.

¹⁶⁹ Mara, 37 anos, nascida em Colatina-ES e moradora do Distrito Federal há 32 anos, sendo que reside há 30 anos no Guará. Entrevista realizada em 04/10/2002.

A ARQUITETURA DO SILÊNCIO

Para falar em Brasília parece imperativo que se fale igualmente, quando não prioritária ou exclusivamente, em sua arquitetura. Se, teoricamente, a cidade é o conjunto formado pela intersecção recíproca entre espaço e sociedade, no caso de Brasília parece que o sentido de reciprocidade entre as partes da equação esvazia-se um pouco em favor de uma percepção que prioriza o espaço – sua forma, sobretudo – em detrimento da sociedade, supondo aquele espaço como matriz geradora da vida social urbana. A origem desse tipo de percepção encontra-se na própria história de Brasília e na forma ideologizada como os criadores do espaço local entendiam conceitualmente a cidade.

De fato, a arquitetura de Brasília contribuiu de forma notória para a configuração de um espaço urbano ímpar frente ao padrão urbano brasileiro, o qual encontra-se em estreita relação de determinação com o fenômeno do “silêncio” a que se pretende aqui investigar. Cabe ao presente estudo, porém, encontrar um ponto equilibrado de análise do papel do espaço na determinação da vida urbana em si, considerando esse espaço como um dentre dois elementos componentes da cidade, logo, determinantes da vida urbana e suas práticas sociais específicas. É essencial, no caso de Brasília, que se possa restituir ao espaço urbano o seu devido tratamento conceitual quando do estudo sociológico da cidade, minimizando a sobre-valorização que lhe tem sido atribuída. Se, por um lado, é preciso não negar seu papel na vida da cidade, por outro, é fundamental que não se assuma uma postura analítica ou investigativa norteada por uma concepção de sobredeterminação do espaço em relação à sociedade urbana. O sentido a que se pretende alcançar neste estudo é o de reciprocidade entre as partes componentes da cidade.

Nesse sentido, procurar-se-á, aqui, apresentar alguns aspectos da composição espacial de Brasília capazes de atuar de forma parcialmente heterônoma, porque interrelacionados aos aspectos da sociedade urbana, na determinação do “silêncio social” da cidade.

Capítulo V

A flânerie na cidade do silêncio



Foto: Augusto Areal

“Alguma coisa acontece no meu coração
E só quando cruzo a Ipiranga e a avenida São João...”

Sampa
(Caetano Veloso)

No luminoso século XIX flânar por Paris era uma prática social cultivada com zelo. Andar lentamente, sem nada em mente, sem paradeiro. Observar sem ser observado, perder-se anônimo em meio a multidão, vagar a ermo por entre as vitrines iluminadas das grandes galerias. Perambular e observar eram, então, as ordens correntes do *flâneur*. Alguns se deixavam acompanhar por tartarugas, diz-nos Benjamin¹⁷⁰, para assim saberem-se sempre em um ritmo lento e de acordo com o locomover-se sem qualquer função. Mesmo os que passeavam a sós faziam-no subvertendo os relógios e seus imperativos rítmicos. Flânar por Paris era um dos prazeres que a capital do século XIX proporcionava a seus moradores e visitantes. Era um de seus muitos encantos¹⁷¹

Como diz-nos Baudelaire, Paris mudou! O tempo moderno e suas transformações resultaram em profundas alterações no modo de viver Paris e, claro, também no modo de flânar por ela. A *flânerie* descomprometida, sem pressa, teve que se submeter aos ritmos do relógio, ao tempo alucinado da vida moderna, à racionalidade instrumental¹⁷² capitalista. Flânar hoje?! Apenas quando nada mais há para se fazer, apenas no tempo reservado ao lazer – tempo do ócio legitimado –, apenas por um tempo delimitado. Mas Paris, a despeito das exigências modernas, ainda convida ao caminhar¹⁷³. Seus bulevares arborizados, as vitrines da Champs Elysées, o interior das grandes galerias, os pequenos comércios que se misturam aos estúdios destinados à residência temporária ou permanente, os magníficos jardins, os monumentos e sua história, os bistrôs com seus aromas peculiares e suas cadeiras voltadas para a rua, as ruas com calçadas, esquinas e vida, e, sobretudo, as

¹⁷⁰ “Por algum tempo, em torno de 1840, foi de bom-tom levar tartarugas a passear pelas galerias. De bom grado, o flâneur deixava que elas lhe prescrevessem o ritmo de caminhar” (BENJAMIN, 1989, p. 51).

¹⁷¹ A *flânerie* é discutida por Walter Benjamin (1989) como uma prática percebida e retratada de formas distintas em virtude das distinções estilísticas e de conteúdo próprias a escolas e autores diversos da literatura, e também em virtude das próprias transformações percebidas pelos mesmos no ato de flânar e no espaço social da *flânerie*.

¹⁷² A idéia de razão ou racionalidade instrumental aqui utilizada – nesta e em outras passagens do texto – refere-se ao tipo de racionalidade que, segundo Weber (1967), caracterizaria o mundo ocidental ou moderno, extrapolando as esferas da economia e da técnica e se fazendo presente – ainda que de modo não exclusivo – em outras esferas da vida social, como motor primário de ações sociais. A idéia de uma razão instrumentalizada pensada como motor das ações sociais – ou de certas ações sociais – é, pois, a idéia de um conjunto de sentidos subjetivos, de caráter utilitarista, atribuídos pelo sujeito à ação em busca da obtenção de um determinado fim. A razão de tipo instrumental não é, como indica Habermas (2001), o tipo único ou mesmo predominante de racionalidade em certos domínios da vida social moderna. Todavia, o presente estudo centrar-se-á na leitura weberiana que considera a relevância sociológica de um tipo utilitarista de racionalidade, originário das esferas da economia e da burocracia, como motor primário para o sentido das ações que se dão fora dessas duas esferas.

¹⁷³ Ou ao flânar fisiologista, a saber, o flânar descrito pelos chamados *fisiologistas* – escritores parisienses de folhetins destinados à descrição de “perfis” sociais e dos lugares –, os quais viam o *flâneur* simplesmente como o camunhante da rua. A esse respeito, vide: Benjamin (1989).

e suas cadeiras voltadas para a rua, as ruas com calçadas, esquinas e vida, e, sobretudo, as pessoas que nelas se acumulam, com seus interesses, seus atrasos, seus trajes, seus charmes individuais, sua sonoridade cosmopolita, seu colorido especial. Tudo isso é ainda vivo em Paris e mantém válido o convite da cidade ao perambular desocupado. Evidentemente, só pode responder ao convite quem tem o tempo a seu favor. Assim é que os turistas, *flâneurs* por opção, ainda se permitem o prazer de vagar pela Cidade Luz, juntamente com aqueles que encontram chances para tal em suas vidas atribuladas.

Essa mesma cidade hoje nervosa, ruidosa, frenética, que no século XIX antecipava sua forma atual e que viveu conturbadamente os primeiros anos do século XX em função de um fluxo populacional gigantesco para o qual não se havia preparado, foi severamente criticada pela arquitetura modernista por simbolizar um mundo caótico, síntese de um tempo em decomposição. Diante do anarquismo espacial parisiense, da sobreposição de variados tempos arquitetônicos em um único sítio, das construções geminadas que não permitiam a entrada do sol nos meses de inverno, das ruas estreitas, sem saneamento e dotadas de uma geometria confusa que inviabilizava o trânsito seguro de pedestres e veículos e que acumulava as pessoas em multidões, das casas postadas vizinhas a fábricas e oficinas, da sonoridade exaustiva de sirenes e buzinas em todos os cantos e dos supostos perigos que uma tal situação poderia trazer à própria vida parisiense, Le Corbusier sugere reerguer Paris¹⁷⁴, reconstruí-la em outros moldes, de acordo com as exigências da moderna sociedade capitalista que se consolidava a olhos vistos na Europa. Era anseio do arquiteto suíço que Paris se tornasse uma cidade mais racional, mais funcional, mais operacional. Paris e tantas quantas fossem as cidades que trouxessem as marcas de uma espacialidade pre-moderna como ferida a ser sanada em seus corpos e suas almas¹⁷⁵ Essa era a certeza funcionalista, “a de que a cidade é uma gigantesca fábrica de homens modernos”¹⁷⁶ e que a ação de um planejamento racional seria capaz de moldá-la às exigências do mundo moderno.

¹⁷⁴ Para Le Corbusier, Paris é uma cidade em ruínas, um “magma perigoso de multidões acumuladas, precipitadas, anexadas” (LE CORBUSIER, 1992, p. 24). Somente a ação de um urbanismo racional poderia reverter o trágico futuro da cidade.

¹⁷⁵ A esse respeito, vide: Le Corbusier (1992).

¹⁷⁶ GORELIK, 1999, p. 68.

Outros arquitetos e urbanistas, estudiosos da espacialidade das cidades e adeptos de uma arquitetura racional, somavam-se a Le Corbusier em defesa de reformas estruturais nas cidades pré-modernas, que fossem capazes de fundar as condições espaciais – e em decorrência dessas, também sociais e culturais – apropriadas à consolidação da modernidade emergente. Em um dos mais importantes documentos redigidos por esses estudiosos, a Carta de Atenas, ficaram delimitados alguns dos mais significativos pressupostos da chamada escola Funcionalista de urbanismo¹⁷⁷. Seriam eles:

A obrigatoriedade do planejamento regional e intra-urbano, a submissão da propriedade privada do solo urbano aos interesses coletivos, a industrialização dos componentes e a padronização das construções, a limitação do tamanho e da densidade das cidades, a edificação concentrada porém adequadamente relacionada com amplas áreas de vegetação (...), o zoneamento funcional, a separação da circulação de veículos e pedestres, a eliminação da rua-corredor e uma estética geometrizar¹⁷⁸.

Alguns dos pressupostos acima são de fundamental importância para a investigação de uma “arquitetura do silêncio” na cidade de Brasília, na medida em que se apresentaram como premissas para as opções de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. A combinação de alguns desses elementos – como a padronização das construções, a separação das construções por meio de amplas áreas verdes, o zoneamento funcional, a separação entre pedestres e veículos, e a eliminação da rua-corredor – paralelamente às propriedades inerentes à cultura moderna em sua expressão metropolitana, tais como, individualismo, impessoalidade, consumismo resultou, não involuntariamente, na aniquilação da possibilidade da *flânerie* tradicional em Brasília, substituindo-a, se possível for, por uma variante “modernizada” dessa prática, qual seja, a contemplação do mundo urbano através das janelas dos carros ou, o que mais se coaduna ao componente mercadológico da *flânerie*¹⁷⁹, a contemplação da mercadoria no anonimato dos *shopping centers* ou das feiras, independentemente das multidões.

Não foi Brasília, de certo, com sua espacialidade maquinal que decretou o fim do caminhar urbano ocioso. A própria modernidade, com seus passos nervosos, para a qual a

Scherer (1993): A respeito dos tipos de urbanismo racionais, vide: Harvey (1993).

¹⁷⁸ SCHERER. 1993, sem página.

¹⁷⁹ Segundo Benjamin (1989), o *flâneur* é um ser enebriado pela multidão que o refugia no anonimato e, de fato, pela mercadoria com sua “alma” empática, atraente, promissora.

arquitetura racional preparou cidades modernas – em especial, Brasília – dá a tônica de um mundo econômico instrumentalizado que circunscreve a vida social em um tal universo de compromissos e preocupações individualistas, mormente centrados no trabalho – ele próprio maquinal – que termina por tornar reminiscência o ócio e suas diversas práticas. A Londres de Allan Poe, na visão de Benjamin¹⁸⁰, já havia decretado a morte da *flânerie* por sua multidão alucinada de trabalhadores, gigantesca demais até mesmo para o *flâneur*, que depende do anonimato produzido pelas aglomerações humanas para exercer sua ociosidade observadora de caminhante. A própria multidão que autoriza a *flânerie* parece aniquilá-la por seus excessos.

Não é, todavia, a multidão, assim como não é a cidade de Brasília, quem extingue, de fato, a *flânerie* tradicional e a joga para as ruas interiorizadas das galerias e, posteriormente, para os interiores “urbanizados” dos grandes magazines, dos *shoppings centers* ou dos *malls*. Não é, também, propriamente na multidão que reside a essência do anonimato urbano, do individualismo dos olhares que não se cruzam, dos corpos que se agregam sem se notarem como pessoas, mas somente como corpos, da esquizofrenia da “solidão acompanhada”¹⁸¹. A multidão é um símbolo – o símbolo da massificação capitalista, da mercadorização do ser humano; uma forma – a forma da concentração espacial capitalista de força de trabalho e de resíduos; uma imagem mais facilmente apreensível, por sua obviedade – a imagem da “massificação dos indivíduos por meio do acaso de seus interesses privados”¹⁸². Não mais que isso. Residissem na multidão o problema do anonimato, do individualismo, do isolamento humano modernos e Brasília seria comemorada como a mais humana das cidades, visto a raridade dos grandes aglomerados. O anti-social, ao qual Poe joga na multidão para se proteger justamente por meio do anonimato que ela autoriza¹⁸³, não é, essencialmente, o homem da multidão, mas sim o homem da modernidade posto em meio a tantos outros de si, todos, como ele próprio, incógnitos para os demais.

¹⁸⁰ Benjamin (1989).

¹⁸¹ Expressão apresentada por André. 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos, em entrevista realizada no dia 04/11/2002.

¹⁸² BENJAMIN. 1989. p. 58.

¹⁸³ A esse respeito, vide: Benjamin (1989).

Na Paris do século XX descrita prognosticamente por Júlio Verne¹⁸⁴, a multidão não se apresenta como característica marcante, mas o individualismo proveniente dos interesses burgueses, sim. No texto de Verne, os personagens inseridos¹⁸⁵ no sistema racional-capitalista dispõem de um duplo atributo, aparentemente paradoxal: por um lado, esses personagens não possuem qualquer individualidade, são simplesmente profissionais – proletários ou burgueses – do sistema, autômatos, máquinas de produzir riquezas para si ou para terceiros. Trata-se de uma individualidade restringida pela massificação dos interesses capitalistas, ou, se for possível, de uma “individualidade massificada”, o que resulta, logicamente, em uma não-individualidade. Por outro lado, esses mesmos personagens – sem individualidade – caracterizam-se por serem demasiadamente individualistas, por se fecharem em seus interesses particulares. A reunião entre “individualismo” e “ausência de individualidade” poderia soar contraditória não fosse o conteúdo exclusivamente econômico das buscas individuais dos personagens inseridos. O individualismo, traço característico de uma personalidade moderna é, em Verne, ele próprio resultado de uma massificação. Só há individualismo – no sentido da moderna sociedade capitalista – porque há uma massificação dos interesses particulares que convergem, atomizadamente, para um único sentido comum: gerar riquezas e delas usufruir o seu melhor orgânico, a saber, a mercadoria.

Relativizando os excessos da descrição algo caricatural de Verne, logo, restituindo ao indivíduo moderno a possibilidade de desenvolver interesses de ordens emocional e simbólica que não se limitem ao materialismo e ao consumismo capitalistas, tem-se no autor francês a oportunidade de desviar da multidão o foco de leitura de certas consequências da modernidade urbana. Vale notar, todavia, que a multidão, por seu efeito

¹⁸⁴ Verne (1995).

¹⁸⁵ Na Paris do século XX, descrita prognosticamente por Verne (1995), os personagens dividem-se entre aqueles que aceitam o sistema e nele são inseridos e aqueles que o rejeitam e, por isso, são dele excluídos. É característica dos personagens inseridos não possuir qualquer individualidade a não ser a de serem máquinas de produzir riquezas, tendo interesses pessoais sempre em consonância com os interesses do sistema. Por outro lado, o diminuto conjunto de personagens excluídos da racionalidade e dos benefícios do sistema, precisamente por sua inadequação, mantêm-se autônomos no que respeita a anseios e interesses individuais. Assim como o *flâneur*, eles não são parte orgânica da multidão dos inseridos, mesmo quando se encontram em seu meio; e, a despeito do frenetismo das massas aglomeradas, a esses personagens é dado o direito de flânar. Não é a cidade em si que aniquila a possibilidade da *flânerie*, é antes a modernidade como estrutura material e psíquica, de quem a grande cidade é apenas um fragmento e um símbolo. Na visão de Verne, se houver alguma possibilidade de os indivíduos viverem à margem do universo psíquico da modernidade, haverá então a possibilidade de flânar.

visual de massificação, dá maior visibilidade às conseqüências psicossociais da modernidade, apresentando-se muitas vezes para o homem comum, como a causa em si da frieza, do individualismo e da solidão urbanos¹⁸⁶

Cidade sem centro

As cidades brasileiras que assistiram o nascer e o avançar da modernidade sobre uma urbanidade pré-moderna são dotadas de um tipo de experiência urbana que Brasília jamais teve. Elas guardam em seus imaginários reminiscências de um passado próximo, compostas por alguns elementos figurativos essenciais para a formação das imagens da cidade: os bairros residenciais, distintos em novos e tradicionais, de elite ou populares, com suas feiras itinerantes, suas paróquias, suas festas, suas escolas e residências típicas; certas praças e passeios públicos, abrigando as sociabilidades específicas do *footing*, dos flertes ou dos namoros¹⁸⁷; os grandes teatros e cinemas, com sua elegância, seus traços europeus, seu glamour ritual, os tradicionais salões de chá, restaurantes, bares, bilhares, locais que, a despeito de reunirem, em cada qual, públicos e interesses distintos, favorecem um tipo de interação social específico¹⁸⁸. Ao lado disso tudo, ou antes, figura obrigatoriamente o centro comercial e de negócios, espaço maior de convergência social da cidade, imagem-síntese da própria vida urbana. Não há cidade no Brasil de passado pré-moderno, sobretudo aquelas que viram sua espacialidade alterada pela chegada da modernidade, que não tenha seu imaginário marcado pelo centro. No centro,

os dias são regidos pelo movimento e pela multidão. Há densidade e burburinho em todos os lugares. Um ritmo, constante e rápido. Vaivém de carros e pessoas. Agitação e anonimato. Parece um formigueiro. (...) O motivo é simples: na cidade, todos são escravos do tempo, de uma ou outra maneira. Ricos e pobres são comandados pelo relógio. (...) Muitas pessoas eventuais, preocupadas, apressadas. Não são dali. Não têm compromisso

¹⁸⁶ Essa é, por exemplo, a impressão de Marcelo ao comparar a frieza de Brasília com aquela testemunhada na multidão das grandes cidades, onde “você tá andando no meio da multidão e está literalmente (Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ e morador em Brasília há 39 anos. Resposta à afirmação “Brasília é uma cidade fria”. Entrevista realizada em 06/11/2002).

¹⁸⁷ A esse respeito, vide: Dupré (1943).

¹⁸⁸ Gama (1998) apresenta uma rica narrativa da relação entre a produção cultural paulista nas décadas de 1940 e 1950 e as formas de sociabilidade encontradas na região central da cidade, quer nos seus teatros e cinemas cheios de glamour, em suas luxuosas casas comerciais ou, principalmente, “nos bares da vida”, locais privilegiados pela presença de grandes nomes da intelectualidade e da boemia paulistanas e brasileiras.

com o lugar. Passageiros da cidade, trabalhando, comprando e vendendo, visitando, percorrendo. (...) No Centro da cidade, as pessoas se transformam em indivíduos. Perdem sua identidade de pessoas, pois esta só existe quando reconhecida. E para reconhecer é preciso conhecer. Na cidade, no meio da multidão, não há conhecidos, e, portanto, não há pessoas. Só indivíduos igualmente anônimos uns para os outros. Este discurso confunde Centro e cidade, e não é à toa. Se a cidade é mistura de gente e atividades, o Centro é o lugar onde essa mistura é maior. Se a cidade é agitada (em comparação com o campo), em nenhum lugar é tão agitada como na sua área central. (...) O Centro é a hipérbole da cidade¹⁸⁹.

No imaginário social brasileiro o centro e a própria cidade.

*Eu freqüentava a cidade. (...) Então, o centro, ou seja, a cidade da cidade do Rio de Janeiro, eu, na minha adolescência, eu freqüentava*¹⁹⁰.

Mesmo entre aqueles que nasceram e se criaram em Brasília, uma cidade notadamente sem centro, o centro figura – implícito¹⁹¹, é preciso que se diga – no coração das representações sobre a cidade, mais especificamente, sobre a *cidade grande*, a cidade da modernidade. As imagens associadas à *cidade grande*¹⁹² pelos entrevistados desta pesquisa tenderam a girar em torno de elementos urbanos que são, em geral, melhor sintetizados pelo centro do que pelos bairros, seja um centro específico, como no caso de São Paulo ou Nova Iorque, seja um centro abstrato. Na concepção dos colaboradores deste estudo, *cidade grande* liga-se às imagens de “*anonimato de gente correndo o tempo todo*

¹⁸⁹ VOGEL; VOGEL; LEITÃO, 1995, p. 35/36.

¹⁹⁰ Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ e morador em Brasília há 39 anos. Resposta à pergunta “Você freqüentava o centro do Rio na sua adolescência?”. Entrevista realizada em 06/11/2002.

¹⁹¹ A figura do centro em si não apareceu explicitamente em nenhuma das imagens descritas pelos entrevistados, mas seus componentes sim.

¹⁹² Foi solicitado a cada entrevistado que apresentasse as três primeiras imagens que lhe vinham à cabeça quando pensava em “cidade grande”. O objetivo dessa questão era justamente captar as imagens que predominam na representação da “cidade grande”, cruzando-as com as imagens predominantes a respeito de “cidade”, “cidade pequena” e “Brasília” – outras três questões que solicitavam respostas relativas ao imaginário – a fim de saber quais as imagens predominantes em cada caso, e qual a relação entre cada tipo de cidade entre si e dessas com Brasília. Em alguns casos, as imagens relativas à “cidade” foram muito próximas – ou as mesmas – que aquelas associadas à “cidade grande”, o que permite constatar uma certa intercambialidade entre ambos os termos no universo simbólico dos praticantes urbanos. Por outro lado, as imagens associadas à “cidade pequena” tenderam a se diferenciar em muito daquelas que se relacionavam tanto à “cidade” quanto à “cidade grande”. Por fim, as imagens relativas a Brasília variaram entre elementos que se relacionavam a algum dos três tipos de cidade ou elementos totalmente novos, como o cerrado, o céu, o poder. A respeito das respostas dadas por cada entrevistado, vide quadro 10 em anexo.

para todo lugar, em uma busca insaciável não se sabe do quê, “poluição”, “pontes”¹⁹³, “negócios”, “comércio”, “trânsito”, “violência”, “edifícios”, “agitação”, “concertos de música”, “insegurança”, “mais individualidade”, “caos urbano”, “céu cinza”, “multidão”, “correria de pedestres todos atrasados”, “formigueiro humano”, “capital”, “lugar onde mora muita gente”, “impessoalidade”, “desorganização”, “engarrafamento”, “barulho”, “assalto”, “individualismo”, “estresse”, “loucura”, “anonimato”, “cultura”, “possibilidades”, “vida completa”¹⁹⁴

Apesar de cada um dos entrevistados ter exposto sua visão particular é possível notar como as imagens se cruzam e se sobrepõem formando uma representação coerente, ainda que complexa, daquilo que se pode nomear “cidade grande”. Observando o conjunto das imagens associadas pelos entrevistados é possível perceber que a cidade grande é notada mais em função de sua temporalidade alucinante, seu ritmo frenético e descontrolado, sua propriedade de impessoalização dos sujeitos sociais, sua aparência insegura e suja, sua sonoridade caótica, sua relação com o capital e com amplas oportunidades de trabalho, diversão, cultura e realizações pessoais do que, propriamente, em virtude de um tipo qualquer de espacialidade. A cidade é grande não por possuir amplas dimensões espaciais, mas por concentrar um número impressionante de pessoas, que se misturam em uma massa de anônimos, com seus interesses particulares – de trabalho, estudos, consumo ou diversão; pessoas sempre atrasadas, movendo-se alucinadamente a pé ou de carro, em um ambiente cinzento, barulhento, inseguro, desconfortável. Mesmo quando a grande cidade é vista em seus aspectos positivos, todos relacionados a trabalho, consumo, cultura ou diversão, a ambientação é a acima descrita, a qual se refere, ainda que inconscientemente, sem sombra de dúvida, ao centro urbano. É no centro que as pessoas se aglutinam, movem-se na massa impessoal da multidão, correm como loucas contra o relógio e sem se notarem umas às outras. É no centro onde, tradicionalmente, pode-se encontrar trabalho, comércio, cultura, lazer. O centro é inseguro, sujo, barulhento. O centro é, enfim, o coração da cidade, o local de todos os contatos, de todas as misturas, o ponto mor da efervescência social urbana, o lugar mais urbano da cidade.

¹⁹³ Segundo o entrevistado que apresentou essa imagem, a mesma liga-se diretamente à imagem de Manhattan, centro comercial e financeiro da cidade de Nova Iorque.

¹⁹⁴ Cada um desses termos foi apresentado por um ou mais entrevistados quando solicitados a dizerem as três primeiras imagens que lhes vinham à cabeça quando pensavam em “cidade grande”.

Mesmo em cidades que vivenciam alterações significativas em sua centralidade, como e o caso de São Paulo¹⁹⁵, por exemplo, onde o centro histórico tem passado a conviver com uma múltipla centralidade comercial, financeira, cultural e de entretenimento, situada nos bairros ou mesmo em “centros artificiais”, como os enclaves fortificados¹⁹⁶ comerciais e empresariais, o centro ainda figura no plano imaginário como a marca mais própria da cidade, em especial, da cidade grande.

A questão do centro urbano, todavia, não se restringe ao plano superestrutural da cidade brasileira. Não é uma questão ideal, presente apenas na memória e nas fantasias dos cidadãos. O centro é um fato. Mesmo que tenham tido maior importância simbólica e real no passado, os centros são, ainda hoje, elementos materiais presentes nas cidades brasileiras; vivos no espaço das cidades e não somente em sua memória. Mesmo naquelas cidades hoje multacentradas é possível ir ao centro, ver os grandes prédios de outrora e outros mais recentes, comprar nas distintas lojas que se aglomeram, a despeito da concorrência com os *shopping centers*, ver a multidão, perder-se em meio a ela, respirar um ar mais carregado de gente, mistura, aromas e sons do que aquele que existe nos bairros. O centro pode ter perdido sua exclusividade, mas, seguramente, não perdeu sua hegemonia como espaço-síntese da cidade.

Mas se muitas cidades brasileiras, cuja história remete a uma urbanidade pré-moderna que se viu alterada pelas exigências de um capitalismo de desenvolvimento tardio e voraz, não perderam, de fato, o espaço material e simbólico do centro como referencial urbano, ainda que esse tenha sofrido significativas alterações, o caso de Brasília é, porém, muito diferente. Brasília é uma cidade nascida adiante de qualquer experiência pré-moderna e dotada de um espaço voluntariamente planejado para impossibilitar a centralidade típica da espacialidade urbana brasileira. Faltam a ela ambos os elementos de reconhecimento do centro como referencial de urbanidade – o centro como fato e como reminiscência. Essa dupla ausência é fator determinante – juntamente com outros aspectos a serem discutidos adiante – de uma particularidade dessa cidade, qual seja, a de ser dotada

¹⁹⁵ A esse respeito, vide: Caldeira (2000); Ribeiro (2000); Gama (1998).

¹⁹⁶ Segundo Caldeira (1997), enclaves fortificados são “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os “marginais” e os “sem-teto” (Op. Cit., p. 155).

de uma urbanidade atomizada em pequenos círculos sociais e espaciais de convivência, os quais não possuem qualquer referência material ou simbólica de uma urbanidade centralizada.

A ausência de um centro urbano como tal em Brasília não foi identificada espontaneamente pelos entrevistados do presente estudo – salvo um deles, migrante recém chegado da capital paraibana¹⁹⁷ – como um elemento diretamente relacionado a qualquer aspecto do “silêncio social” da cidade. Todavia, vários entrevistados, em um momento ou outro afirmaram que a setorização da cidade – o que, implicitamente corresponde, também, a ausência de um centro urbano como o que se vê em outras cidades brasileiras – teria responsabilidade direta, ainda que não exclusiva, pela ausência de pontos de convergência social, onde fosse possível ver-se regularmente mistura e multidões aglomeradas¹⁹⁸. A ausência desse tipo de espaço liminar responderia, assim, por parte da imagem de vazio que se atribui ao espaço de Brasília. O vazio de uma cidade onde não se vê gente concentrada, sobretudo pessoas de distintas origens sociais, nem gente caminhando nas ruas, como discutido mais adiante.

E de que eu tô chegando num lugar morto, parado, assim, sabe. (...) Eu digo assim, “Meu Deus do céu, cadê o povo dessa cidade?” (risos). O contraste é evidente¹⁹⁹.

Por outro lado, a setorização da cidade e a inexistência de espaços liminares de convergência concorreriam, também, segundo alguns entrevistados, para o insulamento das

¹⁹⁷ [A vida em Brasília é solitária] “(...) Acho que pode ser solitária assim, no sentido de não ter, pelo menos no final de semana, esse espaço de confluência mesmo das pessoas, e o fato também de não ter um centro da cidade de fato, né. (...) Lá em João Pessoa era o contrário. Eu trabalhava no centro, você necessariamente vai no centro, mesmo que já tenha os shoppings, mas é outra história. Ninguém deixa de ir pro centro”. Fábio, 26 anos, nascido em João Pessoa – PB, morador de Brasília há 2 meses. Entrevista realizada em 14/10/2002.

¹⁹⁸ Holanda (2002) faz uma análise semelhante, ao constatar uma correlação direta entre a forma de construção de determinados espaços urbanos no Distrito Federal e o tipo de urbanidade presente em cada um deles. A segregação funcional de Brasília teria, segundo o autor, contribuído decisivamente para o esvaziamento sazonal (em dias ou horários específicos) de inúmeras áreas de Brasília – a exemplo da Esplanada dos Ministérios – enquanto que a ausência de tal opção urbanística de segregação em outras cidades, como o Paranoá, por exemplo, responderia por um outro padrão de urbanidade e por um outro tipo de uso do espaço. Na leitura de Holanda (2002), a cidade não se apresenta propriamente como a resultante de relações recíprocas espaço-sociedade, mas mais como uma espécie de organização socio-espacial onde o espaço sobrepõe-se à sociedade com o poder de criá-la e transformá-la.

¹⁹⁹ Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Resposta à pergunta “Qual sua impressão quando volta pra Brasília depois de uma viagem?”. Entrevista realizada em 24/10/2002.

relações sociais locais em grupos fechados, formados, em geral, no interior das instituições de trabalho, estudo, esporte, religião. Sendo uma cidade setorizada – que extingue o centro urbano e segrega os locais de trabalho, moradia, lazer e consumo – Brasília teria conformado um padrão muito particular de urbanidade: uma urbanidade atomizada em círculos fechados, grupos de pares, guetos²⁰⁰

Brasília não tem e nunca teve, de fato, um centro. Aqui, uma intersecção viária em forma de cruz marca o espaço mais central da cidade, nada mais. Nela se situam dois centros comerciais verticalizados – o Conjunto Nacional e o CONIC –, uma rodoviária central, para onde converge boa parte dos ônibus urbanos que circulam na cidade, além do Teatro Nacional. Essa intersecção viária não é realmente uma intersecção, visto que o eixo que cruzaria perpendicularmente aquele acima descrito localiza-se em um plano inferior, de modo que ambos não se cruzam a não ser imaginariamente. Ela, tampouco, é um centro comercial, tendo sido planejada para ser o centro de diversões da cidade ou, nas palavras do próprio Lúcio Costa, uma “mistura, em termos adequados de Picadilly Circus, Times Square e Champs Elysées”²⁰¹. Hoje em dia, todavia, nada há naquela intersecção imaginária que lembre a mistura descrita por Lúcio Costa, a não ser o Teatro Nacional, com suas três salas de espetáculo, mais foyer para exposições e outros tipos de reuniões. A rodoviária é, evidentemente, apenas uma rodoviária. Um ponto para o qual convergem pessoas de passagem. Possui algumas casas comerciais, bancas de jornais, lanchonetes, vendedores ambulantes, lambe-lambes, mas nada que a possa qualificar como parte componente de um centro de diversões. Há quem se divirta na rodoviária pelo fato dela concentrar uma quantidade de pessoas que é incomum em outras partes da cidade, e mais, um tipo de pessoa que não se vê em Brasília com frequência a não ser travestido nos

²⁰⁰ Essa análise espontânea – dada a inexistência de uma questão que investigasse diretamente esse aspecto – apareceu em alguns depoimentos, mas não em todos. Todavia, não houve nenhum depoimento em que tenha surgido a leitura contrária – a de que a urbanidade de Brasília é caracterizada pelas misturas, pelos contatos entre indivíduos de origem social diferente, ou pela multidão, por exemplo. Mesmo quando as pessoas negavam que Brasília fosse uma cidade fria, vazia ou solitária, como pode ser visto no capítulo VIII, os argumentos jamais indicavam uma cidade de misturas e grandes contatos sociais, mas sim experiências pessoais de inserção que não permitiam aos entrevistados visualizar aqueles elementos como característicos de Brasília.

²⁰¹ COSTA (s/ página, s/d, mimeo).

diversos papéis de trabalhadores medianos ou subalternos, ou aglomerando-se nos pontos de ônibus e nas estações do metrô no final do dia²⁰²

O Conjunto Nacional é um *shopping center* – o mais antigo da cidade e um dos mais antigos do Brasil; e o CONIC é um centro misto, que abriga atividades diversas – desde escritórios comerciais até faculdade, teatro, sedes de partidos políticos, lanchonetes, restaurantes, comércio em geral, casas de prostituição e igrejas evangélicas, substitutas recentes de tradicionais cinemas da cidade²⁰³.

A presença da rodoviária e dos dois centros comerciais na área planejada para ser o centro de diversões da cidade faz com que a mesma aglutine, em certos horários e dias da semana²⁰⁴, uma importante quantidade de pessoas transitando de um lado a outro, o quê, de um modo geral em Brasília, é uma imagem atípica. Esse movimento de pedestres, bem como a centralidade espacial da área, permitem a alguns praticantes da cidade localizar ali – no eixo rodoviária-Conjunto Nacional-CONIC – o centro de Brasília²⁰⁵

Outras pessoas, por sua vez, atentas menos à centralidade propriamente espacial do centro e mais às suas características humanas – movimento, sonoridades múltiplas, correria – enxergam o centro de Brasília nos Setores Comerciais Norte e Sul, este mais evidenciado que aquele. Esses setores, em especial aquele localizado na Asa Sul, reúnem em edifícios comerciais um número importante de trabalhadores dedicados aos trabalhos burocráticos e comerciais. No Setor Comercial Sul é sempre possível ver-se muitas pessoas caminhando,

²⁰² “Se você for na rodoviária você vai ver que a rodoviária é de todos. Mas não é todos, são as pessoas das satélites. Plano Piloto não vai na rodoviária, “calango” (nativos de Brasília) não vai em rodoviária. (...) Colegas meus do C.O (Centro Olímpico da UnB) adoram ir na rodoviária. (...) Eles pegam ônibus, vão pra rodoviária pra andar, pra ficar lá. (...) Eu fazia isso também. Então assim, uma necessidade de sentir um calor diferente, sabe, um calor... acho que nem diferente, um calor, que acho que aqui não tem nem calor (calor humano)”. (André, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002).

²⁰³ Um dos entrevistados lamenta que tradicionais cinemas de Brasília, localizados no “setor de diversões”, tenham sido vendidos e transformados em igrejas.

²⁰⁴ Como afirmam Vogel: Vogel: Leitão (1995), “o centro da cidade (...) está submetido (...) às transformações pelos ciclos calendários. (...) Ciclos menores são os que alternam dias úteis e fins de semana. A cara da cidade muda por completo” (Op. Cit., p. 34). Essa característica do centro urbano, de ter sua paisagem alterada em função dos microciclos calendários, é típica de todas as três áreas apresentadas pelos entrevistados como representando o centro de Brasília: o eixo rodoviária-Conjunto Nacional-CONIC, os Setores Comerciais Sul e Norte, e o próprio Plano Piloto, que apresenta grande movimento de carros até a manhã do sábado, chegando a apresentar aspecto desértico aos domingos, como comentado por alguns entrevistados.

²⁰⁵ Das 16 pessoas que responderam a questão “onde fica o centro de Brasília em sua opinião?”, 7 apontaram o eixo rodoviária-CONIC-Conjunto Nacional, 3, o Plano Piloto (Asas Norte e Sul); 2, o eixo Setor Comercial Sul-Setor Comercial Norte; 1, o eixo Setor Comercial Sul-Setor Comercial Norte-Setor Bancário-Setor de Autarquias; 1, o eixo rodoviária-Setor Comercial Sul; 1, as quadras 304/305 Sul; e 1, toda a Asa Sul.

fazendo compras nas barracas de camelôs ou nas lojas populares, comendo em quiosques ou nos restaurantes comerciais, esperando a condução na parada, dirigindo-se aos *shopping centers* que se localizam a sua frente²⁰⁶, enfim, locomovendo-se – em geral, a pé – e realizando seus afazeres pessoais cotidianos ou eventuais. Essa paisagem é algo diferente no caso do Setor Comercial Norte, onde o fluxo de pedestres é menor e, em geral, dirige-se diretamente para os três *shopping centers* que se encontram em sua proximidade²⁰⁷, ou para a rodoviária que também está próxima.

Por fim, notando a importância social, econômica, cultural e espacial da cidade de Brasília em relação ao Distrito Federal, logo, às demais cidades nele situadas, algumas pessoas julgam que as Asas Norte e Sul – o Plano Piloto – é que constituem o centro de Brasília. Note-se, nesses casos, a ambiguidade territorial da cidade: a cidade e seu próprio centro.

A forma como as pessoas pensam e delimitam a centralidade de Brasília indica que se o centro não existe, de fato, como realidade material presente ou pretérita, ele não há de existir, igualmente, como referência simbólica ou imaginária coletiva. Em Brasília, as pessoas simulam um centro – a exemplo do que fazem com relação aos bairros –, quando a isso são solicitadas, e o fazem a partir das distintas referências que possuem a respeito do que possa ser um centro. Alguns dos informantes, vindos de outras experiências urbanas, trazem consigo certas reminiscências da centralidade em outros lugares. Outros, nem isso. Se é a memória coletiva quem informa o imaginário²⁰⁸ é de se supor que, na ausência de uma forma propriamente comum de memória, esse imaginário torne-se carente de referências unificadas. Quando as pessoas se recordam do centro, recordam-se, cada qual, do centro das cidades onde viveram ou, quando menos, de um centro visto, lido ou informado em filmes, revistas, imagens de televisão, fotografias, conversas de terceiro, jamais se recordam de um centro vivido em Brasília, porque esse, de fato, nunca existiu. Não há um conteúdo comum na memória local que possa consubstanciar um imaginário coletivo a respeito da centralidade urbana. Assim é que o centro – quando faz-se necessário pensar a cidade por meio dessa categoria – ora se localiza no marco zero da cidade, ora na área de maior movimento e efervescência, ora mistura-se com a própria cidade, a qual é

²⁰⁶ Os referidos *shoppings* são o Pátio Brasil e o Venâncio 2000.

²⁰⁷ Os referidos *shoppings* são o Conjunto Nacional, o Liberty Mall e o Brasília Shopping.

²⁰⁸ Pesavento (1999).

dotada de um estatuto territorial evidentemente ambíguo. O centro só existe na vida social brasiliense como simulacro e, assim mesmo, quando solicita-se do praticante da cidade que a pense em termos de sua centralidade. Não é absolutamente comum em Brasília, as pessoas dizerem que vão “ao centro”, ou “à cidade” – como ocorre em outras realidades urbanas brasileiras – quando dizem que vão àquelas localidades que, quando solicitado, representam o centro para si. O que se diz, simplesmente, é: “vamos nos encontrar no Conjunto Nacional”, “vou ao Setor Comercial Sul resolver algo”, “estou indo para a rodoviária”; nenhuma referência ao centro.

Cidade sem rua

A supressão voluntária do centro por meio de um planejamento urbanístico é algo de vital importância para a compreensão de alguns aspectos da vida social em Brasília – em especial a impressão de vazio humano que a cidade parece transmitir a algumas pessoas – assim como o é, igualmente, a supressão voluntária da rua e sua substituição por vias.

Em Brasília, o espaço urbano pensado para ser moderno, buscou aniquilar uma cultura urbana pré-moderna – a do perambular desprovido de objetividade – tencionando substituí-la por algo que parecesse mais condizente com a era da máquina, da velocidade, da razão instrumental – o circular objetivo de um ponto a outro por meio de veículos a motor. Daí o título brasiliense de “capital do automóvel” e, paralelo a ele, a conclusão generalista de muitas pessoas de que é impossível andar a pé em Brasília.

Não dá não! W3, você ainda vê. Saindo da W3 você não vê mais ninguém andando a pé. Então você vê, aqui em cima da rodoviária (...), ali é o único lugar de Brasília (...) que você vê gente atravessando, e aqui na W3 Sul, ali em frente ao Pátio Brasil (shopping situado à frente do Setor Comercial Sul). Tirou esses dois, (...) se você quiser contar quantas pessoas você vai encontrar andando na rua (...) você não vai ter dificuldade nenhuma²⁰⁹.

Terrível! Horrível! Eu acho que Brasília é uma cidade pra carro. Não foi nem pra gente, foi para carro. Carro em Brasília é uma necessidade como você se alimentar²¹⁰.

²⁰⁹ Marcelo. 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ e morador em Brasília há 39 anos. Resposta à pergunta “Não dá para andar a pé em Brasília?”. Entrevista realizada em 06/11/2002.

²¹⁰ Camila. 39 anos, nascida em Vizeu-PA, residente no Distrito Federal há aproximadamente 2 anos e em Sobradinho, há 7 meses. Resposta à pergunta “Como é a experiência de viver em Brasília sem carro?”. Entrevista realizada em 13/12/2002.

De fato, ao combinar zoneamento funcional – ou seja, segregação espacial das funções urbanas de habitação, lazer, trabalho e circulação –, segregação espacial de veículos e pedestres, eliminação da rua-corredor, e separação dos conjuntos de edificações por meio de amplas áreas de vegetação, o espaço de Brasília resultou-se amplamente restritivo das formas de circulação não motorizadas para além dos estreitos limites das unidades de vizinhança ou dos centros de atividades específicas. É cabível, todavia, questionar se essas restrições configuram-se em impedimentos reais ao caminhar pela cidade e o quanto, de fato, influenciam o comportamento pedestre na mesma²¹¹

Parece evidente que não há maiores dificuldades em se caminhar pelas alamedas arborizadas, dotadas de calçadas planas e seguramente isoladas do contato com os automóveis, que se encontram em abundância nas superquadras. Nessas alamedas e possível, além de se caminhar tranquilamente, também passear com carrinhos de bebês, correr, andar de bicicleta, patins, *skate*, passear com cachorros e um sem número de outras opções de movimentação e lazer favorecidas pela estrutura viária planejada para as unidades de vizinhança. Os passeios públicos levam o pedestre direta e seguramente ao comércio local, onde é possível, em muitos casos, mas não em todos, adquirir produtos de consumo cotidiano em mercearias, padarias e drogarias, sem que seja necessário deslocar-se para áreas mais distantes da cidade.

Não há impedimentos à continuidade do caminhar para além da unidade de vizinhança imediata e de seu comércio local. Toda a extensão residencial das Asas Norte e Sul, salvo poucas exceções, bem como boa parte das áreas residenciais dos Lagos Norte e Sul, é dotada de calçadas, em geral, planas, onde é possível caminhar livremente. Além disso, a construção dos edifícios residenciais sobre pilotis, paralela à coletivização do solo urbano assegura, ao menos em nível teórico, livre acesso aos pedestres mesmo nas áreas terreas dos edifícios. As condições estruturais para o pedestre são, no sentido das facilidades acima mencionadas, menos evidentes apenas na Região Administrativa do Cruzeiro e na Vila Planalto. No primeiro caso, tem-se a questão dos enclaves habitacionais presentes nas áreas Octogonais e no Cruzeiro Novo como elementos restritivos à livre circulação no espaço público, bem como a tardia colocação de calçadas em muitas áreas do

²¹¹ André, por exemplo, afirma que no Plano Piloto “*não é muito difícil de você se deslocar a pé*” (André, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002).

setor Sudoeste, algumas das quais, como ocorre em boa parte da área econômica, têm as calçadas substituídas por entradas de veículos para estacionamento. No caso da Vila Planalto, o problema se concentra ora na ausência de calçadas ora na existência de calçadas estreitas e irregulares.

De todo modo, é possível afirmar que na maior parte das áreas residenciais da cidade de Brasília, a estrutura viária implantada oferece boas condições para o caminhar, a exemplo do que acontece também nas áreas destinadas ao trabalho. Os Setores Comerciais, Bancário e de Autarquias Norte e Sul, a Esplanada dos Ministérios e os comércios locais – para mencionar apenas algumas áreas destinadas ao trabalho – são igualmente equipados com calçadas, em geral, planas e em estado razoável ou bom de conservação.

De onde viria, então, sabendo-se das boas condições estruturais para o caminhar, a crítica corrente de que o espaço urbano de Brasília inviabiliza as locomoções a pé? Qual a origem factual da brincadeira, comum nos primeiros anos de vida da cidade, de que o corpo humano, em Brasília, divide-se em três partes: “*cabeça, tronco e rodas*”²¹².

A resposta àquelas indagações encontra-se na própria orientação conceitual da arquitetura racionalista que substituiu o caminhar pelo circular, ou seja, um ato de sociabilidade²¹³ – ainda que, de certo modo, velada – por uma variante objetiva e instrumentalizada do movimento humano, submetida, por concepção, a uma forma maquinal e individualista de transporte: a circulação em automóvel particular. É possível caminhar por Brasília, sem dúvida. Mas por que caminhar ociosamente em um espaço que convida tão explicitamente a objetividade? Caminha-se em Brasília, seguramente, mas talvez não se flane por ela, a não ser sob o encantamento da mercadoria que, nessa cidade, não se expõe a olhos vistos em todos os cantos. Em Brasília, até o espetáculo da mercadoria²¹⁴ – aquele que marca a paisagem metropolitana em geral, seus ritmos, sua sonoridade e faz da grande cidade um espetáculo em si²¹⁵ – encontra-se limitado a uma razão espacial segregadora, que dá a cada coisa o direito de existir, quase que exclusivamente, em espaços determinados. Houve um tempo, conta um dos

²¹² Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39, falando a respeito de um dito popular comum nos anos iniciais de Brasília e que dizia respeito ao hábito de se andar sempre de carro na cidade. Entrevista realizada em 06/11/2002.

²¹³ A esse respeito, vide: Holston (1993).

²¹⁴ A esse respeito, vide: Debord (1997).

²¹⁵ A esse respeito, vide: Simmel (1979).

entrevistados²¹⁶, em que as pessoas costumavam caminhar pela via W3, em especial na Asa Sul. Paravam seus carros em um dos extremos e seguiam a pé até o final, encantados pela mercadoria que se expunha nas vitrines das casas comerciais. Gradativamente, o comércio da W3 foi cedendo espaço – como ocorre em muitas outras cidades brasileiras – ao comércio centralizado nos *shopping centers* e nas feiras. Aos poucos, o caminhar pela W3 viu-se morto e a *flânerie* moderna – companheira inseparável da mercadoria – aprisionada àqueles “setores”, por assim dizer, reservados à mercadoria e à sua contemplação.

Espaço urbano sem alternativas

Enquanto o Rio de Janeiro, em seu passado pré-moderno, acolhia nas ruas de seu centro e de seus bairros uma vida social pulsante nos contrastes, nas misturas, nas opções estéticas atraentes ao olhar, nas sonoridades sobrepostas dos estudantes, dos caminhantes, das senhoras elegantes dispostas nos grandes salões de chá, dos mascates com seus alaridos, dos comerciantes de tecidos e vinhos e remédios e tudo o mais que se pudesse comerciar a granel, dos motores das oficinas e dos automóveis e, por tudo isso e muito mais, convidava à *flânerie*, a exemplo de Paris, Brasília silencia-se em alguns pontos – ordenando espacialmente o som e sua ausência –, homogeneiza-se em outros pontos, organiza as misturas, setoriza as estéticas e faz da efervescência social uma reminiscência que habita a memória do migrante, não seu cotidiano atual. Por que flunar, afinal, quando se tem a impressão de que se esta a caminhar sobre uma esteira rolante, como se, a despeito da locomoção, a paisagem atual fosse exatamente igual à que passou? Em que espécie de sentido estético, ritual e social pode residir o prazer de flunar por um espaço que aparenta artificialidade, sem efervescência, repetitivo, vazio de diversidade, vazio de pessoas, vazio de alternativas?

*Eu gostaria de morar no litoral, eu gostaria de morar em cidades pequenas,
eu gostaria de morar em casas, que fossem casas, que tivesse quintais, que*

²¹⁶ Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39. Entrevista realizada em 06/11/2002.

*tivesse arvores que nasceram ali, que não são todas do mesmo tamanho, nem em fileiras*²¹⁷.

*Não, muito mal. Muito mal. Eu não sei pra onde que eu vou, eu ando assim e digo “olha, eu nunca vim aqui”, a minha irmã, “nossa, você passou ontem”. Parece tudo igual, tudo igual, tudo igual*²¹⁸.

*Eu tinha que ir e voltar pro colégio de ônibus, era tudo igual, eu achava tudo igual, eu tinha que contar as paradas para eu poder parar, porque eu não conseguia identificar, não tinha nada que identificasse*²¹⁹.

O cineasta alemão Win Wenders entende que, na vida urbana moderna, cada vez mais dotada de uma espacialidade totalizante, tomada por mega-estruturas arquitetônicas como os grandes arranha-céus e monolitos, a vida social clama por alternativas estéticas que permitam ao cidadão ganhar forças para resistir à repetição. E, justamente, naquilo que não é grandioso, nas coisas pequenas, nos detalhes, que o praticante da cidade encontra proteção “contra a hegemonia do que é grande”²²⁰. Os monolitos e arranha-céus, segundo Wenders, “só são suportáveis e habitáveis quando se encontra em sua sombra uma alameda com uma pequena loja e um pequeno café que constituam uma alternativa”²²¹. Uma alternativa às práticas sociais instrumentalizadas, uma alternativa ao automatismo espacial moderno, uma alternativa a uma estética autoritária, uma alternativa aos sentidos condicionados à repetição maquinal ordenada por uma razão funcional.

Onde encontrar essas alternativas em uma cidade cuja espacialidade segrega funções e pessoas, troca um espaço de convívio (rua) por uma função de escoamento (via), dota-se de uma estética padronizada nos formatos, nas alturas, na disposição das cores, dos sons, dos aromas, nas presenças e nas ausências dos elementos materiais e imateriais da vida social? Se, ao olhar Manhattan do topo do hoje inexistente edifício do World Trade Center, Michel de Certeau viu uma “ilha urbana, mar no meio do mar, (...) ondas verticais”²²² de

²¹⁷ Mara, 37 anos, natural de Colatina-ES, moradora do DF há 32 anos. Resposta à pergunta “Você gostaria de morar em outra cidade?”. Entrevista realizada em 04/10/2002.

²¹⁸ Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA e moradora do Distrito Federal há aproximadamente 2 anos. A entrevistada reside em Sobradinho há cerca de 7 meses. Resposta à pergunta “Você se localiza bem em Brasília?”. Entrevista realizada em 13/12/2002.

²¹⁹ Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do DF há 32 anos. Parte da resposta à pergunta “Você gostava de Brasília quando chegou aqui?”. Entrevista realizada em 24/10/2002.

²²⁰ WENDERS, 1984, p. 187.

²²¹ WENDERS, 1984, p. 187.

²²² CERTEAU, 1984, p. 169.

edificações que se alternavam entre os conjuntos daquelas mais altas sucedidas por outras mais baixas e novamente por grandes arranha-céus, nota-se em Brasília, quando muito, uma praia aplainada, sem maiores surpresas, estável e equilibrada por sua disposição espacial homogênea. A limitação de alternativas estéticas reflete-se, pois, ainda que não o determine exclusivamente, em um recrudescimento da *flânerie* tradicional com seu caminhar a-funcional, na medida em que torna o espaço do caminhar menos atrativo à observação curiosa, às descobertas, às arqueologias urbanas do cotidiano.

Por outro lado, outras escolhas funcionais da arquitetura local, como separar as áreas de edificações por meio de amplos espaços vazios ocupados por canteiros, somam-se aos aspectos descritos acima de forma a dificultar não somente a *flânerie*, mas igualmente a locomoção pedestre de caráter funcional. As distâncias a percorrer em Brasília podem ser desumanas a depender da combinatória origem-destino que se tenha em mente. Do extremo de uma Asa ao extremo de outra há 15 km de distância²²³, a intersecção central da cidade (rodoviária do Plano Piloto) dista 7 km de cada uma das pontas de Asa, cerca de 30 km do Lago Sul²²⁴, cerca de 20 km do Lago Norte²²⁵, e aproximadamente 7 km do terminal rodoviário do Cruzeiro Velho²²⁶. Isso, evidentemente, sem mencionar as cidades-satélites, que chegam a distar até 52 km do ponto central do Plano Piloto²²⁷. O quilômetro é, sem dúvida, a medida de distância mais comum em Brasília, daí a opção local pela locomoção motorizada.

Há, sem dúvida, quem se sintam felizes com a espacialidade brasiliense, mesmo a despeito de toda sua repetição ou de suas distâncias. Esse sentimento de satisfação fundamenta-se, ao que parece, em um sentido afetivo de pertencimento a um espaço social dominado, conhecido e reconhecido, confortável justamente pela ausência cômoda de surpresas e inconvenientes, acolhedor por sua previsibilidade. Para aqueles que se adaptam – porque aqui sempre viveram ou por algum motivo se sentiram confortáveis com as limitações sugeridas pela espacialidade da cidade –, esse espaço de tradução óbvia, essa

²²³ CODEPLAN (1997).

²²⁴ CODEPLAN, 1997. p. 107.

²²⁵ CODEPLAN, 1997. p. 108.

²²⁶ CODEPLAN, 1997. p. 105.

²²⁷ CODEPLAN, 1997. p. 102. Esse é o caso da cidade satélite de Brazlândia, por exemplo.

cidade-casa, porque demasiado funcional e maquinal, transforma-se em uma cidade-lar²²⁸, um espaço de acolhimento, domínio e tranquilidade.

Por outro lado, aqueles que não conseguem total identidade com a cidade – ou enquanto não se identificam – negam-na, dentre outras coisas, justamente por sua espacialidade robótica, entediante e esvaziada de pessoas, misturas e calor humano²²⁹

Ainda que, do ponto de vista da experiência propriamente humana²³⁰, espacialidades redundantes como a de Brasília possam ser deveras mais pobres do que os espaços sociais que apresentam alternativas²³¹, elas podem, por outro lado, ser mais condizentes com certas expectativas cotidianas adequadas a um universo social no qual a apropriação do mundo material se faz intermediada em menor medida por valores de ordem emocional ou tradicional e em maior escala por uma razão instrumental que, sobreposta de certo modo às demais, orienta as escolhas e os gostos individuais, minimizando os conflitos que possam existir entre as exigências capitalistas de trabalho, formação educacional-profissional e consumo, de um lado, e aquelas que se situem na esfera das emoções, dos devaneios imateriais, das lembranças e dos desejos, de outro.

A análise que Machado e Magalhães²³² fazem da forma como a vida urbana em Brasília é percebida pelos moradores da cidade indica a existência de uma forte relação entre as características espaciais da cidade e o modelo urbano sonhado pela classe média brasileira. As autoras argumentam que não haveria nenhuma especificidade em Brasília, se

²²⁸ O debate entre cidades-casa (*house cities*) e cidades-lar (*home cities*) foi-me introduzido pelo professor Piotr Stompka durante um seminário no qual apresentei uma síntese daquilo que este trabalho propunha. Naquela ocasião – 09/2001, 2º Laboratório Internacional para estudantes de doutorado promovido pela Associação Internacional de Sociologia (ISA) – o professor Stompka sugeriu que eu pensasse a respeito das cidades que, por sua dureza arquitetônica, seriam mais cidades-casas do que propriamente cidades-lares. Aproveitei essa contribuição, mas noto, agora, que as cidades serão tanto menos casas e mais lares quanto maior for a adaptação do seu praticante a ela e maior o afeto que o mesmo a dispense. Assim, uma mesma cidade pode apresentar-se como casa para alguns e lar para outros, ou como casa em certo momento, lar em outros e vice-versa. A respeito da relação casa-lar, vide: Robinson (2001).

²²⁹ “Foi, certamente, por não considerar estas particularidades da organização urbana [elementos urbanos diretamente relacionados aos sentimentos humanos] como um fator vital, tanto para a existência do ser social quanto para a vida urbana, que levou as cidades – ou parte delas –, implantadas segundo os conceitos do Movimento Modernista a se constituírem em ambientes sem calor humano. Esta sensação de artificialidade decorre do isolamento dos edifícios implantados no meio de áreas verdes destituídas de significado urbano e da implementação de corredores expressos, que provocam a hegemonia do automóvel, o que veio a decretar a perda da intercomunicabilidade ao nível da rua e o afastamento dos cidadãos do pleno convívio” (CASE, 2000, p. 94).

²³⁰ A esse respeito, vide: Benjamin (1985).

²³¹ Wenders (1984).

²³² Machado; Magalhães (1985).

comparada a outros centros urbanos nacionais, a não ser o fato de que sua morfologia permitiria, com maior facilidade e tranquilidade, a realização do modo de vida desejado pelas classes médias urbanas brasileiras. Esse modo de vida relaciona-se, sobremaneira, a aspectos nitidamente individualistas, que colocam o próprio indivíduo e seu grupo imediato, a família, no centro de importância das coisas do mundo.

“Dentro do modo de vida individualista, a classe média não tem dificuldade de viver o espaço de Brasília”²³³. Para a classe média, segundo as autoras, a cidade é vista como um ambiente no interior do qual é possível, com maior ou menor facilidade, realizar seus projetos individuais de vida, os quais costumam girar em torno de trabalho, consumo, lazer e educação. Quanto mais o ambiente urbano permite aos membros da classe média aproximarem-se de tais projetos, tanto maior será sua identificação com o mesmo e, portanto, sua aceitação. Nisso poderia residir a tendência de muitos moradores em considerar Brasília como uma cidade ideal, afinal, por suas condições espaciais, ela ter-lhes-ia permitido aproximar-se sobremaneira da realização de seus projetos de vida. Aqui lhes fora possível: alcançar estabilidade financeira; adquirir casa e transporte próprios, prover boa educação para os filhos; desfrutar de cinemas, teatros e clubes, e de boas opções de consumo. Fora isso, Brasília ofereceria, ainda, um amplo conjunto de áreas livres, quer no interior das quadras, quer nas próprias vias de circulação, que permitiriam o desenvolvimento livre e seguro das crianças, bem como a livre circulação dos carros particulares no trajeto casa-trabalho-compras, sem obrigar os indivíduos a conviverem com o inconveniente dos engarrafamentos do trânsito e das poluições atmosférica e sonora deles decorrentes. Por outro lado, a “invisibilidade” das “classes perigosas”²³⁴ no interior da cidade – decorrente das imensas distâncias e dos vazios contínuos da espacialidade da área planejada combinados à segregação controlada dos espaços coletivos de lazer e das cidades-satélites – faria com que a imagem da cidade fosse menos incômoda e preocupante para os indivíduos das classes média e alta, os quais, só recentemente, têm passado a conviver com o medo de uma violência urbana que, ainda hoje, parece ser muito mais virtual do que real.

²³³ MACHADO, MAGALHÃES. 1985. p. 200.

²³⁴ Guimarães (1981).

De fato, muitos entrevistados afirmaram gostar de Brasília – ou senti-la como uma cidade adequada aos seus interesses pessoais – justamente por notarem uma identidade entre seus projetos individuais de vida – que giram em torno da família nuclear, de trabalho, estudo e consumo em geral – e a forma de organização espacial de Brasília, com seus espaços vazios e suas imensas áreas verdes que lembram as cidades do interior, seu ritmo menos acelerado do que o das grandes metrópoles, a segurança relativa que oferece a seus moradores, a despeito do crescimento notável da violência criminal, seu ar de cidade mediana, suas opções de trabalho, estudo, lazer e consumo diversas, e uma gama de “facilidades” generalizadamente reunidas sob o título de “qualidade de vida”²³⁵.

*Bom, é uma relativa segurança, facilidade de locomoção, facilidade de acesso aos serviços oferecidos pela cidade, a lazer, a cultura, aprendizado de um modo geral*²³⁶.

*Conforto, bens materiais e ausência de paranóia de violência urbana*²³⁷.

Essa “qualidade de vida”, segundo alguns entrevistados, não é melhor pela dificuldade de locomoção decorrente das grandes distâncias, de um sistema viário que privilegia o automóvel e não o pedestre, e de um sistema de transporte coletivo de má qualidade²³⁸. Outros aspectos que comprometeriam a qualidade de vida de Brasília seriam o elevado custo de vida; o lazer, que segundo alguns entrevistados não é bom; e a frieza das relações interpessoais locais – pessoas distantes umas das outras, dificuldade em se fazer amigos, tristeza²³⁹.

²³⁵ Dos 16 entrevistados pela presente pesquisa, 14 responderam a afirmação “Brasília é uma cidade com excelente qualidade de vida”. Desses 14, houve 12 que disseram concordar plenamente (7) ou parcialmente (5) com aquela afirmação, enquanto 2 disseram discordar parcialmente. Tanto os que concordaram plenamente como os que concordaram parcialmente fizeram uma ressalva para afirmar que estavam falando de Brasília e não de todo o Distrito Federal. Vale apontar que dos dois entrevistados que discordaram parcialmente daquela afirmação, apenas um elencou problemas na cidade de Brasília, pois o outro entrevistado que discordou da afirmação o fez por considerar Brasília como todo o Distrito Federal e, desse modo, afirmar não ser verdade que existe excelente qualidade de vida em todas as áreas, mas apenas no Plano Piloto e nos Lagos.

²³⁶ Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ e morador em Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

²³⁷ André, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

²³⁸ Essa análise foi feita por alguns dos entrevistados que disseram concordar parcialmente com a afirmação de que “Brasília é uma cidade com excelente qualidade de vida”.

²³⁹ A questão da “frieza” de Brasília, associada à “solidão” foi apresentada por uma única entrevistada que disse discordar parcialmente da afirmação de que “Brasília é uma cidade com excelente qualidade de vida”.

Muito cara. Essa é uma parte que não é muito compensatória. (...) Brasília é muito difícil de se ter locomoção no final de semana. No Plano passa ônibus, tenta ir para outro lugar. E tem questão de horário. O metrô poderia funcionar no final de semana, mas não funciona⁴⁰.

Não sei se é excelente qualidade de vida. (...) Essa coisa das pessoas ficarem muito distantes afeta também a sua qualidade de vida, porque eu fica mais deprimido, (...) a gente fica um pouco mais triste⁴¹.

Vale lembrar que quase todos os depoimentos deixam clara a diferença existente entre Brasília e as outras cidades do Distrito Federal no tocante à “qualidade de vida”.

Qualidade de vida seria a possibilidade de você ter acesso a várias coisas rapidamente (...). A qualidade de vida que eu falo é que você tem menos estresse para viver no Plano Piloto do que na cidade satélite. Além do mais, em termo de segurança pública, o Plano Piloto tem muito mais do que numa cidade satélite. (...) A qualidade de vida (...), inclusive, tem a ver com educação. (...) As melhores escolas públicas do Brasil estão no Plano Piloto. (...) Outra característica de qualidade de vida (...) é que no Plano Piloto você tem uma rede de pré-escola que não se compara com relação a cidade satélite, porque cidade satélite praticamente não tem pré-escola. (...) Em cidades-satélites você não tem biblioteca pública de qualidade. No Plano Piloto você tem no mínimo umas cinco. (...) Isso tem a ver com qualidade de vida no meu entendimento²⁴².

Apesar de, como apontam os próprios entrevistados, não ser usual ou cômodo caminhar por Brasília e a despeito de a locomoção em automóveis particulares dar lugar à locomoção pedestre ou à locomoção em transporte coletivo, Machado e Magalhães²⁴³ sugerem que isso não se trata de uma particularidade de Brasília, mas sim de um padrão de locomoção das classes médias urbanas brasileiras, as quais, em outras cidades, quando têm poder aquisitivo para isso, “cotidianamente se deslocam de automóvel particular de casa para o trabalho e para o lazer”²⁴⁴. Seria, portanto, uma incorreção, na opinião das autoras, defender como característica de Brasília o fato de, nessa cidade, as locomoções cotidianas das classes médias e altas ocorrerem predominantemente por meio de automóveis particulares e não a pé.

⁴⁰ Cláudia, brasiliense nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁴¹ Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA, moradora do Distrito Federal há aproximadamente 2 anos, moradora de Sobradinho há 7 meses. Entrevista realizada em 13/12/2002.

²⁴² Sérgio, 38 anos, nascido no município de Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

²⁴³ Machado, Magalhães (1985).

²⁴⁴ MACHADO: MAGALHÃES. 1985. p. 192.

Se o caminhar é pensado prioritária ou exclusivamente como ato de circulação – como função urbana, para ater-me a terminologia da arquitetura racional – a análise precedente parece bastante adequada, uma vez que é, de fato, algo comum ao padrão de circulação das classes médias brasileiras a opção, quando possível, pelo automóvel particular em detrimento do caminhar ou dos transportes de massa. A questão que se coloca aqui, todavia, não diz respeito à função urbana da circulação, ou, se muito, diz-lhe respeito criticamente. Se há algo de particular em Brasília – e isso é premissa deste estudo, entendendo, evidentemente, as especificidades urbanas inscritas na relação cosmo/fragmento –, parte dessa particularidade reside em um tipo de razão urbanística demasiado instrumental, que suprimiu do espaço da cidade os atrativos e as possibilidades mais evidentes para a realização de uma atividade cultural tradicional do homem – o caminhar –, substituindo-a conceitualmente por uma “função urbana” objetiva – o circular. Nisso residiria, do ponto de vista de uma arquitetura do “silêncio social”, a particularidade de Brasília quanto à questão do caminhar.

O centro do descontentamento de alguns com certos elementos espaciais de Brasília reside não exatamente no fato de que para ir trabalhar, estudar, fazer compras ou se divertir é preciso possuir um carro – ainda que, no decorrer das entrevistas, como visto, tenham surgido críticas ao deficiente sistema de transporte de massa da cidade, sobretudo entre aqueles que não possuem carro. O que as pessoas rejeitam – quando rejeitam – é a possibilidade de que a morfologia espacial de Brasília tenha negado ao cidadão o direito de caminhar – independentemente de o mesmo fazê-lo funcionalmente ou não – e, desse modo, tenha contribuído para que a cidade se tornasse, na percepção geral, vazia, curiosamente sem gente, tendo seu espaço ocupado mais por carros do que por pessoas. Por outro lado, aqueles que admiram a espacialidade de Brasília e sua possível influência diante dos comportamentos sociais, apegam-se, justamente, à ordem, à previsibilidade, à possibilidade de dominarem um determinado espaço sem se sentirem ameaçados pelas surpresas que o mesmo possa esconder em sua diversidade. Alguns entrevistados apontam, inclusive, como no detalhe, quando vista de uma forma menos macrocós mica, a cidade de Brasília não é assim tão vazia, sem gente ou sem vida como poder-se-ia pensar à primeira vista. É uma questão apenas de ponto de vista de quem a observa.

E ou não é? Acaba sendo, porque quando você tem uma visão geral você acaba vendo poucas pessoas na rua. Mas quando você entra dentro de uma quadra, vai pra um lugar mais fechado, você começa a ver que tem movimento. Brasília tem sim aparência da cidade deserta, a cidade que ninguém anda nas ruas, que as pessoas só saem parece que pra trabalhar, nada mais. Mas quando você tá na sua quadra, (...) eu desço, dou de cara com o parquinho, tem babás, tem crianças, tem velhinhos passeando, sabe, (...) você vê que tem vida. Se você passa de carro pelo Eixinho, você não vê ninguém, ninguém, ninguém²⁴⁵.

Como muda o olhar que temos dos lugares e das coisas com o passar do tempo. (...) Estas ruas, estes eixos, estes blocos, este ensurdecido silêncio de Brasília já provocaram em mim sensação de vazio e solidão. Nada escutava da cidade, nada me diziam as pessoas. Cheguei a pensar: *que cidade sem voz*. Acontece que entrar, estar, viver em Brasília significa também “viver de carro”. Mas andando o tempo inteiro de carro, não se tem muita proximidade com as pessoas. (...) Esta cidade (...) assusta aqueles que a tocam pela primeira vez²⁴⁶

A “vida” procurada por muitos em Brasília – setorizada como tudo mais na cidade – parece que se esconde nos detalhes, no microcosmo das superquadras, dos setores comerciais, dos comércios locais, dos parques, dos clubes, dos *shoppings centers*, das feiras, das festas fechadas, da rodoviária: naquilo que é discreto. Essa “vida”, em Brasília, não se explicita nos grandes ambientes ou nas ruas. Ela precisa ser desvendada como uma descoberta arqueológica, escarafunchada nas minúcias dos pequenos espaços. Para isso, o tempo é grande aliado. Quanto mais tempo é despendido pelas pessoas tentando desvendar Brasília – e a ela incorporar-se como parte orgânica de seus universos social e espacial – tanto mais será possível perceber o movimento, a agitação, a sonoridade que, em escala macro, parecem inexistentes na cidade.

Algumas escolhas da arquitetura racional fizeram com que, em virtude de uma atomização da vida social nos micro-espacos, o homem, em Brasília, fosse transformado em uma variável discreta, uma unidade desagregada, pulverizada em um espaço amplo e esvaziado o suficiente para aniquilar – ou ordenar – a multidão pré-moderna com seus caminhantes ociosos misturados à massa de trabalhadores apressados. Um espaço capaz de dar forma e ordem a um corpo social – a multidão – caracteristicamente morto.

²⁴⁵ Claudia, brasiliense nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

²⁴⁶ RAMÍREZ. 1998. p. 23/24.

desorganizado, turbulento, fervilhante e perigoso. A supressão do centro e das ruas, a padronização estética dos ambientes e as grandes distâncias evidentemente não determinaram por si so a preferência pelo automóvel, mas contribuíram, inquestionavelmente, para alterações no caminhar ocioso – que, para muitos, não é de fato um valor – o qual se vê, em Brasília, “funcionalizado” ora pela atividade física controlada e objetiva das “caminhadas” ou do “Cooper” nas alamedas e calçadas das superquadras ou dos Lagos, nos parques ou no Eixão²⁴⁷, ora pelo caminhar instrumental, e atraído pela mercadoria, dos consumidores nos *shoppings centers*, nas feiras, nos comércios locais. Fora isso, há nas ruas, a pé, aqueles que praticam a cidade mas, em geral, nela não vivem. Os homens e as mulheres que lotam os pontos de ônibus e a rodoviária no final do dia, voltando para suas casas nas cidades-satélites. Ou aqueles que moram em Brasília, mas não dispõem de automóveis particulares para sua locomoção, muitos dos quais se ressentem pelo modelo viário da cidade que faz do automóvel particular um imperativo.

Se o que distingue o universo perceptivo dos praticantes de Brasília a respeito da aceitação ou da negação de algumas de suas características espaciais, em especial aquelas relacionadas à repetição formal e ao isolamento pedestre, não é propriamente uma questão de classe – visto que, mesmo entre membros da classe média que se sentem confortáveis e satisfeitos com a “qualidade de vida” oferecida pela cidade, há quem questione e critique sua espacialidade – essa distinção não parece residir, igualmente, como poder-se-ia supor, no tempo de convivência local e na presença de outras experiências urbanas, úteis como parâmetros comparativos – ou seja, em uma relação direta de determinação entre ser “nativo” e “gostar” da espacialidade de Brasília e ser “estrangeiro” e criticá-la²⁴⁸. A aceitação ou a negação maiores ou menores de certos elementos espaciais totalitários

²⁴⁷ Esses são os espaços preferidos para as atividades físicas de caminhada e Cooper em Brasília. A exemplo de outras cidades brasileiras, o início da manhã e o final da tarde são os horários em que se pode notar a maior quantidade de pessoas caminhando. No caso do Eixão, a frequência de pessoas praticando atividades físicas é mais acentuada aos domingos quando a via é fechada aos veículos, tornando-se exclusiva para os pedestres.

²⁴⁸ Mesmo entre os “filhos de Brasília”, pessoas nascidas e/ou criadas na cidade, encontra-se quem rejeite alguns de seus elementos espaciais, justamente por acreditarem que os mesmos dificultam o convívio social, as misturas, os contatos entre diferentes, enfim, a efervescência característica das grandes cidades ou simplesmente por limitarem o universo das experiências propriamente humanas e o contato com o novo. Por outro lado, há, entre aqueles recém-chegados, pessoas que mal se desfizeram das malas e da saudade de sua terra natal, quem admire justamente o conforto proporcionado pela ordem da cidade e sua possibilidade de domínio rápido, conquanto se consiga traduzir alguns códigos urbanísticos pré-traduzidos. A ordem confunde-se com beleza e exprime, assim, uma situação de conforto.

presentes em algumas cidades, como aqueles que se vê nos grandes vazios espaciais de Brasília, por exemplo, talvez resida, mais propriamente, no espaço que cada ator social reserva em sua prática urbana à busca pelo novo, pelas descobertas, por se diferenciar das plantas, com suas raízes e dos bichos, com seus instintos²⁴⁹, ao espaço destinado ao *homo viator* existente em cada *homo sapiens*.

Se, como afirma Rouanet, “a condição humana e a condição de viajante continuam interligadas”²⁵⁰, em alguns homens essa ligação parece ser mais vivida, ativa e incômoda que em outros. Para alguns, “o momento humano por excelência, que movimenta todo o processo [do viajar], a viagem como desejo, a fantasia do novo, a esperança de chegar, o encontro com o país sonhado”²⁵¹ não é somente o momento extraordinário das viagens que se fazem para lugares distantes, mas igualmente, aquele momento cotidiano, expresso pelo desejo de descobertas, de novidades, de prazeres visuais inusitados. A grande cidade é, por excelência, aquele universo paradoxalmente conhecido e impossível de se submeter a uma apropriação total, posto que multiforme, polifônico, complexo para todos os sentidos, que torna possível o ato de viajar naquilo que ele guarda de mais humano: o sonho, o desejo de se confrontar com o desconhecido.

O viajante moderno passeia pela cidade; não é mais o peregrino, o nauta, o corsário – é o *flâneur* (...) Seu mundo é o das fantasmagorias urbanas. (...) A cidade é tudo para o *flâneur*, sua casa, sua paisagem²⁵².

Para algumas pessoas, nascidas ou não em Brasília, membros ou não das classes média e alta, o desejo do inusitado é um valor presente, algo talvez tão ou mais importante para a esfera sentimental que as coisas práticas da vida, como trabalhar, comer ou dormir. Se a realização desse desejo é dificultada ou impossibilitada por uma espacialidade massificante das diferenças e das novidades, e limitante da forma mais humana de apropriação espacial que é o caminhar, seu resultado devera ser notado, evidentemente, na

²⁴⁹ Rouanet (1993) entende que o viajante – *homo viator* – está na origem do homem, distinguindo-o dos animais precisamente porque a migração animal – diferentemente da migração humana, pensada por Rouanet em termos de viagem independentemente da previsão de retorno – não contém aquele que é o momento humano por excelência do viajar, “a viagem como desejo, a fantasia do novo, a esperança de chegar, o encontro com o país sonhado” (ROUANET, 1993, p. 7/8), tampouco a consciência e a emoção de todo o processo do viajar: partir, percorrer e chegar.

²⁵⁰ ROUANET, 1993, p.7.

²⁵¹ ROUANET, 1993, p.7/8.

²⁵² ROUANET, 1993, p.21/22.

esfera sentimental. Solidão, vazio, tristeza²⁵³ eis o que sentem alguns dos praticantes de Brasília diante da certeza de que não é possível fazer grandes descobertas no espaço dessa cidade; diante da percepção de que esse é um espaço apropriado por tantos carros e tão poucas pessoas. “*Cidade fantasma*”²⁵⁴, assim é Brasília para quem espera ver na cidade novidade e gente – em grande quantidade e de todas as origens sociais. Isso, para muitos, é imensa fonte de estranhamento, sofrimento ou angústia.

*Eu sinto falta de gente aqui. Sinceramente, na acepção da palavra, eu sinto falta de gente! (...). Eu sinto gente quando eu converso com os porteiros do prédio, entende? Eu sinto gente quando eu converso com os porteiros, com o cara que fica lavando lá o carro. Eu sinto gente assim. (...) Ah, Belém a gente sente gente na rua, quando você passa junto ou senta na praça, na banca de tacacá que tem a cada esquina. (...) No comércio, na rua*²⁵⁵.

*(O) que eu acho muito ruim é você não poder andar na rua, não ver gente na rua. Isso é uma coisa que me incomoda. Eu sinto falta. Então, eu adoro trabalhar no Setor Comercial porque eu saio, desço, eu vejo camelô, vejo gente gritando, vejo gente correndo pra lá e pra cá (...). Lá no Setor Comercial, a sensação que eu tenho é que Brasília tá viva, entendeu, é uma coisa viva que tá acontecendo ali. Fora isso, parece tudo muito parado, muito quieto, sabe, é uma coisa assim que me incomoda um pouco*²⁵⁶.

*Gente é o que eu sinto falta em Brasília. (...) Por exemplo, a última vez que eu estive em São Paulo, a gente estava, eu acho que era umas três e meia, quatro horas, sentado num bar e a cidade movimentando, você vendo gente. (...) Vamos dizer que o centro de Brasília é o Plano Piloto, você não vai ver gente circulando, entendeu? Na realidade, eu estranho Brasília não os outros locais, porque era aquilo que eu queria viver, entendeu?*²⁵⁷

²⁵³ Houve cinco entrevistados que, no decorrer das entrevistas, afirmaram diretamente – de forma espontânea, dada a inexistência de uma questão específica a esse respeito – sentir com certa profundidade emocional a falta de gente nas ruas, de movimento, de mistura social no espaço urbano de Brasília. Para eles, cada qual ao seu modo, é como se o vazio espacial da cidade produzisse-lhes um vazio emocional. Desses cinco entrevistados, 1 é brasiliense nato, 2 são migrantes que vivem no Distrito Federal há mais de 30 anos e 2 são migrantes mais recentes, que estão aqui há menos de cinco anos. Houve 9 entrevistados que não associaram o vazio espacial de Brasília a respostas emocionais como sentimentos de solidão, tristeza ou vazio pessoal, mas afirmaram que o vazio das ruas, os grandes espaços, a falta de espaços de contato interpessoal são realmente características de Brasília.

²⁵⁴ Expressão utilizada pela entrevistada Mara para fazer referência a Brasília no tocante a sua sonoridade.

²⁵⁵ Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA, moradora da cidade de Belém por muitos anos e residente no Distrito Federal há aproximadamente 2 anos, sendo que vive em Sobradinho há cerca de 7 meses. Entrevista realizada em 13/12/2002.

²⁵⁶ Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

²⁵⁷ Sérgio, 38 anos, brasiliense nato, respondendo à pergunta “Quando você viaja, o que você costuma estranhar nas outras cidades?”. Entrevista realizada em 25/10/2002.

Capítulo VI

**Se o mar é o céu, onde os vivos se encontram?
Espaço público e sociabilidade liminar em Brasília**



“...Nada existe como o azul sem mancha
Do céu do Planalto Central
E o horizonte imenso aberto
Sugerindo mil direções...”

Céu de Brasília
(Toninho Horta/Fernando Brant)

Na capital mundial da arquitetura moderna – Patrimônio Cultural da Humanidade – uma das belezas mais admiradas e proclamadas não esta na arquitetura, naquilo que as mãos dos homens produziram. Está, por assim dizer, na obra da natureza, naquilo que homem nenhum pode criar: o céu²⁵⁸

Caracteristicamente azul e desprovido de nuvens por quase a metade do ano, o céu do Planalto Central emoldura a arquitetura monumental de Brasília, contrastando harmoniosamente com o branco do marmore e refletindo-se silenciosamente nas janelas de vidro e espelho que envolvem os prédios públicos ou residenciais (imagem 15). O sentido de infinitude do mundo que se tem ao observar a amplidão do Planalto Central parece ganhar dimensões ainda maiores quando o céu lança seu azul profundo e límpido aos olhos de quem observa a paisagem construída de Brasília (imagem 16), circunscrita ao nível do solo pela vegetação ressequida e retorcida do cerrado e, acima dele, pelo azul celestial onipresente. Há quem, a exemplo de Lucio Costa²⁵⁹, diga que com um céu desses Brasília não precisa de praia, porque o céu é, ele próprio, o mar de Brasília²⁶⁰, um espetáculo à parte, uma obra de arte da natureza que merece contemplação e reconhecimento desde a alvorada (imagem 17) até o entardecer, não deixando brecha para as saudades do mar ou da praia²⁶¹

²⁵⁸ “Era uma tarde quente, característica do verão do Planalto Central, em um dia sem chuva. O céu, de um azul impressionante, salpicado aqui e ali por grandes pedaços de nuvens brancas e brilhantes, enchia nossos olhos com um espetáculo de rara beleza” (MENDES, 1997, p. 13). Quando solicitados a dizerem quais as três primeiras imagens que lhes vêm à cabeça quando pensam em Brasília, apenas 3 dos 16 entrevistados desta pesquisa mencionaram o céu. Vide quadro 10 em anexo.

²⁵⁹ A esse respeito, vide: FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO & GOETHE INSTITUT, 1994

²⁶⁰ “Lembro-me claramente do dia em que pisei o chão de Brasília. Fomos recebidos por um cálido e luminoso “bom-dia” do céu – mar de Brasília” (RAMÍREZ, 1998, p. 26).

²⁶¹ Por outro lado, a despeito de toda magnitude de céu do Planalto Central, já houve quem visse a combinação entre este e a paisagem da cidade ainda em construção (nos idos de 1957), de forma bem angustiante. “No pátio do aeroporto, de terra, olhei em torno. Nada. Silêncio. Céu azul. Nuvens brancas. Horizontes amplos e o cerrado igual por todos os lados. Desolação. Brasília era ainda um sonho, uma vaga esperança. Uma promessa da qual todos duvidavam” (MENDES, 1997, p. 16).



Imagem 15
Sede da Procuradoria Geral da União, 2002.

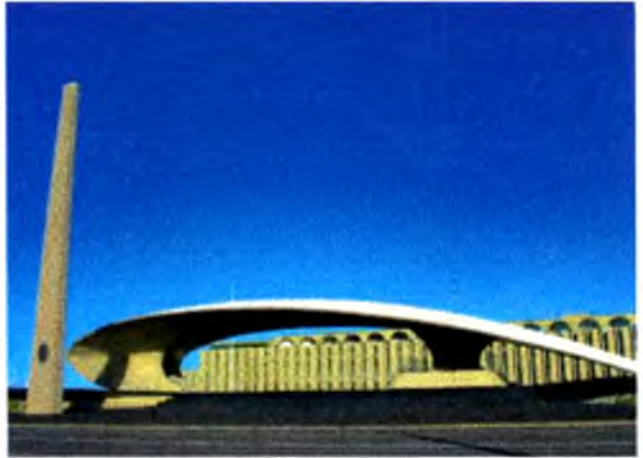


Imagem 16
Quartel General do Exército, 2002



Imagem 17
Congresso Nacional ao amanhecer, 1997. Foto: Augusto Areal

Mas será o céu um substituto à altura para o mar e a praia? Se o céu é, como dizem, o mar de Brasília, onde será que os vivos se encontram? Esta pergunta em tom de brincadeira tenciona questionar onde se localizam – nessa cidade que, como visto, é destituída do centro urbano – os espaços liminares²⁶² de sociabilidade, nos quais o sentido público da vida urbana faça-se significativamente notado²⁶³.

²⁶² O conceito de espaços liminares e de liminaridade no espaço urbano vem de Arantes e refere-se àqueles espaços na cidade – notadamente os espaços públicos – que são particularmente densos do ponto de vista do entrejogo de territorialidades interrelacionadas, constituindo-se em verdadeiras zonas de contato no interior das quais se entrecruzam moralidades contraditórias. A esse respeito, vide: Arantes (1994).

²⁶³ Diferentemente de outras cidades interioranas que convivem harmoniosamente com a ausência da praia, Brasília parece ressentir-se dessa ausência, sendo uma espécie de imperativo a localização dos espaços capazes de serem identificados como a “praia” da cidade. No dia 26/04/2003, o jornal *DF-TV Segunda Edição* apresentou uma crônica de Paulo José Cunha, denominada “os encantos dos mares de Brasília”, onde o cronista argumentava que se engana quem julga que Brasília não tem mar, pois a cidade tem dois mares: o céu e os gramados. Com dois mares como esses, diz o cronista, não faz nenhum sentido aquela conversa antiga de que Brasília é fria, não tem alma, não tem esquina. Quem diz isso, segundo ele, nunca tirou um cochilo nos gramados da cidade sob um lindo pôr-de-sol. Outra crônica semelhante, de Maria Clarisse Dias, denominada “Papeldões nos gramados do Congresso Nacional”, discute como a infância criada em Brasília convive com a ausência de praia na cidade, criando “novas” praias, como os gramados do Congresso

A referência à praia²⁶⁴ deve-se a alguns aspectos sócio-espaciais interrelacionados: em primeiro lugar, a praia é um espaço emblemático, logo referencial, de interação e sociabilidade liminar que marca as cidades litorâneas brasileiras, produzindo, por seu caráter de instituição social²⁶⁵, uma cultura específica. No imaginário nacional, essa cultura, bem como seus signos identitários – “informalidade”, “descontração”, “calor humano” – são extensivos à própria cidade de praia, tornando-se signos identitários das cidades litorâneas em geral. Por outro lado, sendo um espaço de “natureza”²⁶⁶, a praia cumpre espontaneamente as funções bucólica e contemplativa comumente atribuídas às obras paisagísticas e de ornamentação na cidade. É um lugar onde o cidadão, indivíduo cujo cotidiano se faz marcado pela sonoridade alucinante do trânsito, pela plástica do concreto e do asfalto, pelo ritmo do viver ditado pelas exigências de trabalho, estudo e consumo, pode sentir-se em comunhão com a natureza, dispondo de um ambiente que lhe sirva como alternativa para o conjunto de estímulos característicos de seu dia-a-dia na cidade. Além disso, por dispor de uma espacialidade aberta²⁶⁷, gratuita e sem controle²⁶⁸ –

Nacional ou o térreo dos prédios residenciais (http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20021213/col_cro_131202.htm, pesquisada em 14/12/2002 de). A esse respeito, vide, também: <http://www.candango.com.br/>, pesquisado em 11/12/2002 (site que apresenta o Lago Paranoá e o “Parque da Cidade” como sendo as “praias” de Brasília).

²⁶⁴ Vale ressaltar que se está priorizando a praia sobre outros ambientes naturais de lazer e liminaridade, tais quais os rios ou os campos, uma vez que se parte de uma mística de senso comum – a de que Brasília não precisaria de mar porque tem o céu – e se pretende questionar como a ausência da praia encontrou substituto em uma cidade interiorana cuja população é formada por tantas pessoas oriundas do litoral, em especial, da cidade do Rio de Janeiro, tradicional cidade de cultura praiana nacional. A própria idéia de que o céu substituiria o mar, paralela a uma busca constante pelas “praias” de Brasília mostra a importância da praia para o imaginário urbano local. A praia a que se faz referência neste capítulo é a praia urbana.

²⁶⁵ A idéia de que as instituições sociais representam formas de agir, pensar e sentir que assumem caráter externo, geral e coercitivo para os grupos sociais no interior dos quais sejam gestadas, encontra-se em: Mauss (1999). Parece útil pensar a praia como um “*milieu*” ou meio, a saber, como um conjunto “ao mesmo tempo espacial e social (...) sensível e factual, subjetivo e objetivo, fenomenal e físico” (LINHARES, 1992, p. 249), que seja construído simbólica e materialmente pelos homens em sociedade, o qual comporta e orienta aspectos culturais específicos, que se alteram tanto no decorrer do tempo – pensado histórica e ritualmente – quanto no interior de suas próprias dimensões físicas. Para essa reflexão são úteis as análises de Soja (1993) e Simmel (1983a) a respeito do conteúdo social do espaço, bem como o trabalho de Castro (1999) sobre alguns padrões de sociabilidade e comportamento produzidos historicamente no espaço da praia de Ipanema no Rio de Janeiro.

²⁶⁶ A colocação intencional da palavra “natureza” entre aspas deve-se à intenção de atentar para a inexistência de uma natureza “pura”, dissociada dos homens constituídos em sociedade. “Se quisermos compreender isso a que se chama “natureza” (...) teremos de incluir no conceito de natureza a capacidade que ela tem de produzir, no curso de processos cegos, não apenas reatores de hélio ou desertos lunares, mas também seres humanos” (ELIAS, 1998, p.12).

²⁶⁷ No caso brasileiro, o sentido de espaço aberto e democrático da praia deve ser notado, também, no fato de que não é necessário pagar ingresso para se ir à praia, não há restrições de indumentária, não há portões, porteiros ou cartazes coagindo a “entrada” de pessoas tendencialmente excluídas de certos ambientes fortificados, como os “mal-vestidos” ou descalços, no caso dos *shopping centers*, por exemplo.

ao menos no caso brasileiro – a praia assume conceitualmente o papel de um espaço público e democrático, de uso polimorfo, no interior do qual convivem pessoas das mais distintas naturezas social, cultural, étnica etc.⁶⁹ Tanto por sua espacialidade aberta e democrática – que a torna o substituto societário do centro urbano nos finais de semana e feriados – quanto pela forma identitária de sua ocupação espacial, a praia merece ser pensada, igualmente, em termos das maneiras específicas como reúne e imobiliza multidões, e como, em meio a multidão, é capaz de personalizar certos indivíduos que se destacam dos demais por algum atributo pessoal⁷⁰. Associada a esse panorama espacial tem-se, por fim, a temporalidade da praia, que circunscreve o calendário da cidade a seus tempos próprios, a saber, tempos do lazer, do ocio, do rito, da festa, da natureza etc.⁷¹

⁶⁸ O *Jornal Nacional* (Rede Globo de TV) do dia 06/12/2002 noticiou o início da utilização de câmaras ocultas de filmagem na praia de Copacabana e em trechos das praias do Leblon e de Ipanema, todas na cidade do Rio de Janeiro. Essa iniciativa do poder público, cujo objetivo anunciado é o de monitorar as atividades que ocorrem na orla, procurando minimizar a violência criminal que atinge tanto moradores da cidade como turistas, pode ser considerada um marco importante dentro de um movimento de fechamento e controle de áreas públicas no Brasil, o qual encontra-se algo avançado quanto ao cercamento das praças públicas com grades de ferro. A retórica da violência tem alterado a configuração das áreas urbanas públicas abertas em todo o Brasil e, ao que parece, a praia não ficara apartada dessa lógica de controle social por muito tempo.

⁶⁹ O sentido democrático da praia afirma-se, mesmo diante da tendência verificada nos espaços abertos e na própria praia às delimitações simbólicas de territórios com a finalidade de construção de espaços identitários e “pedaços” ou *points*. A respeito dos espaços identitários, ou lugares antropológicos, vide: Auge (1994). A respeito do conceito de “pedaço”, vide: Magnan (1998). A respeito das delimitações territoriais simbólicas na praia, vide: Castro (1999).

⁷⁰ Diferentemente do centro urbano, onde a multidão se caracteriza por seu movimento constante, pelo caminhar pedestre enlouquecido, pela correria e os atrasos generalizados, a praia aglutina os indivíduos na mobilidade discreta dos que caminham atlética ou ociosamente, fazem *cooper*, praticam esportes, jogam algum jogo, banham-se no mar, dançam, namoram, dormem, conversam, fumam, comem, bebem, paqueram, lêem, ouvem música, trabalham. Outra diferença entre a multidão da praia e a multidão do centro da cidade é a propriedade da multidão da praia de ser simultaneamente impessoal e personalista. Sua impessoalidade reside, obviamente, na própria multidão, na aglutinação de muitas pessoas em um mesmo espaço. O personalismo, por sua vez, decorre da recorrência dos que praticam sempre um mesmo espaço caracteristicamente limitado – a praia pensada em termos de seus *points*. Frequentar sempre a mesma praia – ou o mesmo *point* – pode resultar, ao término de algum tempo, no pertencimento real a um pedaço, em se ter conhecidos e amigos, em se adquirir o status de pessoa e não mais de indivíduo. A multidão da praia faculta que, em meio a muitos, alguns se destaquem por seus nomes, seus rostos, seus corpos, sua habilidade esportiva. A respeito do reconhecimento social de “pessoas” e não “indivíduos” no espaço público, vide DaMatta (1990) e Gama (1998). A respeito de personagens que se tornaram conhecidos no espaço da praia, vide: Castro (1999).

⁷¹ Para Elias (1998), as formas de percepção, medição e representação do tempo são funções diretas da maneira como o processo civilizador conforma o *habitus* social. O processo civilizador pode ser pensado, além de seus elementos mais gerais, comuns em maior ou menor grau a todas as sociedades “civilizadas”, também em termos microsociais, a saber, em termos das combinatorias específicas que cada sociedade “civilizada” elabora entre os elementos de uma cultura mais universalizada e seus elementos culturais específicos. Assim, nessas sociedades, a percepção e a conceituação do tempo são variáveis, senão naquilo que possuem de mais amplo e genérico – como sua “medição” por meio de relógios e categorias como semanas, dias, horas, minutos, segundos – mas, seguramente, naquilo que sofre maior influência de elementos ambientais imediatos. Nos grupos sociais para os quais a fé é elemento definidor de identidade e

Nas cidades litorâneas brasileiras – ou mesmo naquelas onde outros espaços de natureza cumprem as funções sociais da “praia de mar” – o espaço social da praia, em especial por sua condição de espaço liminar, apresenta-se, por assim dizer, como uma “segunda praça” urbana, a saber, um espaço público e gratuito, aberto à convivência democrática de toda a sociedade.

Em Brasília, a capital de muitos brasis, os povos dos sertões, das florestas e das grandes cidades interioranas passaram a conviver com os povos do litoral – em especial aqueles provenientes da cidade do Rio de Janeiro⁷² –, responsáveis por trazerem para o coração do país um universo cultural e valorativo impregnado pelas memórias dos finais de semana na praia, do futebol de domingo nas areias, do surfê, das paqueras, dos piqueniques em família, das oferendas para Iemanjá, do pôr-do-sol no oceano, das comidas típicas do litoral, do cheiro do mar. Para esses migrantes, alguns dos pioneiros por assim dizer da cultura brasiliense que hoje se encontra em processo de consolidação, terá sido o céu um substituto a altura para a experiência social e espacial da praia?

A essa questão não formulada, alguns dos entrevistados da presente pesquisa – todos migrantes antigos ou recentes – respondem negativamente. Apesar de não ter havido nenhuma passagem nas entrevistas que aludisse ao tema da praia⁷³, a ausência da praia foi mencionada espontaneamente por sete entrevistados como sendo uma ausência ainda hoje significativa em Brasília. Para alguns, trata-se simplesmente de constatar que se Brasília possuísse praia ela seria ainda melhor. Para outros, contudo, a ausência da praia é tão significativa que orienta, inclusive, os sonhos de ir viver em uma cidade do litoral,

práticas coletivas, o “tempo da fé” ajuda a regular todo o tempo social. De modo análogo, naquelas sociedades para as quais a praia atua como instituição, o “tempo da praia” é um elemento adicional na regulação social e, evidentemente, também individual, do tempo.

72 Na canção “Não vou pra Brasília”, o compositor Billy Blanco deixa clara a divisão imaginária de mundos existente entre o Rio de Janeiro – cidade tradicional, desenvolvida, litorânea – e Brasília – projeto urbano, sem tradição, sertanejo: “Eu não sou índio nem nada/Não tenho orelha furada/Nem uso argola/Pendurada no nariz/Não uso tanga de pena/E a minha pele é morena/Do sol da praia onde nasci/E me criei feliz/Não vou pra Brasília/Nem eu nem minha família/Mesmo que seja/Pra ficar cheio da grana/A vida não se compara/Mesmo difícil, tão cara/Eu caio duro/Mas fico em Copacabana”.

73 Não havendo no instrumento de pesquisa uma questão especificamente voltada à temática da praia, os diálogos a esse respeito ficaram restritos aqueles casos em que o entrevistado mencionou, voluntariamente, o tema. Nesses casos, e apenas neles, foram feitas algumas perguntas mais diretas, buscando perceber qual o sentido da praia para cada um – inclusive um possível sentido afetivo –, bem como a existência ou não de outros espaços que pudessem apresentar-se como substitutos da praia em Brasília.

“qualquer uma que tenha mar”⁷⁴, além dos roteiros de viagens de lazer que, obrigatoriamente, passam pela praia.

Diante da significância social da praia na cultura litorânea urbana brasileira, cabe questionar como os migrantes oriundos do litoral enfrentaram inicialmente e enfrentam atualmente a ausência da praia e de tudo o que a mesma simboliza em termos sócio-espaciais. Essa questão, evidentemente, só adquire sentido para os fins do presente estudo, na medida em que sua resposta esclareça se e como as opções espaciais de lazer e interatividade construídas em Brasília no decorrer de sua história em substituição à praia – ou a outros espaços sociais a ela análogos – contribuem para reforçar o modelo silencioso de sociabilidade e interação que muitos percebem na vida social de Brasília.

O andar térreo das superquadras

Antes de analisar as alternativas surgidas em Brasília para compensar a ausência da praia cabe discutir brevemente o papel da praça pública no contexto urbano da capital federal, uma vez que é esta – a praça – e não aquela – a praia – o grande e tradicional símbolo urbano da espacialidade liminar pública, aberta e de uso polimorfo. Historicamente, a praça – entendida como um espaço arquitetônico específico, porém variante no tempo e no espaço – representa o apice da urbanidade pensada em termos da vida pública. A praça congrega as funções de Agora, mercado, centro ritual e de festa, palco de interatividade social, do riso, do escárnio, dos contatos múltiplos dos homens entre si e deles com a “natureza”, dos romances, do passeio, enfim, da vida propriamente pública, livre, aberta, democrática⁷⁵

Na cidade de Brasília, as opções da arquitetura racional dotaram de dimensões monumentais a praça pre-moderna – antiga praça central colonial, praça da igreja matriz, da prefeitura, do coreto, do passeio público, dos encontros, das feiras, dos contatos interpessoais – e, com isso, produziram um esvaziamento não apenas arquitetônico da mesma, mas sobretudo um esvaziamento do seu sentido social e de seus usos cotidiano ou

⁷⁴ Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002. Um outro entrevistado, nascido no Rio de Janeiro-RJ e apaixonado confesso por Brasília, encontrou, depois de aposentado, uma fórmula para lidar com o amor a Brasília e a saudade da praia: comprou uma casa em Salvador-BA (bem próxima a praia). Atualmente ele passa cerca de seis meses por ano em sua casa na praia e os outros seis meses em Brasília.

⁷⁵ A respeito das funções urbanas e dos distintos usos sociais da praça na História, vide: Saldanha (1993); Mumford (1991); Segawa (1996).

ritual pelos cidadãos. De ícone da urbanidade pública, a praça em Brasília torna-se lugar do nada, espaço morto e disfuncional. De tão vazias que são as praças em Brasília, desocupadas até mesmo pelas populações de rua, não se vêem sequer tentativas de cercamento e isolamento defensivo das mesmas como o que se verifica atualmente no restante das cidades de médio e grande porte brasileiras.

As praças brasilienses são espaços totalmente abertos, mas, apesar disso, não cumprem qualquer função urbana, sendo antes “não-praças” – não no sentido antitético da espacialidade pública e aberta da praça, mas no sentido antitético dos usos sociais da mesma e de sua função societária no interior das cidades. Alguns exemplos dessas “não-praças” – espaços sociais e arquitetônicos esvaziados, logo, mortos – são a Praça dos Três Poderes, localizada entre o Palácio do Planalto e o edifício do Supremo Tribunal Federal, a Praça Portugal, localizada entre o fundo dos anexos ministeriais Sul e o Setor de Embaixadas Sul, e a Praça Duque de Caxias, localizada no Setor Militar Urbano em frente ao Quartel General do Exército (vide imagens 18, 19 e 20 relativas a cada uma das três praças imensas, abertas e vazias). Salvo a Praça dos Três Poderes, mais frequentada por quem visita os monumentos cívicos da capital e, assim mesmo, em geral, os visita sem frequentá-los habitualmente, as outras praças de Brasília são tanto vazias de frequentadores quanto pouco conhecidas pelos moradores da cidade²⁷⁶, não participando efetivamente no quadro de referências espaciais que marca o imaginário brasiliense.

²⁷⁶ Em nenhum dos 16 depoimentos colhidos nesta pesquisa houve referência espontânea a qualquer praça da cidade. As praças não foram mencionadas nem mesmo como locais frequentados para fins de lazer. As únicas referências a praça apareceram em alguns depoimentos como parte da imagem que os entrevistados associavam a “cidade pequena”. Uma outra referência a praça foi feita especificamente as praças de Belém por uma entrevistada que se ressentia pela ausência de praças em Brasília.



Imagem 18: Praça Portugal



Imagem 19: Praça dos 3 Poderes



Imagem 20: Praça Duque de Caxias

Belem (...) tem essa coisa da praça, do publico, das pessoas se juntarem, sentarem, ficarem sentadas tomando uma agua de coco, conversando, as crianças passando. (...) Também nesse aspecto de ir pra praça porque vai ter uma apresentação de um teatro, vai ter um grupo. Então, Belém que é a minha cidade, que é a referência que eu tenho (...) tem muito isso, de a gente ir pra lá, de juntar, "oi, tudo bem e tal", de encontro (...). E aqui a gente não tem"

Se em Brasília a praça não existe como espaço referencial para o imaginário coletivo – porque sua morfologia contribui para seu desuso – haveria, então, algum espaço alternativo que pudesse substituí-la em termos de suas funções social e simbólica?

Socialmente é possível dizer que a praça não se substitui a não ser por espaços públicos, abertos e democráticos que congreguem distintas formas de uso e práticas coletivas, permitindo livre interação entre atores de múltiplas origens sociais. A inexistência de espaços com essas características corresponde à inexistência de substitutos espaciais para as funções sociais exercidas pela praça. Nesse sentido, a única "praça" de Brasília – que não é propriamente uma praça em sentido arquitetônico – talvez seja representada pela área que circunda a Torre de TV – e assim mesmo, apenas aos sábados e domingos, quando acontece a *feira hippie*. A chamada "feira da Torre" reúne muitas pessoas – de Brasília, das cidades-satélites, além de turistas – que dirigem-se ao local para comprar artesanato, comer comidas típicas de várias partes do país, assistirem a shows de música folclórica, visitarem a parte superior da Torre, com seu museu e seu mirante, ou simplesmente desfrutarem de um dia ao ar livre, ocupando os gramados e jardins que circulam a Torre de TV e se estendem para além dos limites físicos da própria feira.

Se socialmente a praça só pode ser substituída por espaços que repliquem suas funções sociais, simbolicamente, porém, a praça pública pode ser substituída por espaços que simulem sua forma espacial, tais como parques, jardins ou quadras esportivas, os quais podem atuar imaginariamente como um tipo específico de praça: a praça do bairro, a praça do palácio, a praça da superquadra. Todavia, ainda que parques, jardins e quadras desportivas possam apresentar alguma semelhança de formato com a praça pública, não se pode assumi-los como sendo substitutos adequados da praça em termos sociais, visto que os mesmos comportam um tipo de relação público-privado no qual este (o sentido privado)

¹⁰⁰ Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA e moradora do Distrito Federal há aproximadamente 2 anos. Resposta dada no contexto de análise das práticas de lazer em Brasília. Entrevista realizada em 13/12/2002.

sobrepõe-se àquele (o público) na forma inversa daquela assistida no espaço da praça tradicional.

No caso de Brasília, no que tange especificamente as “praças” internas as superquadras – quadras esportivas, parquinhos infantis, bosques, gramados, alamedas – a questão ganha maior complexidade, dada a inexistência de praças centrais referenciais na cidade. Alguns entrevistados identificaram as áreas internas das superquadras como espaços legítimos de interação e contato interpessoal, responsáveis por dar mais “vida” e “calor humano” à cidade, justamente por serem locais onde se processa o contato entre as pessoas. A primeira vista, a leitura de que a unidade de vizinhança poderia atuar como substituto da praça pública pode parecer satisfatória, na medida em que ela reforça a existência de uma vida comunitária que pulsa no andar térreo das superquadras. São mães ou babás que passeiam ou brincam com as crianças pequenas no parquinho, crianças desacompanhadas de seus pais que se divertem em grupo nas quadras esportivas, nos bosques, nas alamedas, nos pilotis; jovens que se reúnem para conversar, jogar, namorar, ouvir música, pessoas de todas as idades que caminham com cães, correm, pedalam bicicletas, enfim, há toda uma comunidade a compartilhar um mesmo espaço aberto de interação e lazer.

Todavia, quando o olhar analítico passa do plano comunitário a um plano societário mais amplo é possível notar que o andar térreo das superquadras não se apresenta suficientemente plural para atuar como substituto societário da praça pública. O “andar térreo”, a despeito de ser de acesso público e irrestrito a quem quer que seja, e um espaço que alia controle velado e constrangimento, assumindo, pela forma de seu uso cotidiano, ares privados de ambiente exclusivo ou preferencial dos moradores da própria superquadra. O sentido comunitário – aquele marcado pelas disputas por diferenciais de poder entre o “nos” e os “outros” – sobrepõe-se, no cotidiano das superquadras, a qualquer sentido macro social de convívio mútuo, quer harmonioso ou conflituoso, entre os praticantes da cidade de um modo geral. O andar térreo das superquadras é palco estratégico de delimitações territoriais, materiais e simbólicas – como aquelas decorrentes das gangues de jovens ou as cercas vivas e grades erguidas pelos moradores dos blocos residenciais – cuja finalidade parece ser precisamente a de reforçar o conteúdo antitético a praça pública que

caracteriza tanto jardins e parques urbanos²³ – espaços cercados e controlados – quanto a própria superquadra. O espaço correspondente ao andar térreo das superquadras ao invés de negar a espacialidade “silenciosa” de Brasília contribui para consolidar um padrão de sociabilidade atomizado, restrito ao círculo comunitário da unidade residencial, o qual é muito mais próximo àquilo que se verifica nos condomínios fechados do que propriamente a vida dos bairros tradicionais. Ao negar a urbanidade tradicional brasileira – cujas bases encontram-se tanto em nível comunitário quanto em nível societário mais amplo – o projeto das superquadras parece ter contribuído para ressignificar o sentido da vida em comunidade, dando-lhe um tom exclusivista e segregacionista, como se a vida comunitária não fosse uma variante da vida em sociedade, mas sim seu substituto racional mais óbvio

Argullos utiliza a expressão *micrópolis* para fazer referência a

um tipo de subcidade regida pelo isolamentismo, a verticalidade e a claustrofília. (...) Tais micropolis implicam não mais na criação de uma segunda natureza, como era próprio da cidade tradicional (...), mas na formulação de uma autêntica cidade ficcional em que a interiorização simulada da natureza acompanha a interiorização, não menos simulada, das funções da antiga cidade. (...) Neste sentido, parece de extrema importância refletir a propósito das derivações psicológicas, sociais e estéticas de um estilo de civilização urbana (...) que aceita, de certa maneira, a imagem da ameaça e opta, como habitat de segurança e bem-estar, por uma cultura da claustrofília²⁹

Aproprio-me da ideia de *micropolis* – no sentido de subcidades que conduzem a uma urbanidade pulverizada – para refletir não apenas sobre o tipo tradicional de cidade insulada em enclaves fortificados que se vê crescer cada vez mais no Brasil sob a retórica da violência, mas para pensar mais propriamente sobre o tipo de sociedade e de homem que uma tal opção pelo insulamento social – que, no caso de Brasília, antecede o medo, sendo antes uma escolha da arquitetura racional – pode estar conformando em vários contextos urbanos. Nesse sentido, ainda que não restrito a questão de uma urbanidade claustrofílica – uma vez que do ponto de vista espacial a superquadra é aberta e opõe-se conceitualmente aos espaços fechados e controlados – é possível argumentar que a urbanidade brasiliense produz um modelo micropolitano original, insulado na

²³ Segundo Segawa (1996), o jardim público por seu caráter de espaço controlado, “civilizado”, fechado e a antítese da praça, palco do riso, do escárnio, da espontaneidade.

²⁹ ARGULLOL, 1994, p. 60/61.

microcomunitaria da unidade de vizinhança, negando, dessa forma, o tradicional modelo urbano da polis e de seu símbolo mor, a praça.

Se a praça pública – espaço liminar por excelência das cidades pré-modernas brasileiras – encontra-se, em Brasília, esvaziada e reduzida a uma versão simulacral, de caráter comunitário e ares privatistas, o que dizer de outras opções de espaços liminares, possíveis substitutos para os espaços da praça e da praia? Em outras palavras, se os moradores de Brasília, conjuntamente com os planejadores espaciais da cidade, substituíram a praça pública pelas áreas comunitárias das superquadras, contribuindo, desse modo, para reforçar um modelo de urbanidade micropolitano, atomizado em pequenos núcleos de convivência, cabe questionar quais as alternativas espaciais que a cidade construiu no decorrer de sua curta história para a sociabilidade liminar de seus praticantes, uma vez que, além de não possuir espaços urbanos tradicionais de contato e interatividade como o centro e a praça, a cidade também não dispõe da espacialidade aberta, pública e multicultural da praia.

Se Holston²⁸⁰ está certo em afirmar que a rejeição dos primeiros migrantes a cidade utópica, cuja arquitetura racional havia sido responsável pela negação, por assim dizer, de inúmeros aspectos característicos do padrão de urbanidade brasileiro, “levou-os a reafirmar esquemas conceituais familiares a respeito da vida urbana – familiarizando uma cidade desfamiliarizada”²⁸¹ – cabe, aqui, investigar quais as alternativas socialmente construídas para os espaço-tempo da praça e da praia em Brasília, bem como a forma como essas alternativas contribuem – se é que o fazem – para a produção do “silêncio social” na capital federal.

Quando a praia está nos clubes

Se a praia for considerada a partir dos principais aspectos anteriormente discutidos – como um espaço de “natureza”, público, aberto, democrático e aglutinador de pessoas, ao que se acrescente seu aspecto temporal – será possível pensar em um substituto imediato para ela em Brasília: o Lago Paranoá²⁸².

²⁸⁰ Holston (1993).

²⁸¹ HOLSTON, 1993, p. 31.

²⁸² “O Lago Paranoá e a praia dos brasilienses e se você nunca navegou por suas águas, vai se impressionar ao conhecê-lo melhor. São 40 km de extensão e 560 milhões de metros cúbicos de água. (...) Nos finais de semana, o movimento de caiaques, veleiros e lanchas é grande nos clubes a beira do lago. Há também vários

O povo fala que é o Lago (risos). Acho que não é o Lago, não. Assim, pra moçada, pra quem tem barco (...), essa camada mais abastada, eles têm iate (...), eles saem, assim regularmente, vão pro lago como se vai andar de lancha na praia. Mas não é a realidade que a gente tem, né²⁸³.

O Lago Paranoá – formado por uma área alagada de 37,50 Km²²⁸⁴ – foi pensado pela Subcomissão de Planejamento Urbanístico da Nova Capital, em 1955, para ser um “lago ornamental, destinado aos esportes náuticos, limitado pelas margens dos rios Bananal e Gama, transformadas em praias artificiais”²⁸⁵. O sentido de um espaço aberto e popular, dotado de áreas balneárias foi reforçado pelo projeto vencedor do concurso para a nova capital, o qual previa para o Lago Paranoá a dupla função de lazer e embelezamento paisagístico da cidade. No Relatório do Plano Piloto de Brasília, o Lago aparece como um espaço público e aberto na quase totalidade de sua extensão – salvo nas áreas em que seria ocupado por clubes – respeitando, assim, por meio da liberação de suas margens ao acesso público, o sentido originalmente proposto para o mesmo em 1955.

Evitou-se a localização dos bairros na orla da lagoa, a fim de preservá-la intacta, tratada com bosques e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades de toda a população urbana. Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d água²⁸⁶

Essas palavras, constantes no relatório do Plano Piloto de Brasília entregue por Lúcio Costa para a Comissão Julgadora do Concurso da Nova Capital, apresentam um Lago bastante diferente daquele que se vê atualmente em Brasília. A própria Comissão, diante da negação de adensamento populacional às margens do Lago, sugeriu uma significativa alteração ao projeto original: a transferência do Setor de Residências Individuais para sua margem leste, correspondendo, atualmente, ao Setor de Habitação Individual do Lago Sul, popularmente conhecido como “Lago Sul”. Por meio dessa medida, a NOVACAP abriu

barcos que fazem passeios turísticos, com duração aproximada de duas horas. (...) Existe ainda mais uma forma de aproveitar as belezas do Lago Paranoá: sentar em um dos diversos barzinhos da orla, para tomar um chopp num fim de tarde, também pode ser muito prazeroso. (...) Não perca tempo, o lago Paranoá vale o passeio!” Fonte: http://www.candango.com.br/conteudo.cfm?id_texto=189, pesquisada em 11/12/2002.

²⁸³ Raquel. 54 anos, nascida em Rio Claro-SP, moradora de Brasília desde 1970, atualmente residente no Lago Sul. Resposta à pergunta “Existe um substituto para a praia em Brasília?”. Entrevista realizada em 25/11/2002.

²⁸⁴ Fonseca (2001).

²⁸⁵ Memorial Preliminar da Subcomissão de Planejamento Urbanístico da Nova Capital citado por FONSECA, 2001, p. 30.

²⁸⁶ COSTA (s/d).

uma importante prerrogativa para que o Lago tivesse sua função social original profundamente alterada, deixando de ser, como queriam a Subcomissão de Planejamento Urbanístico da Nova Capital e o próprio Lucio Costa, um espaço público, aberto e de uso democrático de toda a população da cidade e se tornando, gradativamente, um espaço privatizado pelas residências particulares, além dos clubes e das áreas fechadas ou vigiadas de convivência.

A ocupação da margem Leste do Lago Paranoá data de 1958, quando as primeiras casas tiveram sua construção concluída. Inicialmente, eram poucas casas e aqueles que se recordam do Lago Sul em seus primeiros tempos têm em mente a imagem de um lugar muito distante, desocupado e dificilmente habitável por suas condições selvagens. Alguns entrevistados contam como era barato comprar terrenos no Lago Sul e como, por conta de uma gama de condicionantes – a precariedade urbanística do local; a possibilidade de o projeto de Brasília jamais “vingar” de fato e todos terem que retornar às suas cidades de origem, a chance de não se suportar viver em Brasília e, por livre opção, abandonar-se à cidade, os gastos excessivos feitos com passagens aéreas ou viagens de carro para visita a parentes, amigos e namorados nas cidades de origem; e o próprio espírito aventureiro e desprovido de um caráter empreendedor econômico – muitos deixaram de lado a oportunidade de adquirir um terreno naquela que é, hoje, a área mais valorizada de Brasília e uma das mais valorizadas de todo Brasil²⁸⁷

A despeito de toda dificuldade, o Lago Sul foi aos poucos se estruturando e assegurando a ocupação residencial de uma parcela importante da margem Leste do Lago Paranoá. Atualmente,

o complexo urbanístico [do Lago Sul] é composto de 32 quadras residenciais (QL e QI, quadras do lago e quadras internas, respectivamente), incluindo seus conjuntos e chacaras, mais os 32 conjuntos residenciais no Setor de Mansões Urbanas Dom Bosco (SMDB). As 22 quadras contendo o

²⁸⁷ “Com o que eu ganhava, podia comprar dois terrenos no Lago Sul a vista por mês. E não comprei nenhum, porque eu tava noivo no Rio e gastava com passagem de avião (risos). (...) Era uma pressão muito grande na época, logo nos primeiros anos de Brasília, era uma pressão muito grande da oposição, principalmente a oposição ao Juscelino, de que a capital ia voltar pro Rio, que Brasília não ia dar certo, não ia pra frente, que não sei que. Então, ninguém investia, né. (...) Já aquele que tinha uma visão mais, realmente Brasília fez” (Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ e morador em Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002). Um lote no Lago Sul custa, atualmente, entre de R\$ 400.000,00 e R\$ 800.000,00.

comércio local estão (...) distribuídas ao longo dos seus 18 km de extensão²⁸⁸

Apesar de haver previsão para a existência de uma faixa livre de acesso à margem do Lago na maior parte das áreas correspondentes aos Setores de Habitação Individuais Sul e Norte – este, surgido em 1961 – o que se verifica, atualmente, é um generalizado processo de ocupação irregular dessas faixas, o que resulta, evidentemente, em uma privatização das áreas que beiram o Lago Paranoá (imagens 21, 22 e 23). O papel do Estado nesse processo é crucial e pode ser verificado quando de sua omissão diante das ações individuais que, irregularmente, colocam em questão o caráter público inicialmente previsto para o Lago Paranoá. No que diz respeito especificamente ao Lago Norte, o papel do Estado no processo de privatização do Lago evidencia-se ainda mais diretamente quando em 1963 é criado o Setor de Mansões Isoladas Norte, também conhecido como Setor de Mansões do Lago ou MI, para o qual foi assegurada a ocupação privada das margens do Lago.



Imagem 21 (acima): vista do terreno de uma das casas do Lago Sul que se estendem até a beira do Lago, 2002. As setas vermelhas indicam as cercas laterais do terreno.

Imagem 22 (ao lado): vista parcial de terrenos de casas particulares que se estendem até a beira-lago no Lago Sul, 2002.

²⁸⁸ Fonte: <http://www.lagosul.com.br/>, pesquisado em 12/12/2002.

Imagem 23

Mapa do Lago Sul, com destaque para a ocupação residencial à beira-lago indicada pelas setas vermelhas²⁸⁹



Na seqüência desse processo que, como visto, data dos períodos iniciais da construção do espaço urbano de Brasília e que é o resultado da ação ora direta ora indireta dos moradores dos Lagos – Norte e Sul – e do próprio Governo do Distrito Federal, encontram-se ações mais recentes do poder público que pensam a relação comunidade-lago a partir de um prisma conceitual elitista, privilegiando a iniciativa privada, o controle e a segregação social. Data de 1992 um importante projeto de aproveitamento das margens do Lago Paranoá, denominado Projeto Orla, o qual prevê a definição de pólos de atividades voltadas para a animação urbana, junto à orla do Lago Paranoá, resgatando-o à população de Brasília e ao turista em geral, promovendo o desenvolvimento social e econômico da cidade, juntamente com a recuperação e a preservação do meio ambiente. A proposta foi desenvolvida tendo como meta permitir que a iniciativa privada sintasse

²⁸⁹Fonte: <http://www.lagosul.com.br/conhccaLago.asp?tp=ml>. pesquisado em 16/12/2002.

motivada para assumir a responsabilidade pelos principais investimentos que viabilizem sua implantação²⁹⁰

O caráter privatista do Projeto Orla já estava devidamente anunciado no texto de sua primeira versão, em 1992. Em sua atualização, no ano de 1995, o referido projeto passa a contar com a proposição de onze polos de atividades, cuja finalidade primordial seria a de reaproximação da cidade em relação ao Lago Paranoá e, assim, de resgate da ideia de “cidade viva”, a qual, supostamente, teria sido perdida no decorrer dos anos de existência de Brasília. Uma breve análise estrutural dos onze polos de atividades propostos na segunda etapa do Projeto Orla (em anexo) – com possibilidade, inclusive, de observação das etapas já construídas – é suficiente para fazer notar que a concepção de “cidade viva” ali implícita parece ter paralelo com uma certa concepção de cidade “fechada”, “elitizada” ou “privatizada”. O Projeto Orla não privilegia em momento algum o uso aberto e democrático do Lago sob a forma de praias artificiais, como havia sido previsto pela Subcomissão de Planejamento Urbanístico da Nova Capital, em 1955. Todos os onze polos de atividades caracterizam-se por serem áreas ocupadas ou gerenciadas pela iniciativa privada – ou por Embaixadas – logo áreas controladas, para as quais o Lago é ora um ornamento paisagístico – no caso dos hotéis, restaurantes, centros comerciais e de lazer, praças e passeios – ora um espaço destinado prioritariamente à prática de esportes náuticos – no caso dos ancoradouros e das marinas que se sucedem em vários dos polos previstos.

Com boa parte de suas margens ocupadas pelas residências particulares, pelos clubes privados e pelos espaços disciplinados previstos pelo Projeto Orla não restaram ao Lago Paranoá muitas áreas abertas, livremente disponíveis para o acesso público democrático. A isso se acresce o fato de que as áreas que não estão ocupadas por construções ou fechadas ao acesso público por cercas privadas (imagem 24), salvo poucas exceções²⁹¹, não se configuram urbanisticamente como praias, oferecendo ao banhista uma condição pouco confortável de ocupação em meio a pedregulhos, restos de construção e matagais (imagem 25). Desse modo, não se vê com frequência, às margens do Lago Paranoá, uma paisagem humana semelhante a da praia, onde verdadeiras multidões compostas pelos mais diversos

²⁹⁰ FONSECA, 2001, p. 224

²⁹¹ Atualmente, existe a chamada “prainha” ou Praia dos Orixás, que se localiza ao lado da ponte Costa e Silva. Trata-se de uma faixa estreita de praia que recebe uma boa quantidade de pessoas nos dias de final de semana, a despeito de estar localizada em uma área alvo de recente despoluição do Lago.

tipos sociais aglutinam-se para desfrutarem de um espaço liminar de lazer e descontração. O que se vê, ao contrário, é um Lago elitizado, ocupado mais por embarcações do que propriamente por pessoas.



Imagem 24

Vista de cerca de arame coberta por plantas que impede o acesso público à beira do Lago Paranoá na altura da Península dos Ministros, Lago Sul, 2002.



Imagem 25

Vista de área do Lago Paranoá utilizada para banho na altura da Península dos Ministros, Lago Sul, 2002.

Para o migrante que chega a Brasília e se depara, como visto anteriormente, com uma cidade cuja aparência geral nos dias de semana é de vazio – devido à ausência do centro, às amplas áreas desocupadas, à pouca quantidade de pedestres pelas ruas, apesar da grande quantidade de carros, e ao isolamento da vida comunitária nas superquadras –, a inexistência de áreas abertas capazes de reunir multidões nos finais de semana às margens daquele que seria o substituto imediato da praia – o Lago Paranoá – pode atuar como um agravante para a representação de Brasília como uma cidade vazia, morta, evidentemente contrastante com outras cidades de mesmo porte, uma vez que a representação de vazio iniciada nos dias da semana estende-se aos sábados e domingos.

O domingo você olha assim, parece um deserto. Eu mesma sou assim. Eu não tenho nada pra fazer nessa cidade, não tenho nada! É diferente de você morar em outro canto que você vai pra praia, caminhar na praia, vai

*ver gente, vai ver sol, vai ver cachorro, sabe, loja, a mistura de gente. Aqui você não tem muito pra onde ir*⁹²

Para alguns, contudo, trata-se apenas de saber como observar a cidade em seus detalhes. Com um pouco de tato e possível perceber que certos lugares, como o próprio Lago Paranoa – em função, sobretudo, dos clubes e das embarcações –, o “Parque da Cidade”, a “Água Mineral”, o Jardim Zoológico, os shoppings e as feiras são, sem dúvida, locais muito populosos nos dias correspondentes ao final de semana.

*Mas esse vazio não quer dizer que as pessoas não estejam aqui, só que cada uma tá na sua (...). No fim de semana, as pessoas já sabem o que vão fazer e com quem, então elas se deslocam para os lugares habitualmente frequentados. Então, se você vai nos clubes, os clubes estão cheios, se você vai no shopping, os shoppings estão cheios, mas se você frequentar o Ministério, tá entregue as traças*⁹³

As formas de ocupação do Lago para fins de lazer, por sua imensa concentração nos clubes privados⁹⁴ e nas residências particulares – grande parte das quais é dotada de piscina – cria uma barreira real a integração social daqueles que chegam à cidade sem possuírem vínculos sociais prévios.

O clube é, por definição, um espaço fechado e seletivo, onde o participante é obrigado a cumprir certos requisitos para poder ser incorporado. Um primeiro elemento de seleção é, sem dúvida, econômico. Mesmo nos clubes mais populares, para ser sócio é necessário que se disponha de uma certa quantidade de dinheiro. Em alguns casos, como em certos clubes profissionais de Brasília, não basta que se tenha dinheiro, e preciso igualmente, ser membro da categoria profissional a qual aquele clube representa. De qualquer modo – como aponta uma entrevistada – o clube privado não se configura como um espaço de liminaridades, mas sim como um espaço de exceção, um espaço de iguais

A questão do espaço, ele já tem a sua hierarquia. Quando você fala no clube, eu só posso imaginar um clube onde as pessoas que frequentam, elas já têm um diferencial que permite que elas entrem naquele clube. Por exemplo, o do Banco do Brasil. Então, se é o gerente ou se é o Office boy, não interessa, é

⁹² Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

⁹³ Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39. Entrevista realizada em 06/11/2002.

⁹⁴ Segundo Fonseca, os clubes ainda representam “os principais pontos de acesso e integração da comunidade brasiliense com o Lago Paranoa” (FONSECA, 2001, p. 38).

*fácil fazer amizade naquele espaço porque o acesso a ele já foi uma seleção*²⁹⁵.

Utilizando o esquema conceitual proposto por Elias e Scotson²⁹⁶, pode-se dizer que aquilo que para o *outsider*²⁹⁷ – indivíduo excluído de certos grupos ou espaços sociais – pode ser sinônimo de frieza e vazio, posto que corresponde a exclusão, isolamento, anonimato e desprezo por sua condição de pessoa, para o *insider* – membro do grupo ou da comunidade – pode ser, ao contrário, motivo de satisfação e de reconhecimento de uma vida comunitária intensa e pulsante. Estando incluído, logo, fazendo parte de um grupo social que compartilha um espaço de iguais, e sendo, desse modo, reconhecido como “membro” e não como “outro”, como “nós” e não como “eles”, o usuário do clube não o percebe como um espaço de exceção e, se o percebe, não atribui uma conotação negativa para o sentido de exceção. Para o estabelecido, o sentido da exceção correspondente a espacialidade do clube é positivo, na medida em que, ao limitar o acesso apenas aos “iguais”, o clube homogeneiza – logo, disciplina e purifica – o espaço da prática social, reduzindo os esforços grupais de delimitação territorial material e simbólica que constantemente se verificam em espaços liminares, como a praia²⁹⁸, por exemplo. Ademais, o membro do clube não tende a notar a produção da exceção como um ato voluntário de discriminação ou controle social, mas sim como parte de um processo natural de busca de identidade, de mera reunião orgânica de afins.

As pessoas que frequentam clubes em Brasília possivelmente não possuem generalizadamente a mesma representação de vazio humano a respeito da cidade que têm aquelas que são excluídas do seu acesso. Ao menos não nos dias correspondentes aos finais de semana, quando é possível compartilhar o ambiente de lazer com uma verdadeira multidão de parceiros que se reúnem no clube para o banho de sol, as partidas de futebol, vôlei, fut-vôlei e tantos outros esportes e atividades ali realizados. Nesses dias – os dias que não são destinados ao trabalho – a cidade se faz representar pela função lazer e, desse

²⁹⁵ Mara, 37 anos, nascida em Colatina-ES e moradora do Distrito Federal há 32 anos. Análise parcial à afirmativa “É fácil fazer amigos em Brasília”. Entrevista realizada em 04/10/2002.

²⁹⁶ Elias, Scotson (2000).

²⁹⁷ A respeito da discussão sobre a relação *outsider insider*, vide: Elias; Scotson (2000).

²⁹⁸ Vale lembrar que na praia brasileira – incontestemente espaço de liminaridade – os grupos sociais buscam consolidar seus territórios de exclusividade como forma de delimitação de um espaço identitário de iguais. Para isso, movem-se por toda a extensão da praia, muitas vezes fugindo daquelas companhias que julgam desagradáveis ou demasiado distintas do seu modo próprio de ser e agir. A esse respeito, vide: Castro (1999); (2002a; 1999b).

modo, sua espacialidade passa a ter como correspondente os espaços pontuais a ela destinados, no interior dos quais é possível ver pessoas reunidas. Se a cidade como um todo é vazia, o mesmo não se pode dizer dos locais que canalizam para si a função do lazer, aqueles microcosmos que congregam, no detalhe, os praticantes da cidade nos finais de semana e feriados.

Muitos dos clubes de Brasília preservam o sentido de comunidade que se lhes estende a partir do ambiente de trabalho e, por vezes, também do ambiente de moradia. Esse é o caso dos clubes destinados a categorias profissionais específicas, como os clubes do Congresso, Militar, do Banco Central, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e tantos outros que reúnem exclusiva ou prioritariamente frequentadores que já se conhecem do ambiente de trabalho. O que para algumas pessoas poderia significar uma forma demasiado opressiva de sociabilidade, porque praticamente restrita a um grupo de pessoas que trabalham na mesma repartição, moram na mesma superquadra e frequentam a mesma área de lazer nos finais de semana, foi assumido por aquelas pessoas que abraçaram o projeto de Brasília – ou seus projetos pessoais de vida a serem nela concretizados – como uma característica positiva da cidade, entendendo que a mesma atuaria como reforço dos laços comunitários e não como elemento de insulamento e limitação das opções individuais de interação e contato social. No clube, a exemplo do que ocorre na superquadra ou no local de trabalho, a comunidade assume simbolicamente o espaço da sociedade urbana, e a vida comunitária – insular por definição – passa a ser o simulacro imaginário da vida social mais ampla e plural que, teoricamente, toda cidade moderna abarcaria. Entre as pessoas que viveram o início da vida social de Brasília e que, a despeito de toda adversidade, decidiram permanecer e construir aqui seus lares, a ideia de uma grande família – que se iniciava no trabalho, estendia-se a superquadra e culminava no clube – é algo bastante comum e cara²⁹⁹. O sentido de família atribuído ao clube relaciona-se, igualmente, à forma de sua espacialidade fechada, segregadora e, de antemão, hierarquizante das distinções

²⁹⁹ César, que chegou adulto a Brasília em 1967, fala com muita alegria a respeito da grande família que havia entre os funcionários da UnB, instituição à qual era vinculado na condição de professor. Sua experiência pessoal não foi a de ver a “família” da UnB estendendo-se a sua quadra residencial ou seu clube – porque não morava em uma quadra funcional da Universidade e a mesma, tampouco, tinha um clube para seus funcionários, como havia no caso de outras instituições. Mesmo assim, o sentido positivo de uma grande comunidade formada pelos colegas de trabalho – em todos os níveis, incluindo os próprios alunos – permeia toda a memória do entrevistado a respeito de seu passado na cidade. Imagem semelhante apresenta Marcelo, 61 anos, morador de Brasília há 39 anos, quando fala de seus primeiros anos na cidade.

sociais, a qual filtra, por assim dizer, aqueles que nela ingressam, permitindo que seus membros percebam-se mutuamente como pares, companheiros, irmãos.

*O Clube do Congresso, nós convivíamos com muitos deputados. Jogávamos futebol com eles, jogávamos vôlei. (...) Realmente, muitos parlamentares tinham amizade para com os funcionários. Então era como se fosse uma família, a gente conhecia todo mundo*¹⁰.

O outro lado dessa situação é representado justamente por aquelas pessoas que, por um motivo ou outro, não desejam ou não conseguem inserção nesse universo comunitário particular, ou demonstram dificuldade de adaptação às suas limitações. Esse é o caso, por exemplo, do migrante que chega a cidade sem vínculos pessoais de amizade ou parentesco, sem emprego, sem fazer parte de uma instituição qualquer a partir da qual possa ir gradativamente se inserindo em outras esferas da vida social de Brasília. Para esse migrante, *outsider* por definição da vida social insular que se esconde nos recantos da cidade, a imagem mais imediata de Brasília tende a ser a de um lugar vazio, desocupado, “fantasma”, a que se acrescenta, um lugar frio, onde é difícil travar contatos interpessoais³⁰¹

*Sexta-feira é um dia que me dá muita angústia, angústia, tristeza mesmo. (...) Pelo fato de sexta-feira lá ter sido o dia que eu mais esperava, aqui é o que eu menos espero. (...) Aprendi a gostar de ficar em casa, eu não gostava*³⁰².

Cercamento, privatização e controle: outras “praias” de Brasília

Além do aspecto de um vazio geral que se torna pontual à medida em que o praticante da cidade, em sua permanente arqueologia, descobre os lugares onde a mesma

¹⁰ Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador em Brasília há 39 anos, funcionário aposentado da Câmara dos Deputados. Entrevista realizada em 06/11/2002.

¹¹ Essas foram imagens sugeridas no decorrer das entrevistas por vários interlocutores que identificaram um ou mais aspectos do “silêncio social” em Brasília. Alguns dos entrevistados que identificaram Brasília como uma cidade vazia, fantasma ou solitária são moradores da cidade há muitos anos ou mesmo nativos. Essas representações ora refletem experiências pessoais dos entrevistados – que se sentiram ou se sentem sos, e julgam a cidade vazia – ora refletem experiências vividas por terceiros e comunicadas aos entrevistados, ou por eles supostas.

¹² André, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. André fala do lazer em Brasília e compara sua vida atual nesse particular a vida que levava em Cuiabá, cidade onde morava anteriormente. Entrevista realizada no dia 04/11/2002.

mostra sua gente e a eles busca – e consegue – incorporação, tem-se, no aspecto relativo à espacialidade liminar de Brasília, o fato de que praticamente todos os espaços públicos destinados ao lazer coletivo são fechados, privatizados ou controlados, mesmo aqueles que não se encontram nas margens do Lago Paranoá. Esse é o caso de outras “praias” da capital, como a “Água Mineral” ou o “Parque da Cidade”³⁰³, por exemplo, bem como dos centros coletivos ou *enclaves fortificados*³⁰⁴ de lazer e entretenimento – Pier 21, Gilberto Salomão, Pontão do Lago Sul, sem mencionar os *shopping centers* –, todos locais freqüentados por um grande número de pessoas nos finais de semana.

Cidade de parques: “Água Mineral”, Olhos D’Água, “Parque da Cidade”

O Parque Nacional de Brasília, mais conhecido como “Água Mineral”, representa um importante pólo de lazer para a população de todo o município de Brasília³⁰⁵. O Parque Nacional de Brasília, uma unidade de conservação nacional administrada pelo IBAMA, foi criado em 1961 com objetivos de lazer e preservação ambiental³⁰⁶. Como atrativos, o Parque oferece à população de Brasília duas grandes piscinas de água mineral corrente – as quais justificam o apelido de “Água Mineral” – que formam um conjunto de 5.100m² para uso público³⁰⁷, em cuja área existem lanchonetes, banheiros, postos de atendimento médico, vestiários e palhoças³⁰⁸; bem como duas trilhas que seguem por seu interior, permitindo ao visitante o contato com a flora e a fauna nativas do cerrado³⁰⁹.

Apesar de ser um espaço que cumpriria, como substituto da praia, as funções bucólica e contemplativa dos chamados espaços naturais, a “Água Mineral”, por sua dupla

³⁰³ “O Parque da Cidade agrada a todas as gerações. Mais ainda, é um democrático espaço de lazer, esporte e descanso do brasileiro: é a “praia” da cidade”. Fonte: <http://www.candango.com.br/>, pesquisado em 11/12/2002.

³⁰⁴ Enclaves fortificados são “espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os “marginais” e os sem-teto” (CALDEIRA, 1997, p. 155).

³⁰⁵ “O brasileiro é um sujeito de sorte. Não bastasse a excelente qualidade de vida proporcionada pela cidade há, a apenas 10 Km do Plano Piloto, uma das reservas ecológicas mais importantes do cerrado. (...) Com o tempo, a Água Mineral acabou entrando no imaginário candango. Hoje é um importante centro de vivência”. Fonte: http://www.candango.com.br/conteudo.cfm?id_texto=80, pesquisado em 11/12/2002.

³⁰⁶ A criação do Parque Nacional de Brasília se dá por meio do Decreto n.º 241 de 29.11.1961. Fonte: <http://www.ibama.gov.br/>, pesquisado em 11/12/2002.

³⁰⁷ Fonte: http://www.candango.com.br/conteudo.cfm?id_texto=80, pesquisado em 11/12/2002.

³⁰⁸ Fonte: <http://www.ibama.gov.br/>, pesquisado em 11/12/2002.

³⁰⁹ Fonte: <http://planetaimovel.globo.com/conteudo/vizinhanca/brasil/materias/parques/nacional/abrc.asp>, pesquisado em 11/12/2002.

condição de Parque Nacional e unidade de conservação ambiental, não é um espaço aberto de acesso livre e democrático a todos. Há grades cercando toda sua extensão, guaritas em suas entradas e para adentrar no Parque é preciso pagar uma taxa de R\$ 3,00 por pessoa³¹⁰. Somem-se a isso, a distância do Parque em relação às áreas residenciais do Plano Piloto ou das cidades-satélites³¹¹ e a deficiência dos serviços de transporte coletivo naquela localidade. Não raro, nos dias mais quentes de finais de semana ou feriados, é possível ver-se vários grupos de pessoas caminhando pelas margens da rodovia, desde a rodoferroviária – ponto de parada de alguns ônibus – até o Parque³¹². Ainda assim, apesar das dificuldades, é possível, nos dias de maior movimento, encontrar uma verdadeira multidão de banhistas de todas as localidades do DF e do Entorno ao redor das duas piscinas (imagens 26 e 27).



Imagem 26³¹³ (acima)
Banhistas em uma das piscinas do Parque Nacional de Brasília (“Água Mineral”).

Imagem 27³¹⁴ (ao lado)
Vista da área externa de uma das piscinas do Parque Nacional de Brasília (“Água Mineral”).

O *fechamento* representado por grades, portões, muros, e os *controle* e *constrangimento* exercidos por vigilantes, seguranças, zeladores ou porteiros, por um lado,

³¹⁰ Preço praticado em 12/12/2002.

³¹¹ A área residencial mais próxima ao Parque Nacional de Brasília é o Setor Militar Urbano, que dista aproximadamente 4 km dos portões que dão acesso ao Parque.

³¹² A rodoferroviária dista cerca de 5 km dos portões que dão acesso ao Parque.

³¹³ Fonte: http://www.candango.com.br/conteudo.cfm?id_texto=80, pesquisado em 11/12/2002.

³¹⁴ Fonte: http://www.candango.com.br/conteudo.cfm?id_texto=80, pesquisado em 11/12/2002.

e por placas, cartazes ou anuncios proibitivos, por outro, são alguns dos elementos limitantes ao sentido publico e democrático do Parque Nacional, os quais são registrados também em outras áreas publicas de Brasília³¹⁵ destinadas ao lazer, como o Jardim Zoológico ou os Parques Olhos D Agua e Sarah Kubitschek, por exemplo.

Souza³¹⁶ discute como os limites entre os espaços urbanos abertos e fechados têm sido significados de forma diferente no nível material do significante pelo praticante urbano comum, em virtude da expansão crescente das grades de ferro que cercam praças publicas, jardins, monumentos e entradas de edificios. O autor entende que grades e cercas constituem-se em dispositivos restritivos à ação pedestre no espaço da cidade de natureza um pouco distinta dos cartazes e avisos proibitivos. Estes, ainda que anunciem autorizações ou proibições, o fazem meramente em nível visual e simbolico, não sendo acessíveis aqueles que não sabem ler – ainda que, por sua simbologia, sejam de entendimento geral – e sendo passíveis de desprezo pelo sujeito que com eles se depara. O mesmo não pode ser dito sobre grades, portões, guaritas e cercas. Nestes casos, o sentido restritivo transborda o mero simbolismo e adquire configurações materiais inequivocas. Se é possível ignorar, por ação voluntária ou mera distração, um aviso de “proibida a entrada” colocado diante de uma área qualquer da cidade, seguramente não se pode ignorar um portão, um muro ou uma cerca, precisamente por sua materialidade incontestada. É possível violá-los ou saltá-los, mas dificilmente será possível ignorar sua existência material, bem como o efeito restritivo e constrangedor que os mesmos exercem sobre as pessoas que desejam ingressar nos espaços por eles fechados. A combinatoria entre anuncios proibitivos e cercamento, a saber, a sobreposição de formas simbólicas e materiais de controle e constrangimento, resulta na produção de espaços amplamente vigiados, restritivos aos usos sociais democraticos e polimorfos que caracterizam os espaços publicos abertos.

Na entrada do Parque Nacional de Brasília encontra-se uma placa avisando o usuário a respeito do horário de funcionamento – de 08:00 as 16:00 hs³¹⁷ – e também do valor do

³¹⁵ A lógica do cercamento permeia outros espaços publicos da cidade, dentre os quais merecem especial destaque os blocos residenciais, discretamente limitados por cercas vivas na forma de canteiros e jardins.



³¹⁶ Souza (2001).

³¹⁷ As pessoas que são cadastradas na administração do Parque Nacional como mensalistas têm acesso às dependências do mesmo durante os sete dias da semana, a partir das seis horas da manhã. O preço pago pelos mensalistas é de R\$30,00 (preço praticado em 12/12/2002, segundo informações da administração do Parque).

ingresso. No interior do Parque, varias placas sinalizam proibições e restrições ao uso, sendo que as mais significativas encontram-se na entrada das duas piscinas, onde se vê avisos proibindo a entrada com bebida alcoolica e armas, e alertando o usuario de que o mesmo estara sujeito a revista policial a partir daquele ponto

No caso do Parque Olhos D'Água, patrimônio urbanístico da Asa Norte³¹⁸, além das grades que cercam toda sua extensão, os usuarios deparavam-se na ocasião de sua inauguração – no final do ano de 2001 – com três significativos avisos de proibições e/ou permissões já na entrada do Parque³¹⁹. Um primeiro – uma faixa – apresentava o seguinte dizer: “conforme pesquisa de opinião não é permitida a circulação de bicicleta no interior do parque”. Ao lado dessa faixa encontrava-se uma placa, assinada pelo Governo do Distrito Federal, mais precisamente pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), onde era possível ver-se as seguintes sinalizações de permissão e proibição (imagem 28):

Imagem 28: Reprodução da placa encontrada na entrada do Parque Olhos D'Água, 2001.

	
Caminhar	Animais Domesticos
Correr	Colher Plantas
Brincar	Pescar
Refrescar-se nas Duchas	Nadar
Malhar	Perturbar a Fauna e a Flora
Curtir o Parque	Excesso de Barulho
Conservar o Patrimônio Publico	Banhar-se na Nascente

A placa acima descrita (imagem 28) contava, ainda, com uma frase parcialmente coberta onde se lia, simplesmente: “o uso de bicicleta é restringido”. Passado o portão, ao lado do Destacamento Olhos D'Água da Polícia Florestal, via-se uma placa com um desenho proibindo a entrada de cachorros. Atualmente, apenas essa ultima placa permanece fixada. A faixa e a outra placa acima descrita foram substituidas por uma unica placa que aponta, com o patrocínio de uma companhia particular de seguros, a localização das atrações do Parque, além de sinalizar as proibições as bicicletas, aos cachorros e as fogueiras (imagem 29)

³¹⁸ O Parque Olhos D'Água situa-se entre as quadras 413/414 Norte.

³¹⁹ A entrada no Parque Olhos D'Água é gratuita e irrestrita.



Imagem 29: Placa avistada na entrada do Parque Olhos D'Água, 2002.

De todas as áreas cercadas e controladas de lazer de Brasília, o “Parque da Cidade” – oficialmente denominado Parque Sarah Kubitschek – parece ser aquela que atualmente apresenta ao usuário o menor conjunto de barreiras físicas e constrangimentos simbólicos, apesar de o mesmo ser cercado em toda sua extensão e de contar com patrulhamento interno ostensivo, feito por seguranças que circulam em viaturas caracterizadas. Durante muitos anos, o “Parque da Cidade” fechava suas portas à meia-noite e reabria no dia seguinte, logo no início da manhã. A justificativa, evidentemente, era a da segurança pública – mesma retórica que sustenta as ações de controle de outras áreas públicas em Brasília e em outras cidades brasileiras³²⁰. Há alguns anos, porém, o Parque deixou de ser fechado durante a noite e, atualmente, permanece aberto durante as vinte e quatro horas do dia³²¹. O ingresso ao Parque é gratuito e aberto a todos. Além disso, pelo fato de o Parque possuir função recreativa e não de preservação ambiental, não há quaisquer proibições ou restrições quanto a animais, bicicletas, bebidas alcoólicas, comida, barulho etc.

³²⁰ A esse respeito, vide: Caldeira (2000).

³²¹ A questão da abertura permanente do Parque deve-se, provavelmente, muito mais à função de circulação que o mesmo exerce em relação à RA Cruzeiro, em especial, o Setor Sudoeste – cuja expansão demográfica é relativamente recente – do que, propriamente, a um perfil mais democrático por parte da administração distrital. É que o “Parque da Cidade” corresponde a um ponto estratégico de comunicação viária entre a Asa Sul, em quase toda sua extensão, e a RA Cruzeiro, especialmente o Sudoeste que se localiza ao lado do Parque.

O Parque oferece aos usuários: pistas para pedestres; cicloviárias; áreas específicas para prática de exercícios de musculação; quadras para futebol, vôlei, fut-vôlei, futsal, tênis, basquete, futsal etc.; uma piscina pública desativada há alguns anos; duchas, banheiros públicos, pista de kart; rampas de skate; pistas de bicicross e motocross; pistas de bocha, churrasqueiras; um lago ornamental; parques infantis; um pequeno parque de diversões; bares, quiosques e restaurantes – além de vendedores ambulantes que circulam oferecendo produtos alimentícios como picolés, por exemplo; um conjunto reservado para prática hipica; praças e áreas reservadas para concertos e apresentações públicas; além, e claro, de muitas áreas verdes, dispostas em bosques, jardins, gramados e cerrado, as quais são povoadas por uma grande quantidade de aves nativas.

Uma pequena parte das atrações do “Parque da Cidade” – aquelas pertencentes a ou administradas pela iniciativa privada – e de uso pago, mas o grosso daquilo que o Parque oferece para o lazer coletivo e de acesso público, livre e gratuito. Talvez por isso – pelo aspecto mais democrático e plural que apresenta quando comparado a outras áreas de lazer coletivo na cidade, inclusive o Lago Paranoá – o “Parque da Cidade” seja reconhecido por muitos brasilienses como a verdadeira “praia” de Brasília – mesmo a despeito de nos últimos anos, em virtude da desativação da piscina de ondas, o mesmo não disponibilizar aos usuários uma área balnearia³²²

O sentido de “praia” atribuído ao Parque deve-se, justamente, ao fato dele atuar, apesar do controle e do cercamento, como o espaço de maior significatividade liminaridade na cidade, possibilitando o contato, ao menos visual, de muitas pessoas distintas, pessoas de todos os tipos, vindas de todos os cantos, dedicadas a todos os tipos de atividades (imagem 30).

³²² As pessoas que vão ao Parque para tomar sol costumam fazê-lo de forma improvisada ao lado das duchas, porque, desse modo, podem se refrescar quando o calor torna-se demasiado elevado.



O “Parque da Cidade”. Porque ele é bonito, porque tem um monte de gente caminhando, gente de tudo quanto é cor, de tudo quanto é jeito, entendeu? Gente gorda, gente magra, gente alta, gente baixa, tem cachorro, tem criança, tem tudo. Eu acho que a miscelânea fica ali e aí é um lugar que eu gosto, que me faz feliz³²³.

Imagem 30: Pessoas caminhando em pista interna no Parque Sarah Kubitschek (“Parque da Cidade”).

Todavia, como espaço cercado e vigiado, o “Parque da Cidade” não é substituto exato para a praia ou a praça. O Parque, quando muito, assume destas – praia e praça – as funções bucólica e recreativa que se lhes possa atribuir, mas não é capaz de assumir plenamente suas funções societárias liminares, visto que, paralelamente ao cercamento e ao controle, nota-se no “Parque da Cidade” uma predominância de usos funcionais do espaço – andar, correr, passear com cachorro, fazer piquenique com amigos ou familiares, jogar bola etc. – de forma que os contatos entre pessoas diferentes e desconhecidas – contatos travados fora das “comunidades” internas do Parque: esquetistas, corredores, patinadores, ciclistas, jogadores de futvôlei etc. – fazem-se muito mais no plano visual do que propriamente no plano interativo, produtor de laços societários plurais consistentes.

Privatização e controle na capital brasileira do espaço democrático

A constatação de que as áreas públicas de lazer em Brasília são, em sua maioria, cercadas, vigiadas, privatizadas choca-se de imediato com a concepção de espaço urbano – público, aberto e sem limitações – que orientou o planejamento e a construção espacial da cidade. Um dos elementos revolucionários da proposta modernista de arquitetura residia precisamente na sobreposição dos interesses coletivos aos interesses privados no uso da terra pública.

³²³ Resposta à questão “Qual o melhor lugar de Brasília na sua opinião?”. Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos, queixa-se de Brasília por se sentir só e acha que faltam à cidade lugares onde se possa ver gente. Entrevista realizada em 24/10/2002.

No texto do Relatório do Plano Piloto, Lucio Costa explicita sua proposta para a questão do solo urbano na futura capital.

Resta o problema de como dispor do terreno e torna-lo acessível ao capital particular. Entendo que as quadras não devem ser loteadas, sugerindo, em vez da venda de *lotes* a venda de *quotas* de terreno, cujo valor dependera do setor em causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras³²⁴

Assim foi pensado inicialmente o espaço em Brasília: as pessoas seriam proprietárias das projeções imobiliárias e não do solo da cidade, o qual permaneceria aberto e de uso coletivo

Como argumenta Holston³²⁵, o referencial modernista que orientou conceitualmente a construção do espaço de Brasília baseava-se em uma série de críticas pontuais a sociedade brasileira e a forma como essa se assentava espacialmente nas cidades. Uma dessas críticas centrava-se na questão da violenta estratificação social característica do Brasil urbano, a qual os planejadores da nova capital pretendiam negar por meio de seu urbanismo racional. Nesse contexto, que para Holston³²⁶ é ao mesmo tempo utópico e subversivo, tem-se como ponto nodal – ainda que não exclusivo – a proposição de sobreposição dos interesses coletivos aos privados no uso do solo urbano. Essa proposição norteou escolhas articuladas, supostamente capazes de promover uma nova ordem social na cidade nascente, a qual, por seu caráter de “iluminação”, segundo a ótica dos planejadores, necessariamente irradiaria para o restante do país, fazendo surgir no Brasil uma nova civilização³²⁷. Algumas dessas escolhas foram: a construção dos edifícios

³²⁴ COSTA (s/d).

³²⁵ Holston (1993).

³²⁶ Holston (1993).

³²⁷ “Os blocos de apartamentos de uma superquadra são todos iguais: a mesma fachada, a mesma altura, as mesmas facilidades, todos construídos sobre pilotis, todos dotados de garagem e construídos com o mesmo material, o que evita a odiosa diferenciação de classes sociais, isto é, todas as famílias vivem em comum, o alto funcionário público, o médio e o pequeno. Quanto aos apartamentos há uns maiores e outros menores em número de cômodos, que são distribuídos, respectivamente, para as famílias conforme o número de dependentes. E por causa de sua distribuição e inexistência de discriminação de classes sociais, os moradores de uma superquadra são forçados a viver como que no âmbito de uma grande família, em perfeita coexistência social, o que redundará em benefícios para as crianças que vivem, crescem, brincam e estudam em um mesmo ambiente de franca camaradagem, amizade e saudável formação. [...] E assim é educada, no Planalto, a infância que construíra o Brasil de amanhã, já que Brasília é glorioso berço de uma nova civilização (Brasília, 1963: 15)” – (Jornal da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP *apud* HOLSTON, 1993, p. 28).

residenciais sobre pilotis, liberando o solo para uso público, a abertura total das superquadras – que, como visto anteriormente, não possuem guaritas, grades, cercas ou portões; a liberdade de utilização das vagas de estacionamento das superquadras, dos comercios locais e de todas as demais áreas públicas da cidade por qualquer pessoa que queira, seja ela usuária contínua daquele espaço ou não; e a criação dos clubes de vizinhança, unidades públicas destinadas ao lazer dos moradores das superquadras adjacentes.

“Entre o sono e o sonho [todavia] (...) corre um rio sem fim”³²⁸ Nem tudo o que foi planejado inicialmente para o espaço de Brasília foi construído tal qual pensado³²⁹ Sérgio Porto, um dos arquitetos que trabalharam na época da construção, discute dois pontos que julga cruciais para o surgimento de importantes problemas vividos hoje pela cidade em termos de seu espaço público: a comercialização de terras e a forma de ocupação das superquadras.

A comercialização de terras, em uma cidade administrativa caracterizada pela rotatividade de parte de seus habitantes, poderia resultar, na leitura do referido arquiteto, em colapsos na relação oferta/procura do produto. Isso, em conformidade com uma lógica simples de mercado, culminaria indubitavelmente na promoção de mecanismos especulativos, como de fato é possível verificar atualmente em toda Brasília, com destaque para os Setores Habitacional dos Lagos Norte e Sul, os quais apresentam um dos mais expressivos processos especulativos em todo o Brasil urbano.

*O Israel Pinheiro (...) ele vendeu Brasília, não devia ter vendido um tostão de nada de lote nenhum. (...) Vai haver permanentemente falta de unidade habitacional em Brasília (...). Não há cidade administrativa que resista*³³⁰

Alem da comercialização da terra, a ocupação das superquadras não respeitou exatamente o modelo de coexistência social “camarada e igualitária” entre os membros das distintas classes sociais, como idealizado inicialmente. A construção de muitas quadras ficou sob responsabilidade dos Institutos de Previdência Privada dos órgãos públicos, os quais construíram as superquadras para uso exclusivo dos seus funcionários. Assim, as

³²⁸ PESSOA, 1985, p. 38.

³²⁹ A esse respeito, vide: CARPINTERO (1998).

³³⁰ PORTO, Sérgio. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília. Arquivo Público do Distrito Federal. 1989. 45 p.

superquadras passaram a ser quadras dos órgãos públicos – quadra do Banco do Brasil, da Câmara, do Itamaraty, do Exército – o que determinou uma categoria muito especial de segregação espacial: a segregação em função do local de trabalho.

Em Brasília, até recentemente, era comum identificar-se as pessoas a partir da quadra em que moravam³³¹ quem morava na 103 Norte era militar, quem morava na 315 Norte era funcionário do Banco do Brasil e assim por diante. Em algumas quadras, inclusive, era possível saber, pelo bloco residencial, qual o posto que o funcionário ocupava em determinado órgão ou mesmo sua patente, no caso dos funcionários militares. Disso resulta, no imaginário local, uma indissociável relação entre local de moradia – quadra e bloco – e identificação pessoal. Aqui, o “você sabe com quem está falando?”³³² traduziu-se durante muito tempo na forma do “eu moro no Bloco G da 102 Norte”, o que subliminarmente informa, “meu pai é general do exército”. A segregação funcional organizada em Brasília foi, na opinião de Sérgio Porto, um dos mais sérios problemas promovidos pelas alterações filosóficas sofridas pelo projeto da cidade.

O IAPI ficou com uma quadra, o Banco do Brasil ficou com uma quadra (...) e aí começou uma cristalização... errada, que não é a proposta pelo plano, de moradores do Banco do Brasil, de moradores do Senado, de moradores do Itamaraty, (...) classe A, B, C, não sei o quê (...). Poderiam conviver perfeitamente (...) apartamento de dois quartos, apartamento de três quartos (...). Sem haver promiscuidade, o senador podia morar aqui, o chofer podia morar aqui... e o filho do senador e o filho do chofer (...) iam conviver na mesma área, na mesma igreja, talvez no mesmo colégio (...). Quer dizer, (...) esse convívio (...) de pessoas diferentes (...) e a cidade não teria nenhuma diferença. (...) Não teria bairro sul, não teria lado sul, lado norte, bairro chique, bairro isso, bairro aquilo. Isso era uma coisa perfeitamente factível, (...) não é utopia nenhuma, não é forçar a barra, não é nada. (...) O fato é o seguinte: (...) uma vez adotada a decisão que tá errado, é fazer blocos todos no mesmo lugar pras mesmas pessoas, criando quistos na cidade que não era pra ter... não era pra ser assim³³³

³³¹ Atualmente, essa prática está gradativamente enfraquecendo em virtude da abertura das superquadras para ocupação de pessoas que não sejam funcionárias de um mesmo órgão público; da mobilidade espacial decorrente dos processos migratórios que trazem muitas pessoas para a cidade e vice-versa; do crescimento vegetativo da população, que implica em que os adultos jovens que constituem família busquem moradia fora da casa dos pais; das aposentadorias, que fazem com que muitos funcionários que viviam em imóveis funcionais sem serem proprietários passem a morar em outras áreas da cidade quando perdem o direito à moradia funcional. Mesmo assim, vários entrevistados apontaram espontaneamente – dada a inexistência de qualquer questão diretamente relacionada a esse tema – a atualidade da identidade social em Brasília por meio do local de moradia.

³³² A respeito do uso dessa expressão na cultura popular brasileira, vide: DaMatta (1990).

³³³ PORTO, Sérgio. *Depoimento – Programa de História Oral*. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 45 p.

Atualmente, com o arrefecimento gradativo da segregação corporativa das áreas habitacionais – decorrente, sobretudo, da aposentadoria de muitos funcionários antigos e da venda de inúmeros imóveis funcionais – e com a imensa disparidade socio-econômica existente entre Brasília e as outras cidades do Distrito Federal, aquela identidade territorial que antes indicava o órgão a que se pertencia e o posto que se ocupava no mesmo, passa a dar lugar a algo mais característico do Brasil urbano, que são as identidades territoriais indicativas de uma condição de classe.

O “outro” não é mais identificado apenas ou primordialmente como o morador da quadra ao lado. Este, se ainda se apresenta como ameaça, e principalmente para aquelas pessoas, em geral os jovens, que praticam o espaço da quadra – teoricamente público – como um território privado, simbolicamente fechado, no interior do qual, em sua concepção, não se deveria entrar a menos que se fosse autorizado. As gangues – rotulo auto-atribuído por alguns dos grupos de jovens residentes em superquadras do Plano Piloto – atuam, nesse contexto, como um recurso interativo de reforço a uma identidade grupal atomizada e territorialmente fixada. O que está em disputa quando as gangues brigam pela demarcação de territórios privados no espaço público não é tanto o espaço em si, porque esse, sendo público, é de uso e acesso livre a quem quer que seja. O centro da disputa é o poder de apropriação da coisa pública, e o direito à segregação social por meio do espaço – disputa que, muitas vezes, excede os limites do espaço propriamente material e atinge espaços simbólicos, como o espaço das relações interpessoais de amizade ou namoro, por exemplo³³⁴. Trata-se, evidentemente, de uma luta por diferenciais de poder³³⁵ – quanto mais poderoso o grupo, tanto maior será a possibilidade de resguardar seu território das “invasões” alheias. Essa luta tem como armas tanto os *sprays* utilizados para pichar as

³³⁴ “Se uma menina namora com um outro cara e pertence a uma turma ou um grupo, namora com o cara, ela tem que ter aprovação assim do pessoal, senão, não acontece, sabe” (Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos, falando a respeito das relações afetivas inter-gangues em Brasília. Entrevista realizada em 24/10/2002).

³³⁵ Falando a respeito das pichações de edifícios e monumentos das grandes cidades, José de Souza Martins afirma: “Raramente se pode reconhecer nelas uma palavra com sentido. No geral, são sinais de compreensão hermética acessível apenas às gangues juvenis. Nessas pichações se escreve o nada. A escrita é nesse caso um rabisco, um sinal do signo, documento do híbrido, mas, sobretudo, do inconcluso e da superficialidade do moderno representado pelo tubo de tinta e as possibilidades de seu uso doméstico ou artístico. Apenas demarcação de território, de posse e mando simbólicos. Há aí, sem dúvida, expressão de uma vontade de poder e, ao mesmo tempo, reconhecimento da própria impotência em face da modernidade que exclui e deprecia quem não tem acesso a ela e nela não está” (MARTINS, 2000, p. 44/45).

siglas de cada gangue e, desse modo, demarcar simbolicamente seus territórios de domínio quanto paus, correntes, muchacos, canivetes, soqueiras e revólveres³³⁶

Para uma das entrevistadas, a intolerância com a diferença terminou sendo o resultado mais cruel da forma segregada como se deu a ocupação do espaço urbano em Brasília.

Eu acho que (...) o jeito que Brasília foi construída favoreceu isso um pouco, porque é tudo tão setorizado, tão demarcado. E quando eu vim para cá isso era muito mais evidente. (...) Era a quadra do Ministério das Relações Exteriores, o bloco do Ministério das Relações Exteriores. Então acho que qualquer coisa que saísse um pouco daquele comum era motivo de você afastar, repelir. Eu acho que isso contribui pra essa quase guerra (...) de territórios. (...) Em outras cidades, a gente vê uma mistura maior. (...) É claro que tem os bairros de classe rica, onde só tem gente rica e tal, mas ele é acessível, as pessoas passam por ali, de alguma forma, de ônibus, elas transitam. Então, uns aprendem a conviver, a tolerar o outro. Em Brasília as pessoas são intolerantes com qualquer diferença, sabe. Não precisa nem ter diferença de classe³³⁷.

A despeito das gangues de adolescentes que ainda brigam por delimitar “seu” espaço dentro da cidade, identificando-no a quadra ou a unidade de vizinhança em que residem, e possível notar que o divisor de identidades socio-espaciais tem migrado gradativamente de cada superquadra especificamente para a cidade de Brasília como um todo – esta, evidentemente, identificada de forma positiva em função de algumas de suas áreas internas, que no imaginário local espelham a cidade em sua totalidade³³⁸. Hoje em dia, para reforçar uma identidade de classe por meio do espaço, não é mais necessário a pessoa anunciar que reside na 302 Norte, por exemplo. Basta que ela diga que mora no Plano Piloto – Asa Norte ou Sul –, nos Lagos ou até mesmo no Setor Sudoeste. Essas referências são mais que suficientes para reforçar, por meio do espaço de moradia, um diferencial de classe que é, igualmente, um diferencial de poder. É evidente que o endereço no interior dessas referências mais amplas ainda faz-se reconhecer – para o morador de Brasília, uma coisa é morar na QI 05 do Lago Sul, outra é morar na QI 29, uma coisa é morar na 102

³³⁶ Vide em anexo mapa das gangues de Brasília e reportagem do jornal o Correio Braziliense a respeito de tentativa de homicídio em disputa por território.

³³⁷ Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos, falando a respeito de possíveis traços culturais brasilienses. A entrevistada afirma que identifica o jovem brasiliense como sendo violento, uma pessoa que gosta de brigar e bater nos outros até matar. Entrevista realizada em 24/10/2002.

³³⁸ A esse respeito, vide: Pesavento (1999).

Sul, outra a morar na 416 Sul³⁹. Mas para fins de identidade social imediata, o simples fato de se morar na cidade de Brasília e suficiente para reforçar o pertencimento a uma classe média com aspectos e pretensões de elite.

Outro dia eu tava conversando com um colega de trabalho e falei que tinha comprado um pequeno apartamento. Ele falou, "você comprou aonde?". Eu disse, "ah, comprei lá no Guarã". "Por que você fez isso?" "Porque aonde você mora aqui em Brasília, você dá o seu endereço, as pessoas já te qualificam. E é verdade. Então se eu falo que eu moro na Asa, no Sudoeste, as pessoas já me vêem de uma outra forma, porque eu penetrei num espaço melhor"⁴⁰.

Você vê alguns moradores do Plano Piloto, especialmente na Asa Sul, que tentam demonstrar que uma coisa é morar nas 400, uma coisa é morar nas 200, nas 100 e nas 300. (...) Em Brasília, (...) você quer saber quem é a pessoa, pergunta onde ela mora. (...) Tanto assim, que eu vejo em reunião de condomínio, (...) quando se discute que esta muito caro, e algumas pessoas falam assim abertamente, "olha, pobre tem que morar na Ceilândia ou Samambaia. Se não dá para morar aqui, vai embora"⁴¹.

E possível afirmar que o transcurso histórico da cidade de Brasília vem desenhando um contexto urbano cada vez mais aproximado daquele espaço social estratificado, marcado por valores individualistas e privatistas, a que o projeto modernista pretendia superar. Para Holston³⁴², diferentemente do que pensa o arquiteto Sérgio Porto, o que compromete o projeto modernista não é a subversão sofrida pelo plano original de Brasília quando de sua construção, mas sim sua própria miopia em enxergar a sociedade como sendo subordinável a imperativos espaciais, determinados por uma ordem urbanística arbitrária, cujo alicerce racional encontra-se, em grande medida, na negação das bases históricas e culturais que dão sustentação a toda vida social capitalista, em geral, e a vida

³⁹ A QI 05 é uma das quadras mais valorizadas do Lago Sul, enquanto a QI 29 era, até recentemente, quando da construção da Ponte JK sobre o Lago Paranoá, pouco valorizada por ser considerada demasiado longínqua. No caso das Asas Sul e Norte, as quadras 400, por sua tecnologia construtiva, pelo tamanho dos apartamentos e pela aparelhagem urbana das quadras são menos valorizadas do que as quadras 100 e 300, sendo que quanto mais distante estiver a quadra do eixo central da cidade menor será sua valorização imobiliária, de modo que as quadras 16 tendem a valer sempre menos do que as 02.

⁴⁰ Mara, 37 anos, nascida em Colatina-ES e moradora do Distrito Federal há 32 anos, há 30 anos morando no Guarã. Entrevista realizada em 04/10/2002.

⁴¹ Sérgio, 38 anos, nascido no município de Brasília, morador do Guarã. Entrevista realizada em 25/10/2002. O entrevistado cita como exemplo, o caso de uma jovem que estudava em um importante colégio particular de Brasília e não dizia o número do telefone da sua casa para o namorado – morador do Lago Sul –, para que ele não descobrisse que ela morava no Núcleo Bandeirante.

⁴² Holston (1993).

social brasileira, em particular. Não parece surpreendente que o projeto modernista que forçava uma convivência “irmã” entre membros de classes sociais distintas e tornava coletiva uma importante fonte de riqueza capitalista – a terra urbana – fosse subvertido em algum momento de sua trajetória, uma vez que a sociedade para a qual o mesmo foi pensado e, antes de mais nada, uma sociedade de classes em permanente estado de luta. Uma luta que se dá no e pelo espaço e que se produz tanto no interior das grandes estruturas de poder – o Estado e as corporações de negócio de qualquer natureza – quanto nas microteias de poder que se tecem na esfera do cotidiano³⁴³

A cidade capitalista – esquematicamente pensada como a resultante da combinatoria espaço/sociedade de classes – impõe, de imediato, ao menos dois grandes elementos restritivos ao conteúdo revolucionário do projeto modernista. Por um lado, dada a prevalência dos interesses econômicos dos grupos dotados de maior diferencial de poder sobre os grupos menos poderosos, a cidade capitalista tem sua ocupação e seu uso espaciais orientados em favor da segregação social. A tendência, nessa cidade, é a de que as classes misturem-se cada vez menos, formando bairros, setores, anéis³⁴⁴ ou outros tipos de enclaves que representem espaços de exceção. Para isso, atua conjuntamente uma série de mecanismos de mercado – dentre os quais merece destaque a especulação imobiliária – que, além de outras consequências, limitam a demanda solvável³⁴⁵ das terras urbanas em certas localidades, lançando as populações “indesejadas” para áreas apartadas da cidade, no caso brasileiro, tradicionalmente as periferias, as favelas e os cortiços³⁴⁶. A concepção de uma cidade capitalista sem comercialização privada da terra e, pois, algo que tende a enfrentar consideráveis rejeições e pressões por parte dos grupos economicamente fortes, que têm na terra urbana uma fonte real de enriquecimento

³⁴³ A respeito de uma concepção de poder que se embrenha sem face no interior do tecido social, vide: Foucault (1977; 1979).

³⁴⁴ A esse respeito, vide: Burgess (1925).

³⁴⁵ Segundo Ribeiro; Pechman (1985), a chamada demanda solvável de um determinado produto é composta exclusivamente pelos consumidores que podem pagar por seu preço no mercado, havendo, logicamente, uma relação inversa entre o preço e esse tipo de demanda.

³⁴⁶ A respeito da discussão sobre os mecanismos de mercado, de Estado e da própria comunidade urbana em favor da segregação socio-espacial na cidade, vide, dentre outros: Ribeiro (2000); Ribeiro e Santos Júnior (1994); Ribeiro e Azevedo (1996); Engels (1988); Kowarick (1988, 1993); Lefebvre (1969); Bógus e Wanderley (1992); Gonçalves (1995); Davidovich (1984); Gottdiener (1993); Lojkine (1981); Moises (1985); Oliveira (1987); Schmitt e Farret (1986); Silva (1997a).

Por outro lado, sendo a cidade capitalista o espaço de uma sociedade de classes em luta, é factível que as visões de mundo³⁴⁷ dominantes – que orientam valores, crenças, preconceitos, medos, preferências, afinidades e comportamentos individuais ou coletivos – tendam a convergir no sentido de uma reafirmação cotidiana das hierarquias sociais que se expressam sob a forma das classes em confronto, no todo ou em seus sub-estratos. Essas visões de mundo, bem como as estratégias e táticas do viver a elas associadas tendem a resultar em constantes arranhaduras na imposição arbitrária de uma vida coletiva que nega não apenas a hierarquia de classes, mas também o próprio individualismo característico da estrutura de personalidade do homem moderno³⁴⁸

Esses dois movimentos conservadores da ordem capitalista – cujos agentes diretos são, de um lado, os grupos econômicos interessados na terra urbana como negócio e, de outro, aqueles cidadãos interessados em manter seu *status quo*, quando não em alterá-lo em favor de uma ascensão na hierarquia social – têm como aliado o próprio Estado, que atua de forma pendular ora como agente direto, ora como agente oculto em favor da subversão àquilo que o projeto modernista apresenta como risco potencial de alteração estrutural nas lógicas econômica e social capitalista.

No caso de Brasília, o papel do Estado é notório. Desde as alterações impostas à proposta original da cidade, passando por concessões de ocupação que comprometem o sentido de priorização do público sobre o privado no espaço urbano, até os atos evidentes de omissão às mais diferenciadas formas de privatização do espaço público, é possível notar a mão (in)visível do Estado agindo para trazer Brasília gradativamente para o padrão de urbanidade capitalista que seu projeto utópico pretendia negar.

Como dito anteriormente, todavia, o Estado não se encontra isolado nesse movimento conservador da ordem capitalista. Parcela importante da responsabilidade por alterações graduais na proposta espacial original de Brasília – a proposta de uma cidade onde os interesses coletivos no uso do espaço público sobrepor-se-iam aos interesses individuais³⁴⁹ – cabe a seus próprios moradores, atores que, dispostos de uma lógica social e econômica

³⁴⁷ A respeito do conceito de “visão de mundo”, vide: Weber (1967).

³⁴⁸ A respeito da questão da estrutura de personalidade dos homens no interior das sociedades civilizadas, vide: Elias (1993). A respeito da questão do individualismo na sociedade moderna, vide: Sennett (1988); Durkheim (1987); Dumont (1985).

³⁴⁹ Vale notar que o modelo de uso do solo proposto para Brasília por Lucio Costa quando da construção do espaço da cidade – abertura de pilotis, estacionamentos abertos ao uso público, proibições as ações restritivas a circulação pedestre nas áreas públicas – não se repete no restante do Distrito Federal.

classista, usufruem da omissão do poder publico e, a seu modo, conforme seus proprios interesses, reconstroem a cidade dando-lhe a feição que melhor lhes interessa individual e/ou coletivamente. Assim é que, aos poucos, conforme os moradores de Brasilia percebem que as cobranças do poder publico se aplacam, vão sendo sinalizadas ou cercadas vagas privativas de estacionamento nos predios residenciais ou comerciais; começam a se espalhar, como uma especie de "cultura paisagística", as cercas vivas (comparação entre as imagens 31 e 32) ao redor dos edificios residenciais e comerciais, constrangendo o pedestre e restringindo seu acesso ao interior dos pilotis, abundam os condominios particulares, fechados por grades e guaritas (imagem 33), muitos dos quais localizados em terrenos irregulares de patrimônio publico, cresce a quantidade de ocupações privadas irregulares das coberturas coletivas dos edificios comerciais ou residenciais; e começam a despontar, discreta porem emblematicamente, as guaritas para fechamento de ruas inteiras, como o que se verifica na Península dos Ministros, no Lago Sul (imagem 34), bem como o cercamento dos pilotis, como o que ocorre nos blocos militares da 303 Norte (imagem 35).



Imagem 31 (acima)
Cerca viva limitando acesso a edifício residencial – 304 Norte.



Imagem 35 (acima)
Cerca fechando entrada de prédio residencial – 303 Norte



Imagem 32 (acima)
Edifício residencial sem cerca viva – 403 Norte



Imagem 33 (acima)
Condomínio fechado no Lago Sul



Imagem 34 (acima)
Guarita na entrada da Península dos Ministros no Lago Sul

As estratégias cotidianas que o homem comum utiliza para a privatização do espaço público no contexto urbano brasileiro, inclusive Brasília, a despeito de serem retoricamente justificadas pelo medo da violência³⁵⁰, têm como motor imaginário algo que antecede – e, em certos aspectos, determina – a violência urbana nacional: o fosso existente entre as classes sociais e sua manifestação hierarquizada nas formas de ocupação do espaço. A histórica distância entre ricos e pobres no Brasil, vinda dos tempos coloniais e preservada com zelo nos séculos que se seguiram a colonização, não se aplaca com o surgimento e a expansão das chamadas classes médias urbanas, sobretudo quando se consideram seus setores economicamente mais poderosos, dentre os quais merece destaque a alta burocracia de Estado, muito expressiva no contexto de Brasília. Tradicionalmente, os estratos superiores da classe média aproximam-se financeira e imaginariamente muito mais da elite nacional do que dos estratos inferiores da própria classe média e das chamadas classes subalternas ou populares. Em virtude dessa dupla proximidade – real e imaginária – a visão de mundo que orienta a auto-imagem dos estratos superiores das classes médias urbanas brasileiras tende a reforçar sua identidade frente às elites nacionais por meio da negação às classes populares. Na relação “nos”/“eles” que traduz as identidades sociais, o “nós” da classe média incorpora-se às elites, enquanto o “eles” nega as classes subalternas³⁵¹.

A auto-representação da classe média alta – por vezes extensiva também aos estratos médios da classe média – que a coloca como parte da elite nacional constitui-se em importante recurso imaginário na orientação das leituras que os membros dessa classe fazem do fenômeno da violência urbana, entendido em termos de seus agentes e das formas de auto-proteção que se encontram disponíveis para o cidadão comum. A violência, lida preferencialmente como a violência criminal – assaltos, seqüestros, homicídios

³⁵⁰ “[Brasília é uma cidade violenta]. (Silêncio). *Esta. É o que a gente tá ouvindo. Então, quer dizer, o que eu ouço e que Brasília tá violento. [A senhora preferiria, hoje, que sua casa fosse em um condomínio fechado?] Ah, sim, sem nenhuma dúvida. Nenhuma dúvida. Só por segurança, porque eu gosto de ser livre e seja como for um condomínio não é... mas, por segurança eu gostaria muito. [E a possibilidade, talvez, de fechar a rua com uma guarita]. Ah, adoraria, nossa. Dá mais confiança, né. Somente por questão de segurança.* (Raquel, 54 anos, nascida em Rio Claro-SP, moradora de Brasília desde 1970, atualmente residente no Lago – Entrevista realizada em 25/11/2002).

³⁵¹ Andre, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos, a respeito da identidade social dos estratos superiores da classe média, relata um episódio onde seus colegas de estágio no Senado Federal tratam por “eles” – em uma oposição “nos”/“eles” – os trabalhadores sem terra que participavam de uma manifestação em frente ao Congresso Nacional. *“Quando teve a marcha dos cem mil, eu vi eles falando assim ‘cê viu eles? Olha lá eles’ e o tanto deles” (...). E eu fiquei estranhando, falei, ‘caramba, não tem identidade, não tem identificação nenhuma, eles são outros!’* Entrevista realizada em 04/11/2002.

decorrentes de atentados ao patrimônio privado etc. – e muitas vezes, de acordo com o universo representativo daqueles que estão material e simbolicamente apartados das classes populares, um fenômeno derivado da pobreza, da ignorância, da miséria, de tudo aquilo que não pode ser encontrado senão fora – e abaixo – de sua própria classe social. A pobreza – indistintamente associada a toda e qualquer posição social hierarquicamente inferior aquela do agente da representação – é, de imediato, vista como perigosa, violenta, ameaçadora. Separar-se, ou melhor, apartar-se³⁵² dos pobres – sejam eles quem forem – e, pois, para os agentes desse tipo de representação, menos um ato de preconceito ou de segregação social que uma medida preventiva contra a violência enxergada em termos de seus agentes potenciais.

Se o temor a violência autoriza certos estratos sociais a desenvolverem a imagem de um “outro” perigoso, logo passível de sanções preventivas de vigilância e isolamento³⁵³, e ainda legítima que esse “outro” seja indiscriminadamente identificado como uma categoria demasiado genérica para comportar quaisquer delimitações racionais – o “pobre” – é, pois, possível afirmar que o que se esconde por trás de grades, muros, guantás, cercas, cães de guarda, câmeras ocultas, vigilantes profissionais e outras medidas de segurança patrimonial não é, evidentemente, apenas o temor à crescente e assustadora violência urbana brasileira. Esses recursos defensivos são, igualmente, estratégias de isolamento e manutenção da exceção e dos diferenciais de poder no espaço da cidade, da segregação espacial das classes sociais derivada de uma lógica que admite e reforça a estrutura de uma sociedade não apenas dividida em classes, mas hierarquizada em termos delas. A violência e antes – ainda que não apenas isso – a alegoria que legitima a exclusão.

Há muitos, há muitos. (...) Não havia. Eu acho que acentuou (...) de dez anos pra cá. (...) Eu lembro até que as pessoas falavam assim, viam aquelas famílias inteiras na rua, as crianças, (...) gente que migrou pra cá. ai as pessoas falavam assim: “é, agora a gente olha essas carinhas, daqui

³⁵² Cristovam Buarque desenvolve importante reflexão a respeito da segregação social contemporânea no Brasil, a qual trata pelo título de *apartação social*. A esse respeito, vide: Buarque (1997 e 1994).

³⁵³ Nascimento (1994a; 1994b; 1994c; 1995) discute o conceito de exclusão social apontando para os aspectos relativos às representações que os agentes da exclusão elaboram sobre as populações que eles próprios excluem. Quando essas representações encaminham-se para uma negação de condições similares de humanidade e cidadania entre o agente da representação e aqueles que são seus alvos, os primeiros se autorizam a diversas medidas de apartação, dentre elas, inclusive, o extermínio físico daquele que é considerado ameaça. Daí porque deve-se salientar que o isolamento e o cercamento são estratégias mínimas de preservação dos espaços de iguais, ou espaços “purificados”, podendo haver outras medidas muito mais extremas. A esse respeito, vide, também: Silva (1997a).

*dez anos nos vamos morrer de medo dessa gente – Lembro disso. Chegou dez anos. Parecia que era longe, né, falar dez anos. Parecia que tava tão distante*³⁵⁴.

O caso de Brasília é bastante emblemático do papel que o ator social, orientado imaginariamente pelas formas como vive e representa o mundo, exerce na construção cotidiana do espaço da cidade, subvertendo as imposições de Estado naquilo que porventura possa ferir seus interesses pessoais e/ou coletivos na luta por manutenção e/ou expansão de diferenciais de poder. Em Brasília, a utopia de uma espacialidade pública, aberta e democrática vem se deteriorando em uma nítida e direta relação com o crescimento da violência tanto em termos reais – aquela violência diretamente presenciada pelo praticante da cidade ou a ele informada por incontáveis fontes de comunicação – quanto em termos potenciais – a saber, o “risco” imaginário representado pelas populações pobres que se acumulam nas franjas da capital e que são, hoje, parte orgânica da paisagem humana de Brasília, pois ocupam cotidianamente a cidade para fins de trabalho, estudo, consumo etc., quando não para perambular e pedir esmolas nas portas dos supermercados, nos sinais de trânsito, nas calçadas.

Muitos entrevistados, a despeito da variedade de representações sobre o tema³⁵⁵, atestaram o crescimento da violência em Brasília, entendendo Brasília ora como todo o Distrito Federal, ora como o Plano Piloto, ora como apenas as cidades-satélites. Para alguns, a violência ainda não chegou de fato à cidade de Brasília, apesar de ser inconteste nas cidades-satélites. Para outros, nem mesmo Brasília foi poupada daquele que é um fenômeno que marca a história social recente do país. Há quem se sinta plenamente seguro vivendo em Brasília e há quem tema hoje o que não costumava temer há alguns anos atrás. De todo modo, a percepção de que a violência no Distrito Federal como um todo agravou-

³⁵⁴ Raquel, 54 anos, nascida em Rio Claro-SP, moradora de Brasília desde 1970, atualmente residente no Lago Sul, refletindo sobre a afirmação “Há poucos pedintes em Brasília”. Entrevista realizada em 25/11/2002.

³⁵⁵ Não há um consenso na percepção da questão da violência em Brasília entre os entrevistados. Quando solicitados a expressarem sua opinião a respeito da afirmativa “Brasília é uma cidade violenta”, os entrevistados apresentaram visões completamente antagônicas sobre a temática. A maioria disse concordar com a afirmativa, sendo que somente dois entrevistados admitiram concordar plenamente com a mesma. Em todos os casos em que se admitiu total ou parcialmente que Brasília é uma cidade violenta, os comentários das repostas apontaram para uma percepção ampliada da geografia da cidade, a qual passou a incluir as cidades-satélites e, em alguns casos, inclusive o Entorno. Por outro lado, aqueles que entendem que Brasília não é uma cidade violenta partem de uma percepção menos ampliada da geografia da cidade para afirmar que não há violência significativa no Plano Piloto, apesar de terem consciência de que as cidades-satélites e o Entorno são regiões urbanas marcadas por grande violência.

se nas últimas décadas e generalizada e parece indicar subliminarmente um outro fenômeno igualmente inquestionável: o crescimento das populações “pobres” que vivem nos arredores da cidade³⁴⁶

Como demonstra Holston³⁴⁷, as cidades-satélites não faziam parte do planejamento original de Brasília e sua criação sempre esteve vinculada a resolução de problemas urbanos não planejados, como ocupações irregulares das terras urbanas pelas populações trabalhadoras que não encontravam espaço oficial de inserção na cidade planejada. Desse modo, como anexos semi-urbanos responsáveis por abrigar as sobras humanas do Plano Piloto, surgiram Taguatinga, Sobradinho, Núcleo Bandeirante, Guará, Planaltina, Ceilândia, Gama e Brazlândia, aquelas que durante muitos anos foram as únicas cidades-satélites do Distrito Federal. Nas duas últimas décadas, porém, a população do município de Brasília passou a conviver com um novo afluxo populacional das classes subalternas, o qual se reverteu, novamente, como já se tornara praxe na capital federal, inicialmente em favelas e ocupações clandestinas, em seguida, em novos assentamentos e, posteriormente, em outras cidades-satélites – dessa vez, mais deficitárias e pauperizadas do que aquelas primeiras que já se haviam estruturado no decorrer de suas mais de duas décadas de existência (vide quadros 02 e 03 em anexo).

Atualmente, a população do município de Brasília é composta por 84,4% de pessoas que moram nas cidades-satélites e apenas 15,6% que moram na cidade de Brasília³⁴⁸. Há, oficialmente, 19 Regiões Administrativas no Distrito Federal, sendo que dessas, segundo os termos analíticos do presente estudo, 15 compõem cidades-satélites, enquanto quatro formam a cidade de Brasília. A presença de tantas cidades-satélites – e em seu interior, de tantas pessoas pertencentes às classes inferiores na hierarquia social – e indubitavelmente um dos elementos que mais tem contribuído para a formação de um imaginário local sobre

³⁴⁶ Alguns entrevistados mencionaram espontaneamente a existência de uma correlação direta entre as administrações do atual governador do Distrito Federal – Sr. Joaquim Domingos Roriz – e os crescimentos do número de cidades-satélites no Distrito Federal e das populações pobres tanto nos arredores quanto dentro de Brasília. Quando solicitados a opinar a respeito da afirmação “Há poucos pedintes em Brasília”, alguns entrevistados disseram haver muitos pedintes atualmente por culpa, segundo eles, da política de distribuição de lotes do atual governador – que se encontra, no momento, em seu terceiro mandato no cargo – que teria sido responsável por estimular uma migração desmedida de populações pobres para o Distrito Federal, sem que houvesse oferta correspondente de emprego para as mesmas e sem que o Estado assumisse a responsabilidade pela infra-estrutura urbana nos assentamentos. Alguns entrevistados associam não apenas a mendicância, mas igualmente o crescimento da violência urbana no Distrito Federal às ações assistencialistas do governador.

³⁴⁷ Holston (1993)

³⁴⁸ Fonte: IBGE (2002).

a violência e sua ligação direta com a questão da pobreza. De fato, hoje em dia, o município de Brasília convive com uma violência que é muito mais significativa do que aquela existente no Distrito Federal quando este reunia pouco mais que uma centena de milhares de habitantes. Em um país marcado por tantas desigualdades sociais e recentemente invadido pelo narcotráfico e pelo crime organizado, dificilmente um conjunto urbano com as características de Brasília ficaria isolado da onda de violência criminal que assola todo o território nacional, em especial as grandes e médias cidades.

Por outro lado, aqueles que viveram o nascimento de Brasília, bem como aqueles adultos jovens que são os primeiros “filhos” da cidade, acostumaram-se a viver em um universo social demasiado confortável porque homogêneo e socialmente ordenado. Viviam em unidades de vizinhança com seus iguais, trabalhavam e compartilhavam o espaço público com eles. Não havia um “outro” socialmente significativo em termos de hierarquias de classe, daí o “outro” ter sido por muito tempo reconhecido exclusivamente no frequentador de “outras praias” – o funcionário de outro órgão, morador de outra quadra, estudante de outra escola etc. O crescimento recente das cidades-satélites oriundas de assentamentos pobres, bem como o crescimento populacional de todas as cidades-satélites de um modo geral contribuiu para uma alteração estrutural da relação “nós”/“eles” em termos espaciais. Esse duplo crescimento tanto reforçou um conflito identitário antigo, porém pouco significativo anteriormente, entre “Brasília”/“cidades-satélites”, como amplificou o medo do “outro”, contribuindo para incrementar as estratégias e táticas de defesa pessoal e coletiva materialmente expressas por vigilância, cercamento, privatização e controle e, socialmente, pelas formas de isolamento, desprezo, rejeição e invisibilidade que amplificam o espectro de frieza que a arquitetura do “silêncio social” prenuncia.

A SOCIEDADE DO SILÊNCIO

Partindo do entendimento teórico de que a cidade é a resultante das relações recíprocas entre espaço e sociedade urbanos, o presente estudo dividiu a análise do “silêncio social” de Brasília em dois momentos investigativos distintos: um primeiro, denominado *A arquitetura do silêncio*, onde o cerne das discussões encontrava-se na relação entre “silêncio social” e espaço urbano; e um segundo, *A sociedade do silêncio*, onde o núcleo analítico passa a se concentrar na relação entre “silêncio social” e sociedade urbana.

O que se pretende neste segundo momento analítico é, por um lado, discutir a relação representação social/interação/identidade – a qual circunscreve o entendimento dos processos representativos aqui investigados – e, por outro, reconhecer no interior dos processos micro-interativos – aqueles que desenham no cotidiano as táticas que delimitam fronteiras sociais, permissões, negações, ditos e não-ditos – aquilo que, concomitantemente, esconde-se e se explicita a primeira vista na dinâmica de vida de qualquer cidade: as características mais gerais de um modelo ou de padrões da sociabilidade local aos quais o senso comum nomeia generalizadamente como *cultura local* e que, no caso em questão, respondem pela produção de imagens que associam Brasília a um ou mais indicadores do “silêncio social”, a saber, “vazio”, “solidão”, “frieza”, “discriminação”, “dificuldade de interação social”, “individualismo”, dentre outros.

Muitas pessoas afirmam ter real dificuldade em viver em Brasília em virtude daquelas características que, como já discutido, encontram-se em parte relacionadas à morfologia da cidade e aos usos do espaço urbano local, os quais são conformados, dentre outras coisas, pela maneira como os grupos sociais – situados predominantemente nos estratos superiores da classe média – concebem o mundo e sua posição no interior do mesmo. A compreensão daquelas características atribuídas a Brasília – frieza, solidão, vazio, dentre outras – encontra sua gênese apenas parcialmente na questão do espaço. De outra parte, o centro explicativo para esse tipo de representação encontra-se na forma como os praticantes da cidade vivem e percebem a vida social local em sua dinâmica cotidiana; como se integram a determinados aspectos basilares dessa vida social e, em virtude do grau dessa integração – que é mais do que simples integração física, é, sobretudo, produção/reprodução/introjeção de valores, crenças, sentimentos e costumes – percebem com maior ou menor nitidez os

aspectos mais cruciais que permitem, a partir da categorização aqui desenvolvida, definir essa vida social como “silenciosa”.

A forma como cada praticante vive a cidade é distinta de caso para caso, além de ser distinta, também, no caso de um mesmo praticante quando observado de forma diacrônica, no transcurso de sua história pessoal. Disso resulta, como visto, que não há *uma* Brasília do ponto de vista das representações e do imaginário, mas sim tantas Brasília quantas a vida cotidiana, a memória e os desejos de cada praticante, associados às experiências de vida e a memória coletivas puderem conceber³⁵⁹ Como um mosaico³⁶⁰ que se forma à soma de cada peça diferente que a ele se acrescente, Brasília pode também ser imaginariamente construída pela apropriação abstraída da pluralidade que a compõe. Mais do que a um mosaico, porém, a cidade analiticamente desconstruída e reconstruída pelas imagens produzidas pelo praticante comum assemelha-se a um caleidoscópio, no sentido de que cada olhar, cada leitura, cada investidura pode conter sempre uma visão particular de uma realidade apenas aparentemente respondida, mas que, todavia, como toda e qualquer realidade social, contém a propriedade de poder ser lida de forma diferente por cada curioso, espectador ou praticante que a queira conhecer ou interpretar. Procurar-se-á compor aqui – a partir das imagens predominantes de Brasília segundo a representação dos informantes – uma imagem final, porém mutável posto que assemelhada a um caleidoscópio, capaz de espelhar as muitas variantes de sentido do “silêncio social” de Brasília na percepção daqueles que praticam a vida social local, pessoas para quem a cidade não é jamais um mero objeto exterior de observação, mas sim uma realidade vivida e a eles interiorizada.

³⁵⁹ “A cidade ideal, portanto, é para todos aquela que realiza nossos sonhos, concretiza nossos desejos. Neste sentido, uma cidade é sempre um singular/plural. Não há uma única cidade, mas tantas quantas podem os nossos olhos imaginários captar, desejar, vivenciar” (SILVA, 2002b, p.26).

³⁶⁰ Esta imagem de mosaico foi retirada de Becker (1994).

Capítulo VII

Cidade e representação



Foto: Dida Sampaio

“Da janela do meu quarto olho pra Brasília,
Os faróis dos carros brilham bem pra lá da Torre.
Lógica da arquitetura, lógica do mundo
E hoje ainda gosto de olhar pro mundo
Sem compreender o que meu olho encontra...”

Oswaldo Montenegro
(Janelas de Brasília)

Segundo o panorama resultante das entrevistas – considerada, evidentemente, a pluralidade de representações nelas contida – o padrão de sociabilidade que permite a identificação de uma “sociedade do silêncio”, caracteriza-se principalmente por: 1) sujeição das interações sociais a espaços institucionalizados, dada a inexistência de espaços liminares na cidade, 2) insulamento social em grupos constituídos, onde o ingresso de pessoas novas submete-se a dinâmica interna dos grupos e seus critérios de determinação de identidades e diferenças, aceitação e negação, 3) distância existente entre os mundos “de dentro” e “de fora” – seja na relação Brasília/cidades-satélites, seja em outra relação “nós”/“outros” qualquer – expressa pela aparência física, as posses, o “ter”, de um modo geral, e o jeito reservado, desconfiado, superficial ou discreto de ser e agir no espaço social externo aos grupos constituídos, e 4) sobreposição dos interesses individuais aos interesses coletivos – manifesto, como visto, nas distintas formas de apropriação individual do espaço da cidade, mas igualmente expressa em posturas interativas individualistas ou egoístas.

A ideia de uma “sociedade do silêncio” – identificável por meio da inter-relação entre os quatro elementos característicos do padrão de sociabilidade local – só pode ser compreendida por meio de um duplo entendimento. De um lado, faz-se necessário reconhecer a cidade como objeto de representação e, desse modo, tomá-la como uma cidade vivida, imaginada, recordada e desejada³⁶¹. Por outro lado, é importante considerar a cidade de Brasília, especificamente, como sendo uma cidade particular na forma como se constitui sua geografia humana, marcada não apenas por um tipo particular de estratificação social, mas também por um grande contingente de populações migrantes, determinante de uma relação identidade/representação especial.

Esses dois elementos interrelacionados ajudam a entender a inexistência de uma “sociedade do silêncio” consensualmente identificável por todos aqueles que vivem em Brasília. Não há essa sociedade ou essa cidade “silenciosa” para todos, porque a cidade, como qualquer objeto de representação, é produto do imaginário social, a saber da forma

Calvino (1994) trata a cidade como objeto subjetivo de representação, por meio da emoção, da memória e dos desejos dentre outros elementos da vivência humana.

como os homens reconstroem imaginariamente o mundo a partir de variadas formas de apreensão do real³⁶²

Este capítulo discutira brevemente as representações acerca da “sociedade do silêncio” – representações, ao mesmo tempo, distintas entre si em seus conteúdos explicativos, mas minimamente aproximáveis no que se refere à identificação de um substrato geral do tipo de sociabilidade hegemônico na cidade – por meio das temáticas *interação* e *identidade*, buscando compreender a diversidade de representações sobre Brasília pela consideração a gêneses distintas do processo representativo.

Representando a cidade vivida

A tarefa de pensar a cidade em que se vive – tarefa que cabe aqui aos entrevistados, por meio de suas representações sobre Brasília – é apenas em aparência uma tarefa banal, que se encontra ao alcance de todos simplesmente por pertencer ao universo das experiências diárias, logo, ordinárias. Pensar a sua cidade – para cada agente de representação – é pensar sua casa, seu chão, sua vida cotidiana. É refletir sobre um dia-a-dia nem sempre feliz como o idealizado e que, por vezes, repete-se inerte e avesso aos mais caros planos individuais. É tirar do baú algumas das mais íntimas memórias, memórias que remetem o agente da representação a tempos idos – sua infância, parentes e amigos queridos que se foram, antigos amores, outras cidades, eles próprios modificados pela inexorável força do tempo – memórias que hoje são vistas como felizes ou infelizes, boas ou ruins a proporção inversa da própria satisfação atual de cada um. Para o morador da cidade, pensar a cidade em que se vive e, enfim, refletir sobre sua própria existência nessa cidade, sua rotina, seus projetos, vitórias e decepções, seus amores, sua vida.

Como todo ato de representação, pensar a cidade e pensar não uma cidade genérica, igual para todos, mas uma cidade pessoal – a cidade que resulta das imagens, dos desejos e

³⁶² A Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1961) indica que a atividade representativa não consiste numa reprodução passiva do objeto dado, mas na sua reconstrução a partir de uma dada forma de contato com o real e de apreensão do mesmo. Essa é uma das mais importantes contribuições das representações sociais como recurso teórico-metodológico no estudo da cidade, a saber, a de indicar a multiplicidade de possibilidades representativas para um único objeto, o qual é, dentre outras coisas, um objeto complexo por definição e aproximado do agente da representação.

das memórias³⁰³ de cada um – e representar a si próprio a partir de sua representação³⁰⁴. Essa é uma tarefa inegavelmente subjetiva. A cidade sociológica – cidade vivida que não repete a cidade material dos planejadores – sobrepõe, no plano abstrato, emoção, imagem, desejo e memória. Ela não é importante para o homem comum por seu tamanho, sua força econômica, sua localização geográfica, sua divisão política. Para os homens e as mulheres que vivem em cidades, suas cidades são importantes – e por isso eles as imaginam e representam, dão-lhes sentido e inteligibilidade – porque elas lhes dão abrigo e abrigam, também, seus amigos e parentes queridos, seu trabalho, seu divertimento, suas decepções, seus desejos, enfim, suas vidas presentes, seu passado e todas as possibilidades mais imediatas para seu futuro.

A forma como as pessoas são recebidas pela cidade – sejam ou não seus filhos legítimos –, se têm amigos, moradia, trabalho, reconhecimento, diversão, e tantos outros indicadores de uma inserção social pensada amplamente também em termos materiais, e o pêndulo decisivo em seus sentimentos para com ela, sentimentos estes que orientam representações e ações. Quanto mais inserida – social e materialmente – estiver a pessoa e mais de acordo com seus sonhos – ou projetos pessoais – forem suas condições de vida em uma dada cidade, tanto maior a tendência de que essa pessoa represente a cidade de forma positiva, a saber, com olhos amplificadores de suas qualidades e redutores de seus possíveis defeitos, sobretudo aqueles relativos a seus aspectos sócio-culturais. Afinal, esses são os olhos com os quais o agente da representação enxerga a si próprio e a seu próprio estilo de ser e viver em sua cidade. Ao saber-se inserido, o praticante urbano tende a se sentir parte orgânica da cidade em que vive e a perceber que ela não lhe é exterior nem estrangeira: ela o povoa tal qual ele povoa a ela.

Prismas de representação: interação

Se o sentimento de inserção ou pleno pertencimento a um determinado universo social contribui para que as representações a seu respeito tendam a ser menos críticas naquilo que lhe caracteriza essencialmente, o inverso pode ser pensado quando aquilo que

³⁰³ A esse respeito, vide: Silva (2002b), Calvino (1990), Certeau (1994).

³⁰⁴ A esse respeito, vide: Andrade (1995).

orienta o processo representativo e o sentimento de exclusão total ou parcial da vida social. Viver confortavelmente – em termos estritamente materiais – em uma cidade sem amigos, sem vínculos sociais sólidos, sem apoio emocional da família, da vizinhança, dos próprios colegas de trabalho ou estudo, excluído, portanto, da dinâmica da vida social em suas dimensões mais microscópicas pode ser uma experiência emocional tão ou mais negativa quanto viver em uma cidade onde se possui fortes vínculos sociais, mas está-se excluído de seus benefícios materiais.

No caso das representações acerca de Brasília – representações que se polarizam entre defesa e acusação, amor e ódio – parece possível inferir que um dos elementos de gênese do processo representativo encontra-se nas relações inserção/exclusão, pertencimento/isolamento. Essas relações – tratadas por Elias e Scotson³⁶⁵, a partir de seus agentes, por meio do par estabelecidos/*outsiders* – são percebidas pelo praticante da cidade por meio das lentes do imaginário e informadas a esse pela combinatoria delicada entre as experiências atuais, a memória e os desejos.

A questão da exclusão social – com seu contraponto evidente, a inserção – deve ser pensada, no caso do presente estudo, a partir de um referencial que permita compreendê-la como uma ação de isolamento, de separação de indivíduos e grupos³⁶⁶, enfim, mas não necessariamente, como uma ação que se dá exclusiva ou mesmo prioritariamente sobre minorias³⁶⁷.

Por um lado – tomando a questão da exclusão a partir da dualidade de mundos sociais existente entre Brasília e as cidades-satélites, bem como sua demografia – tem-se que a imensa maioria da população do Distrito Federal vive fora de Brasília, em condições materiais consideravelmente inferiores aquelas que se tem em média na cidade, de forma pouco ou nada integrada a sua vida social. Nesse sentido, caso tome-se como referência analítica o Distrito Federal e caso considere-se válido argumentar em favor de uma

³⁶⁵ A esse respeito, vide: Elias; Scotson (2000).

³⁶⁶ Freund (1994) afirma que, em linhas gerais, pode-se dizer que a concepção de exclusão diz respeito ao ato ou ao processo de separar grupos ou indivíduos da comunidade ordinária em que se inserem. Em outras palavras, a base da exclusão encontra-se na idéia de produção de separações sociais.

³⁶⁷ Algumas discussões a respeito da exclusão social situam-se nos chamados grupos potencialmente excluídos, os quais, muitas vezes, definem-se como minorias sociais: homossexuais, moradores de rua etc. Há uma ampla discussão a respeito da pertinência do termo *minorias* para nomear certos grupos ou estratos da sociedade, como o caso de mulheres e negros, por exemplo. A respeito da relação exclusão/minorias, vide: Escorel (1999); Nasser (1996); Xiberras (1994).

exclusão das populações das cidades-satelites em relação a Brasília, deve-se falar, evidentemente, de uma exclusão da maioria – uma maioria que é composta tanto pelas populações pobres, tradicionalmente excluídas dos universos social e econômico capitalistas, quanto por excluídos não tradicionais, representados pelos inúmeros membros da classe média em seus estratos inferiores que moram nas cidades-satelites.

Por outro lado, em uma segunda acepção da questão da exclusão social em Brasília – que tenha como referência a exclusão frente aos processos internos de interação social, pensados em termos das relações de vizinhança, da formação de grupos de amigos e pares, dos relacionamentos afetivos, da estruturação de vínculos sociais sólidos ou superficiais – tem-se que também não é possível defini-la como a exclusão de uma minoria – menos ainda de um ou mais “grupos de minorias” específicos –, visto que sua disseminação microcosmica não permite que se reconheça de antemão os indivíduos ou grupos potencialmente isolados. Essa exclusão, que se dá mais no plano tático do que em um plano propriamente estratégico – a exclusão que, como indicam alguns depoimentos, consolida-se nos não ditos, no descaso, na indiferença, nos olhares de desprezo, no discreto gestual da superioridade, nas táticas delicadas de desqualificação do ‘outro como semelhante social, nas formas sutis e eficazes de adequar o outro ao *habitus*⁶⁸ local –, dada sua sutileza e, mais ainda, seu campo invisível de ação, será, evidentemente, sempre mais difícil de ser detectada em termos macro sociais do que aquela que se materializa – inclusive espacialmente – em macro processos inequívocos de diferenciação e apartação.

Naquela segunda acepção, a exclusão sai da esfera macro social e passa a pertencer ao universo microscópico das práticas interativas que se dão no dia a dia e só podem ser conhecidas por meio da experiência cotidiana de quem as vivencia como agente ou alvo, e da memória dos que experimentaram situações emocionalmente intensas de isolamento e

⁶⁸ O conceito de *habitus* é aqui entendido no sentido proposto por Bourdieu (1998), a saber, o conjunto das disposições duráveis resultantes da interiorização de normas, valores e crenças específicos a um determinado campo, que asseguram a cada campo específico uma autonomia relativa frente aos demais. Cada sociedade empírica – e a cidade de Brasília e aqui entendida como uma sociedade – configura-se como um campo social particular (ainda que inscrito em um corpo social maior), no interior do qual desenha-se um *habitus* próprio. Esse *habitus*, evidentemente, relaciona-se a disposições societárias mais gerais (relativas ao campo social no qual cada sociedade específica inscreve-se), mas apresenta particularidades que permitem sua identificação e sua diferenciação frente ao *habitus* de outros campos empíricos.

solidão¹⁰⁹, muitas vezes bem arquivadas pelo filtro que seleciona as recordações, a fim de não corromperem o caminhar lento, porém definitivo, dos processos de incorporação recíproca dos indivíduos ao universo social da cidade e vice-versa.

A ideia de que a incorporação social recíproca sociedade-indivíduo é lenta porém inevitável é mais bem compreendida por meio de alguns conceitos propostos por Norbert Elias para o estudo da vida dos indivíduos em sociedade. Para Elias³⁷⁰, toda autonomia do sujeito social encontra-se inscrita no corpo de um complexo sistema de entrelaçamento incessante e irredutível de seres individuais, no qual tudo aquilo que confere qualidade humana à substância animal dos sujeitos sociais, principalmente seu autocontrole psíquico e seu caráter individual, assume a forma que lhe é específica dentro e através de relações com os outros. A sociedade não é um somatório de consciências individuais que apenas compartilham um mesmo espaço físico, mas sim uma rede de interdependências³⁷¹, onde nem sua totalidade nem a forma assumida por cada um de seus componentes podem ser compreendidas em termos de um único indivíduo ou mesmo de todos eles isoladamente considerados. Cada indivíduo isolado, à sua maneira e de acordo com seu lugar e sua função na totalidade da rede, concorre, no corpo de um sistema de tensões, para constituir a forma que a rede assume a cada momento histórico particular. Cada indivíduo – a despeito

¹⁰⁹ Dos 16 entrevistados, a metade afirmou, em um ou mais momentos de seus depoimentos, que se sente ou já se sentiu solitário ou isolado em Brasília em virtude da dinâmica social local, do jeito de ser das pessoas, da forma de submissão das relações sociais a grupos fechados, do preconceito em relação aos moradores de cidades-satélites, dentre outras coisas. Vale notar que não houve uma pergunta direta a esse respeito e que, portanto, essas afirmativas surgiram espontaneamente no corpo das representações que os entrevistados apresentavam a respeito da cidade como um todo. Dos oito entrevistados que afirmaram sentir ou ter sentido solidão em Brasília apenas um é nascido no Distrito Federal – Jorge, morador do Riacho Fundo. Os outros sete são migrantes – três deles vivem no Distrito Federal há mais de vinte anos e quatro vivem aqui há menos de vinte anos. Dentre aqueles oito depoentes que não mencionaram terem se sentido solitários em Brasília – ou afirmaram categoricamente que isso jamais lhes aconteceu – , três são nascidos em Brasília e cinco são migrantes – quatro são migrantes antigos e um é recém-chegado à cidade.

Elias (1994a).

³⁷¹ A ideia de *rede* pressupõe a consideração ao conceito de interdependência por intermédio do qual Elias afirma a interdependência dos indivíduos em relação uns aos outros e em relação ao conjunto de todos eles, eliminando qualquer tentativa de supremacia dos indivíduos em relação à rede de funções a qual se chama sociedade ou mesmo desta em relação aos indivíduos. Para Elias, “a sociedade, com sua regularidade, não é nada externo aos indivíduos; tampouco é simplesmente um “objeto” “oposto” ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz “nos”. Mas esse “nós” não passa a existir porque um grande número de pessoas isoladas que dizem “eu” a si mesmas posteriormente se une e resolve formar uma associação. As funções e relações interpessoais que expressamos com partículas gramaticais como “eu”, “você”, “ele”, “ela”, “nos” e “eles” são interdependentes. Nenhuma delas existe sem as outras. E a função do “nos” inclui todas as demais” (ELIAS, 1994a, p. 57).

de se constituir em uma unidade em si próprio, ter uma posição e uma forma singular no interior da rede – modifica-se quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira³⁷²

E devido a forma recíproca e interdependente como os indivíduos se relacionam na rede social que se pode compreender como os desejos, a estrutura instintiva e de pensamento e até mesmo os tipos de individualidade variam de uma sociedade para outra, ou no interior de uma mesma sociedade com o passar do tempo. Valores, crenças e práticas sociais emanam dos indivíduos e são concomitantemente reproduzidos e alterados por seus próprios criadores. A microdinâmica desse processo permanente³⁷³, que tem como palco a vida cotidiana³⁷⁴, não permite que se notem suas transformações com nitidez a não ser no decorrer do tempo, no curso dos processos históricos. Os próprios indivíduos não são capazes de perceber a descontinuidade intrínseca a determinados processos de mudança social ou pessoal, visto que essas mudanças são gestadas em si e incorporadas a sua estrutura psíquica concomitantemente a seu desenvolvimento individual e ao próprio desenvolvimento da sociedade a qual compõem. O indivíduo não assiste passivamente o mundo mudar como se este lhe fora exterior; ele participa dessa mudança, porque essa é uma mudança que ocorre também em si³⁷⁵.

³⁷² Elias (1994a).

³⁷³ A sociedade, dada sua *propriedade recíproca* – que lhe assegura, a partir de seu interior, que ela esteja em constante modificação, porque cada um de seus componentes, os indivíduos, modifica-se mutuamente e continuamente em relação aos outros – jamais pode ser vista como um produto acabado. Ela se encontra em perpetuo fluxo, em uma eterna mutação que resulta na mudança do todo em função de contínuas mudanças em suas partes. A esse respeito, vide: Elias (1994a).

³⁷⁴ A respeito das diversas abordagens teóricas do cotidiano, vide: Higgmore (2002).

³⁷⁵ No corpo conceitual da obra de Elias, a possibilidade de compreensão das descontinuidades históricas – tal como sugerido por Giddens (1991) – que não havia sido expressa pelos conceitos de *rede* e *interdependência* é resgatada por intermédio dos conceitos de *desenvolvimento* e *formação social*. O primeiro, porque confere um ordenamento ao fluxo contínuo da mudança social, bem como atenta para a necessidade deste fluxo ser tratado em termos de estágios, que seriam momentos sociais distintos de outros anteriores e posteriores. O segundo, por introduzir em um método diacrônico a possibilidade de uma leitura sincrônica dos contextos que, em função da idéia de desenvolvimento, resultam dos processos sociais não como mera mutação formal de configurações sociais anteriores, mas como originalidade. A originalidade das formações sociais não é apenas função da temporalidade que garante que o presente seja diferente tanto do passado quanto do futuro; ela também se apresenta de forma imediata, assegurando que cada configuração presente não repita outras existentes na contemporaneidade. A esse respeito, vide: Elias (1994a). No caso do presente estudo, quatro entrevistados – todos migrantes – comentaram espontaneamente, dada a inexistência de uma pergunta direta a esse respeito, sentir-se diferentes de como costumavam ser antes de vir morar no Distrito Federal, indicando uma mudança em sua personalidade – em geral, assumida hoje como mais reservada que anteriormente – como resultado de um processo de adaptação social.

Essa forma de compreensão da dinâmica individual no corpo das mudanças sociais é válida tanto para o estudo dos macro processos sociais de transformação – que dão origem a novas formações sociais³⁷⁷ ou a estágios de desenvolvimento³⁷⁸ distintos no corpo de uma mesma sociedade – quanto a mudança social pensada em termos mais restritos, em intervalos de tempo mais limitados – aquela que altera diária e sutilmente a estrutura das instituições sociais, os hábitos, as crenças, os valores e a dinâmica social.

Assumindo que as cidades constituem formações sociais particulares conquanto o conjunto de sua rede interna de interdependência produza códigos e comportamentos originais – e nisso reside parte do tratamento que é aqui dado à cidade como *cosmo* – tem-se a possibilidade de conhecimento e compreensão dos mecanismos sociais que asseguram, em cada realidade urbana empiricamente dada, não apenas a dinâmica da vida cotidiana local, mas igualmente, a passagem de um a outro estágio de desenvolvimento social, ou mesmo as mudanças sutis e invisíveis que o fluxo contínuo das interações produz tanto no corpo de cada sociedade urbana particular quanto nas consciências individuais que as compõem. São os indivíduos no interior de cada formação social e em função da maneira como se organiza a rede de suas dependências mútuas que realizam a mudança do ponto de vista coletivo, e que, concomitantemente, também se modificam com essa mudança, do ponto de vista cognitivo. A mudança social – resultante da inexorável dinâmica da vida em sociedade – é, pois, uma transformação que ocorre paralelamente na cidade e nos cidadãos, e que se processa no fluxo ininterrupto das interações cotidianas³⁷⁸

No contexto da obra de Elias (1994a), o conceito de formação social pode ser interpretado como uma configuração de tamanho variável, “onde se definem de maneira específica as relações existentes entre os sujeitos sociais e onde as dependências recíprocas que ligam os indivíduos uns aos outros engendram códigos e comportamentos originais” (CHARTIER, 1990, p. 93).

Apesar da Sociologia dos processos de Elias abandonar uma perspectiva teleológica para o estudo da história social, ela não tem como contrapartida a aceitação de qualquer aleatoriedade dos processos históricos. Para Elias, mesmo a despeito de saber que “as sociedades humanas estão em permanente fluxo, estão sujeitas a mudanças constantes numa ou noutra direção” (ELIAS, 1994a, p. 145), é possível “descobrir a ordem da mudança no correr do tempo, a ordem dos eventos sucessivos” (Op. Cit., p. 144) e, portanto, falar em estágios de desenvolvimento tanto sociais quanto individuais, posto que, assim como a sociedade, o indivíduo encontra-se, também, em uma constante, porém, ordenada transformação.

⁸ O célebre ensaio de George Simmel (1979) a respeito da relação entre a sociedade metropolitana e a conformação de estruturas psíquicas específicas – como o *blasé* e o *cinico* – pode ser útil para pensar não apenas a relação homem-espço, mas igualmente a relação homem-homem no corpo da vida social especificamente urbana.

Compreendendo que a sociedade urbana e conformada por ao mesmo tempo em que conforma as consciências individuais, e possível acrescentar um componente temporal ao entendimento das representações sociais que se produzem a respeito da cidade vivida – entendendo, todavia, que não existe uma relação unicausal³⁷⁹ direta entre o tempo de convivência em uma determinada sociedade e a formação de identidades individuais em relação ao universo de valores e práticas culturais da mesma. É evidente que o tempo de participação do indivíduo na vida de uma dada sociedade possui influência direta sobre a forma como essa sociedade passara a conformar sua estrutura psíquica. Essa influência, todavia, a despeito de ser direta, não é exclusivamente determinante da forma como a constituição da estrutura psíquica dos indivíduos relaciona-se com seu passado, com seus desejos e com suas emoções para determinar, no corpo de um processo social que se encontra em contínua mudança, o conteúdo das representações que esses indivíduos produzirão a respeito de um objeto afetivo como a cidade em que vivem. Além do tempo em si – tempo meramente de exposição à vida social – e preciso considerar a forma dessa exposição, pensada em termos de participação. Nos termos de Elias, é preciso considerar – sincrônica e diacronicamente – o lugar e a função que o indivíduo ocupa na rede social, para que se possa saber não apenas o grau de sua influência na dinâmica social, mas também, a recíproca dessa influência, ou seja, o nível em que a sociedade local é capaz de atingir e conformar sua consciência individual em cada momento específico.

Prismas de representação: identidade

O entendimento da forma como se dá a relação parte-todo na dinâmica permanente da sociedade é especialmente importante para o estudo da vida social em Brasília, visto sua formação multicultural determinada pela significativa quantidade de migrantes em sua população³⁸⁰. Desde seus primeiros tempos, Brasília se caracteriza como uma cidade que

³⁷⁹ A sociedade é compreendida aqui como um objeto complexo, impossível – dada sua natureza multifacetada – de se submeter a análises que a considerem de maneira unilateral ou que entendam a possibilidade de unicausalidade na determinação dos fenômenos sociais. A respeito de uma leitura da sociedade como objeto investigativo complexo, vide: Pena-Vega; Nascimento (1999); Morin (1990).

³⁸⁰ A Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN, 1997) apresenta dados relativos a migração no Distrito Federal sem, contudo, disponibilizar dados absolutos quanto ao tamanho da população pesquisada. Isso inviabiliza a apresentação de valores relativos agregados para a cidade de Brasília como um

recebe importantes fluxos migratórios permanentes e sazonais – aqueles decorrentes, dentre outras coisas, da atração representada pelas possibilidades de estudo e de trabalho na capital federal³⁸¹, e estes decorrentes, principalmente, dos funcionários da burocracia federal, políticos, militares e diplomatas que costumam ter permanência na cidade por tempo determinado.

A consideração à questão migratória é duplamente importante no estudo da sociedade brasiliense. Por um lado, a significativa representatividade demográfica das populações *estrangeiras*³⁸² na composição social local dá a Brasília hábitos multiculturais e ares cosmopolitas. Ainda que a cidade tenda a negar as diferenças sociais, concentrando de forma inequívoca em seu território as populações pertencentes aos estratos superiores da classe média local, a mesma tendência redutora das diferenças não se faz notar no plano cultural. Aqui se falam todos os “ídiomas brasileiros”³⁸³, com todos os seus sotaques, além de alguns idiomas estrangeiros que se aprendem na escola ou que são trazidos pelas missões diplomáticas; come-se de toda culinária regional nacional, bem como da culinária de muitas partes do mundo; dança-se ao som de todas as músicas popularizadas nas cidades do Brasil e de outros países de cultura mundializada³⁸⁴. O multiculturalismo – ou

todo, sendo possível, apenas, apresentar os dados na forma desagregada, a saber, relativamente a cada RA, assim mesmo sem se saber a qual universo absoluto cada percentual faz referência. O Censo Brasil 2000 ainda não disponibiliza esse tipo de dado segundo micro-regiões, não sendo possível, portanto, utilizá-lo para indicar as características da migração internamente a cidade de Brasília. Tomando como base os dados da CODEPLAN (1997), a despeito de suas limitações, tem-se a seguinte proporção de migrantes por RA componente da cidade de Brasília (dados relativos ao ano de 1997): RA Brasília – 69,81% (13,32% de Minas Gerais, 11,83% do Rio de Janeiro; 6,77% de Goiás, principais estados na composição da população); RA Cruzeiro – 59,26% (9,65% de Minas Gerais; 9,55% do Rio de Janeiro; 6,85% de Goiás, principais estados na composição da população); RA Lago Norte – 59,96% (12,19% de Minas Gerais; 10,24% do Rio de Janeiro; 5,99% de São Paulo, principais estados na composição da população); RA Lago Sul – 65,97% (14,89% de Minas Gerais; 13,98% do Rio de Janeiro; 8,68 de São Paulo, principais estados na composição da população). Fonte: CODEPLAN (1997).

³⁸¹ A múltipla condição de Brasília de ser cidade administrativa, centro político decisor e centro urbano regional, acrescida de sua variante simbólica de “Eldorado de oportunidades”, oriunda de tempos ancestrais e reforçada na época da construção de seu espaço urbano pela propaganda oficial do governo JK (Holston, 1993; Kubitschek, 2000), faz de Brasília – e, conseqüentemente também do DF – ainda hoje, um incontestado polo atrativo para migrantes de todos as origens geográficas e sociais.

³⁸² A esse respeito, vide: Simmel (1983a).

³⁸³ A apresentação de idioma brasileiro no plural objetiva reforçar a idéia do multiculturalismo local, expresso pelas diversas sonoridades linguísticas, que vão da língua portuguesa praticada pelos distintos estratos sociais que praticam a vida urbana de Brasília, passando pelos regionalismos dos migrantes e pelos diversos idiomas praticados pelas populações indígenas que aqui se encontram temporária ou definitivamente.

³⁸⁴ A respeito da concepção de uma cultura mundializada, vide: Ortiz (1994).

cosmopolitismo – e uma das marcas mais evidentes de uma sociedade urbana que se compõe a base de pessoas vindas de todos os recantos do país e do mundo, e que há pouco mais de quatro décadas começou a produzir seus filhos legítimos, aqueles que – juntamente com as populações migrantes – vêm lentamente respondendo por sintetizar as muitas culturas que aqui se misturam e, assim, estruturar a cidade-capital, a saber, uma cidade de todos os brasis³⁸⁵

Por outro lado, a consideração a questão migratória faz-se importante dada a influência que as experiências sociais passadas exercem na conformação das representações sociais presentes e, conseqüentemente, também das ações sociais que tais representações orientam. Diferentemente dos indivíduos nascidos e criados na cidade, cuja estrutura psíquica e o conjunto de elementos culturais vêm sendo informados, conformados e transformados incessantemente pela dinâmica interna da rede social local, os migrantes – *estrangeiros*³⁸⁶, viajantes de retorno incerto –, vindos de outras realidades, chegam a cidade sentindo o peso de uma dupla ruptura: aquela representada pela partida e uma outra representada pelo momento da chegada³⁸⁷

Para tras, cada migrante deixa uma parte de sua história pessoal. Em muitos casos, ficam não apenas o passado com suas imagens e desejos realizados ou não, mas também a família, os amigos, alguns hábitos caros – porque corriqueiros – insubstituíveis na nova realidade social, que é nova não apenas por ser recente, mas sobretudo por ser diferente, curiosa e estranha em muitos aspectos. Ao responderem a questão “Quais foram as coisas que você mais estranhou quando chegou em Brasília?”, os entrevistados – mesmo aqueles que disseram não ter tido dificuldades de adaptação³⁸⁸ – listaram diversas fontes de estranhamento a cidade, as quais variaram desde a ausência de praia e de pessoas nas ruas, até as particularidades do espaço urbano local e o jeito de ser do brasileiro, além do clima e da polifonia da cidade.

³⁸⁵ Costa (1994) mostra como o movimento musical de rock em Brasília surge por influência direta dos filhos de diplomatas e funcionários de alto escalão, que traziam para a cidade as novidades musicais que circulavam pela Europa.

³⁸⁶ Simmel (1983a).

³⁸⁷ Rouanet (1993).

³⁸⁸ Dos 10 entrevistados migrantes que responderam a questão, apenas 3 afirmaram não ter tido dificuldade de adaptação em Brasília, apesar de seu estranhamento inicial.

Eu me sentia uma alienígena em Brasília no primeiro ano. Pior coisa era o contato com as outras pessoas e a recepção que eu tive aqui em Brasília. Pra mim, eu falava uma outra língua. (...) Era muito pequena, mas eu lembro de uma discriminação horrorosa. (...) Me traumatizou muito o pilotis. Até hoje eu odeio prédio com pilotis (risos). E aquele prédio que não é de pilotis, ele me lembrava mais uma casa, eu me senti muito mais familiar³⁸⁹.

A relação pessoal. Foi a coisa que mais me chamou a atenção, foi esse distanciamento, essa frieza, essa falta de toque de gente³⁹⁰.

Não ter ninguém. Não tinha ninguém na rua, não tinha ninguém em canto nenhum (risos). Eu tava acostumada no Rio, um lugar cheio de gente. Não tinha ninguém em lugar nenhum, não tinha o que fazer, eu não tinha pra onde ir e isso era muito difícil pra mim³⁹¹.

O estranhamento é componente orgânico da etapa da viagem correspondente à chegada. Não há quem não se surpreenda com uma nova geografia, uma nova arquitetura, uma nova sonoridade de sotaques e gírias, um novo clima. A forma e a duração desse estranhamento, todavia, variam de indivíduo para indivíduo³⁹², em função de uma combinatoria complexa de inúmeros elementos dinâmicos de identificação social, cultural, material e, também, emocional com o local de destino.

O que se encontra subjacente à questão do estranhamento parece ser a relação temporalidade-identidade que está contida em todo ato migratório³⁹³ – essa que é uma

³⁸⁹ Mara, 37 anos, nascida em Colatina-ES, moradora do Distrito Federal há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

³⁹⁰ Camila, 39 anos, nascida em Vizeu-PA, moradora do Distrito Federal há cerca de 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

³⁹¹ Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

³⁹² Em matéria publicada em 16.02/2003, o jornal *Correio Braziliense* noticia o estranhamento dos migrantes recém-chegados a Brasília como funcionários do novo governo presidencial. A referida matéria mostra como esse estranhamento, comum a todos, oscila entre as críticas e os elogios à cidade. A mencionada matéria afirma que “os novos moradores estranham tudo. A padronização dos prédios, os espaços amplos, a falta de gente na rua e de um botequim na esquina” (Op. Cit., p. 18). Mas também apresenta casos de pessoas que, a despeito do estranhamento negativo, surpreendem-se positivamente, por exemplo, com o fato de os motoristas da cidade respeitarem a faixa de pedestres.

³⁹³ Entre os dias 24 e 28 de junho de 2002 estiveram reunidos na Ilha de Oleron, França, cerca de três dezenas de estudiosos da questão migratória internacional, na *Sessão Internacional de Estudos Doutoriais – Migração Internacional nas Américas*. O grupo de estudiosos, formado por estudantes (em sua maioria em nível de doutorado) e professores de diversas universidades do mundo, reuniu-se para apresentar resultados de pesquisas recentes e discutir teoria, métodos e questões gerais relativas à temática comum das migrações internacionais. Dentre as questões que mais se destacaram nas comunicações orais e nos debates encontravam-se a necessidade de se considerar a questão temporal para o estudo dos fenômenos migratórios

experiência³⁹⁴ da alma humana³⁹⁵. Migrar é algo que se faz no tempo, e o tempo é, pois, um elemento conceitual fundamental para a análise dos inúmeros aspectos relacionados ao fenômeno da migração.

Esse sentido de temporalidade relaciona-se igualmente com o debate sobre identidade. Se o migrar é algo que se dá no tempo, o permanecer, o adaptar-se, o rejeitar, o aceitar, o excluir-se, o integrar-se são situações igualmente identitárias e temporais. O que motiva a saída de um país a outro, de uma região a outra, de uma cidade a outra? O que motiva a permanência? O que motiva o retorno? O que está por trás dos olhares que os migrantes constroem sobre seus distintos momentos migratórios, sobre as sociedades as quais passam a integrar depois de terem deixado seus próprios universos sociais para trás? O que orienta seus sonhos?

A questão da identidade é, pois, elemento central na compreensão das representações sociais dos migrantes em relação a cidade. A acepção que Simmel³⁹⁶ dá à questão do estrangeiro – ainda que elaborada mais para pensar os casos de migração internacional do que propriamente os casos de migração interna – é útil para os fins do presente estudo porque permite perceber a ambiguidade de estatuto social e cultural que o estrangeiro, pensado aqui como qualquer migrante, enfrenta. O que parece mais significativo na reflexão que Simmel faz a respeito do fenômeno do estrangeiro é a forma como ele pensa esse fenômeno em termos de interação social. Para Simmel, ser um estrangeiro é uma forma específica de interação – não é nem a interação própria ao nativo em sua

– entendendo-se que há significativas diferenças entre as migrações recentes e aquelas mais antigas – e a importância de que os estudos migratórios considerem a questão da formação/transformação das identidades sociais migrantes relativas às comunidades de origem e de destino. Ainda que o centro das discussões no referido encontro tenha sido a migração internacional, o referencial teórico-metodológico ali trabalhado foi-me bastante útil para o estudo das migrações internas, visto que de um modo geral o processo migratório é um processo social de formação/reestruturação de identidades que se dá no transcurso do tempo.

³⁹⁴ “O tempo da experiência e o intervalo entre o esquecimento salutar e a salutar recordação. A verdadeira experiência é intersubjetiva. (...) Ao contrário da simples vivência (a experiência degradada da modernidade incapaz de transmissibilidade, porque o horror é incomunicável), a experiência autêntica realiza o paradoxo de instalar o espaço fora do espaço e o tempo fora do tempo” (SILVA, 1997, p. 86). A respeito da ideia de experiência, vide: Benjamin (1985).

³⁹⁵ Alguns autores que orientam a leitura de que a migração pensada em termos de viagem, mobilidade espacial, ruptura com a sociedade e o espaço de origem é um ato da alma – uma ação libertadora, que se encontra não apenas na esfera da razão, mas também na esfera dos desejos, dos sonhos, da emoção – são: Rouanet (1993); Pessoa (1985); Kundera (2002).

³⁹⁶ Simmel (1983a).

comunidade de origem, nem a interação superficial e transitória do visitante ocasional, o turista.

Sua posição no grupo é determinada, essencialmente, pelo fato de não ter pertencido a ele desde o começo, pelo fato de ter introduzido qualidades que não se originaram nem poderiam se originar no próprio grupo³⁹⁷

Em uma cidade composta mais por *estrangeiros* que propriamente por nativos, onde a cultura local com seus sistemas de significação é formada pela mescla de muitas outras culturas, a definição das identidades trilha caminhos distintos daqueles tradicionalmente percorridos em outros contextos sociais. Se em outras situações o migrante é socialmente classificado como o “outro”, o “forasteiro”³⁹⁸, pelo simples fato de não ser membro da comunidade local desde sempre, em Brasília o sistema classificatório que identifica o “outro” necessita encontrar outro fundamento identitário – e, evidentemente também, outro fundamento diferenciador³⁹⁹ – que não a simples marcação simbólica da natividade.

Assim, a identidade de brasiliense constroi-se, mais evidentemente, por meio da assunção de pertencimento ao *habitus* local e menos pelo fato de se ter nascido ou não em Brasília, ou mesmo de ser viver há muito tempo na cidade. O sentir-se brasiliense – e, paralelamente, o reconhecimento social como brasiliense – parece ser tão ou mais significativo do ponto de vista identitário que o ser brasiliense de nascimento. As respostas a questão “Você se sente brasiliense?”⁴⁰⁰ mostraram a inexistência de qualquer relação de determinação direta entre o tempo de moradia em Brasília e a consolidação de uma identidade social de brasiliense. Aquelas respostas permitiram a constatação entre os entrevistados mais antigos da existência tanto de identidades consolidadas quanto de identidades temporárias, parciais ou mesmo de anti-identidades, a saber, negações voluntárias de qualquer identificação com Brasília. Notou-se, igualmente, a ausência de

³⁹⁷ SIMMEL, 1983a, p. 182.

³⁹⁸ “A ordem social é mantida por meio de oposições binárias, tais como a divisão entre ‘locais’ (*insiders*) e ‘forasteiros’ (*outsiders*). A produção de categorias pelas quais os indivíduos que transgridem são relegados ao *status* de ‘forasteiros’, de acordo com o sistema social vigente, garante um certo controle social. (...) A produção da identidade do ‘forasteiro’ tem como referência a identidade do ‘habitante do local’” (WOODWARD, 2000, p. 46).

³⁹⁹ Como afirma Woodward (2000), “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (Op. Cit., p. 39).

⁴⁰⁰ Essa pergunta foi feita apenas para os entrevistados nascidos fora de Brasília.

uma identidade de “brasiliense” entre as pessoas que vivem na cidade ha menos tempo, mesmo entre aqueles que se julgam adaptados a vida local.

Eu sou mais brasiliense que carioca, já tenho muito mais anos de Brasília do que do Rio. (...) Eu sou 100% brasiliense. (...) Quando vem alguém que fala mal daqui, eu não gosto não⁴⁰¹.

Hoje em dia mais ou menos, porque eu me adaptei à forma de vida de Brasília e já estou aqui há muitos anos. (...) Não me assumo como brasiliense. (...) “Ah, você é brasiliense”. Não. Eu sou carioca, mas moro em Brasília. Eu me identifico como carioca, mas não fico chateada, não é uma ofensa. (...) Eu sou mais ou menos brasiliense⁴⁰².

Eu estou brasiliense, mas eu não sou e não vou ser pra sempre. (...) Eu sou uma descendente de italiana que vem do Espírito Santo, eu sou de lá. Eu me vejo de lá. (...) Acho que as pessoas me vêem como brasiliense, me aceitam como brasiliense, mas eu não me vejo, porque eu acho que brasiliense não quer dizer nada⁴⁰³.

Não, absolutamente. Não mesmo. Eu me sinto totalmente diferente do que é ser brasiliense. Esse comportamento, eu resisto a ele. Eu procuro dar o meu jeito de ser aonde eu vou, nos lugares que eu vou. (...) As pessoas parece que se acostumam a Brasília e eu não quero perder a minha identidade. Eu não quero me acostumar (...) a esse estilo de vida⁴⁰⁴.

Como afirma Woodward⁴⁰⁵, a marcação das diferenças sociais, definidora das identidades (sou brasiliense precisamente por ser diferente dos paulistas, dos goianos, dos cariocas etc.),

ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de *exclusão social*. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade *depende* da diferença. Nas relações sociais, essas formas de diferença – a simbólica e a social – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de *sistemas classificatórios*. Um sistema classificatório aplica um princípio de diferença a uma população de uma

⁴⁰¹ Marcelo, 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

⁴⁰² Rosa, 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

⁴⁰³ Mara, 37 anos, nascida em Colatina-ES, moradora do Distrito Federal há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

⁴⁰⁴ Canula, 39 anos, nascida em Vizeu-PA, moradora do Distrito Federal há cerca de 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁴⁰⁵ Woodward (2000).

forma tal que seja capaz de dividi-la (e a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nos/eles (...), eu/outro (...). Os sistemas de classificação dão ordem à vida social, sendo afirmados nas falas e nos rituais⁴⁰⁶.

Segundo Woodward, existe “entre os membros de uma sociedade, um certo grau de consenso sobre como classificar as coisas a fim de manter alguma ordem social”⁴⁰⁷. O que indica que, se a classificação do “outro” em Brasília não segue obrigatoriamente os critérios de natividade, há de se buscar quais os critérios socialmente legítimos para a classificação dos iguais e dos diferentes em termos sociais. E além disso, há de se descobrir os símbolos, os rituais – expressos no gestual, na fala, nas práticas cotidianas –, as diversas manifestações táticas, minuciosas, silenciosas até, por meio das quais o “outro”, definido pelo sistema classificatório local, é socialmente excluído, colocado à distância, em “seu devido lugar”, para assim manter a ordem social local.

⁴⁰⁶ WOODWARD, 2000, p. 42.
⁴⁰⁷ WOODWARD, 2000, p. 39.

Capítulo VIII

Sociabilidade e silêncio



“Ele não é o silêncio surdo dos campos. Tampouco é o silêncio profundo do poço, nem é o silêncio frio dos pólos. Não é o silêncio absoluto do interior das redomas. Muito menos é o silêncio dramático da catedral vazia...”

Paulo Casé
(Silêncio urbano)

Opinião e representação

A tarefa de identificação dos traços que caracterizam a sociedade brasileira – ao menos aqueles traços que possam ser considerados mais significativos para o reconhecimento do “silêncio” metafórico aqui proposto – ficará ao encargo dos praticantes da cidade. Serão eles, nossos informantes, agentes diretos da vida social local – nativos, migrantes, moradores da cidade ou moradores das satélites – quem indicarão, a partir de suas percepções individuais, suas experiências e suas representações, por meio de histórias, recordações ou teorias de senso comum, aquilo que em termos sociais define o “silêncio” de Brasília: a forma específica como se processam as demarcações das identidades e das diferenças, bem como as táticas e as estratégias locais de inclusão e exclusão social.

Quando vista através das lentes que orientam as representações sobre a dinâmica social urbana – inclusive em sua dimensão mais superficial, a opinião⁴⁰⁸ –, Brasília adquire uma feição polimorfa, definindo-se oras como uma cidade “silenciosa”, oras, precisamente, como seu oposto. O que se encontra subjacente a tão gritante desproporção nos conteúdos das representações sobre a cidade – não apenas Brasília, mas qualquer outra cidade tomada como objeto de representação – não é, evidentemente, uma sociedade urbana sem contornos claro, que varia constante e indefinidamente de uma forma a outra. Como indica Moscovici⁴⁰⁹, a diferença de representações não se deve apenas a diferenças na face figurativa do objeto, mas, igualmente, aos diferentes pontos de onde parte cada campo de representação específico, bem como às diferenças no processo de “retenção seletiva” apresentadas por cada agente ou grupo de representação. É preciso compreender que além de haverem pontos de partida distintos para o processo representativo, os quais indicam diferentes parâmetros de comparação e de referência simbólica, os indivíduos ainda retêm de maneira seletiva e em virtude de condicionantes culturais e emocionais, bem como de critérios normativos, apenas uma parte das informações correntes sobre o objeto de representação – ou, no caso de objetos vividos, apenas uma parte ou um determinado momento das experiências que se tem em relação ao objeto representado. A combinatoria

⁴⁰⁸ A esse respeito, vide: Moscovici (1961).

⁴⁰⁹ Moscovici (1961).

entre essas duas particularidades do processo representativo responde pela existência de representações distintas sobre um mesmo objeto.

No que tange as representações sobre Brasília, como visto, o simples critério de natividade não é por si só válido para permitir que o pesquisador identifique a diversidade de origem de campos de representação distintos. Aqui, para que se delineiem os contornos prováveis dos diferentes pontos a partir dos quais podem se originar as representações a respeito da cidade, os critérios de natividade ou migração devem somar-se às questões de inserção ou exclusão social – aqui tratadas por meio da variável “interação” –, visto que essas são questões definidoras de distintos padrões identitários e de distintos pontos de partida para o processo representativo. Por outro lado, a consideração a interação só possui validade metodológica se for possível toma-la tanto de uma perspectiva sincrônica – considerando a situação presente do agente da representação – quanto de uma perspectiva diacrônica, a saber, admitindo-a como um processo em curso, sujeito a progressões ou reversões.

O que se tem como resultado dos parâmetros analíticos aqui propostos é nada menos que o reconhecimento da complexidade inerente às representações sobre a cidade vivida – no caso específico, uma cidade com particularidades que potencializam essa complexidade –, bem como a busca por um modelo analítico amplo o suficiente para dar conta de tal complexidade¹⁰. Um modelo como esse não autoriza que se pensem os processos sociais e suas representações como resultantes de relações unilaterais ou monocausais, mas permite, em meio ao emaranhado de determinantes dos processos representativos, a identificação de algumas recorrências ou de padrões de determinação tanto da gênese de representações específicas quanto dos próprios conteúdos das representações em si. Estudos posteriores podem se apropriar dos parâmetros analíticos aqui propostos para quantificar os tipos de representação existentes a respeito de Brasília, identificando qual a imagem predominante da cidade – se a de uma cidade do “silêncio” ou não. Essa tarefa, contudo, vai além dos objetivos que norteiam o presente estudo, os quais centram-se não na quantificação das imagens e representações sobre a cidade, mas sim na busca de uma explicação sociológica para aquelas representações que reafirmam a existência do “silêncio social” como marca distintiva de Brasília.

Morin (1998; 1990).

A discussão a respeito da relação entre as características da sociedade brasileira e a percepção do “silêncio social” passa, no presente estudo, por dois caminhos metodológicos diferentes. Em um primeiro momento, caracteristicamente descritivo, os entrevistados são classificados em grupos distintos por meio dos quais são identificadas similaridades e discrepâncias nas opiniões por eles emitidas a respeito da sociedade brasileira. Em um momento subsequente – esse propriamente analítico – as representações, e não mais as opiniões⁴¹, passam a ser analisadas por meio de categorias referenciais surgidas no corpo dos próprios depoimentos, possibilitando identificar – mesmo entre pessoas que possuem opiniões opostas a respeito de um determinado tema – aqueles que são os traços basilares da sociabilidade local segundo a percepção dos praticantes da cidade. Para essa segunda etapa de trabalho dispensou-se aquela primeira classificação, uma vez que a mesma tenderia a restringir o processo analítico – ao limita-lo a uma bipolaridade inexistente no campo das representações, mas presente no campo das opiniões – e a dificultar, desse modo, a identificação dos indicadores do padrão local de sociabilidade e de sua relação com o “silêncio social” feita, como visto, por meio de recorrências nos diversos discursos.

Opiniões sobre o “silêncio”

A partir do cruzamento das variáveis *interação* e *identidade*, ambas tomadas sincrônica e diacronicamente, o presente estudo identificou entre os migrantes a existência de dois padrões gerais de opinião a respeito de traços característicos da sociedade brasileira, associados a duas gêneses perceptivas distintas. Assim, foi possível classificar inicialmente os informantes em três grupos distintos (quadro 11):

⁴¹ Dada sua superficialidade característica e seu caráter de opção socialmente valorizada, as opiniões – parte do processo representativo, mas não seu resultado final – não permitem aprofundamento analítico suficiente para fundamentar as interpretações a respeito da relação sociabilidade/“silêncio” em Brasília. Todavia, seu conhecimento – ainda que meramente descritivo – faz-se necessário porque são as opiniões, por seu imediatismo, que espelham, como verdadeiras vitrines das representações, os sentimentos e as preferências mais primários dos atores sociais a respeito do objeto de representação. Para Moscovici (1961), a coleta de opiniões pode ser utilizada como passo inicial do processo de identificação das representações sociais, entendendo-se, todavia, suas limitações conquanto conjuntos teóricos de senso comum. A respeito das diferenças entre opinião e representação social, vide: Moscovici (1961); Andrade (1995); Alvez-Mazzotti (1994).

Grupo 1 – Migrantes que vivenciaram pouca ou nenhuma dificuldade de inserção nos períodos iniciais de contato com a cidade¹¹² – tendem a uma maior identificação com Brasília e o jeito de ser local, e a uma menor afirmação da existência de indicadores do “silêncio social” como características da sociedade local;

Grupo 2 – Migrantes que vivenciaram maior dificuldade inicial de adaptação ou inserção social¹¹³, ainda que vivam na cidade há muito tempo e atualmente encontrem-se plenamente inseridos – tendem a uma maior afirmação da existência de indicadores do “silêncio social” como características da sociedade local, mesmo que não rejeitem uma possível identidade com a cidade.

Grupo 3 – Nativos. Não foi possível identificar entre esses informantes nenhum critério de classificação além da própria natividade que permitisse reconhecer um padrão de representação sobre a sociedade brasiliense.

¹¹² Além de várias passagens nos depoimentos que indicaram a ausência de dificuldades iniciais de adaptação social à cidade, a presente análise considerou também as respostas às questões “Como foi seu primeiro ano vivido no Distrito Federal?” e “Você gostava da cidade onde mora quando mudou para lá?” Todos os componentes do grupo 1 afirmaram gostar de Brasília logo no primeiro ano e apenas um disse ter tido um primeiro ano razoável em virtude da necessidade de se adaptar a um local novo.

¹¹³ Nenhum dos componentes do grupo 2 afirmou ter tido um bom primeiro ano no Distrito Federal – ainda que dois tenham considerado seu primeiro ano razoável. Por outro lado, houve dois entrevistados que afirmaram que gostavam mais ou menos de Brasília logo que chegaram e um outro que afirmou gostar da cidade apenas nos três primeiros meses. O restante dos entrevistados afirmou não gostar da cidade logo que se mudou.

Quadro 11 – Elementos orientadores da classificação dos migrantes nos grupos de representação

Nome	Local de moradia	Local de nascimento	Moradia no DF ⁴¹⁴	Primeiro ano no DF	Gostava da cidade quando se mudou?	Gosta da cidade atualmente?	Sente-se brasileiro?	Gostaria de morar em outra cidade?
Grupo 1								
Marcelo	Asa Norte	Rio de Janeiro/RJ	39 anos	Bom	Sim	Sim	Sim	Não
Cezar	Lago Sul	Presidente Prudente/SP	35 anos	Bom	Sim	Sim	Parcialmente	Às vezes
Emiliano	Asa Sul	Barretos/SP	19 anos ⁴¹⁵	Razoável	Sim	Sim	Parcialmente	Não
Fábio	Asa Sul	João Pessoa/PB	2 meses	Bom	Sim	Sim	Parcialmente	Sim
Grupo 2								
Daniela	Asa Norte	Porto Alegre/RS	10 anos	Ruim	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Não
José	Recanto das Emas	Granjá/CE	13 anos	Razoável	Parcialmente	Sim	Parcialmente	Sim
Mara	Guará	Colatina/ES	32 anos	Ruim	Não	Parcialmente	Não	Sim
Rosa	Sobradinho	Rio de Janeiro/RJ	28 anos	Ruim	Não	Sim	Parcialmente	Às vezes
André	Asa Norte	Corumbá/MS	4 anos	Ruim	Sim	Não	Não	Sim
Raul	Asa Norte	Luanda/Angola	7 anos	Razoável	Não	Sim	Não	Sim
Raquel	Lago Sul	Rio Claro/SP	30 anos	Ruim	Não	Sim	Parcialmente	Às vezes
Camilla	Sobradinho	Vizeu/PA	1 ano	Ruim	Não	Não	Não	Sim

Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal.

⁴¹⁴ Ano de referência para o tempo de moradia no DF é 2002, ano em que as entrevistas foram realizadas.

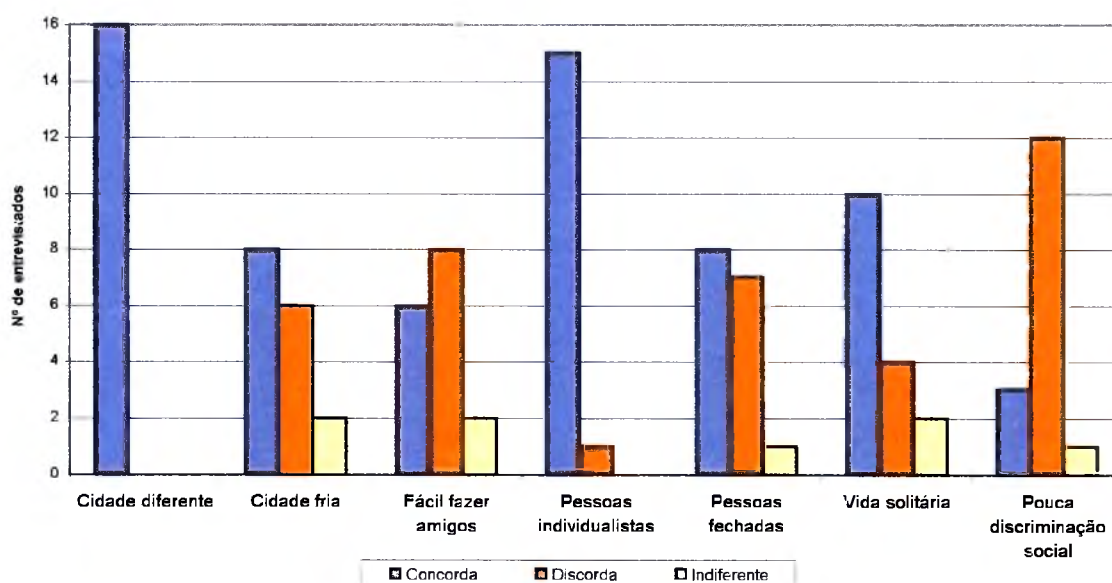
⁴¹⁵ O dado constante na tabela refere-se à somatória dos anos contados a partir do primeiro ano de moradia em Brasília.

Ainda que as representações sobre o “silêncio” de Brasília – que tendem a afirmar ou negar sua existência – tenham surgido no decorrer dos depoimentos como fragmentos de um corpo representativo mais amplo, havia no roteiro de perguntas algumas questões específicas a respeito de alguns indicadores propriamente societários desse “silêncio”. Essas questões eram, na verdade, afirmativas a respeito de possíveis características da sociedade local e das pessoas que a compõem, com as quais o entrevistado deveria concordar ou discordar, explicando o por quê de sua opinião. As questões em pauta eram as seguintes: 1) “Brasília é uma cidade diferente”; 2) “Brasília é uma cidade fria”; 3) “Brasília é uma cidade onde é fácil fazer amigos”; 4) “As pessoas em Brasília são individualistas”; 5) “As pessoas em Brasília são fechadas”; 6) “A vida em Brasília é solitária”; 7) “Há pouca discriminação social em Brasília”.

A figura 07 mostra um panorama geral das respostas dadas àquelas afirmativas, independentemente de qualquer parâmetro de cruzamento – seja entre nativos e migrantes, seja entre os dois tipos de migrantes apresentados anteriormente – ou do grau de concordância ou discordância apresentado pelos entrevistados. Essas respostas, consideradas isoladamente de suas explicações, correspondem às opiniões dos entrevistados sobre cada questão específica.

Figura 07

**Opinião dos entrevistados sobre indicadores do “silêncio social” na sociedade
brasiliense - Total da amostra**

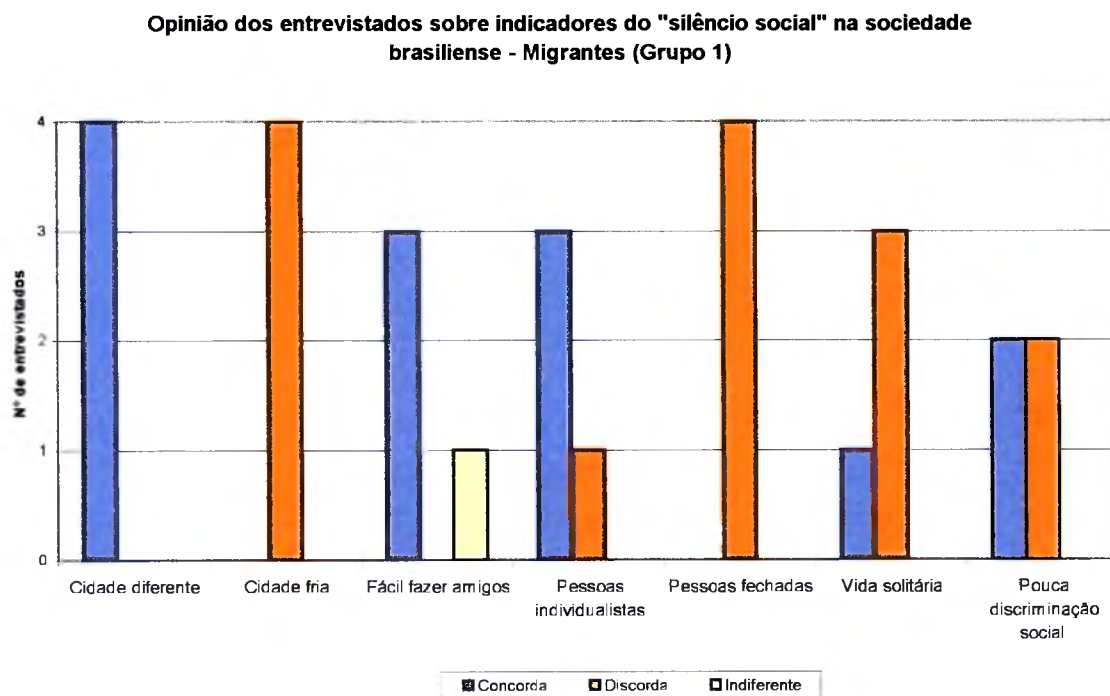


Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal

A única afirmativa cujas opiniões são consensuais – no sentido confirmatório – é a que afirma que “Brasília é uma cidade diferente”. Fora essa, aquela que aponta o individualismo como característica do morador de Brasília teve concordância de quase todos os entrevistados. As outras afirmativas dividiram de algum modo as opiniões.

Quando as mesmas questões são analisadas segundo os parâmetros apresentados anteriormente – a saber, os dois grandes grupos em que foram classificados os informantes migrantes, bem como um terceiro grupo composto pelos informantes nativos – tem-se, de um lado, no caso dos migrantes, dois quadros de opiniões praticamente antagônicos (figuras 08 e 09) e, de outro, do lado dos nativos, uma mescla das opiniões predominantes em cada um dos dois grupos anteriores, sem definição de um padrão (figura 10).

Figura 08



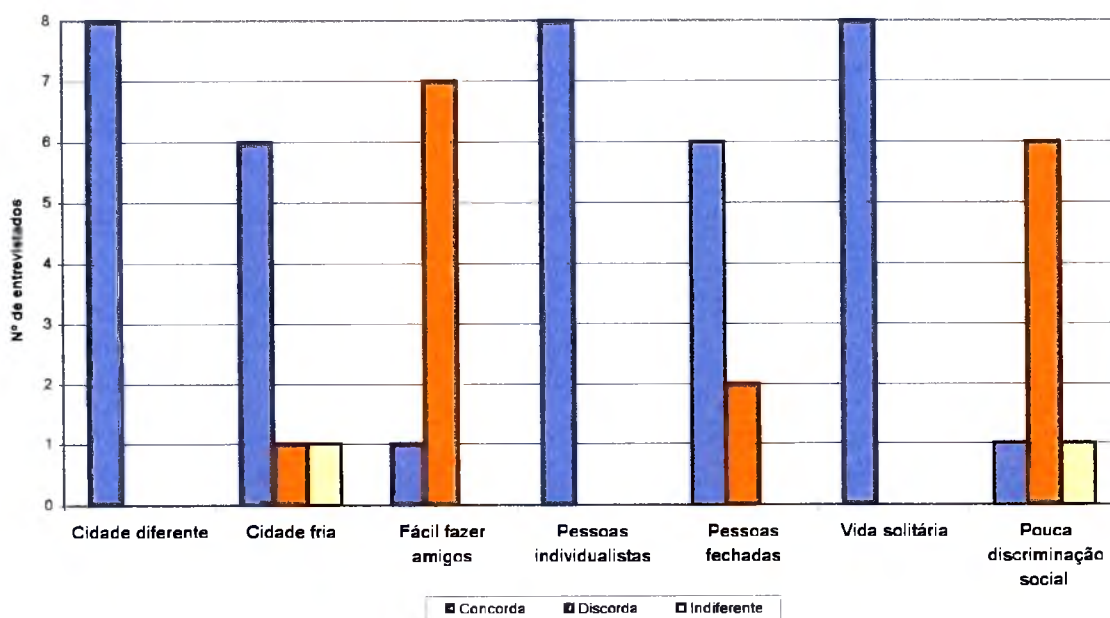
Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal

A figura 08, que apresenta as opiniões dos informantes classificados no grupo 1, desenha a imagem de uma cidade em muitos aspectos antagônica a uma cidade “silenciosa” no sentido aqui proposto. A maior parte dos entrevistados, a exemplo do restante do que se vê nos outros grupos, concorda que o brasiliense é individualista, a despeito dessa característica não ter como resultante a produção de uma cidade solitária, fria ou difícil de se fazer amizades, tampouco de pessoas fechadas aos contatos sociais

primários. Apenas uma questão – sobre a existência de pouca discriminação social na cidade – dividiu os entrevistados do grupo 1. De todo modo, vale notar que se encontra nesse grupo a maior quantidade absoluta de pessoas que afirmam haver pouca discriminação social em Brasília (2) e que discordam que a vida em Brasília seja solitária (3).

Figura 09

**Opinião dos entrevistados sobre indicadores do "silêncio social" na sociedade
brasiliense - Migrantes (Grupo 2)**



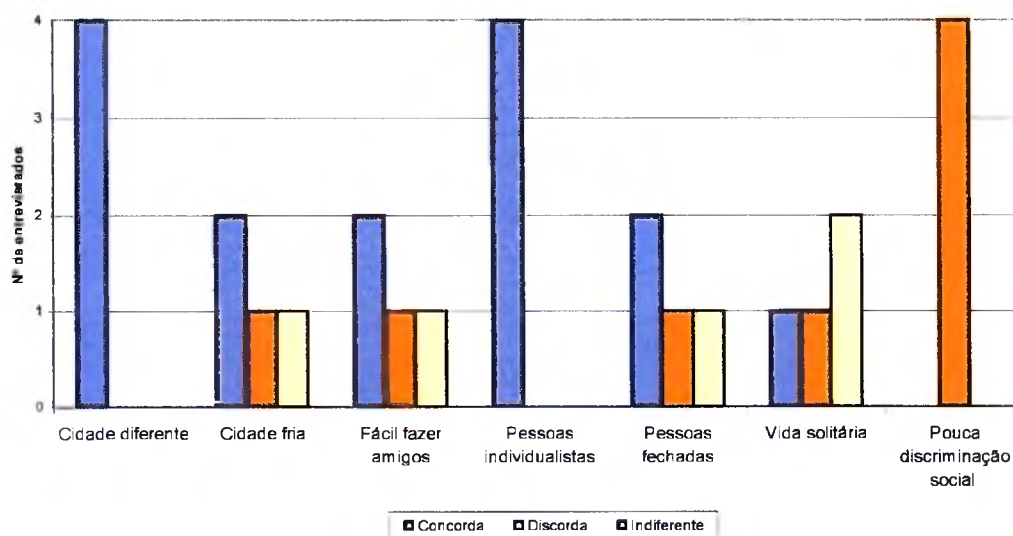
Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal

A cidade resultante das opiniões dos entrevistados que compõem o grupo 2 é praticamente o oposto daquela descrita pelas representações do grupo anterior. Se para o grupo 1, o “silêncio social” é o inverso do que caracterizaria Brasília, para os informantes que compõem o grupo 2, Brasília é sem sombra de dúvida uma “cidade do silêncio”. É praticamente consensual entre os componentes desse grupo o entendimento de que Brasília é uma cidade fria, de pessoas fechadas e individualistas, onde não é fácil fazer amigos, há muita discriminação social e a vida é solitária⁴¹⁶.

⁴¹⁶ Uma das entrevistadas que compõem o grupo 2 apresenta algumas respostas opostas àquilo o que pensa a maior parte do grupo. Diferentemente da maioria, Raquel – que ancora suas representações sobre Brasília em uma base comparativa passado/presente – acredita que é fácil fazer amigos em Brasília e discorda que a cidade seja fria, as pessoas fechadas ou mesmo que haja muita discriminação social em Brasília. Nas

Figura 10

Opinião dos entrevistados sobre indicadores do "silêncio social" em Brasília - Nativos



Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal

O grupo que apresentou um padrão mais heterogêneo de respostas foi o grupo composto pelas pessoas nascidas em Brasília. Segundo as opiniões desse grupo não seria possível afirmar que Brasília é ou não uma “cidade do silêncio”, na medida em que as opiniões divergem muito entre si. Todavia, mesmo a despeito de tal diversidade, três pontos são consensuais entre os nativos entrevistados: Brasília é uma cidade diferente, as pessoas em Brasília são individualistas e não há pouca discriminação social na cidade.

As representações do “silêncio”

A apresentação gráfica das opiniões gerais a respeito das questões que buscavam identificar possíveis traços do “silêncio” de Brasília no plano estritamente societário é útil para que se visualize a diversidade das percepções que se tem sobre Brasília a partir de gêneses representativas distintas. Todavia, as opiniões – movidas que são pela obrigação

explicações dadas para cada uma dessas opiniões Raquel compara o presente aos tempos em que chegou à cidade e afirma que atualmente – talvez porque ela mesma tenha mudado junto com as próprias mudanças sofridas por Brasília e pelos brasilienses – já não sente mais a frieza, a dificuldade de relacionamento, o fechamento das pessoas ou mesmo a discriminação sofrida por quem não era das “panelinhas” estaduais – mineiros que só se relacionavam com mineiros, paulistas que só se relacionavam com paulistas etc. – que sentiu quando chegou. Brasília hoje, segundo a entrevistada, ainda que seja uma cidade de vida solitária e pessoas individualistas, é comparativamente menos fria do que a cidade que ela conheceu na década de 70.

auto-imposta em se defender um determinado ponto de vista – não passam de meros indicadores das representações sociais e dos afetos para com a cidade. Por si so, elas não constituem corpos explicativos suficientemente densos e coerentes para que se desvendem, por meio de visões de mundo similares ou antagônicas⁴¹⁷, os mecanismos societarios que se escondem por tras da produção social e do reconhecimento individual do “silêncio” de Brasília. Por esse motivo, analisar-se-a a seguir os conteúdos das representações elaboradas pelos entrevistados, considerando as respostas às sete questões anteriormente expostas.

Independentemente da opinião que cada entrevistado tenha a respeito da cidade – se e ou não fria, vazia, solitária etc. – e das pessoas que a compõem – se são ou não fechadas, individualistas ou discriminadoras –, e possível identificar no conjunto das teorias que o senso comum elabora sobre Brasília alguns indicadores significativos da sociabilidade⁴¹⁸ local, os quais apontam, por sua vez, os aspectos onde o *habitus* brasiliense contribui para a produção e a reprodução do “silêncio social”. Os informantes – partindo de diferentes experiências de vida – explicam quais os mecanismos sociais para assegurar a interação em Brasília, identificam algumas das principais dificuldades que os recém-chegados podem enfrentar no processo de inserção social local, bem como explicitam algumas táticas sutis, porém eficazes, de manutenção do isolamento, de atribuir invisibilidade ao “outro”⁴¹⁹, de silenciamento da diferença.

Como a análise a seguir baseia-se em certas temáticas centrais surgidas das respostas a sete questões específicas (quadro 12), tem-se que alguns temas e seus conteúdos explicativos apresentam-se por vezes repetitivos. Essa repetição permite, dentre outras coisas, notar as recorrências temáticas e de conteúdo em meio às quais circulam as representações sobre a sociedade brasiliense.

⁴¹⁷ Bourdieu (1993) indica a necessidade de que se considere, para o tratamento dos conteúdos das representações que os entrevistados apresentam em seus depoimentos, cada ponto de vista específico como um indicador de visões de mundo que se fundam na própria razão social e que podem ser divergentes ou antagônicas sem, por isso, serem corretas ou incorretas.

⁴¹⁸ Para Simmel (1983b) a *sociabilidade* é uma forma de sociação – do agrupamento humano para satisfação de necessidades – liberada de seus conteúdos e, desse modo, dotada de existência autônoma. Os conteúdos da sociação são identificados por Simmel, como sendo “tudo que está presente nos indivíduos (...) de maneira a engendrar ou mediar influências sobre outros, ou que receba tais influências” (Op. Cit., p. 166). As formas de sociação são, precisamente, as configurações específicas que cada agregado humano adquire em virtude da forma ou das formas que conduziram sua formação. Essas formas, segundo Simmel, tornam-se autônomas de seus conteúdos e passam a existir como se pudessem ter uma vida própria, independente da matéria que as fundou. A sociabilidade é, pois, a consideração a sociação humana constituída e desvinculada de seus conteúdos fundadores.

⁴¹⁹ A respeito de mecanismos para tornar o “outro” socialmente invisível, vide: Nunes (1997b).

Quadro 12 – Opiniões dos entrevistados sobre algumas questões relativas a características da sociedade brasileira

Nome	Cidade diferente	Cidade fria	Fácil fazer amigos	Pessoas individualistas	Pessoas fechadas	Vida solitária	Pouca discriminação
Grupo 1							
Marcelo	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda parcial.	Discorda plena.	Discorda parcial.	Discorda plena.	Concorda plena.
Cezar	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda plena.
Emiliano	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.	Discorda plena.	Discorda parcial.
Fábio	Concorda plena.	Discorda plena.	Indiferente	Concorda parcial.	Discorda plena.	Discorda parcial.	Discorda plena.
Grupo 2							
Daniela	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Discorda parcial.
José	Concorda plena.	Indiferente	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Indiferente
Mara	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.
Rosa	Concorda plena.	Concorda parcial.	Discorda plena.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.
André	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Discorda plena.
Raul	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Discorda plena.
Raquel	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.
Camila	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.
Grupo 3							
Sérgio	Concorda plena.	Concorda plena.	Indiferente	Concorda plena.	Indiferente	Indiferente	Discorda plena.
Cláudia	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Discorda parcial.	Discorda plena.
Paulo	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Discorda parcial.
Jorge	Concorda plena.	Indiferente	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Indiferente	Discorda parcial.

Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal

Brasília é uma cidade diferente

Como visto anteriormente, as opiniões de todos os entrevistados, independentemente do grupo em que foram classificados⁴²⁰, são absolutamente consensuais em concordar plenamente com a afirmativa de que “Brasília é uma cidade diferente”

As explicações dadas a cada resposta em particular complementam-se entre si, determinando um rico panorama daquelas que são as singularidades da capital federal na visão dos entrevistados. Dos elementos apresentados como particularidades de Brasília, aqueles que contêm elementos explicativos para o fenômeno do “silêncio social” são aqui analisados por meio de três temas gerais agregados: 1) espaço diferente e sociedade sem estratificação, 2) multiculturalismo; e 3) pessoas diferentes. Outros temas surgidos nos depoimentos, que não serão analisados por suas explicações não terem apresentado qualquer relação com a questão do “silêncio social” foram: misticismo; geografia, e juventude da população.

1) Espaço diferente e sociedade sem estratificação

Dentre todas as questões temáticas apresentadas pelos entrevistados para justificar a singularidade de Brasília, a questão do espaço foi a que apresentou maior recorrência nos discursos, sendo, em muitos, o ponto nodal das análises sobre as particularidades da sociedade brasileira. Dos dezesseis entrevistados, onze⁴²¹ mencionaram o espaço – mais especificamente, a ação de um planejamento urbano racional e seus resultados – como um dos elementos responsáveis pela singularidade de Brasília.

Alguns entrevistados entendem que a organização espacial de Brasília – na qual encontra-se implícita a existência das cidades-satélites e sua segregação em relação ao centro – contribui de várias formas para ampliar o sentido de qualidade de vida que caracteriza a cidade⁴²². E ela, acima de outras coisas, quem faz de Brasília uma cidade agradavelmente silenciosa – em sentido literal –, menos violenta que os grandes centros

⁴²⁰ A título meramente de referência, os nomes dos entrevistados serão seguidos do número do grupo de opinião no qual os mesmos foram classificados.

⁴²¹ Esses entrevistados são: Fábio (1), Cláudia (3), Emiliano (1), Cezar (1), Raul (2), Rosa (2), Daniela (2), Camila (2), Sérgio (3), Mara (2) e Jorge (3).

⁴²² Esses entrevistados são: Cláudia (3), Cezar (1) e Emiliano (1). Em outros momentos das entrevistas, a afirmação de que o tipo de ordenamento espacial de Brasília contribui de algum modo para ampliar a qualidade de vida local foi feita também por: Marcelo (1), Raquel (2), Fábio (1), Sergio (3), Rosa (2), Raul (2), Daniela (2), Mara (2) e Andre (2).

nacionais, dotada de um trânsito mais civilizado do que o que se costuma ver em outras partes do Brasil. Além disso, uma tal organização espacial que dota a cidade de amplos espaços vazios, ocupados apenas por áreas verdes como gramados e bosques, dá à capital federal – uma cidade com todas as qualidades de uma metrópole – o bucolismo e a tranquilidade típicos das cidades do interior. Os endereços numerados e não nomeados ajudam a compreender a estrutura espacial urbana; a disposição das superquadras facilita a interação das pessoas, as vias de circulação rápida reduzem os transtornos do trânsito e transmitem um aspecto mais ordenado ao espaço público; a condição de capital da república garante áreas monumentais e até mesmo transcendentais à arquitetura moderna dos prédios públicos, embelezando de modo muito singular a paisagem, os vazios espaciais garantem que a cidade não se congestionue em demasia com construções e multidões; por fim, a estandarização dos elementos construtivos e a organização das atividades criam um ambiente ordenado e harmônico inexistente nas cidades tradicionais onde cores, sonoridades e funções aglomeram-se no espaço de forma desregulada.

O que se encontra subjacente às representações daqueles entrevistados que entendem positivamente a organização espacial brasiliense e, dentre outras coisas, a própria leitura que os mesmos fazem da cidade grande em termos de seus malefícios. Para esses entrevistados, não há qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras, dentre outras coisas, pela desorganização espacial que as caracteriza e que é a grande responsável pelas aglomerações humanas – nas construções amontoadas das favelas que se avizinham perigosamente dos bairros de classe média e alta, no trânsito engarrafado, na multidão alucinada de pedestres que lotam os centros. Nessa ótica, Brasília seria o oposto da cidade grande naquilo que ela tem de nefasto, justamente por ser uma cidade racionalmente planejada para que aqueles transtornos fossem evitados.

Por outro lado, para outros entrevistados que apontaram o espaço como elemento diferencial de Brasília – ainda que alguns deles entendam que as características espaciais asseguram à cidade uma qualidade de vida comparativamente maior do que aquela existente em outras cidades de mesmo porte no Brasil²³ –, o planejamento demasiado

²³ Vale notar que mesmo entre aqueles entrevistados que afirmam que Brasília não é uma cidade grande, as comparações em termos de qualidade de vida jamais são feitas tomando como parâmetro as cidades medianas, mas sim as grandes metrópoles nacionais. No imaginário local e possivelmente no imaginário nacional como um todo, a capital federal é uma grande cidade. A capital é, como diz um dos entrevistados, uma cidade “muito importante, fonte da sabedoria, raiz de tudo” (José (2), 34 anos, nascido em Granja/CE, morador do DF há 13 anos).

racional tem como contrapartida a produção de uma cidade de difícil circulação, vazia, fria, desenraizada, sem identidade, robotica, sem misturas sociais e, portanto, sem o calor humano que emana do povo e de sua solidariedade típica⁴²⁴

A negação da pluralidade social e de usos do espaço da cidade que caracteriza a urbanidade tradicional brasileira – dentre outros aspectos da espacialidade brasiliense – é, para algumas pessoas, a marca “silenciosa” da arquitetura moderna de Brasília com sua racionalidade instrumental. Essa razão ordenadora dos conflitos e do dissenso, típica das arquiteturas do poder das quais Haussman é um dentre muitos representantes, cria uma cidade de iguais – ao jogar o “outro” para periferias satélites – e nega a efervescência dos contatos populares e os riscos que a mesma pode representar para a estabilidade do poder central. Diante da monumentalidade dos vazios de Brasília, tem-se sempre a impressão de que nenhuma multidão será capaz de preenchê-los – assim é nas grandes festas populares ou nas grandes manifestações políticas⁴²⁵ –, do mesmo modo que se tem a impressão de que nenhuma aglomeração humana é realmente uma multidão.

Não há multidão e não há mistura. Aqui, a metrópole de Fritzlang – uma cidade maquinal onde uma massa indiferenciada de homens vive para fazer funcionar a engrenagem urbana – materializa-se não por meio de um ambiente opressivo porque demasiado carregado de concreto e máquina. Ela se materializa – e nisso reside parte de seu fetiche – em um aprazível ambiente bucólico, onde uma arquitetura tão artística quanto técnica faz uso do concreto armado para desenhar curvas suaves que flutuam sobre espelhos cristalinos e se perdem no horizonte distante, em meio ao azul infinito. Apesar dessa paisagem, o espaço de Brasília – espaço puramente moderno, porque desprovido da contaminação das urbanidades tradicionais – e, para muitos, um espaço de opressão por todo o maquinismo social que encerra. A capital de todos os brasileiros oprime muitos dos que aqui vivem, ou vivem em suas franjas, por ser uma “máquina de viver” – que não permite que se confundam trabalho e diversão –, onde apenas alguns eleitos têm direito a inserção – os bem nascidos ou bem criados que, em meio ao analfabetismo e a miséria de uma nação eternamente “em desenvolvimento”, conseguiram

⁴²⁴ Esses entrevistados são: Fábio (1), Raul (2), Rosa (2), Daniela (2), Camila (2), Sérgio (3), Mara (2) e Jorge (3).

⁴²⁵ Do interior de uma das maiores manifestações populares já ocorridas na Esplanada dos Ministérios, a chamada “marcha dos cem mil” – ação organizada pelo Movimento dos Sem Terra que contou com mais de cem mil participantes, segundo seus organizadores – muitos, como eu, tiveram a impressão de que jamais haveria gente suficiente para lotar aquele gramado interminável. Sensação muito diferente tive quando participei, na Praça da Sé, em São Paulo, da apuração de votos da campanha das “Diretas Já”.

Quadro 12 – Opiniões dos entrevistados sobre algumas questões relativas a características da sociedade brasileira

Nome	Cidade diferente	Cidade fria	Fácil fazer amigos	Pessoas individualistas	Pessoas fechadas	Vida solitária	Pouca discriminação
Grupo 1							
Marcelo	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda parcial.	Discorda plena.	Discorda parcial.	Discorda plena.	Concorda plena.
Cezar	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda plena.
Emiliano	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.	Discorda plena.	Discorda parcial.
Fábio	Concorda plena.	Discorda plena.	Indiferente	Concorda parcial.	Discorda plena.	Discorda parcial.	Discorda plena.
Grupo 2							
Daniela	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Discorda parcial.
José	Concorda plena.	Indiferente	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Indiferente
Mara	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.
Rosa	Concorda plena.	Concorda parcial.	Discorda plena.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.
André	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Discorda plena.
Raul	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Discorda plena.
Raquel	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda plena.	Concorda plena.
Camila	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Concorda plena.	Discorda plena.
Grupo 3							
Sérgio	Concorda plena.	Concorda plena.	Indiferente	Concorda plena.	Indiferente	Indiferente	Discorda plena.
Cláudia	Concorda plena.	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Discorda parcial.	Discorda parcial.	Discorda plena.
Paulo	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda plena.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Discorda parcial.
Jorge	Concorda plena.	Indiferente	Discorda parcial.	Concorda parcial.	Concorda parcial.	Indiferente	Discorda parcial.

Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal

Brasília é uma cidade diferente

Como visto anteriormente, as opiniões de todos os entrevistados, independentemente do grupo em que foram classificados⁴²⁰, são absolutamente consensuais em concordar plenamente com a afirmativa de que “Brasília é uma cidade diferente”.

As explicações dadas a cada resposta em particular complementam-se entre si, determinando um rico panorama daquelas que são as singularidades da capital federal na visão dos entrevistados. Dos elementos apresentados como particularidades de Brasília, aqueles que contêm elementos explicativos para o fenômeno do “silêncio social” são aqui analisados por meio de três temas gerais agregados: 1) espaço diferente e sociedade sem estratificação; 2) multiculturalismo; e 3) pessoas diferentes. Outros temas surgidos nos depoimentos, que não serão analisados por suas explicações não terem apresentado qualquer relação com a questão do “silêncio social” foram: misticismo; geografia; e juventude da população.

1) Espaço diferente e sociedade sem estratificação

Dentre todas as questões temáticas apresentadas pelos entrevistados para justificar a singularidade de Brasília, a questão do espaço foi a que apresentou maior recorrência nos discursos, sendo, em muitos, o ponto nodal das análises sobre as particularidades da sociedade brasiliense. Dos dezesseis entrevistados, onze⁴²¹ mencionaram o espaço – mais especificamente, a ação de um planejamento urbano racional e seus resultados – como um dos elementos responsáveis pela singularidade de Brasília.

Alguns entrevistados entendem que a organização espacial de Brasília – na qual encontra-se implícita a existência das cidades-satélites e sua segregação em relação ao centro – contribui de várias formas para ampliar o sentido de qualidade de vida que caracteriza a cidade⁴²². É ela, acima de outras coisas, quem faz de Brasília uma cidade agradavelmente silenciosa – em sentido literal –, menos violenta que os grandes centros

⁴²⁰ A título meramente de referência, os nomes dos entrevistados serão seguidos do número do grupo de opinião no qual os mesmos foram classificados.

⁴²¹ Esses entrevistados são: Fábio (1), Cláudia (3), Emiliano (1), Cezar (1), Raul (2), Rosa (2), Daniela (2), Camila (2), Sérgio (3), Mara (2) e Jorge (3).

⁴²² Esses entrevistados são: Cláudia (3), Cezar (1) e Emiliano (1). Em outros momentos das entrevistas, a afirmação de que o tipo de ordenamento espacial de Brasília contribui de algum modo para ampliar a qualidade de vida local foi feita também por: Marcelo (1), Raquel (2), Fábio (1), Sérgio (3), Rosa (2), Raul (2), Daniela (2), Mara (2) e André (2).

nacionais, dotada de um trânsito mais civilizado do que o que se costuma ver em outras partes do Brasil. Além disso, uma tal organização espacial que dota a cidade de amplos espaços vazios, ocupados apenas por áreas verdes como gramados e bosques, dá a capital federal – uma cidade com todas as qualidades de uma metrópole – o bucolismo e a tranquilidade típicos das cidades do interior. Os endereços numerados e não nomeados ajudam a compreender a estrutura espacial urbana; a disposição das superquadras facilita a interação das pessoas; as vias de circulação rápida reduzem os transtornos do trânsito e transmitem um aspecto mais ordenado ao espaço público; a condição de capital da república garante áreas monumentais e até mesmo transcendentais à arquitetura moderna dos prédios públicos, embelezando de modo muito singular a paisagem; os vazios espaciais garantem que a cidade não se congestionue em demasia com construções e multidões; por fim, a estandarização dos elementos construtivos e a organização das atividades criam um ambiente ordenado e harmônico inexistente nas cidades tradicionais onde cores, sonoridades e funções aglomeram-se no espaço de forma desregulada.

O que se encontra subjacente às representações daqueles entrevistados que entendem positivamente a organização espacial brasiliense é, dentre outras coisas, a própria leitura que os mesmos fazem da cidade grande em termos de seus malefícios. Para esses entrevistados, não há qualidade de vida nas grandes cidades brasileiras, dentre outras coisas, pela desorganização espacial que as caracteriza e que é a grande responsável pelas aglomerações humanas – nas construções amontoadas das favelas que se avizinham perigosamente dos bairros de classe média e alta, no trânsito engarrafado, na multidão alucinada de pedestres que lotam os centros. Nessa ótica, Brasília seria o oposto da cidade grande naquilo que ela tem de nefasto, justamente por ser uma cidade racionalmente planejada para que aqueles transtornos fossem evitados.

Por outro lado, para outros entrevistados que apontaram o espaço como elemento diferencial de Brasília – ainda que alguns deles entendam que as características espaciais asseguram a cidade uma qualidade de vida comparativamente maior do que aquela existente em outras cidades de mesmo porte no Brasil⁴²³ –, o planejamento demasiado

⁴²³ Vale notar que mesmo entre aqueles entrevistados que afirmam que Brasília não é uma cidade grande, as comparações em termos de qualidade de vida jamais são feitas tomando como parâmetro as cidades medianas, mas sim as grandes metrópoles nacionais. No imaginário local e possivelmente no imaginário nacional como um todo, a capital federal é uma grande cidade. A capital é, como diz um dos entrevistados, uma cidade “muito importante, fonte da sabedoria, raiz de tudo” (Jose (2), 34 anos, nascido em Granja/CE, morador do DF há 13 anos).

racional tem como contrapartida a produção de uma cidade de difícil circulação, vazia, fria, desenraizada, sem identidade, robotica, sem misturas sociais e, portanto, sem o calor humano que emana do povo e de sua solidariedade típica¹²⁴

A negação da pluralidade social e de usos do espaço da cidade que caracteriza a urbanidade tradicional brasileira – dentre outros aspectos da espacialidade brasiliense – é, para algumas pessoas, a marca “silenciosa” da arquitetura moderna de Brasília com sua racionalidade instrumental. Essa razão ordenadora dos conflitos e do dissenso, típica das arquiteturas do poder das quais Haussman é um dentre muitos representantes, cria uma cidade de iguais – ao jogar o “outro” para periferias satélites – e nega a efervescência dos contatos populares e os riscos que a mesma pode representar para a estabilidade do poder central. Diante da monumentalidade dos vazios de Brasília, tem-se sempre a impressão de que nenhuma multidão será capaz de preenchê-los – assim é nas grandes festas populares ou nas grandes manifestações políticas¹²⁵ –, do mesmo modo que se tem a impressão de que nenhuma aglomeração humana é realmente uma multidão.

Não há multidão e não há mistura. Aqui, a metrópole de Fritzlang – uma cidade maquinal onde uma massa indiferenciada de homens vive para fazer funcionar a engrenagem urbana – materializa-se não por meio de um ambiente opressivo porque demasiado carregado de concreto e máquina. Ela se materializa – e nisso reside parte de seu fetiche – em um aprazível ambiente bucólico, onde uma arquitetura tão artística quanto técnica faz uso do concreto armado para desenhar curvas suaves que flutuam sobre espelhos cristalinos e se perdem no horizonte distante, em meio ao azul infinito. Apesar dessa paisagem, o espaço de Brasília – espaço puramente moderno, porque desprovido da contaminação das urbanidades tradicionais – é, para muitos, um espaço de opressão por todo o maquinismo social que encerra. A capital de todos os brasileiros oprime muitos dos que aqui vivem, ou vivem em suas franjas, por ser uma “máquina de viver” – que não permite que se confundam trabalho e diversão –, onde apenas alguns eleitos têm direito à inserção – os bem nascidos ou bem criados que, em meio ao analfabetismo e à miséria de uma nação eternamente “em desenvolvimento”, conseguem...

¹²⁴ Esses entrevistados são: Fábio (1), Raul (2), Rosa (2), Daniela (2), Camila (2), Sérgio (3), Mara (2) e Jorge (3).

¹²⁵ Do interior de uma das maiores manifestações populares já ocorridas na Esplanada dos Ministérios, a chamada “marcha dos cem mil” – ação organizada pelo Movimento dos Sem Terra que contou com mais de cem mil participantes, segundo seus organizadores – muitos, como eu, tiveram a impressão de que jamais haveria gente suficiente para lotar aquele gramado interminável. Sensação muito diferente tive quando participei, na Praça da Sé, em São Paulo, da apuração de votos da campanha das “Diretas Já”.

formar-se profissionais e, por isso, viver confortavelmente. Os outros, como “outros”, homens-engrenagem, estão no nível de baixo, entram pela porta dos fundos, vestem uniformes – ou roupas comuns, que de tão ordinárias uniformizam os diferentes. Não é difícil conhecê-los ou reconhecê-los, o difícil é compartilhar com eles uma mesma vida social. Moram longe, em lugares onde os “de dentro” não vão por medo, ignorância, desinteresse, preconceito, falta de tempo, falta de necessidade. Se Brasília é o centro, todos vêm a ela e não há por que o movimento ser inverso. Além disso, os “outros” possuem um jeito diferente de ser, falam sobre outros assuntos, vestem outras roupas, estudaram em outras escolas. Há tão pouco em comum, que para muitos não vale sequer a pena tentar uma amizade. Na cidade dos iguais, amizade é coisa para iguais.

2) Multiculturalismo

Se não há como negar que o espaço de Brasília é realmente singular, para algumas pessoas, contudo, não é ele o principal responsável pela definição de Brasília como uma cidade diferente. Para Raquel (2) e Marcelo (1), o que faz de Brasília uma cidade diferente é a síntese de todos os brasis que ela processa. Para aqui vieram, sem quaisquer raízes, pessoas de todas as partes do Brasil e também do mundo, cada qual trazendo consigo os traços de suas culturas regionais. Essas pessoas agregadas foram as responsáveis por criar uma nova cultura, síntese das muitas culturas que aqui passaram a coexistir⁴²⁶. A mesma miscelânea cultural que agrada Marcelo (1) por dar ares cosmopolitas⁴²⁷ à capital federal, responde, na opinião de Raquel (2), por parte da frieza que caracteriza a cidade e que a teria caracterizado ainda mais nos anos iniciais, quando a síntese cultural ainda não havia sido processada.

Não há dúvida que a história de formação de Brasília dá a essa cidade a particularidade que só têm as cidades surgidas sob circunstâncias artificiais. Não há, aqui, um povo que antecede a construção do espaço urbano. Há, contrariamente, um espaço que antecede o povo que o irá ocupar e transformar, um povo múltiplo, por definição, porque originário de todas as partes do país. Essa multiplicidade cultural não é, evidentemente,

⁴²⁶ Em nenhum dos dois depoimentos – no que tange particularmente à explicação dos motivos pelos quais Brasília é uma cidade diferente – mencionou-se que, a despeito de toda a diversidade cultural, não há diversidade de classe em Brasília, o que, evidentemente, minimiza as próprias diversidades culturais regionais.

⁴²⁷ A respeito da relação diversidade cultural/cosmopolitismo, vide: Ortiz (1999).

uma particularidade de Brasília. Nova York ou Paris são cidades muito mais cosmopolitas do que Brasília e mesmo em São Paulo ou no Rio de Janeiro o contingente de populações migrantes – ou descendentes de migrantes – é significativamente expressivo. A particularidade que há em Brasília, se comparada às cidades tradicionais, e precisamente a inexistência de uma base cultural precedente à chegada das populações migrantes, que pudesse atuar como fundamento inicial para uma síntese cultural posterior. Como afirma Nunes a respeito de Brasília, “a história de seus habitantes é exterior à cidade. Todos somos descendentes de lugares difusos (...) e, por isso, meio estrangeiros dentro do nosso próprio lugar”⁴²⁸. Essa particularidade faz-se sentida de formas distintas pelo praticante da cidade, em especial o migrante, podendo simbolizar frieza e vazio humano – dada a ausência de uma base cultural comum que possa servir de substituto, ainda que parcial, para a formação cultural de cada um⁴²⁹ – ou, por outro lado, um cosmopolitismo que permite ao brasiliense estar de certo modo em contato com todas as partes do Brasil – quando não do mundo – por meio da convivência com pessoas de todas as origens.

3) Pessoas diferentes

Uma terceira questão apresentada por alguns entrevistados⁴³⁰ como sendo um importante diferencial de Brasília é a forma como se dão as relações interpessoais locais, associadas que são ao jeito de ser brasiliense. Cada um dos entrevistados privilegiou um aspecto particular dessa temática, mas todos se concentraram em mostrar os resultados negativos desse jeito de ser. Nesse particular, Brasília foi descrita como uma cidade diferente por ser formada por “pessoas diferentes”⁴³¹, a saber, uma gente pouco hospitaleira, desconfiada, de fala contida diante de pessoas estranhas, artificial,

⁴²⁸ NUNES, 1997a, p. 15.

⁴²⁹ José (2), migrante da zona rural do Ceará, queixa-se de que a comida em Brasília não tem o mesmo sabor que a comida em sua terra. Falta, para ele, a originalidade das comidas caseiras e dos temperos tradicionais. Aqui é tudo mais ou menos artificial, tudo encontra-se no supermercado ou no shopping center. José (2) diz sentir muitas saudades da comida da sua terra. Esse mesmo sentimento de saudade de traços das culturas regionais que se deixou para trás na migração para Brasília é apresentado por Camila (2), Raquel (2), Cezar (1) e Rosa (2) ao lembrarem das festas de rua e de outras tradições culturais em seus locais de origem. Brasília é, para aqueles que sentem essa ausência, uma cidade vazia e desenraizada, porque não lhes oferece nada em troca das práticas tradicionais que cada qual deixou para trás. Rosa (2), por exemplo, não se queixa precisamente da ausência das festas de São João como conheceu no Rio de Janeiro, mas sim da ausência de festas populares, abertas, na rua, que pudessem atuar como substituto do São João em sua cidade natal. O mesmo pensa Camila (2) quando fala do Cirio de Nazaré.

⁴³⁰ São eles: André (2), Paulo (3), Camila (2) e José (2).

⁴³¹ Paulo (3), 30 anos, nascido em Brasília, morador de Taguatinga. Entrevista realizada em 20/07/2002.

discriminadora, e desrespeitosa aos direitos de cidadania das classes subalternas e ao sentido público dos espaços e serviços coletivos. Uma cidade temeRosa (2) do contato com o “outro” que, como outras leituras reforçam adiante, torna difícil a inserção social inicial, sobretudo para aqueles que vivem no mundo “de fora”: pobres, negros, “mal-vestidos”, neofitos diante das regras implícitas de sociabilidade e interação.

*E diferente na paisagem, é diferente nas pessoas. (...) Ela é diferente no respeito as pessoas. Parece que as pessoas não respeitam as pessoas, entende? (...) Diferente nesse respeito às pessoas que precisam do publico, do serviço publico*⁴³².

*Aqui as pessoas já vêem logo sua roupa, já vê se você tem carro. (...) Aqui é uma cidade bem da fantasia, onde a aparência tem valor. (...) Em Campinas (...) a possibilidade de eu namorar uma menina de classe média é bem maior que aqui. Aqui por eu não ter carro, por eu não ter dinheiro, por eu morar no C.O., (...) é quase impossível. Se eu fosse negro eu tava fodido de vez*⁴³³.

*E diferente. As pessoas são diferentes. Eu acho que as pessoas das outras cidades são muito hospitaleiras, são muito comunicativas. Quer chegar, quer conversar, quer conhecer. As pessoas aqui, elas são mais difíceis, né. É mais difícil de você chegar e já ter aquela conversa*⁴³⁴.

A identificação do jeito de ser do brasileiro como elemento de identificação das particularidades de Brasília reforça, por meio das teorias de senso comum, a percepção da cidade como a resultante da relação recíproca entre espaço e sociedade urbanas. Esse jeito de ser – conforme apontado inicialmente por alguns entrevistados na questão “Brasília e uma cidade diferente” e reforçado adiante pelas respostas a outras questões – corresponde, precisamente, ao *habitus* da população local, bem como à sociabilidade específica de Brasília. E nesse “jeito de ser” diferente que reside, pois, parte da identificação do “silêncio social” de Brasília.

⁴³² Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁴³³ Andre (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁴³⁴ Paulo (3), 30 anos, nascido em Brasília, morador de Taguatinga. Entrevista realizada em 20/07/2002.

Brasília é uma cidade fria

A apresentação dessa afirmativa tencionava perceber quais as representações específicas que os entrevistados faziam dessa máxima de senso comum, a qual o presente estudo toma como indicador do “silêncio social” local. Como visto anteriormente, as opiniões a esse respeito polarizaram-se entre os dois grupos de migrantes, dividindo-se também entre os próprios nativos.

Os elementos apresentados pelos entrevistados para negar ou afirmar uma possível frieza característica de Brasília foram agrupados nos quatro seguintes conjuntos temáticos³⁵: 1) Individualismo; 2) Raízes; 3) Grupos; e 4) Comportamento.

1) Individualismo

A temática do individualismo surgiu em cinco das dezesseis respostas à questão da frieza de Brasília. Apenas um dos entrevistados mencionou o tema para negar que Brasília seja fria. Comparando Brasília às duas maiores metrópoles nacionais – São Paulo e Rio de Janeiro, cidades que juntas somam aproximadamente 30 milhões de habitantes –, Marcelo (1) afirma que ambas são cidades muito mais frias que Brasília, porque nelas inexistem qualquer tipo de solidariedade, o que ainda existe aqui, apesar das mudanças que a cidade vem sofrendo em sua dinâmica social. Segundo Marcelo (1), em meio à multidão alucinada dos grandes centros, a pessoa encontra-se sozinha, desamparada. Cada um corre atrás de um tempo perdido e de seus próprios interesses. Por esse motivo ninguém é capaz de ajudar alguém que necessite. Um individualismo de proporções desumanas dotou as grandes metrópoles de uma frieza incomparável com o que se vivencia em Brasília. Aqui, um ritmo urbano menos acelerado, decorrente da própria estrutura espacial da cidade, assegura aos moradores certas reservas de solidariedade e cordialidade inexistentes em cidades maiores. Por tudo isso, pensa Marcelo (1), não há como dizer que Brasília é uma cidade fria.

Outros quatro entrevistados – Raul (2), Sérgio (3), Daniela (2) e Jorge (3) – justificaram que Brasília é uma cidade fria precisamente porque é característica da

³⁵ Um dos seis entrevistados que negam a frieza de Brasília – Emiliano (1) – limitou-se a dizer que não sente essa frieza, sem elaborar maiores explicações para sua percepção, enquanto Fábio (1) entende que Brasília não é fria por ter muitas opções culturais, sendo que para ele frias são as cidades onde há poucas opções de cinemas, teatros, museus etc. Os entrevistados José (2) e Paulo (3) não souberam responder a questão.

população local o individualismo, o fechamento de cada um em seu próprio mundo, seus interesses pessoais e suas posses. Como afirma Sérgio (3), “*se é uma cidade individualista, ela tende a ter esta característica*”⁴³⁶

O próprio “*nível econômico (...) talvez influencie isso*”⁴³⁷, pensa Raul (2). “*Mais dinheiro (...), pessoas mais independentes*” em relação às outras. Nesse sentido, diferentemente do que pensa Marcelo (1), a solidariedade social não seria tanto função da disponibilidade de tempo que a correria da multidão urbana impossibilita, mas da própria necessidade individual por um determinado tipo de interação. Como indica Simmel⁴³⁸, as necessidades e os interesses constituem matéria da interação social e tanto mais densos serão os laços interativos quanto mais os conteúdos da interação a isso conduzirem⁴³⁹

Segundo Daniela (2)⁴⁴⁰, na relação individualidade/grupo encontra-se um dos paradoxos que caracterizam Brasília: uma cidade com ares de interior – porque a convivência em grupos restritos faz com que todos se conheçam e se vigiem –, que é, ao mesmo tempo, uma cidade fria, porque os comportamentos individuais e os processos interativos se deixam conduzir pela máxima do “*cada um por si*” e nenhum por todos.

Ao dizer que Brasília é fria precisamente porque o individualismo é característica do *habitus* local, o que os entrevistados notam é, por um lado, a hegemonia do “conjunto de idéias e valores característico da modernidade”⁴⁴¹, a saber, o individualismo, bem como seu resultado no corpo social, a saber, a pulverização da sociedade em micro células interativas – a micrópolis⁴⁴² como substituto da cidade –, o isolamento dos atores sociais em seus próprios mundos e interesses, bem como o “silêncio” resultante do afrouxamento dos laços de solidariedade social e da sobreposição do “eu” ao “nós”.

*Silenciosa? É. Eu acho que o silêncio da individualidade (...). É o silêncio de se isolar (...). Esse silêncio que não faz um eco*⁴⁴³.

⁴³⁶ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁴³⁷ Raul (2), 23 anos, natural de Luanda/Angola, morador de Brasília há 7 anos. Entrevista realizada em 23/09/2002.

⁴³⁸ Simmel (1983b).

⁴³⁹ A respeito da relação entre solidariedade social e classe social, mais especificamente a solidariedade social entre as populações pobres, vide: Lewis (1972; 1975); Kowarick (1993).

⁴⁴⁰ Daniela (2), 17 anos, natural de Porto Alegre-RS, moradora de Brasília há 10 anos. Entrevista realizada em 25/04/2002.

⁴⁴¹ DUMONT, 1985, p. 11.

⁴⁴² A respeito da idéia de *micropolis*, vide: Argullol (1994).

⁴⁴³ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

2) Raízes

Três dos dezesseis entrevistados – Raquel (2), Cezar (1) e Raul (2) – justificaram suas respostas no todo ou em parte por meio da referência a ausência de raízes sociais em Brasília. Os três entrevistados foram consensuais em admitir que a ausência de raízes sociais, a saber, família – pensada em termos amplos e não apenas em termos da família nuclear – e velhos amigos, de um lado, bem como uma memória, um imaginário e uma cultura comuns, de outro, é responsável por produzir uma sociedade mais fria, porque carente de um cimento social que une a todos. Em uma cidade onde todos são estrangeiros, a multiplicidade de memórias, vivências, sonoridades e hábitos que não convergem para um ponto comum resulta, necessariamente, em desagregação e frieza. A frieza, nesse sentido, representa a ausência de um conjunto humano que se possa nomear propriamente social. Há células isoladas – as “panelinhas” regionais do passado; a família de “pais e filhos”, sem primos, tios, avós, agregados –, não uma sociedade propriamente dita. Enquanto as gerações nativas não começam a construir uma história coletiva, não há em Brasília nada que seja comum a todos. Há fragmentos, mas não um conjunto. Não há, pois, como emanar de um corpo social inexistente o calor que aquece as cidades dotadas de um passado comum e de unidade social, sobretudo aquelas em que a solidariedade social aproxima-se mais do tipo orgânico⁴⁴, como é o caso das cidades pequenas.

Segundo Raquel (2) e Cezar (1), o tempo de as gerações nativas começarem a construir sua própria história já desponta como fato na Brasília de hoje e faz com que, comparativamente à cidade que ambos encontraram há pelo menos duas décadas atrás, não seja possível mais afirmar que Brasília é uma cidade fria. Ela não é mais fria “*porque os jovens estão construindo a história deles aqui (...). Isso daí quebra o gelo, porque são nativos, (...) eles são de Brasília*”⁴⁵. Já não há mais, como antes, os grupos que se fecham em torno de bairrismos e fazem da cidade um somatório de colônias regionais que não se misturam. “*A geração que nasceu aqui já absorveu esse (...) pluralismo de pessoas que*

⁴⁴ A respeito dos tipos de solidariedade social, vide: Durkheim (1977).

⁴⁵ Raquel (2), 54 anos, natural de Rio Claro-SP, moradora de Brasília há 30 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

veio cada um de um canto e (...) começou a quebrar essa frieza, começou a haver mais integração”¹⁴⁶.

Raul (2), porém, entende que “muitas pessoas na verdade não cresceram juntas aqui. As pessoas vieram já crescidas pra cá, deixaram talvez seus amigos lá, então, não criaram laços”¹⁴⁷. Ele acredita que “isso ainda reflete até hoje”, não é algo que vive apenas no passado da cidade.

3) Grupos

A temática dos grupos sociais, que identifica o modelo hegemônico de sociabilidade local, foi mencionada por três entrevistados – Sérgio (3), Rosa (2) e Cláudia (3) – quando da análise da questão da frieza em Brasília. Como Sérgio (3) costuma explicar às pessoas recém-chegadas à cidade, a inserção nos grupos sociais é um imperativo da sociação local: “Você tem que ter o seu grupo senão você vai morrer isolado nessa cidade, é verdade!”¹⁴⁸.

Sérgio (3) e Rosa (2) utilizaram a referência aos grupos fechados para justificar por que entendem que Brasília é uma cidade fria, ainda que o próprio Sérgio (3), a exemplo de Cláudia (3) – que nega a falta de calor humano da cidade – nunca tenha experimentado a sensação de frieza, justamente por pertencer a um grupo – ou gueto – com o qual acaba se relacionando.

*Brasília a gente acaba vivendo em guetos. Eu acho que por viver em guetos é uma demonstração da frieza, porque se você só vive em gueto é porque não há espaço para ter uma relação social mais ampla*¹⁴⁹.

Diferentemente de Sérgio (3) que não experimenta, mas identifica a frieza de Brasília, Cláudia (3) nega essa frieza precisamente por nunca tê-la sentido. A entrevistada não justifica sua posição diretamente por meio da referência à vida grupal, mas o faz indiretamente ao explicar o paradoxo de sua própria representação.

Eu nego, eu nego! (...) Eu acho que Brasília é uma cidade que tem sim aquela dificuldade (...) de você começar a fazer amizade, mas não acho que

¹⁴⁶ Cezar (1), 62 anos, nascido em Presidente Prudente/SP, morador de Brasília há 35 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

¹⁴⁷ Raul (2), 23 anos, natural de Luanda/Angola, morador de Brasília há 7 anos. Entrevista realizada em 23/09/2002.

¹⁴⁸ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

¹⁴⁹ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

e uma cidade fria. Não acho que as pessoas aqui sejam tão frias. Mas é um paradoxo, porque eu não conheço o meu vizinho do lado, mas tenho uma vida social enorme fora da minha casa (...). Aliás, conheço de bom dia no elevador (...). Eu sei o nome do meu vizinho que tem mais ou menos minha idade, (...) mas não é aquela coisa de a gente sentar junto embaixo do bloco. Eu tenho a minha turma, ele tem a dele⁴⁵⁰.

Inseridos na célula onde acontece a vida social de Brasília – o grupo fechado ou gueto, como prefere Sérgio (3) – Cláudia (3) e Sérgio (3), ambos nascidos na cidade, nunca experimentaram em sua prática cotidiana os indícios de frieza vividos por Rosa (2) em sua chegada anos atrás.

Dentro do grupo, onde todos são iguais, pares, conhecidos, não há grandes espaços para reservas ou desconfianças, precisamente porque não há o “outro”, há apenas o “nós”. A identidade é condição para o ingresso e a manutenção de um membro no interior do grupo⁴⁵¹. A frieza transmitida pela impessoalidade e pela indiferença dos comportamentos individuais defensivos no espaço público – espaço heterogêneo e sem controle – não encontra justificativa para existir no espaço do grupo, a saber, um espaço social e simbólico dominado, conhecido, seguro. A luta por diferenciais de poder e marcação simbólica contida na relação *insider outsider* é caracteristicamente intergrupala ou, quando muito, ocorre a partir do grupo em direção àqueles que dele são excluídos, ainda que os mesmos não cheguem a constituir um grupo em si⁴⁵². Ela não é caracteristicamente um processo intragrupal. Dentro do grupo – a menos nos casos de pelepas que subdividem os grupos e reproduzem internamente a lógica conflitual externa – as disputas por espaço e poder têm outra natureza, configurando-se não necessariamente como processos de exclusão – desprezo, indiferença, silêncio –, mas prioritariamente como processos interativos, ainda que conflituos⁴⁵³, cujas táticas de luta encontram-se em uma esfera sociativa distinta daquela que caracteriza as táticas de exclusão.

⁴⁵⁰ Cláudia (3), brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁴⁵¹ Como afirma Simmel (1983b), “se a própria sociação é interação, sua expressão mais pura e mais estilizada se dá entre iguais (...). A sociabilidade demanda o mais puro, o mais transparente, o mais eventualmente atraente tipo de interação, a *interação entre iguais*” (Op. Cit., p. 173).

⁴⁵² A esse respeito, vide: Elias; Scotson (2000).

⁴⁵³ Como indica Simmel (1983b), o conflito é uma variante do processo interativo, visto que há comunicação e disputa. A exclusão, se pensada como o silêncio absoluto da indiferença, do anonimato, da atribuição de invisibilidade ao outro, não apresenta natureza interativa semelhante ao conflito aberto. Ela constitui, antes, uma anti-interação. A esse respeito, vide: Xiberras (1994).

Vista pela ótica interna dos grupos, Brasília não tem por que ser fria, a menos que se reconheça a frieza potencialmente experimentada pelo “outro” enquanto excluído da vida social local.

4) Comportamento

Três entrevistados – Mara (2), André (2) e Camila (2) – identificam a frieza de Brasília no comportamento das pessoas no espaço público. Cada um dos três apresenta a questão de uma perspectiva diferente, mas todos convergem para o entendimento de que o comportamento público do brasileiro, fora do seu grupo de pares, de seu espaço social e simbólico de domínio, é caracteristicamente frio, reservado, impessoal.

Segundo André (2), a sociabilidade local restringe-se, basicamente, a dois mecanismos interativos: a natividade, que garante a socialização do indivíduo no corpo dos valores locais, possibilitando a formação de laços sociais primários no seio de grupos que se constituem relativamente fechados desde os tempos da escola, e os bens materiais, por meio dos quais o “outro” passa a ser identificado como um membro em potencial, por apresentar-se – ao menos externamente – como um igual. Para André (2), a frieza é uma das características de Brasília, “*uma cidade que (...) ou você nasce aqui pra você construir possibilidades de ter calor, ou você vai ter que comprar*”⁴⁵⁴. Para ele, as pessoas em Brasília, mais do que em outras cidades onde já viveu⁴⁵⁵, comportam-se de forma a reiterar a importância das aparências no jogo sociativo, sobretudo aquelas expressas por bens materiais como roupas de marca, carros, celulares, ou mesmo o local de moradia.

Como afirma Goffman⁴⁵⁶ a respeito da representação do ator social na vida cotidiana, a *fachada* constitui o equipamento expressivo da representação, cuja finalidade é definir a situação para os observadores da representação. É por meio da chamada *fachada pessoal* que o observador pode orientar suas expectativas quanto ao ator da representação, bem como quanto à sua própria participação no jogo interativo que a representação individual

⁴⁵⁴ André (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁴⁵⁵ Nesse particular André (2) compara Brasília a Campinas-SP, São Paulo-SP, Cuiabá-MT e Corumbá-MS, todas cidades onde morou.

⁴⁵⁶ O termo representação, nesse sentido, corresponde “a toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 1992, p. 29).

orienta. *Aparência*⁴⁵⁷ e *maneira*⁴⁵⁸ são componentes da *fachada pessoal* e, em geral, como indica Goffman, os observadores da representação esperam encontrar compatibilidade entre ambas.

Na cidade moderna, caracteristicamente uma sociedade urbana de consumo⁴⁵⁹, tanto as *aparências* como as *maneiras* de representar são diretamente influenciadas, quando não determinadas, por indicadores materiais da posição social de cada agente. Esses signos materiais – determinadas mercadorias como celular ou carro, certas marcas de roupas, calçados e bolsas, e, em alguns casos, igualmente o local de moradia⁴⁶⁰ –, ao indicarem, de antemão e por meios exteriores, onde se localizam identidades e diferenças, atuam como estereótipos que fazem a mediação entre os atores sociais, orientando suas expectativas em relação ao outro, bem como as possibilidades interativas delas decorrentes.

Essa é uma expressão da tragédia moderna, pensariam Simmel e Benjamin⁴⁶¹. O dinheiro, que permite, ao mesmo tempo em que seleciona, o acesso a mercadoria, “coisifica” o homem e humaniza as coisas. Na cidade da modernidade, a ausência desse instrumento de equivalência geral representa a limitação das possibilidades sociativas. Antes de poderem ser o que são – ou seja, antes de serem reconhecidas por sua personalidade, seu caráter, suas particularidades individuais – as pessoas, niveladas que são

⁴⁵⁷ “Aqueles estímulos que funcionam no momento para nos revelar o status social do ator” (GOFFMAN, 1992, p. 31).

⁴⁵⁸ “Os estímulos que funcionam no momento para nos informar sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima” (GOFFMAN, 1992, p. 31).

⁴⁵⁹ Sassen (1998) aponta para a necessidade de que se estude as cidades modernas – as grandes metrópoles mundiais – não mais por meio de uma metodologia ecológica, que considere cada cidade como uma formação urbana particular, mas por meio de uma metodologia que permita pensar a grande cidade no seio de uma sociedade globalizada em termos de práticas econômicas e sociais, valores e cultura. Essa cidade global – que não é somente a grande metrópole cosmopolita, mas em termos teóricos, a cidade moderna em si – é caracteristicamente uma cidade da produção e do consumo capitalistas, ambos pensados em sua forma contemporânea, a saber, não mais restrito à grande indústria ou às massas unicamente, mas flexível ao capital financeiro e à indústria da informação, bem como a formas de consumo permanentemente reinventadas pela dinâmica auto-revolucionária do próprio sistema global. A consideração à cidade globalizada encontra-se contemplada no presente estudo por meio da consideração à realidade urbana não apenas como *cosmo* em si, mas igualmente como *fragmento* de um universo social amplificado. A respeito da relação *cosmo/fragmento* na cidade, vide: Silva (2003).

⁴⁶⁰ As mercadorias que atuam como indicador de status social variam em significância simbólica com a mesma efemeridade com que as novidades se tornam ruína na grande cidade. As marcas, os modelos e os próprios produtos sucedem-se em importância simbólica, assumindo a volatilidade que caracteriza as relações sociais e materiais da modernidade.

⁴⁶¹ Simmel (1998a; 1998b) e Benjamin (1985; 1980) entendem que a modernidade é um tempo social trágico porque produz, por suas tendências intrínsecas mais profundas, o conjunto de forças destruidoras mobilizadas contra si própria. A tragédia moderna reside, na visão de Simmel, na separação das esferas objetiva e subjetiva do mundo por meio do dinheiro e da equivalência geral que o mesmo produz. Para Benjamin, o sentido dessa tragédia encontra-se na hegemonia da mercadoria no corpo das relações sociais, determinando um tempo de relações sociais e materiais efêmeras e de inúmeras perdas sociais irrecuperáveis. A respeito do conceito de tragédia, vide: Souza; Oelze (1998).

pelo dinheiro e pela mercadoria, são reconhecidas apenas por aquilo o que têm – as posses materiais que constituem a *fachada pessoal* de cada um. A frieza que simboliza um tal mecanismo societário como esse encontra-se na desumanização daqueles que estão aquém das possibilidades de consumo – ou não compartilham do mesmo universo de valores –, bem como no isolamento social ao qual esses atores estão sujeitos precisamente por não construírem uma *fachada pessoal* à base daqueles elementos simbólicos que são representativos das possibilidades de inserção na sociedade moderna. É na exclusão social que reside, pois, a identificação da frieza de Brasília quando pensada em termos de consumo⁴⁶²

Para Camila (2), “é o jeito de ser das pessoas que traduzem essa frieza. Elas acabam traduzindo isso no comportamento delas”⁴⁶³. Dois indicadores de um comportamento frio foram apresentados por Camila (2). O primeiro é o descaso ou a indiferença com que se trata a coisa pública – sobretudo as pessoas que necessitam de serviços públicos, em geral as pessoas mais pobres –, quando não a apropriação indebita do espaço público para fins privados. O segundo é a repressão auto-imposta pelas pessoas à expressão pública de seus próprios sentimentos, suas ações e emoções, a qual atribui ares de artificialidade aos comportamentos.

É tudo muito “oi, como vai, tudo bem?”. Parece que as pessoas não ficam à vontade, não liberam suas emoções. (...) Não são muito profundas, não vão até a fundo na coisa, no sentimento. (...) Elas riem de forma muito técnica. (...) Eu fui assistir um show sábado passado, (...) comentei com o meu marido, “nossa senhora, se isso aqui é em Belém, nossa, o pessoal já tinha levantado, já tinha dançado, sabe?”. (...) Tu sentas lá e parece que tu tá assistindo a ópera”⁴⁶⁴.

Aparentemente desconexos entre si, esses dois indicadores da frieza de Brasília interligam-se na medida em que ambos identificam o espaço público – espaço tradicionalmente reservado ao desconhecido – como sendo o *locus* da frieza social da cidade. É justamente o espaço público – no qual a civilização gradativamente substitui a barbárie, praça é sucedida pelo jardim, a rua pela galeria, o centro pelo *shopping center* – aquele local onde as máscaras resultantes da combinatória entre coerção social e

⁴⁶² A respeito da relação consumo/exclusão na contemporaneidade, vide: Bauman (1998; 1999).

⁴⁶³ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁴⁶⁴ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

autocontrole psíquico fazem com que se reproduzam comportamentos orquestrados, reprimidos, teatrais⁴⁶⁵. Na cidade propriamente moderna – e Brasília talvez seja um dos mais célebres exemplos de uma cidade geneticamente moderna –, o espaço público há muito não é mais o espaço do escárnio, do riso, da festa. Civilizado, o espaço de todos sucumbe às exigências impostas por uma ordem social racionalizada, discreta e vigilante e se transforma precisamente em seu oposto: deixa de ser de todos – sempre que a isso o Estado autoriza – e passa a ser de alguns, porque a cidade é ela própria um espaço de exceção, de núcleos sociais insulados. Nesse espaço racionalizado, o silêncio substitui o grito, o riso, a arruaça – até mesmo o som submete-se aos controles da razão burocrática e deixa de existir onde não se faz necessário⁴⁶⁶, a impessoalidade rouba a cena das interações coletivas e a frieza parece um resultado óbvio, ao menos para aqueles que, como Camila (2), têm “*outras referências de vivência e de cidades*”⁴⁶⁷.

Mara (2) concorda que a frieza dos comportamentos em público é uma característica de Brasília. Ela própria, tendo sido socializada na cidade, aprendeu a adotar esse comportamento reservado diante de pessoas desconhecidas e a se sentir confortável com ele.

*Eu me acostumei com essa frieza. Eu cheguei aqui aos cinco anos. Eu me incomodo quando as pessoas puxam conversa no ônibus, porque eu fui educada em Brasília e Brasília é uma cidade fria sim, onde as pessoas parece que conhecem o seu lugar, elas não abordam a não ser os seus pares. (...) Eu não gosto das pessoas que (...) eu não convivo cotidianamente. Há um distanciamento entre as pessoas de Brasília e eu me acostumei a esse distanciamento. Eu acho conveniente, confortável. Nunca vivi nenhuma outra realidade a não ser essa. (...) Quando eu visito outras cidades, eu vejo que Brasília é muito diferente*⁴⁶⁸.

A frieza dos comportamentos individuais no espaço público pode ser considerada como um dentre muitos indicadores de uma hegemonia da racionalidade instrumental no campo interativo. Na cidade moderna, centro da razão burocrática – no caso de Brasília,

⁴⁶⁵ A esse respeito, vide: Elias (1994b: 1993) e Segawa (1996).

⁴⁶⁶ Dos dezesseis entrevistados, treze concordam no todo ou em parte com a afirmativa de que “Brasília é uma cidade silenciosa”; dois entrevistados não opinaram a respeito; e uma discordou parcialmente. Dentre as explicações encontra-se, segundo muitos entrevistados, a particularidade de os motoristas de Brasília não usarem as buzinas dos carros a não ser em situações extremas. Esse é um traço diferencial de Brasília se considerada a cultura sonora do trânsito brasileiro, indicador do domínio de uma racionalidade instrumental no âmbito do trânsito da cidade.

⁴⁶⁷ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁴⁶⁸ Mara (2), 37 anos, nascida em Colatina-ES, moradora do Distrito Federal há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

igualmente centro do poder de Estado –, as interações sociais de caráter mais profundo e duradouro restringem-se preferencialmente aos grupos de pares e aos espaços de domínio, enquanto as interações superficiais – as que se sucedem no espaço público – submetem-se a uma razão utilitária que seleciona com quem, por que e até onde interagir.

As vezes chega um pessoal (...) que gosta muito de conversar (...), senta do teu lado. Com certeza eu vou responder com monossilabos e isso eu já estou adequando esse individuo que aqui em Brasilia a gente não gosta muito dessa proximidade de quem não se conhece. Então eu vou tentar adequar através do comportamento. "Ah, você mora aqui há muito tempo?". "Sim", né, e continuo olhando pra frente. "Ah, porque eu vim de...". Ponto. Eu estou de alguma forma já doutrinando essa pessoa pra que ela fique meio robótica igual à gente aqui em Brasilia (risos). Não vem não que aqui não cabe (risos)⁴⁶⁹.

A opção racionalizada pela não interação resulta, evidentemente, em um comportamento que se traduz por indiferença, desprezo e distintas tentativas de atribuir invisibilidade ao outro. Os olhares se cruzam, mas nada dizem de si; monossilabos substituem diálogos inteiros. Nada há a comunicar, porque nada há em comum. E mais. Quando há algo a comunicar, o que se faz por meio de um delicado conjunto de táticas de distanciamento, é precisamente que o *habitus* local não autoriza certos comportamentos. É essa “doutrinação” – a de colocar o “outro” no seu “devido lugar” – que reforça no plano tático das interações cotidianas o sentido de frieza que muitas pessoas atribuem a Brasília, em especial aqueles que são submetidos a tão doloroso ensinamento.

Parece que não tem ninguém do lado, se tem faz de conta que não tem⁴⁷⁰.

Brasília é uma cidade onde é fácil fazer amigos

As respostas a essa afirmativa apresentam inúmeras recorrências com o que foi dito a respeito da frieza de Brasília, em virtude de se tratarem de questões complementares. Os temas nos quais as respostas agregam-se – tanto aquelas que concordam com a afirmativa de que é fácil fazer amigos em Brasília quanto as que discordam ou são indiferentes a

⁴⁶⁹ Mara (2), 37 anos, nascida em Colatina-ES, moradora do Distrito Federal há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

⁴⁷⁰ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

mesma – repetem dois dos temas apresentados no item anterior: 1) Grupos; e 2) Comportamento.

1) Grupos

A temática dos grupos sociais foi aquela de maior recorrência entre os entrevistados. Dos dezesseis, nove mencionaram a questão dos grupos para justificar suas opiniões contrárias, favoráveis ou indiferentes à afirmativa de que “Brasília é uma cidade onde é fácil fazer amigos”⁷¹

Sergio (3) e Fábio (1) não se sentem confortáveis para responder a questão porque ambos, em virtude de uma inserção social rápida em um ou mais grupos, jamais encontraram dificuldade em fazer amizades em Brasília e pensam que suas experiências pessoais talvez sejam insuficientes para subsidiar uma análise mais geral sobre a cidade como um todo. Pelo mesmo motivo, jamais ter enfrentado dificuldade de interação, Emiliano (1) nega que essa dificuldade possa ser uma característica da cidade.

Cláudia (3), Marcelo (1), Raquel (2) e Cezar (1) também acreditam que Brasília seja uma cidade que facilita a interação social. Para Cezar (1), em especial, que chegou a Brasília quando a cidade tinha menos de uma década de fundação, fazer amigos, colegas, turmas e mais um imperativo de sobrevivência imposto por uma cidade solitária do que propriamente uma qualidade da dinâmica social ou espacial local. “*A própria cidade obriga que se faça amigos. Ou faz ou morre, vira um ermitão*”⁷² Hoje, acredita Cezar (1), a exemplo do que pensa Raquel (2), esta mais fácil fazer amigos em Brasília do que antes, porque a própria mistura de culturas experimentada pela cidade, bem como a necessidade de superação do antigo modelo de sociabilidade baseado nas “panelinhas” regionais conduz a uma integração natural entre as pessoas. “*As pessoas (...) perceberam que não podiam continuar só convivendo com os seus conterrâneos. (...) Então, começou a haver a necessidade de uma integração. (...) E é tanto que você não tem mais esses núcleos ou esses grupos fechados na sua origem*”⁷³.

⁷¹ Foram eles: Sérgio (3), Fábio (1), Emiliano (1), Cláudia (3), Marcelo (1), Raquel (2), Cezar (1), Rosa (2) e Mara (2).

⁷² Cezar (1), 62 anos, nascido em Presidente Prudente-SP, morador de Brasília há 35 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

⁷³ Cezar (1), 62 anos, nascido em Presidente Prudente-SP, morador de Brasília há 35 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

Diferentemente do que pensam Cezar (1) e Raquel (2), Marcelo (1), contemporâneo de Cezar (1) na chegada a cidade, acredita que fazer amigos em Brasília hoje em dia, a despeito de ainda não ser uma tarefa difícil, já não é mais tão fácil como em outros tempos. Nos tempos de sua chegada à cidade, *“havia justamente essa busca, essa necessidade de você fazer amizade. (...) Era como se fosse uma revistinha em quadrinho, você ia na rua e tinha aquela legenda assim, com aquelas bolhas assim dizendo “ôpa, quero ser amigo”, “quer ser meu amigo?”. Você ia na padaria, caía uma moedinha, o cara abaixava pra pegar, dali já conversava, né”*¹⁷⁴.

Aos poucos, a solidão que afligia a todos foi cedendo lugar para uma sociabilidade restrita ao interior dos grupos. As pessoas foram se integrando umas às outras na forma da turma, do grupo fechado, e aquela facilidade inicial de relacionamento – quase um imperativo de sobrevivência como colocam Cezar (1) e Marcelo (1)¹⁷⁵ – deixou gradativamente de ser sentida. *“O camarada vai chegar aqui, talvez ele até tenha uma visão deturpada da cidade, “pô, cidade difícil de se fazer amizade”. Mas não é, porque os grupos sociais já se formaram. Então ele com certeza não vai ter a mesma facilidade de fazer amizade como a gente tinha naquela época”*¹⁷⁶.

Se existe alguma dificuldade de interação em Brasília, essa é, segundo Marcelo (1) e Cláudia (3), uma dificuldade transitória, restrita apenas às pessoas que se encontram fora dos grupos, em geral aquelas pessoas vindas de fora da cidade.

*Eu acho que é fácil fazer amigos em Brasília, desde que você dê assim o primeiro passo. (...) Demora, mas quando você faz um, você ganha um grande círculo. Sempre é assim. É uma característica de Brasília”*¹⁷⁷.

Para o membro do grupo, *insider* por definição, fazer novas amizades é um processo mediado e por isso mesmo facilitado pela própria dinâmica dos grupos e seu inter-relacionamento incessante.

¹⁷⁴ Marcelo (1), 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

¹⁷⁵ Tanto Cezar (1) quanto Marcelo (1) fazem absoluta questão de frisar que os tempos iniciais de vida em Brasília foram marcados pela busca por amizades e pela facilidade em se fazer amigos, uma vez que a busca era de todos. Cezar (1) menciona alguma dificuldade nas interações apenas quando faz referência as “panelinhas” regionais, enquanto Marcelo (1) sequer comenta esse assunto.

¹⁷⁶ Marcelo (1), 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

¹⁷⁷ Cláudia (3), brasiliense nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

Eu tenho o meu ciclo de amizades, né, mas, de vez em quando alguém novo chega trazido por um desses que fazem parte do ciclo da nossa amizade e também somos levados pra conhecer outras pessoas que pertencem a outros ciclos de amizade, e aí vai havendo uma integração⁴⁷⁸.

Vista do interior dos grupos – que são relativamente fechados em si, mas se comunicam uns com os outros por meio de membros em comum – a cidade adquire novas proporções. Deixa de ser o monstro impessoal metropolitano, frio pela distância incomunicável que separa indivíduos e não pessoas, e passa a se confundir com as cidades pequenas, aquelas onde um mesmo espaço compartilhado por todos reduz o anonimato e a solidão.

Eu mesma. Eu conheci (...) uma pessoa que era amigo de 2º grau do meu namorado. (...) De repente, (...) criei aqui um grupo. Daqui a pouco você tá saindo e encontra com algumas pessoas desse grupo no Beirute⁴⁷⁹. E de repente você descobre que seu amigo de 2º grau estudou com tal pessoa, no primário. É a grande roça. Aí acho que entra aquele negócio de roça. Não é aquela coisa das pessoas saberem da sua vida, mas aquele conhecimento de interligação de pessoas conhecidas⁴⁸⁰.

Eu acho que Brasília parece uma grande cidade do interior ainda (risos). (...) Todo mundo se conhece, os círculos são os mesmos (...). Todo mundo conhece todo mundo. (...) Talvez pelos grupos serem muito fechados, todo mundo é parente de alguém que conhece alguém⁴⁸¹.

Por outro lado, no contexto de uma cidade cuja base societária encontra-se insulada em grupos relativamente fechados, aqueles que vivenciaram em algum momento de suas vidas a dificuldade de inserção social, encontram na própria existência dos grupos – ou melhor, em sua hegemonia como meio de interação – a razão para justificar por que Brasília não é uma cidade onde é fácil fazer amigos.

Normalmente, as pessoas têm um único círculo de amizade, um grande círculo, mas é aquele. Não tem muito espaço pra outras pessoas chegarem. É difícil você entrar num grupo já constituído. É difícil, é difícil. Você vai, conhece gente e bate papo, mas pra você entrar e fazer parte efetivamente

⁴⁷⁸ Marcelo (1), 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

⁴⁷⁹ Beirute é um dos mais tradicionais bares de Brasília, sendo um bar muito freqüentado por estudantes, intelectuais e artistas da cidade. A respeito do Beirute, vide: Fonseca (1994).

⁴⁸⁰ Cláudia (3), brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁴⁸¹ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

*daquele grupo é uma coisa que demanda tempo. Tem que ter uma aceitação dos outros e tal*³⁸².

*Não é tão difícil, mas tem sim uma certa restrição, não posso negar. Não é aquela coisa do tipo você vai ter que passar por um ritual, sacou? Vai ter que ser aceito por todos os membros, mas tem sim aquela coisa de uma pessoa te trazer e te apresentar pra os demais*³⁸³.

Segundo Rosa (2) e Mara (2), essa dificuldade de travar contatos iniciais imposta pela hegemonia dos grupos tende a reduzir-se conforme a pessoa passa a integrar um ou mais “espaços legítimos”, a saber, “aquele que você transita e é reconhecido pelos seus pares, por aquelas pessoas que estão ali”. Alguns desses espaços legítimos – tradicionais espaços de interação social em outras cidades – são, evidentemente, o trabalho, a escola, a igreja, a academia, dentre outros.

*Dentro dos meus espaços é muito fácil fazer amizade. A igreja é um espaço meu, então é muito fácil fazer amizade. O meu local de trabalho é um espaço meu. (...) É muito fácil fazer amizade dentro desses espaços. (...) Agora, se o espaço não for legítimo, não é fácil fazer amigos em Brasília*³⁸⁴.

Nesses espaços institucionalizados, as relações formais que unem as pessoas de maneira instrumental tendem, gradativamente, a ceder lugar a algumas poucas relações mais profundas e sólidas, as quais é possível chamar de relações de amizade propriamente, bem como a outras que consistem, por sua própria natureza social de coleguismo, em relações mais gerais e superficiais, cuja durabilidade é proporcional à extensão do próprio vínculo que une as pessoas envolvidas, seja ele o trabalho, o estudo, a religião, o esporte.

*Eu me dou muito com pessoal de trabalho. Pessoal do trabalho do meu marido, pessoal do meu trabalho. A gente tem uns amigos que a gente trás de infância, de adolescência, que é a amizade que a gente mantém até hoje, mas eu vou ser franca pra você, pouca coisa eu acrescentei. (...) Eu tenho uns cinco amigos assim, que eu conto nos dedos, que são amigos mesmo. (...) que eu sei que eu posso contar até de madrugada (...). Os outros, não. (...) São mais colegas, assim. É um bom colega*³⁸⁵.

³⁸² Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

³⁸³ Cláudia (3), brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

³⁸⁴ Mara (2), 37 anos, natural de Colatina-ES, moradora do DF há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

³⁸⁵ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

Em muitos casos, o tempo que separa o nascimento de amizades propriamente ditas da formação daqueles laços interativos mais frouxos e superficiais que caracterizam as relações entre colegas é demasiado longo – segundo os limites emocionais de cada um – e condiciona, pelo próprio vazio social que encerra, representações negativas a respeito da dinâmica societária local. Enquanto os amigos de verdade não começam a surgir – e esse é um tempo que pode ser bastante longo, sobretudo para o migrante que chega à cidade sem quaisquer laços sociais prévios – as pessoas parecem ser demasiado superficiais, frias ou artificiais, em virtude da forma assumida pelas relações interpessoais dominantes – “as pessoas não são fechadas, são superficiais”⁴⁸⁶, e a própria cidade transforma-se em um ambiente inospito, um lugar onde é impossível ter amigos, dada sua dinâmica social.

Aqui eu não tenho amigos (...). Que é que eu posso dizer? (...) Que é que a gente fala de amigo? As pessoas que compartilham, sabe? Mas eu não considero. (...) Lamento. Tem pessoas que (...) eu convivo no meu trabalho, mas de dizer amigo...⁴⁸⁷

Não, não. Colegas, só. Só colegas. Não, amigo não. (...) É só “e ai, e ai”. (...) Não tem “vamos lá em casa almoçar”, não tem “vamos pra cachoeira”, não tem⁴⁸⁸.

É difícil pra mim elencar cinco melhores amigos⁴⁸⁹.

2) Comportamento

Uma segunda ampla temática abordada pelos entrevistados para a análise da questão relativa à facilidade de se fazer amigos em Brasília foi a do comportamento social ou o jeito de ser brasileiro. Dez entrevistados explicaram seus pontos de vista sobre a questão da amizade, no todo ou em parte, por meio da análise do comportamento das pessoas que

⁴⁸⁶ Raul (2), 23 anos, natural de Luanda/Angola, morador de Brasília há sete anos. Entrevista realizada em 23/09/2002.

⁴⁸⁷ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁴⁸⁸ Andre (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁴⁸⁹ Mara (2), 37 anos, natural de Colatina-ES, moradora do DF há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002. Quando solicitado a dizer onde moravam seus cinco melhores amigos, Mara (2), Raul (2), Andre (2) e Camila (2) não conseguiram lembrar-se de cinco melhores amigos.

vivem em Brasília, associando-o a questões subsidiárias como a falta de tempo, o medo da violência, o individualismo e a discriminação social⁴⁹⁰.

Desses, o único que concordou em parte com a afirmativa de que Brasília é uma cidade onde é fácil fazer amigos foi Paulo (3). Brasiliense nato, morador de Taguatinga desde a infância – sempre na mesma casa –, Paulo (3) fez muitos amigos no decorrer dos seus trinta anos de vida e, em virtude de sua experiência pessoal, entende que não é tão difícil fazer amizade em Brasília⁴⁹¹. A análise de Paulo (3), todavia, centra-se no entendimento de que fazer amigos em Brasília atualmente é uma tarefa muito mais árdua do que já foi até cerca de dez anos atrás.

Segundo Paulo (3), o tempo presente, tempo de compromissos e medo, aniquila um passado recente, onde a vizinhança assumia as feições de uma grande família que se unia nas festas de rua e nas brincadeiras das crianças. As crianças de ontem, menos modernas que as atuais, eram também menos compromissadas com esportes, escola, idiomas. Elas brincavam mais na rua, viviam em turmas imensas e faziam traquinagem. A modernidade mudou o tempo/espço do brincar infantil. O peão e a pipa deram lugar a livros, escolas, tarefas. O fogareiro improvisado no fundo de um quintal qualquer, onde a turma toda cozinhava o doce de mamão no meio da noite, foi substituído pela televisão ou os jogos eletrônicos, ambos recursos que trancafiavam as crianças em casa e as insulam em um mundo onde poucos amigos substituem turmas inteiras. É a violência, pensa Paulo (3). No tempo da sua infância, a rua ainda era segura e podia ser desbravada pelas crianças afoitas, sem o temor dos pais. Hoje não dá mais. O medo da violência resulta em um medo do outro e as pessoas se fecham, falam pouco e cuidam de proteger a si e aos seus. Não há mais como cuidar de todos. Em lugar da hospitalidade tradicional, apenas desconfiança e medo. *“Eu acho que é peio que a gente vive hoje. Você não pode confiar em ninguém, principalmente numa cidade grande”*⁴⁹²

Alem disso, a vida adulta que obriga ao trabalho e a um contínuo aperfeiçoamento – escola, faculdade, cursos de várias naturezas – é quase um imperativo ao comportamento

⁴⁹⁰ Esses entrevistados são: Paulo (3), José (2), Marcelo (1), Mara (2), Rosa (2), Damela (2), André (2), Jorge (3), Raul (2) e Camila (2).

⁴⁹¹ Na percepção de Paulo (3), Brasília não se restringe à cidade aqui delimitada, mas estende-se a cidades-satélites como Taguatinga, Ceilândia, Guará.

⁴⁹² Paulo (3), 30 anos, brasiliense nato, morador de Taguatinga. Entrevista realizada em 20/07/2002. As perdas interativas decorrentes da violência urbana brasileira representam uma das muitas perdas produzidas por uma modernidade tardia e anômala como a que se vê na América Latina. A respeito das perdas trazidas pela modernidade, vide: Benjamin (1980). A respeito da conceituação de modernidade tardia e anômala, vide: Martins (2000).

individualista, porque ocupa o tempo e também a mente de cada um consigo mesmo e termina restringindo o universo social das pessoas a pequenos núcleos comunitários como a família e alguns poucos amigos mais íntimos. A micropolis substitui a cidade⁴⁹³. Com os velhos amigos, quando se encontram, a conversa é corrida e superficial, não por falta de afeto, mas por falta mesmo de tempo.

Assim pensa também José (2), para quem, comparativamente à roça, Brasília é um lugar difícil de se fazer amizades. A cidade moderna que aniquila os tempos da infância e da confiança mútua, aniquila igualmente o tempo do campo, onde nem o trabalho duro ou as grandes distâncias são suficientes para afrouxar os laços de amizade e de compadrio. Lá na roça, conta José (2), ele tinha mais amigos porque as pessoas se preocupavam mais umas com as outras. Na capital não é assim. O trabalho isola cada um em seus lares e seus interesses pessoais e dá as micro-distâncias espaciais urbanas – a das casas ou apartamentos vizinhos – dimensões muito maiores do que aquelas que separam as sedes de sítios e fazendas no interior. Para quem é consumido pelo tempo da cidade, até a casa ao lado parece longínqua. Esse “tempo inimigo” – para usar a expressão de Gagnebin⁴⁹⁴ – produz uma sociedade com laços de solidariedade mais frouxos e relações interpessoais superficiais. As pessoas se comportam como se as outras não fossem muito importantes e as amizades terminam sendo menos profundas do que as que se tem no campo.

A sensação de que o tempo da modernidade invadiu definitivamente a vida de Brasília e vem alterando significativamente o comportamento das pessoas é compartilhada por Marcelo (1) e também justifica sua opinião de que, apesar de não ser difícil fazer amizade em Brasília, essa já foi uma tarefa mais fácil no passado. *“Hoje eu percebo as pessoas entrando e saindo, e tudo já mais ou menos mais acelerado, cada um com seu compromisso, com seu horário pra cumprir”*⁴⁹⁵.

Para Rosa (2), Mara (2), Daniela (2) e Camila (2) o comportamento arredio do brasileiro frente às pessoas desconhecidas que dificulta as interações sociais primárias não se deve propriamente à questão do tempo moderno do trabalho, tampouco do medo da violência. Deve-se mesmo ao jeito de ser local, o qual é condicionado à desconfiança e à relação ao desconhecido por um modelo de sociabilidade insulado nos grupos de pares, em

⁴⁹³ Argullol (1994).

⁴⁹⁴ Gagnebin (1997).

⁴⁹⁵ Marcelo (1), 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

sua dinâmica social própria e suas táticas cotidianas de definição do “outro” e de socialização do mesmo dentro do *habitus* local.

As pessoas têm uma certa dificuldade de te aceitar logo de cara. É diferente de outros lugares que você chega, conhece hoje, “ah, vamos lá em casa, não sei o quê”. Aqui não tem isso. (...) É mais reservado. (...) Acho que fora de Brasília (...) o pessoal é mais aberto”⁴⁹⁶.

Tanto é que você até estranha quando uma pessoa chega no meio da roda e começa a conversar com todo mundo, falar da sua vida. Você vira, a pessoa sai e você diz “não é de Brasília, com toda certeza”⁴⁹⁷.

As táticas de definição do “outro” e de condicionamento do mesmo a ocupar o seu devido lugar na dinâmica social local são vistas por Camila (2), André (2), Jorge (3) e Raul (2) como um importante elemento dificultador das relações de amizade em Brasília. Antes de se saber quem você é, busca-se saber o que você tem a oferecer. O cálculo racional parece sobrepor-se à razão emotiva na determinação tanto das interações sociais locais quanto da profundidade a ser alcançada pelas mesmas.

Na minha casa já foi duas vezes uma colega minha daqui de trabalho, mas por conta de que ela estava precisando de trabalho e foi lá, enfim, uma necessidade”⁴⁹⁸.

As posses materiais – que vão desde o local de moradia à marca das roupas que se veste, passando pelo carro e pelo celular – constituem importante elemento de mediação das interações primárias na opinião de André (2), Raul (2) e Jorge (3). Se quem pretende inserção aparentemente não é um par – porque os indicadores externos informam que ele se encontra abaixo do nível social geral dos membros do grupo – entram em cena as táticas de exclusão que têm como função manter a ordem das coisas como elas se encontram: o “nos” de um lado, o “eles” de outro. Não há como fazer amizade com quem não cede espaço a interação. O “silêncio” da indiferença, da discriminação, dos comportamentos elitistas e preconceituosos nega qualquer possibilidade interativa.

Eu trabalhei aqui um ano nessa escola, vai fazer dois anos agora, ninguém me liga. (...) Ir em casa, quando eu convidado nunca dá. (...) Indiferença,

⁴⁹⁶ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

⁴⁹⁷ Cláudia (3), brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁴⁹⁸ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

*indiferença. (...) Eu acho que as pessoas já estão tão habituadas a essa indiferença com o outro aqui que eu acho que passa a ser normal, cotidiano*⁵⁰⁰

*Esse negócio das festas me marcou muito. Eles saíam, eles iam pra barzinho e nunca me chamavam, nem eu nem (...) aquela minha amiga. (...) Ela é nordestina, com cara de povo, morena, cabelo enroladinho, morava em Sobradinho, então assim, todas as características pra não ser aceita. (...) Combinavam na presença, fazia de conta que a gente nem existia ali*⁵⁰⁰.

*O fato de ter pessoas aqui que moram Asa Sul, Asa Norte, já ter ouvido falar de cidades que nem Ceilândia, mas nunca nem ter pisado por lá, acho que atrapalha um pouco o processo assim de ter as pessoas como amigas, porque não conhece nem a realidade, como é que eu posso ser amigo?*⁵⁰¹

As pessoas em Brasília são individualistas

Como visto, é quase consensual entre os entrevistados que o individualismo é uma característica do brasileiro. Dos dezesseis entrevistados, somente Marcelo (1) discorda da afirmativa, porque entende que ele próprio não é individualista, tampouco as pessoas com quem convive.

Para justificar suas opiniões os entrevistados fizeram referência ao comportamento das pessoas de Brasília, tratando a questão a partir dos cinco prismas representativos distintos: 1) Egocentrismo; 2) Isolamento espacial; 3) Modernidade; 4) Egoísmo; 5) Poder.

1) Egocentrismo

Segundo Daniela (2), Cláudia (3), Rosa (2), Sérgio (3), Emiliano (1) e Jorge (3), a preocupação com o “eu” – *“meu jeito, minha turma, minha casa, minhas coisas, minha escola, meu grupo*⁵⁰² – é em Brasília muito maior do que qualquer preocupação com o coletivo ou com os outros. Esse é, segundo Rosa (2), mais um dos paradoxos do morador de Brasília: *“Por um lado ele é individualista, sim. Ele pensa nele, é a carreira dele, é o futuro dele, é o trabalho dele, é o carro dele, as coisas dele, por outro lado, (...) ele dá*

⁵⁰⁰ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁵⁰¹ Andre (2), 28 anos, natural de Corumba-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁵⁰² Jorge (3), 21 anos, brasileiro nato, morador do Riacho Fundo. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁵⁰³ Cláudia (3), brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

*muita coisa. (...) Essa forma de participar de grandes campanhas, supre uma necessidade de você estar em contato. (...) É um pouco a culpa, um peso na minha consciência*⁵⁰³.

Na leitura de Sérgio (3), o *“individualismo é um valor que é defendido”* entre as pessoas de Brasília e que orienta o comportamento de cada um em relação aos demais, sejam eles pares ou não. As relações interpessoais são regidas por regras implícitas de respeito à individualidade, à privacidade, ao silêncio, às demandas de cada um. Na visão de Sérgio (3), *“existe sim, “olha, fica na sua aí, que eu vou ficar na minha”*. (...) *Quem entende o que é o individualismo, se relaciona bem com isso. Quem não entende, acha que isso é arrogância, que isso é prepotência*⁵⁰⁴.

Esse padrão societário, como afirma Cláudia (3), *“tem o lado negativo que é aquela individualidade de você não conhecer seu vizinho direito, de às vezes você tem um probleminha básico em casa, mas você diz “pô, não vou no meu vizinho. Não vou aborrecer e tal”. E tem também aquela coisa boa da individualidade (...) que as pessoas não sabem direito da sua vida. Então você tem mais liberdade pra agir, pra pensar, pra fazer o que você quiser*⁵⁰⁵.

Para Raul (2), o lado negativo de relações sustentadas em bases individualistas encontra-se na superficialidade das mesmas. Das conversas aos comportamentos, tudo é muito pouco profundo em termos de conteúdo e intimidade. Assim pensam também Camila (2) e André (2). Para Sérgio (3), o lado negativo do individualismo encontra-se na indiferença em relação ao “outro”.

Todos esses elementos, de um modo ou outro, reforçam a percepção de uma urbanidade moderna, metaforicamente “silenciosa” de relações interpessoais efêmeras e teatrais⁵⁰⁶, de indivíduos sobrepostos ao coletivo⁵⁰⁷, de uma solidariedade de tipo orgânico⁵⁰⁸.

⁵⁰³ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

⁵⁰⁴ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁵⁰⁵ Cláudia (3), brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁵⁰⁶ Elias (1994b: 1993).

⁵⁰⁷ Dumont (1985).

⁵⁰⁸ Durkheim (1977).

2) Isolamento espacial

Para Mara (2), Sérgio (3), Rosa (2), Fábio (1) e Paulo (3) o individualismo local tem bases fundadoras na própria arquitetura da cidade. *“Por aquela característica já tão dita do isolamento, acabou ficando num individualismo”*⁵⁰⁹.

Esse isolamento é o fruto inevitável de uma estrutura urbana onde *“as relações são setorizadas. Já que as pessoas (...) que trabalham em determinado lugar moram próximo, frequentam o mesmo clube, então isso faz com que as pessoas sejam individualistas mesmo”*⁵¹⁰. Há, também, *“aquela história do apartamento, de cada um entrar dentro do seu e ficar dentro do apartamento (...) contribui bastante para que esse individualismo fique cada vez mais forte”*⁵¹¹. *“A cidade mais ou menos que incentiva o isolamento das pessoas”* igualmente por aquela *“história de ter tudo nas quadras (...) e você não ter assim um centro (...) de confluência”*⁵¹². Por fim, as grandes distâncias físicas também dificultam os contatos interpessoais.

3) Modernidade

O tempo do presente é, na leitura de Sérgio (3), Paulo (3) e José (2), um importante agente na conformação de uma razão individualista, responsável pelo afrouxamento de tradicionais laços de solidariedade social. Nesse particular, a experiência dos três confirma a impressão de que já não se trata apenas da cidade planejada pela racionalidade moderna – Brasília –, mas igualmente de suas periferias, lugares onde até pouco tempo atrás a experiência vivida *“não era de individualismo, era de solidariedade”*⁵¹³. Hoje em dia, a configuração metropolitana do conglomerado urbano formado por Brasília e as cidades-satélites determina que as vidas pessoais transcorram no ritmo frenético da grande cidade. Não há tempo disponível para quem vive na periferia, porque de lá para o centro o caminho, além de longo, e sempre congestionado e o transporte é ruim. Ademais, o trabalho soma-se às múltiplas preocupações pessoais cotidianas e resulta num tempo de

⁵⁰⁹ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

⁵¹⁰ Mara (2), 37 anos, natural de Colatina-ES, moradora do DF há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

⁵¹¹ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁵¹² Fábio (1), 26 anos, natural de João Pessoa-PB, morador de Brasília há 2 meses. Entrevista realizada em 14/10/2002.

⁵¹³ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

relações efêmeras e laços de solidariedade pouco consistentes. Nesse particular, Brasília não é diferente de nenhuma outra grande cidade. É a sociedade moderna, pensa Sérgio (3), “que está ficando cada vez mais individualista”⁵¹⁴.

4) Egoísmo

André (2) e Camila (2) enxergam o individualismo brasiliense em uma questão muito particular: a resistência que as pessoas têm em compartilhar coisas e sentimentos. Esse é o individualismo egoísta, das posses, do “silêncio”. Ambos os entrevistados relatam situações nas quais o egoísmo – de uma pessoa ou de um grupo – sobrepôs-se à solidariedade. Para eles, as situações relatadas não são casos particulares. Elas se encontram inscritas em um quadro mais amplo de valores e práticas sociais locais – a saber, o *habitus* brasiliense que é caracteristicamente egoísta.

*Uma coisa que não existe aqui é compartilhamento das coisas. (...) Já desisti de pedir texto emprestado. (...) Sempre tem uma desculpa. (...) Não peço mais. (...) Criei formas de me defender também, senão me desgasta muito, me afeta muito*⁵¹⁵.

*Eu pegava ônibus, (...) os meus colegas de trabalho (...) passavam em frente da minha parada, em frente, nunca me ofereceram carona em um ano. (...) Uma vez eu pedi uma carona para uma colega (...), ela disse, “ah, não vai dar agora porque eu tenho que pegar meu filho ali”. (...) Ai uma vez uma colega ofereceu por conta de que (...) ela morava na Asa Sul e precisava rachar na gasolina. (...) Fiz isso duas vezes, porque (...) na segunda vez eu pedi pra ela deixar próximo onde que eu morava (...) e ela disse assim, “ah, não vai dar. Eu vou te deixar aqui na parada”. (...) Ai eu paguei os dois dias que eu usei o carro dela e não quis mais*⁵¹⁶.

5) Poder

Cezar (1) e Raquel (2) entendem o individualismo como uma característica própria ao ser humano, especialmente o homem moderno. Para Raquel (2), contudo, Brasília potencializa esse atributo humano ao reunir em um mesmo espaço aqueles que são “donos do poder” – uma elite composta por políticos, burocratas de alto escalão e pessoas a

⁵¹⁴ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁵¹⁵ André (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁵¹⁶ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

eles agregadas: funcionários diretos, familiares, protegidos. Na leitura de Raquel (2), individualismo e poder são inseparáveis e a combinatoria de ambos – abundante que e na capital federal – determina comportamentos caracterizados por soberba e arrogância.

É diferente até as reuniões (...) na escola das crianças. O comportamento dos pais é diferente de escolas de outros lugares. Existe mais individualismo, aquela coisa de soberania, de poder mesmo. Entra o poder ali, da forma que eles se colocam. E mesmo a posição deles assim diante de qualquer ato da escola. (...) A relação deles é uma arrogância mesmo, eu acho que muito movida pelo poder. (...) Aquela atitude presunçosa de mulher de político, (...) as madames (...). Aquele tom assim como se "eu sou mais eu" ⁵¹⁷.

As pessoas em Brasília são fechadas

A resposta a essa questão dividiu os entrevistados praticamente em dois grupos opostos. Oito deles concordaram com a afirmativa, sete discordam e um posicionou-se no meio termo das duas respostas. A grande maioria dos entrevistados não apresentou uma explicação específica para sua resposta, tendo preferido associá-la a outras' explicações apresentadas anteriormente.

Os entrevistados que admitem que as pessoas são fechadas ⁵¹⁸ remetem suas explicações a causas anteriormente abordadas como: o individualismo; a subordinação da sociabilidade aos grupos fechados; a setorização dos espaços ocupados; as reservas, desconfianças ou indiferença frente às pessoas desconhecidas; a falta de "hábito de se abrir no sentido de conversar, de colocar os seus sentimentos, as suas perspectivas, o seu ponto de vista" ⁵¹⁹.

Entre aqueles que discordam da afirmativa ⁵²⁰ encontram-se os que justificam sua resposta por acharem que o brasiliense não é fechado, mas sim superficial; que ele não é fechado, mas sim desconfiado, que apesar de os grupos constituídos dificultarem de certo modo a interação, as pessoas em si são receptivas; que há anos atrás aquela afirmativa seria verdadeira por causa das "panelinhas" regionais, mas atualmente ela não condiz com a

⁵¹⁷ Raquel (2), 54 anos, natural de Rio Claro-SP, moradora de Brasília há 30 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

⁵¹⁸ São eles: Daniela (2), Mara (2), Rosa (2), André (2), Camila (2), José (2), Paulo (3) e Jorge (3).

⁵¹⁹ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁵²⁰ São eles: Cláudia (3), Marcelo (1), César (1), Emuliano (1), Fábio (1), Raul (2) e Raquel (2).

realidade da cidade, e que o jeito de ser do brasiliense é um pouco mais fechado se comparado com o nordestino, mas menos fechado se comparado com o paulistano, o que significa, que a resposta a questão depende do parâmetro de comparação que cada qual utiliza.

Ha aqueles, contudo, que relativizam a questão de um possível fechamento do brasiliense frente às pessoas desconhecidas, dizendo que isso não pode ser generalizado a todas as pessoas em todos os espaços da cidade. Como explica Sérgio (3), os espaços determinam o tipo de abertura que cada qual pode encontrar a novos contatos.

Quando você tem uma cidade que é propícia ao individualismo, essa questão do respeito a individualidade do outro também prevalece (...). Você está no Beirute e se você puxar conversa com alguém, provavelmente alguém vai conversar com você porque acha que quem está ali no grupo pertence. (...) Se você está no teatro nacional eu não sei (...), eu acho que quem frequenta aquele espaço tem um determinado status que diz mais ou menos qual é o tipo de relação que essa pessoa quer ter com a outra⁵²¹.

André (2) concorda com a relatividade da questão e reitera a necessidade de que a mesma seja vista por dois ângulos distintos: o lado de dentro e o lado de fora dos grupos.

Entre eles eu percebo que eles são tudo solto, tal, se falam, mas com a gente já é tudo desconfiado. Tipo mineiro⁵²².

A vida em Brasília é solitária

Dos dezesseis entrevistados, dez concordaram parcial ou plenamente com a afirmativa de que “a vida em Brasília é solitária”⁵²³. Poucas foram as explicações apresentadas às respostas. A maior parte dos entrevistados limitou-se a falar de sua própria vida – se é ou não solitária – e generalizar, ou não, sua própria vivência. Sete entrevistados disseram espontaneamente – visto que a pergunta solicitava que falassem a respeito da cidade como um todo e não de suas experiências individuais – que se sentem solitários em

⁵²¹ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guará. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁵²² André (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁵²³ São eles: Raul (2), Camila (2), Paulo (3), Daniela (2), Mara (2), Rosa (2), André (2) e Sérgio (3).

Brasília⁵²⁴, quatro disseram não sentir solidão⁵²⁵, e quatro não fizeram referência a suas vidas pessoais para responder à questão⁵²⁶.

Dos dezesseis entrevistados, apenas sete apresentaram uma justificativa à sua resposta que não fosse baseada em suas próprias vidas⁵²⁷. As explicações apresentadas repetem alguns temas tratados em outras questões. Como pensam Sérgio (3), José (2), Cláudia (3) e Daniela (2) existe uma relação inversa entre inserção e solidão. *“Se você não tem o seu círculo de amizade, é. Se você tem, não é”*⁵²⁸. Afinal, como já dito, há barreiras para os contatos iniciais, além da própria escassez de espaços liminares de interação na cidade.

Para Cezar (1) e Raquel (2), a vida em Brasília é solitária pela ausência de raízes familiares. Tendo famílias pequenas, que praticamente se restringem à família nuclear, as pessoas tendem a se sentir mesmo mais sozinhas e desamparadas do que quando dividem seu dia-a-dia com primos, tios, avós etc. O próprio clima místico de Brasília, segundo Raquel (2), *“também está fundamentado na solidão, um pouco. A pessoa que fica só, ela busca coisas que, por exemplo, quem mora numa cidade, entre aspas “normal”, você tem parente toda hora, você vai pra casa de um de outro, você não pensa muito não. (...) Você não encontra muito com você. (...) Muito desse lado místico aí das pessoas é uma busca daquilo que eles não têm”*⁵²⁹.

Emiliano (1) discorda que a cidade possa ter alguma relação com a solidão de cada um, porque *“a cidade hoje em dia tem muita coisa acontecendo, (...) tem pra tudo quanto é gosto. (...) Se a pessoa quiser não fica só não”*⁵³⁰.

Há pouca discriminação social em Brasília

Três dos dezesseis entrevistados concordaram com essa afirmativa⁵³¹, um não soube responder à questão⁵³², enquanto doze entrevistados discordaram no total ou parcialmente

⁵²⁴ São eles: Camila (2), André (2), Rosa (2), Paulo (3), Raul (2), Jorge (3) e Fábio (1). Note-se que há entre os entrevistados que afirmam que suas vidas pessoais são solitárias, alguns que não concordam que isso seja uma decorrência da cidade.

⁵²⁵ São eles: Mara (2), Marcelo (1), Sérgio (3) e Daniela (2).

⁵²⁶ São eles: Cezar (1), Raquel (2), Cláudia (3) e Emiliano (1).

⁵²⁷ São eles: Sérgio (3), Cláudia (3), Raquel (2), Cezar (1), José (2), Daniela (2) e Emiliano (1).

⁵²⁸ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guara. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁵²⁹ Raquel (2), 54 anos, natural de Rio Claro-SP, moradora de Brasília há 30 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

⁵³⁰ Emiliano (1), 38 anos, natural de Barretos-SP, morador de Brasília há 19 anos. Entrevista realizada em 20/08/2002.

de que Brasília seja uma cidade onde há pouca discriminação social⁵³³. As explicações apresentadas pelos entrevistados foram reunidas nas duas grandes temáticas agregadas a seguir: 1) diferença de mundos, 2) marcação da diferença.

1) Diferença de mundos

Dos quinze entrevistados que responderam a questão positiva ou negativamente, doze mencionaram a existência das cidades-satelites para justificar suas respostas, centrando-se, todos, na diferença de mundos que há entre a “ilha Brasília” e suas periferias.

Os três entrevistados que concordaram que há pouca discriminação social em Brasília – Raquel (2), Marcelo (1) e Cezar (1) – argumentaram que Brasília é uma cidade demasiado homogênea em termos sociais para possibilitar discriminação. “É todo mundo classe média e média alta. Agora, se você for considerar as cidades-satelites...”⁵³⁴. “Lá é menos homogêneo, então as diferenças sociais ficam mais patentes”⁵³⁵. Em Brasília, na opinião dos três, se há discriminação, ela “é quase imperceptível”⁵³⁶.

É precisamente na diferença de mundos existente entre Brasília e as cidades-satelites que outros nove entrevistados⁵³⁷ identificam a existência de discriminação social. Dizer que “a cidade é uma cidade da apartação, já indica que a segregação social é alta”⁵³⁸. As pessoas das classes inferiores não vivem próximo à cidade das classes médias. Como afirma Raul (2), “a gente não tá habituado a ver essa pobreza, a ver pessoas passando fome”⁵³⁹. Para isso, pensa Jorge (3), seria necessário cruzar a linha invisível que separa os mundos no Distrito Federal. Precisaria haver a mínima disposição em se conhecer as cidades-satelites, em saber como vivem as pessoas de lá. Muitas pessoas de Brasília,

⁵³³ São eles: Marcelo (1), Raquel (2) e Cezar (1).

⁵³⁴ Jose (2) não soube dar uma resposta à questão.

⁵³⁵ São eles: Emiliano (1), Fábio (1), Daniela (2), Mara (2), Rosa (2), André (2), Raul (2), Camila (2), Sérgio (3), Claudia (3), Paulo (3) e Jorge (3).

⁵³⁶ Raquel (2), 54 anos, natural de Rio Claro-SP, moradora de Brasília há 30 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

⁵³⁷ Cezar (1), 62 anos, nascido em Presidente Prudente-SP, morador de Brasília há 35 anos. Entrevista realizada em 25/11/2002.

⁵³⁸ Marcelo (1), 61 anos, nascido no Rio de Janeiro-RJ, morador de Brasília há 39 anos. Entrevista realizada em 06/11/2002.

⁵³⁹ São eles: Sérgio (3), Raul (2), Jorge (3), Daniela (2), Claudia (3), Rosa (2), André (2), Mara (2) e Camila (2).

⁵⁴⁰ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guara. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁵⁴¹ Raul (2), 23 anos, natural de Luanda/Angola, morador de Brasília há sete anos. Entrevista realizada em 23/09/2002.

afirma Jorge (3), “*não sabem nem que certas cidades-satélites existem*”⁵⁴⁰, nunca estiveram por lá, mas mesmo assim falam de como as pessoas vivem, de como as pessoas são. Isso é discriminação, pensa ele.

Daniela (2) – que diz ter ficado bestificada ao descobrir que tão perto de sua casa no Lago Sul⁵⁴¹ havia uma situação social como a que viu em São Sebastião na única vez em que visitou a cidade – confirma com sua experiência pessoal a impressão de Jorge (3) de que há pessoas que não imaginam o que há nas cidades-satélites, simplesmente por nunca terem ido a uma.

Esse preconceito – porque um conceito elaborado anteriormente a qualquer conhecimento empírico sobre o objeto representado⁵⁴² – orienta em Brasília comportamentos discriminatórios em vários níveis distintos. É o que identificam Cláudia (3), Sérgio (3), Rosa (2), André (2) e Mara (2) ao dizerem que as pessoas em Brasília reconhecem o “outro” – o morador das cidades-satélites – pelo modo de se vestir, pelo modo de falar.

*Eu mesmo, eu passo pelas pessoas, eu vejo a roupa e tento mais ou menos identificar (...). Claro, pode ser um equivoco*⁵⁴³.

*Você vai dizer, pela maneira da pessoa se vestir, de onde ela vem. Às vezes não é nem verdade. Às vezes você vê uma pessoa mal vestida, ela pode morar no Lago Sul, mas você já faz aquela imagem, “ah, vem de uma cidade satélite”. Cê vê uma pessoa bem vestida, que fale bonito, que se comporte bem, que não tenha aquele linguajar informal, “ah, essa pessoa com certeza vem de não sei aonde”*⁵⁴⁴.

*A gente vê isso (...) pelos bens que as pessoas têm que vivem nessa cidade, os automóveis, a forma de se vestir, a forma de falar. Isso tudo diferencia das outras cidades que compõem o Distrito Federal. É visível, esse cara é de Brasília ou é da Samambaia. (...) Pra mim é nitido*⁵⁴⁵.

Dada a distância que separa os mundos de “ca” e de “lá”, bem como a superficialidade de conhecimento que os de “ca” têm em relação aos de “lá”, os sinais exteriores como a roupa, a tala, o celular ou o carro que se usa – quando se usa –, bem

⁵⁴⁰ Jorge (3), 21 anos, brasileiro nato, morador do Riacho Fundo. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁵⁴¹ A entrevistada mora atualmente na Asa Norte, mas já morou em um condomínio do Lago Sul.

⁵⁴² A esse respeito, vide: Jodelet (2001).

⁵⁴³ Sérgio (3), 38 anos, nascido em Brasília, morador do Guara. Entrevista realizada em 25/10/2002.

⁵⁴⁴ Cláudia (3), brasileira nata, 21 anos. Entrevista realizada em 29/07/2002.

⁵⁴⁵ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

como o próprio local de moradia atuam como importantes mecanismos de marcação da diferença, na medida em que permitem ao “nós” uma rápida, ainda que superficial, logo inconsistente, identificação do “outro”. O simples fato de se morar em uma cidade satélite – e tanto mais nitida a demarcação da diferença quanto mais pobre for a cidade em que se vive – e por si só motivo de reconhecimento do “outro” como inferior, atuando, outrossim, como elemento de estigmatização não de uma minoria específica, mas sim da maior parte da população do Distrito Federal.

Corre entre os jovens de Brasília uma expressão linguística que permite compreender o peso que a separação de mundos existente entre o centro e seus satélites tem no imaginário local, sobretudo nas gerações nascidas e formadas no seio de uma estrutura urbana dual, a qual simplifica o processo identitário ao dividir o mundo entre os “de cá” – “nós”, moradores do centro, membros da classe média, frequentadores de boas escolas, proprietários de carros, celulares, roupas e sapatos caros – e os “de lá” – “eles”, moradores da periferia, pobres, estudantes de escola pública, usuários de transporte coletivo, pessoas que vestem roupas e calçados baratos. Para informar ao grupo que alguém não é de Brasília, mas sim das cidades-satélites – independentemente de qual, visto que na relação “nós”/“eles” o “eles” encontra-se indistintamente associado a todas as cidades da periferia –, os rapazes e as garotas de Brasília cunharam a expressão pejorativa “djense”⁵⁴⁶, que na verdade é nada mais que a contração do neologismo “ceilandjense”, a saber, ceilandense ou morador da Ceilândia. A expressão “djense” é utilizada na forma de uma adjetivação que cumpre a dupla função de marcar a diferença e rebaixar o outro.

O estigma⁵⁴⁷ de morador de cidade satélite – leia-se, pobre – é carregado mesmo por aquelas pessoas que vivem naquelas cidades por opção e não por imposição de sua condição social. Esses são os casos de Camila (2) e Mara (2), ambas discriminadas por terem escolhido não morar em Brasília. Camila (2) conta que decidiu viver em Sobradinho – na cidade, não nos condomínios de classe média que dispõem de estatuto social semelhante ao próprio Plano Piloto – por comodidade, uma vez que seu trabalho localiza-se naquela cidade, e também por procurar um lugar menos frio e solitário que Brasília. Ela conta que sua irmã, moradora de Brasília há anos, “*até hoje não aceita porque é*

⁵⁴⁶ Nenhum dos entrevistados fez referência a essa expressão linguística que parece ser recente em Brasília. A referência à expressão “djense” baseia-se em observação direta a grupos de jovens do Plano Piloto de idade entre 15 e 18 anos.

⁵⁴⁷ A esse respeito, vide: Goffman (1988); Jodelet (2001).

Sobradinho. Aquela coisa da discriminação das cidades-satélites. "Onde é que você mora?". "Sobradinho"⁵⁴⁸. Mara (2), por sua vez, afirma causar espanto entre os colegas de trabalho quando diz que comprou um apartamento no Guará, cidade onde mora desde a infância, porque os mesmos vêm com preconceito quem mora nas cidades-satélites.

2) Sinais da diferença

Uma outra ampla temática que se cruza com a anterior na explicação das opiniões dos entrevistados sobre a questão da discriminação social em Brasília é a que diz respeito aos sinais exteriores que permitem a marcação das diferenças, seja aquelas existentes entre o centro e a periferia, seja entre um "nós" e um "outro" qualquer: o negro, o estrangeiro, ou simplesmente o *outsider*, aquele que não pertence ao grupo e a quem o próprio grupo não deseja agregar. Oito⁵⁴⁹ dos dezesseis entrevistados justificaram suas respostas no todo ou em parte por meio de referência às demarcações simbólicas e às táticas de exclusão do "outro" de um modo geral, não se restringindo à relação centro-periferia.

Segundo Emiliano (1), não há particularidades em Brasília quando o assunto é discriminação social. A discriminação que há aqui, e não se pode negar, "*é uma coisa de Brasil mesmo. Contra empregada doméstica sempre tem aquela coisa. (...) É de brasileiro mesmo*"⁵⁵⁰.

Não é isso o que pensam Camila (2), André (2), Rosa (2), Mara (2) e Raul (2). Para eles, não há necessariamente mais discriminação social em Brasília, mas certamente os mecanismos interativos de demarcação da diferença "nós"/"eles" assumem aqui feições mais nítidas do que aquelas que se costuma ver em outros lugares. A concentração de renda associada à segregação espacial dos núcleos urbanos e a um modelo de sociabilidade que insula as pessoas em grupos fechados de iguais são as principais razões para essa diferenciação "nós"/"eles" tão expressiva em Brasília.

Elas acabam marginalizando aquelas pessoas que não fazem parte do grupo delas, do grupo, por exemplo, de passeio, de roupa, de amigos.

⁵⁴⁸ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁵⁴⁹ São eles: Camila (2), André (2), Rosa (2), Mara (2), Raul (2), Sérgio (3), Daniela (2) e Jorge (3).

⁵⁵⁰ Emiliano (1), 38 anos, natural de Barretos-SP, morador de Brasília há 19 anos. Entrevista realizada em 20/08/2002.

entendeu? (...) Não é só uma questão financeira, não. É uma discriminação mais geral (...). É também cultural⁵⁵¹.

Eu tive problemas com isso no colégio. Eu fiz a oitava série aqui e foi meio complicado por causa disso. O racismo, assim, eu da África e tal. Uma vez um cara fez uma piada de negro. É um preconceito racial⁵⁵².

Os entrevistados referem-se a táticas de marcação das diferenças que vão desde as formas mais explícitas e ostensivas de caracterização do “outro” – as barreiras físicas que constroem ou impedem a circulação de pessoas indesejadas em certos locais ou as gangues e os sindicatos de blocos que privatizam espaços públicos –, até aquelas mais sutis, expressas no discreto ritual da exclusão: olhares de indiferença ou superioridade, superficialidade nos contatos, silêncio, ridicularização do “outro”.

A gente vê isso pela forma até de olhar das pessoas. (...) Há todo um mecanismo onde eu preservo as pessoas de serem incomodadas pela pobreza. Até essa forma assim das pessoas ficarem tão no seu lugar adequado, é uma forma eficiente da discriminação. Eu já nem tento entrar num espaço que não é meu porque já estou tão internalizado que ele não é meu, não é legítimo, eu não vou lá⁵⁵³.

Começam a rir da gente, risinho de “esse cara é babaca”, (...), não falam com a gente. (...) Mas nunca ousam, geralmente, ir no tête-à-tête, (...) eles não têm coragem. Geralmente você fica sabendo pelos colegas, “ah, os caras tavam metendo pau em você”⁵⁵⁴.

Eles comentam que se reúnem. (...) Não me chamam. (...) É sério. (...) As pessoas não me ligam. Quando eu ligo, que eu quero conversar, a conversa ela é logo interrompida, sabe?⁵⁵⁵.

O confronto aberto com a diferença, expresso por agressões verbais ou físicas, ainda que não seja evidentemente inexistente – e o caso dos garotos que queimaram vivo um índio que dormia em uma parada de ônibus por pensar que ele fosse um mendigo é uma dentre muitas provas possíveis de serem listadas – não é, na opinião de André (2), Mara

⁵⁵¹ Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁵⁵² Raul (2), 23 anos, natural de Luanda/Angola, morador de Brasília há sete anos. Entrevista realizada em 23/09/2002.

⁵⁵³ Mara (2), 37 anos, natural de Colatina-ES, moradora do DF há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

⁵⁵⁴ André (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁵⁵⁵ Camila (2), 39 anos, nascida em Vizeu-PA, moradora do Distrito Federal há cerca de 2 anos. Camila (2) fala das dificuldades que tem em manter relações mais profundas de amizade com os colegas de trabalho, mesmo a despeito de trabalharem juntos há aproximadamente dois anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

(2), Rosa (2) e Camila (2), o que dá a tônica das relações “nos”-“eles” em Brasília. Para André (2), a “hipocrisia (...) é uma coisa que está em estado avançado aqui”⁵⁵⁶. Assim como a adjetivação de “djense” não é feita diretamente à pessoa que se pretende atingir, mas sim ao grupo de pares como forma de rebaixamento do outro, há outras tantas táticas sutis de colocar a margem aqueles que por um motivo ou outro não são vistos como iguais.

É no corpo desse permanente mecanismo tático de exclusão do “outro” e de manutenção do *habits* social da individualidade – meu espaço, minha intimidade, meu jeito – que se formam, segundo André (2), Camila (2), Rosa (2), Sérgio (3) e Mara (2), as estratégias pessoais de defesa contra a indiferença. Como uma consequência indesejada, a auto-defesa de cada um termina tendo como efeito não a redução gradual do “silêncio” de Brasília, mas precisamente a reprodução daquilo que se pretende negar. As máscaras sociais que são utilizadas para a auto-proteção contra a discriminação – a indumentária adequada a cada espaço determinado, a fala contida para evitar represálias, os múltiplos cuidados que se tem que ter para não cruzar a linha simbólica que separa territórios grupais ou individuais invisíveis – resulta em um recrudescimento das relações interpessoais e, desse modo, na amplificação do próprio “silêncio social” que originou aquelas respostas defensivas. Assim, a sociedade urbana com seus valores e suas práticas específicas penetra o indivíduo e assegura, por meio deste, sua eterna reprodução⁵⁵⁷.

Com o tempo eu tive que me fechar senão eu deixaria de existir (...). Parece que eu tô me civilizando. (...) Quando eu vou pra Cuiabá, pego um ônibus, já vejo que eu não converso mais com a pessoa que senta do meu lado. Eu conversava. Eu vejo que parte de mim o medo, o medo de a pessoa não responder, como é aqui, como eu já tomei vários tapas na cara, de perguntar e a pessoa nem olhar na cara”⁵⁵⁸.

Eu não ousa entrar nos espaços que não são meus. Não sinto vontade. Sei sim que provavelmente vai ter uma sansão, uma resistência, um estranhamento das pessoas me olhando “quem é essa?”⁵⁵⁹.

O jovem de Brasília, ele já cresceu assim. Ele cresceu dentro do grupinho daqui, grupinho dali. De uma forma ou de outra, ele já sofreu discriminação por morar aqui ou lá, usar essa roupa e não aquela, aquela

⁵⁵⁶ André (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁵⁵⁷ A esse respeito, vide: Elias (1994a).

⁵⁵⁸ André (2), 28 anos, natural de Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

⁵⁵⁹ Mara (2), 37 anos, natural de Colatina-ES, moradora do DF há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

marca e não aquela. Então, isso tudo faz com que ele note a diferença desde muito cedo e se mantenha no seu cantinho. (...) Eu já me senti sim rejeitada, excluída em alguns grupos por ser assim. (...) E por conta disso eu fiquei mais fechada mesmo. Eu vou devagar, eu meço até onde eu vou indo, se eu posso ir um pouco mais ou não⁶⁹.

O silêncio, a indiferença, a fofoca, as atitudes dissimuladas são mecanismos táticos usuais nos processos de exclusão. São eles que comunicam – sem conflito, porque o conflito é por si só uma variante da interação social – a opção individual ou grupal pela não-interação. A civilização é bem munida de tais mecanismos táticos – dentre os quais encontra-se o formalismo dos cumprimentos e tratamentos interpessoais que não vão além de uma merca encenação interativa – e é por meio deles que ela garante, dentre outras coisas, a hegemonia do individualismo no corpo social. O que parece ser mais acentuado em Brasília, no que tange propriamente às táticas cotidianas de exclusão, não são as táticas em si, visto que essas são armas sociais da civilização, mas sim as condições societárias que indicam quem, quando, como e por que colocar à margem do processo interativo. Essas condições resultam da combinatoria entre uma segregação espacial violenta, responsável por criar e manter uma cidade socialmente hegemônica no corpo de uma nação fortemente estratificada, e um modelo de sociabilidade insulado em grupos fechados de iguais. Em outras cidades, onde as misturas sociais sejam mais acentuadas – os espaços sejam menos segregados e a marcação das diferenças não seja facilitada pela própria espacialidade urbana –, e a sociabilidade não se restrinja apenas aos grupos de pares, é possível que a percepção das táticas de isolamento social não se faça com tanta clareza como em Brasília e, por esse motivo, essas cidades não se façam representar ordinariamente como cidades “silenciosas”.

⁶⁹ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

REFLEXÕES FINAIS

A “cidade do silêncio”, capital brasileira da modernidade

Brasília e, desde os tempos que antecedem sua construção material, uma cidade que povoa o imaginário nacional com imagens múltiplas⁵⁶¹. Essas imagens, muitas vezes contraditórias entre si, associam Brasília ao Eldorado, à corrupção política, à segregação social, à violência juvenil exacerbada etc. Uma dessas imagens apresentam Brasília como uma cidade desprovida de calor humano, onde a vida é demasiado solitária e emocionalmente dura, sobretudo para as pessoas vindas de fora. Essa é uma imagem proveniente da época da inauguração de Brasília, quando a cidade não era mais do que um imenso canteiro de obras recém-transformado em local de trabalho e moradia de funcionários públicos, a maior parte proveniente de cidades grandes e dinâmicas como Rio de Janeiro – antiga capital –, São Paulo e Belo Horizonte, por exemplo. Pessoas que se depararam não apenas com uma cidade que estampava o novo arquitetônico em cada metro quadrado de suas vias retas e surdas, de seus edifícios tão similares e tão carentes de ornamentação, de seus gramados gigantescos cobrindo com amenidade uma terra vermelha e fina que invadia insolente todos os lugares da cidade. Aqueles homens e aquelas mulheres deparavam-se, igualmente, com um Brasil totalmente novo, um Brasil que o próprio Brasil até bem pouco se recusava a reconhecer: o Brasil do Centro-Oeste, do cerrado imenso, dos dias quentes seguidos por noites geladas, dos ventos constantes que formavam estranhos redemoinhos, da seca, da distância extravagante em relação àquele Brasil caro e conhecido que havia ficado para trás desde então.

Na nova cidade – cidade de uma nova arquitetura e de um novo Brasil – cada um daqueles primeiros migrantes tinha pouco a escolher. As escolhas oscilavam, praticamente, entre desistir de tudo e voltar – para o antigo lar, a família, os amigos, a vida confortável porque conhecida – ou respirar tão fundo quanto a poeira pudesse autorizar e assumir o desafio de fazer vingar aquela cidade-novidade, capital do sonho nacional, símbolo maior da velha esperança brasileira por transformação e desenvolvimento. Paralelo àquele macro

⁵⁶¹ A mística de Brasília data, no mínimo, de meados do século XVIII quando da legendaria profecia de Dom Bosco – padroeiro de Brasília – que dizia que no Planalto Central brasileiro, entre os paralelos 15 e 20 graus, apareceria a Terra Prometida, de onde fluiriam leite e mel em uma riqueza incomparável. Esse é um dos mitos que envolvem a fundação de Brasília e, certamente, um dos mais significativos no imaginário social brasileiro. Posteriormente, a partir da ocupação do espaço de Brasília, outras imagens foram se associando a do Eldorado, de modo, inclusive, contraditório, relativizando a atratividade da Terra Prometida. A respeito da mitologia da fundação de Brasília, vide: Holston (1993); Siqueira; Bandeira (1997); Oliveira (1998).

desafio havia um outro desafio igualmente arduo a assumir – este talvez ainda mais gigantesco, porque mais diretamente relacionado aos limites físicos e emocionais pessoais: o desafio de construir a vida em Brasília, de selar o passado com um lacre inviolável – para, assim, suportar as agruras dos tempos iniciais, que não se sabia ao certo até quando se estenderiam – e enfrentar um futuro misterioso, porque incerto, mas um futuro repleto de esperança verdadeira e da magia emanada de um sonho sonhado por todos, um sonho de transformação social e pessoal⁶². Para os pioneiros – não os candangos, construtores materiais de uma cidade sobre a qual não tiveram direito senão à mera contemplação⁶³ –, os primeiros homens e as primeiras mulheres que vieram para o Planalto Central ocupar Brasília e dar àquela cidade recém-nascida a legitimidade de capital federal tão questionada pelos opositores do presidente JK, o desafio era fazer de Brasília um lar. Fazer do deserto o ninho onde cada qual, a sós ou com suas famílias, pudesse passar a viver definitivamente a partir do momento em que se escolheu permanecer e não mais regressar a terra de origem. Esse foi o grande desafio assumido por todos aqueles brasileiros aventureiros, que ousaram assumir a empreitada de viver os primeiros tempos de Brasília.

Para muitos, nem mesmo a chance de morar em confortáveis apartamentos funcionais, recebendo salários que eram o dobro daqueles até então recebidos pelos funcionários federais foi estímulo suficiente para a permanência em Brasília. Não foram poucos os que desistiram de tudo e voltaram. Não foram poucos, também, aqueles que beiraram a loucura, ao se perceberem acerca de mil quilômetros de qualquer grande cidade, de qualquer parte do litoral ou, mesmo, do lugar onde permaneciam, em suas vidas de sempre, suas famílias, seus amigos, seus amores, algumas das principais pessoas que davam sentido afetivo ao mundo e às coisas para si. Ao se descobrirem em uma cidade plantada no meio de um nada absoluto, de um cerrado a perder de vista, onde a seca, o frio, os ventos e a poeira castigavam homens e mulheres urbanos demais para a vida sertaneja. Uma cidade que mal merecia o título de cidade, posto que não ia muito além de uma vila operária melhor apresentada, com quase nenhuma opção cultural, e onde o

⁶² Esse sentido de um sonho coletivo vivido pelos pioneiros na ocupação do espaço de Brasília foi relatado com bastante profundidade por dois entrevistados que chegaram a cidade em seus tempos iniciais (Marcelo e Cezar) e encontra-se descrito em muitas obras cujo objetivo é trazer o leitor/espectador para o assim chamado “clima do momento”. Duas das obras mais significativas nesse sentido são os documentários de Wladimir Carvalho, “Conterrâneos velhos de guerra” e “Barra 68 – sem perder a ternura”. A esse respeito, vide: Carvalho (1992; 2000).

⁶³ A esse respeito, vide: Silva (1999a).

trabalho, a casa e o lazer praticamente se confundiam, visto que os de “casa” – da vizinhança – eram sempre os mesmos do trabalho e também do lazer

Não há que se negar a dureza dos tempos iniciais. Perseverança é, como diz uma antiga moradora de Brasília, a palavra que melhor define essa cidade: “*é preciso muita perseverança para viver em Brasília*”⁵⁶⁴. Perseverantes foram os homens e as mulheres que, a despeito da solidão, da saudade, de toda dureza dos tempos iniciais permaneceram e fizeram daquele conjunto arquitetônico desocupado sua cidade, seu lar. Ao lado da simples perseverança, o sonho, o gosto pelo inusitado, o idealismo da construção de um novo amanhã foram motores emocionais igualmente fundamentais para fazer o projeto de Brasília ter a perenidade que não lhe poderia faltar.

Brasília venceu. Mas só venceu porque cada um dos que permaneceram na cidade foi capaz de vencer sua batalha pessoal pela adaptação. Alguns abraçaram o trabalho de corpo e alma e conseguiram na realização profissional – ou mesmo salarial – a identidade urbana que careciam para fazer de Brasília o seu lar; outros abraçaram a religião, o sobrenatural, a transcendência, e ali encontraram o motivo para acreditar que valia à pena continuar; houve os que se apegaram aos grupos de amigos, de colegas, de pessoas afins e recriaram laços perdidos, dando sentido afetivo à vida na cidade; alguns fizeram arte, outros política, outros encontraram seu lar na simples comodidade de uma cidade que permitia à família um estilo de vida que já então era raro nas grandes cidades brasileiras – uma vida ao ar livre, onde a casa e a escola fossem vizinhas, sem problemas de trânsito, poluição ou violência. Os motores pessoais da adaptação foram muitos. Todos, contudo, caminharam para um mesmo sentido de adoção de Brasília como a cidade do coração, o lar voluntário e consciente que nem todos conseguem possuir na vida. O amor a Brasília – tão comum entre os moradores mais antigos da cidade – é mais que simples amor forjado pela insistência do tempo, ou mero afeto a um espaço urbano considerado belo ou confortável. O amor dos moradores mais antigos a Brasília é o amor ao resultado final de uma luta silenciosa, travada isoladamente por todos, em favor da permanência. Um amor de natureza analoga àquele que os pais têm pelos filhos, porque, de um modo ou de outro, Brasília é filha de cada um daqueles veteranos.

Os “filhos de Brasília” – homens e mulheres, jovens ou crianças, nascidos na cidade, filhos dos pioneiros –, por sua vez, têm por Brasília o amor inverso, aquele dos filhos para

⁵⁶⁴ Raquel, 54 anos, nascida em Rio Claro-SP, moradora de Brasília desde 1970, atualmente residente no Lago Sul. Entrevista realizada em 25/11/2002.

com os pais. Se lhe dedicam afeição – mesmo que acompanhada de crítica – o fazem porque, de um modo ou de outro, são seu produto social. Falam, vestem-se, dançam, julgam, pensam, enfim, vivem como aprenderam a fazê-lo em sua cidade. São guardiões do futuro de Brasília e agentes de um presente muito particular, que desagrada, assusta e repele muitos dos que ainda hoje vêm de fora para tentar construir suas vidas na capital da esperança.

A assertiva de que Brasília é uma cidade fria, vazia, desumana provém daqueles tempos iniciais quando a cidade era, de fato, a negação de toda a urbanidade até então testemunhada por seus recém-chegados moradores. Um tempo em que o silêncio que caracterizava Brasília era tanto o da solidão do cerrado desértico quanto do vazio humano que ecoava nos marmores mudos da cidade. Há quem acredite que a permanência dessa assertiva até os dias atuais não passe de mero caráter folclórico adquirido por um dizer popular elaborado no passado e que, por simples hábito, perpetuou-se no presente⁵⁶⁵. Brasília *era* fria, vazia, desumana. Não é mais. Segundo tal interpretação⁵⁶⁶, Brasília é hoje uma metrópole dinâmica, repleta de pessoas e atividades de toda natureza – a exemplo de qualquer metrópole –, onde a vida social pulsa de um modo tão evidente que não seria mais possível admitir-se como atual um dizer que data de quatro décadas atrás⁵⁶⁷.

Não é isso, todavia, o que dizem os inúmeros migrantes que chegam a Brasília e se deparam com essa cidade diferente, que é, hoje, evidentemente muito distinta daquela encontrada pelos pioneiros, mas ainda muito distante da imagem de cidade que cada qual traz consigo na memória de suas experiências urbanas. Para os homens e as mulheres que chegam diariamente a Brasília e têm que construir suas vidas na capital federal a partir de um marco zero de vínculos pessoais ou institucionais, aquela cidade fria, vazia e desumana, infelizmente não vive no passado; ela grita alto no presente de cada um. Essa cidade cruel, destila sua impiedade não apenas para os migrantes, mas igualmente para os pobres, os moradores das cidades-periferias que a rodeiam, os “outros” de qualquer espécie. Excluídos total ou parcialmente da vida social local – que com o passar dos anos desenhou-se curiosamente reservada e insular – os homens e as mulheres do presente não têm sequer aquele motor primeiro que ajudou muitos pioneiros a superar as dores da adaptação. O Eldorado não é mais um sonho e a capital federal, ainda que carregue consigo

⁵⁶⁵ Essa argumentação é defendida por Magalhães (1985).

⁵⁶⁶ Magalhães (1985).

⁵⁶⁷ Magalhães (1985).

a chama morna dos sonhos pessoais, ha muito não encerra mais o espirito coletivo de um novo porvir. Nesse contexto – hoje muito mais individualizado que outrora – parece ainda mais ardua a tarefa de permanecer e fazer de Brasilia um lar, ao menos para aquelas pessoas que vivenciam exclusão e frieza no dia-a-dia da cidade.

Partindo da minha própria experiência como migrante em Brasilia – a experiência de que aquela cidade diferente não vive apenas no passado – dediquei-me, no presente estudo, a encontrar uma explicação sociológica para a sensação, ainda comum entre muitos migrantes – sobretudo esses –, de que, apesar de todo o crescimento e todas as transformações sofridas, Brasilia continua sendo uma cidade solitária, vazia e desprovida de calor humano. Como discutido anteriormente, a premissa da qual este estudo partiu não foi, absolutamente, a de que Brasilia é uma cidade objetivamente dotada daquelas características. Logo, o objetivo do presente estudo não foi, em momento algum, buscar saber os por quês de Brasilia ser uma cidade fria, vazia e desumana, como se esses atributos lhe fossem inerentes e não resultado de construtos imaginários dos homens comuns. A premissa que orientou o presente estudo foi a de que, em nível de senso comum, sobretudo entre as populações migrantes, existe uma representação social recorrente de Brasilia como sendo uma cidade dotada daquelas características já descritas. Essa representação, a despeito de não ser consensual, é reconhecida entre os próprios brasilienses como uma visão mais ou menos geral que os migrantes têm a respeito da cidade. O que este estudo se perguntou foi por que muitas pessoas possuem essa representação de Brasilia?

A resposta a essa questão investigativa mostrou-me, em primeiro lugar, a urgência em delimitar abstratamente uma geografia para a cidade de Brasilia. Isso porque a polissemia de Brasilia permitia que muitas localidades distintas do Distrito Federal fossem tratadas pelo mesmo titulo, o que, evidentemente, dificultaria a investigação proposta. A Brasilia aqui delimitada correspondeu àquela cidade que concentra tanto a arquitetura quanto a sociedade do “silêncio”, a saber, a cidade planejada pela razão funcionalista – senão toda ela, ao menos a sua maior parte – e ocupada pelos estratos superiores da classe media local. Por meio da indicação da polissemia de Brasilia, esta tese aponta a importância de que os estudos que tenham Brasilia como objeto delimitem com clareza aquela Brasilia especifica sobre a qual debruçam-se suas investigações, de modo a minimizar as ambiguidades contidas na toponimia da cidade.

Além disso, o problema formulado para a presente pesquisa conduziu-me a uma conceituação ampliada de cidade, capaz de dar conta da complexa inter-relação existente em qualquer cidade entre seus componentes materiais – o espaço urbano – e seus componentes sociais – a sociedade urbana. Apenas dessa forma – entendendo a cidade como a resultante da relação recíproca entre lugar e gente – seria possível encontrar uma explicação propriamente sociológica para aquela representação, visto que algumas explicações existentes limitavam-se a ver na cidade somente a variável espaço – ou arquitetura –, como se a sociedade urbana não fosse fator conceitual igualmente componente da cidade e importante no processo explicativo. Nesse sentido, um dos ganhos obtidos pela presente pesquisa encontra-se no reforço a um conceito ampliado de cidade, dado por meio de um aporte metodológico que possibilitou o estudo equilibrado de ambas as variáveis conceituais – espaço e sociedade urbanos – sem sobreposição de uma a outra.

Essa cidade pensada de forma ampla, individualiza-se a cada representação e, assim, assume uma multiplicidade fantástica, tornando-se tantas cidades quantas forem as vidas que a tiverem vivido. A cidade vivida aponta uma importante variável para o estudo das representações sociais: os objetos afetivos. Diferentemente de outros objetos, a cidade constitui-se em um significativo objeto afetivo de representação, um objeto que é mais um “sujeito” – porque dotado de uma carga de subjetividade ainda maior do que aquela dispensada a determinados objetos – que propriamente um objeto ao qual o sujeito da representação observa e interpreta em uma relação de relativa exterioridade emocional. A cidade – a exemplo de outros objetos afetivos como a família, a casa⁵⁶⁸, o país⁵⁶⁹ – é um objeto que mantém com o sujeito da representação uma relação recíproca, na medida em que ambos expressam-se e se interiorizam um no outro – a cidade habita o agente da representação tanto quanto ele próprio habita a ela. Nesse sentido, uma outra contribuição possível do presente estudo aponta para a importância de que os estudos que fazem uso das representações sociais como instrumental de pesquisa identifiquem o tipo de relação afetiva que liga agente e objeto da representação. Parece importante, outrossim, que os

⁵⁶⁸ Assim fala Antoine de Saint-Exupéry (1962) a respeito de sua casa: “Ah! O maravilhoso de uma casa não é o abrigo ou o acolhimento que ela nos dá, nem as paredes que possuímos, mas estas provisões de ternura que ela lentamente acumula em nós, este maciço obscuro que ela forma no fundo do coração e de onde nascem, como as águas das fontes, os sonhos” (Op. Cit., p. 36).

⁵⁶⁹ A respeito das múltiplas e complexas relações afetivas entre o ator social e seu país natal, vide: Kundera (2002); Singer (2001).

seguidores da teoria das representações sociais⁵⁷⁰ possam distinguir as representações não apenas a partir de seus agentes e do campo de representações como um todo, mas igualmente a partir dos objetos de representação, tomados como objetos de maior ou menor vínculo afetivo frente ao agente da representação.

Um último ganho desta tese, talvez ainda mais significativo que os demais, reside na construção abstrata da categoria do “silêncio social”, que permite sintetizar as resultantes emocionais de uma soma de elementos sócio-espaciais que orientam a representação de Brasília como uma cidade diferente, fria, solitária, vazia. O “silêncio social” é útil para designar – não apenas no caso de Brasília, mas em qualquer outra realidade social que apresente em maior ou menor grau uma espacialidade racionalizada e uma sociabilidade fundada em fortes bases de exclusão – a maneira como uma determinada combinatoria espaço-sociedade, quando vivida e sentida a partir de um certo conjunto de experiências e emoções, orienta as representações sociais, atribuindo a cidade imagens que são senão o reflexo dos sentimentos e das emoções dos próprios agentes da representação em sua vida cotidiana. O que se conclui disso é que não há uma cidade silenciosa em si – posto que a cidade, quando tomada a partir das representações, é antes a cidade vivida e não uma cidade objetiva que pré-existe a qualquer prática específica –, mas sim, um conjunto de elementos sócio-espaciais que, a depender das experiências de vida específicas podem conduzir à percepção e à representação de Brasília como uma cidade fria, vazia, solitária, logo, “silenciosa”.

As principais características sócio-espaciais do “silêncio social” de Brasília apontam que a cidade modernista – planejada para que a modernidade pudesse transcorrer livre dos transtornos espaciais herdados de um passado pré-moderno – talvez se tenha transformado, a despeito de todas as alterações sofridas no decorrer do percurso, na mais moderna das cidades brasileiras. Para entender essa afirmação é preciso antes entender a relação modernidade/cidade e, mais especificamente, a relação modernidade anômala ou tardia/cidade, porque é essa última que permite que se pense a relação entre modernidade/fato urbano em países periféricos como o Brasil.

A relação entre a cidade e a modernidade é uma relação relativamente recíproca. Tendo surgido muito antes de qualquer embrião moderno⁵⁷², a cidade é um fato histórico e

⁵⁷⁰ Moscovici (1961).

⁵⁷¹ Silva (2003).

⁵⁷² Mumford (1991).

sociológico que se liga a modernidade de uma forma muito particular, posto que se constitui no espaço social por excelência para o florescer moderno e seu constante desenvolvimento, ao passo em que se transforma sobremaneira por influência da própria modernidade que abriga e expressa. A tradicional cidade da modernidade, a metrópole, descrita por pensadores como Simmel⁵⁷³, Baudelaire⁵⁷⁴, Benjamin⁵⁷⁵ e Verne⁵⁷⁶ como uma cidade caracteristicamente gigantesca, maquinal, impessoal, nervosa, multicolor é a expressão da cidade de passado pré-moderno que se vê invadida pelo conjunto moral, social, econômico, cultural, espacial, simbólico e ideológico chamado modernidade⁵⁷⁷. A cidade chamada de “metrópole moderna” não é, precisamente, uma cidade feita para a modernidade. Ela é a antiga cidade pré-moderna tomada por incontáveis levas populacionais provenientes de um campo pauperizado e proletarizado⁵⁷⁸; pela exposição alucinante da mercadoria em todos os seus espaços⁵⁷⁹, pela divisão do trabalho social, de onde se originam um novo tipo de sociedade, um novo tipo de solidariedade⁵⁸⁰ e um novo tipo de distinção social⁵⁸¹, pelo ritmo maquinal da atividade capitalista, extrapolando a esfera da produção e fazendo-se sentir em todos os domínios da vida em sociedade; por uma razão instrumental e funcional igualmente senhora da totalidade da vida social⁵⁸², por uma razão consumista, que atua como motor da produção incessante de novidades que duram o tempo exato de seu surgimento e logo em seguida tornam-se ruína, para dar lugar a outras novidades⁵⁸³, pelo dinheiro, atuando como equivalente geral de todas as trocas, como o “Deus” maior das pessoas e das coisas⁵⁸⁴, pela submissão do mundo a um tempo auto-consumido, frenético, enlouquecido⁵⁸⁵, pela sobreposição do “eu” ao “nos”⁵⁸⁶, do individual ao coletivo, da propriedade privada à propriedade comum⁵⁸⁷.

⁵⁷³ Simmel (1979).

⁵⁷⁴ Baudelaire (1985; 1988).

⁵⁷⁵ Benjamin (1989)

⁵⁷⁶ Verne (1995).

⁵⁷⁷ A respeito da modernidade, vide: Berman (1998); Giddens (1991); Miranda (1999).

⁵⁷⁸ Marx; Engels (2001).

⁵⁷⁹ Debord (1997); Benjamin (1989).

⁵⁸⁰ Durkheim (1997).

⁵⁸¹ Simmel (1998a).

⁵⁸² Weber (1967).

⁵⁸³ Baudelaire (1988); Benjamin (1989); Gagnebin (1997).

⁵⁸⁴ Simmel (1998b)

⁵⁸⁵ Simmel (1979).

⁵⁸⁶ Dumont (1985).

⁵⁸⁷ Marx; Engels (2001).

Uma cidade propriamente moderna – assim pensavam os modernistas, revolucionários da urbanidade pré-moderna em favor de uma adequação espacial para os tempos modernos – deveria ser aquela cidade onde as características da modernidade não tivessem que coexistir com um espaço anacrônico, disfuncional, comprometedor das dinâmicas presente e futura. A cidade moderna era a cidade a ser construída, uma cidade utópica, visionária, nova e revolucionária, jamais uma cidade onde a urbanidade pré-moderna pudesse contaminar o porvir.

Nesse sentido, Brasília apresenta-se como a cidade brasileira da modernidade por excelência, a despeito de sua forma espacial não indicar grandes semelhanças entre ela e as chamadas metrópoles nacionais⁸⁸⁸. Em Brasília, a ausência de um passado espacial pré-moderno – nunca houve centro, rua, praça, aglomeração, contatos desnecessários ou mistura entre as “funções da cidade”, nem como fato, nem como memória coletiva e imaginário social – soma-se a uma sociedade dotada de traços modernos – urbana, cosmopolita, com elevado poder aquisitivo, burocratizada, escolarizada – para conformar não uma cidade pré-moderna que se tornou moderna – a exemplo de São Paulo ou Rio de Janeiro –, mas uma cidade que já nasceu moderna.

Ademais, essa cidade nascida moderna dispõe de um espacialidade tal – sustentada por um forte controle estatal – que minimiza sua possibilidade de “contaminação” pelo Brasil semi-moderno e semi-urbano que se aglutina em suas franjas: o Brasil da escassez de capital econômico e intelectual, das razões tradicionais e afetivas sobrepostas à razão instrumental, tanto na esfera das micro-interações sociais quanto nas esferas da economia e da política, das populações rurais ou semi-urbanas, *estrangeiras* culturais na grande cidade⁸⁸⁹. Esse Brasil, do qual a capital brasileira da modernidade se aparta, é aquele universo paradoxal – característico das sociedades de modernidade periférica e capitalismo

⁸⁸⁸ Quando Brasília é pensada em termos de todo o Distrito Federal, seu contingente populacional de pouco mais de dois milhões de habitantes dispostos em uma estrutura urbana de polinucleamento não deixa dúvidas do aspecto metropolitano da cidade. Todavia, quando Brasília é pensada, a exemplo do que acontece no presente estudo, como uma cidade limitada ao Plano Piloto, aos Lagos e ao Cruzeiro, seus atributos metropolitanos passam a ser contestados – sobretudo pelos próprios praticantes da cidade, como pode ser visto nos depoimentos do presente estudo – porque, nessas condições, Brasília torna-se uma cidade mediana, com menos de 500.000 habitantes. Segundo Gama (1998), todavia, o caráter metropolitano de uma cidade não se encontra diretamente relacionado a seu tamanho, mas sim a sua complexidade cultural e a forma menos personalista de identificação dos sujeitos sociais no corpo da cidade. Nesse sentido, como indicam alguns depoimentos, Brasília teria tanto o atributo metropolitano do cosmopolitismo cultural quanto o atributo provinciano da vigilância, dos controles, dos nomes e rostos conhecidos – lembrando que essa característica provinciana é perceptível apenas, ou mais evidentemente, no espaço social dos grupos.

⁸⁸⁹ Martins (2000).

tardio⁵⁹⁰ – onde a modernidade mescla-se a tradição e se reconfigura para poder se adaptar a situações e valores que lhe são estrangeiros. Ele é, pois, o Brasil que transborda em todas as grandes cidades brasileiras, à exceção da capital – o Brasil de todos os migrantes, o Brasil de todos os “de fora”.

É a apartação frente a esse Brasil que rodeia Brasília sem misturar-se a ela de forma contundente, que permite a “cidade do silêncio” manter-se, no todo, mais moderna que qualquer outra cidade brasileira. É essa pureza moderna – pureza espacial e societária – que, quando vivenciada como exclusão pelos filhos daquele “outro” Brasil, alimenta os sentimentos de vazio, frieza, desumanidade, solidão e fazem da capital de todos os brasis uma cidade de dor.

O medo da minha mãe morrer e eu ficar sozinha aqui (...) se tornou uma paranoia. Eu sofri demais, eu sofri demais. Eu pensava, eu não conheço ninguém, minha avó não tá aqui, meu avô não tá aqui, eu não tenho amizade, eu não tenho amigo, eu não tenho ninguém aqui, se a minha mãe morrer o que vai ser de mim? Eu tinha onze anos, eu não sabia me virar sozinha, eu me sentia um nada em lugar nenhum. (...) O medo da minha mãe morrer era tanto que eu ia pro colégio e ficava chorando. Porque eu imaginava será que minha mãe atravessou a rua e um carro atropelou ela e ela morreu. Virou uma paranoia, tamanha a solidão que eu sentia, o desamparo, eu me sentia desamparada. (...) E, foi uma fase difícil⁵⁹¹.

Quando eu vim pra cá pra morar, nossa, foi doloroso demais. Meu primeiro ano de Brasília foi extremamente doloroso, de chorar toda a noite, da conta do telefone ser de não aguentar mais, do meu marido chegar ao ponto de dizer “vamos embora, a gente larga tudo e vai voltar porque eu não aguento mais te ver assim”. Foi muito doloroso, muito, muito, muito, muito⁵⁹².

Eu passei muito tempo ruim aqui. Os dois primeiros anos aqui eu tive que fazer terapia senão eu ia pirar. Fiz, porque senão eu ia pirar, porque eu achava que (...) eu era o problema pra não estabelecer vínculos com os meus colegas. (...) Hoje em dia? Eu acho que eu desenvolvi uma forma de conter meu choro. Acho que civilizei, é isso. (...) Chorava, chorava. Ficava muito deprimido, muito. Tomei Pasalix, tomei... vários anti-depressivos. (...) Tomava muitos⁵⁹³.

⁵⁹⁰ Martins (2000).

⁵⁹¹ Rosa (2), 39 anos, nascida no Rio de Janeiro-RJ, moradora do Distrito Federal há 28 anos. Entrevista realizada em 24/10/2002.

⁵⁹² Camila (2), 39 anos, natural de Vizeu-PA, moradora do DF há aproximadamente 2 anos. Entrevista realizada em 13/12/2002.

⁵⁹³ André, 28 anos, nascido em Corumbá-MS, morador de Brasília há 4 anos. Entrevista realizada em 04/11/2002.

Se eu andasse de ônibus, eu diria que é a rodoferroviária, onde eu iria embora. Porque eu iria embora daqui. É o lugar que eu acho que eu pensaria mais. Como eu ando de carro, eu acho assim, quando eu saio do DF, o último metro quadrado que eu percorro é o melhor, aí entrei na divisa do Goiás, eu já estou mais aliviada. O último metro que eu percorro antes de sair do estado, esse é o melhor lugar de Brasília⁵⁹⁴.

⁵⁹⁴ Mara (2), 37 anos, nascida em Colatina-ES, moradora do Distrito Federal há 32 anos. Entrevista realizada em 04/10/2002.

BIBLIOGRAFIA

ACIOLI, Marcia Hora. *Da casa invisível à escola inevitável: um estudo sobre os movimentos simbólicos dos meninos e meninas de rua da Rodoviária de Brasília*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Brasília, 1995.

ADGHIRNI, Zélia Leal. "As migrações amorosas" In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. "Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações a educação" In: EM ABERTO. Brasília, ano 14, nº61, 1994.

AMORIM, Lara Santos de. "Cenas de uma revolta urbana: movimento hip hop na periferia de Brasília" In: POS – REVISTA BRASILIENSE DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Brasília: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Edição temática (Brasília em debate), ano 2, nº 1, 1998.

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. *As representações sociais da política: por uma redefinição do conceito de cultura política*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1995.

ARANTES, Antonio A. "A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano" In: REVISTA DO PATRIMÔNIO. Nº 23 – Cidade. RJ: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, 1994.

ARAÚJO, Carlos Henrique. "Migrações e vida nas ruas". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. RJ, Garamond, 2000.

ARGULLOL, Rafael. "A cidade-turbilhão". In: REVISTA DO PATRIMÔNIO. Nº 23 – Cidade. RJ: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, 1994.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Programa de História Oral*. Brasília, 1989.

AUGE, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal*. 6ed. RJ: Nova Fronteira, 1985.

_____. "O Pintor da Vida Moderna". In: *Obras Completas*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. *Globalização: as consequências humanas*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.

BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em ciências sociais*. 2ed. SP: HUCITEC, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Walter Benjamin – obras escolhidas volume III*. SP: Brasiliense, 1989.

_____. “Experiência e pobreza”. In: *Walter Benjamin – obras escolhidas volume I*. SP: Editora Brasiliense, 1985.

_____. “O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov”. In: *Walter Benjamin – coleção grandes pensadores*. RJ: Editora Abril, 1980.

BERMAN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. SP: Companhia das Letras, 1988.

BOGUS, Lúcia Maria M.; WANDERLEY, Luiz Eduardo W. (Orgs.). *A luta pela cidade de São Paulo*. SP: Cortez, 1992.

BOURDIEU, Pierre (Org.) *La misère du monde*. Paris: Éditions du Seuil, 1993.

_____. *O poder simbólico*. 2ed. RJ: Bertrand Brasil, 1998.

BUARQUE, Cristóvam. “A diáspora da modernidade”. In: BURSZTYN, Marcel; ARAUJO, Carlos Henrique. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. RJ/Brasília: Garamond/CODEPLAN, 1997.

_____. *O que é apartação*. RJ: Brasiliense, 1994.

BURSZTYN, Marcel. “Vira-mundos e “rola-bostas””. In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. RJ, Garamond, 2000.

BURGESS, Ernest. *The growth of the city: an introduction to a research project*. Chicago: THE CITY: University Chicago Press, 1925.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. SP: Editora 34: Edusp, 2000.

_____. “Enclaves fortificados: a nova segregação urbana”. In: NOVOS ESTUDOS, RJ: CEBRAP, n.º 47, 1997.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. SP: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Marcovaldo ou as estações na cidade*. SP: Companhia das Letras, 1994.

CAMPOS, Neio. “A segregação planejada”. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*. Tese de doutorado apresentada a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

CASE, Paulo. *A cidade desvendada: reflexões e polêmicas sobre o espaço urbano, seus mistérios e fascínios*. RJ: Ediouro, 2000.

CASTRO, Ruy. *Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema*. 3ed. SP: Companhia das Letras, 1999.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano - artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. *A história cultural, entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CODEPLAN. *Temas CODEPLAN - Perfil Sócio-Econômico das Famílias do Distrito Federal*. Brasília: CODEPLAN, 1997.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. SP: Companhia das Letras, 1989.

CORDEIRO, Graça Indias; COSTA, Antônio Firmino da. "Bairros: contexto e intersecção". In: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1999.

COSTA, Júlio R. *Rock em Brasília: um caso de construção do ator social em grupos face-a-face*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 1994.

COSTA, Lúcio. *Brasília, cidade que inventei: relatório do Plano Piloto de Brasília*. S/d. (mimeo).

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5ed. RJ: Rocco, 1997.

_____. *Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5ed. RJ: Editora Guanabara, 1990.

_____. "Para uma antropologia da tradição brasileira (ou: a virtude está no meio)". In: *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. RJ: Rocco, 1993.

DAVIDOVICH, Fany. "Urbanização brasileira: tendências, problemas e desafios". In: ESPAÇO & DEBATE – Revista de Estudos Regionais e Urbanos. SP: NERU: USP, nº 13, ano IV, 1984.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo*. RJ: Contraponto, 1997.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. RJ: ROCCO, 1985.

DUPRÉ, Sra. Leandro. *Éramos seis*. SP: Companhia Editora Nacional, 1943.

- DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- _____. *As regras do método sociológico*. 11ed. SP: Editora Nacional, 1984.
- _____. *O suicídio*. 4ed. Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1994a.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1v, 1994b.
- _____. *O processo civilizador: formação do Estado e civilização*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2v, 1993.
- _____. *Sobre o tempo*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. RJ: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ENGELS, Friedrich. *A questão da habitação*. SP: Editora Acadêmica, 1987.
- ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. RJ: Editora FIOCRUZ, 1999.
- FREITAG, Bárbara. "Duas cidades entre a história e a razão". In: REVISTA TB Rio de Janeiro, 116: 39/58, jan.-mar., 1994.
- FONSECA, Fernando Oliveira (Org.). *Beirute, final de século*. Brasília: Coronário, 1994.
- _____. (Org.). *Olhares sobre o Lago Paranoá*. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. RJ: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e punir*. Petropolis: Vozes, 1977.
- FREUND, Julien. "Preface". In: XIBERRAS, Martine. *Les théories de l'exclusion: pour une construction de l'imaginaire de la déviance*. 3ed. Paris: Méridiens Klincksieck, 1994.
- FRUGOLI JUNIOR, Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. SP: Cortez: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.
- FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO; GOETHE INSTITUT. *Cidade imaginada (Imagined city)*. Brasília, 1994.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. RJ: Imago Editora, 1997.

GAMA, Lúcia Helena. *Nos bares da vida: produção cultural e sociabilidade em São Paulo – 1940-1950*. SP: Editora do SENAC, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. SP: UNESP, 1991.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 5ed. Petropolis: Vozes, 1992.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ed. RJ: Editora Guanabara Koogan, 1988.

GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos. *“Favelas teimosas”*: lutas por moradia. Brasília: Thesaurus, 1998.

GONÇALVES, Maria Flora (Org.). *O novo Brasil urbano: impasses – dilemas perspectivas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GORELIK, Adrian. “O moderno em debate: cidade, modernidade, modernização”. In: MIRANDA, Wander Melo (Org.). *Narrativas da modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. SP: EDUSP, 1993.

GOUVÊA, Luiz Alberto. “A capital do controle e da segregação”. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

GUERIN, Michel. *O que é uma obra*. SP: Paz e Terra, 1995.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo rural e urbano*. RJ: Edições Graal, 1981.

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. 4ed. Madrid: Catedra, 2001.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 3ed. SP: Edições Loyola, 1993.

HIGMORE, Ben (Editor). *The everyday life reader*. London: New York: Routledge, 2002.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço da exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

HOLSTON, David. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. SP: Companhia das Letras, 1993.

JACCOUD, Luciana. "Lutas sociais: populismo e democracia: 1960/1964". In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

JODELET, Denise. "Os processos psicossociais da exclusão". In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2ed. RJ: Paz e Terra, 1993.

_____. *As lutas sociais e a cidade: São Paulo passado e presente* (Org.). RJ: Paz e Terra, 1988.

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000.

KUNDERA, Milan. *A ignorância*. SP: Companhia das Letras, 2002.

LE CORBUSIER. *Urbanismo*. SP: Martins Fontes, 1992.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. SP: Editora Documentos, 1969.

LEITE, Sebastião Uchoa. "Poesia e cidade". In: REVISTA DO PATRIMÔNIO – CIDADE. Nº 23. RJ: Instituto do Patrimônio Nacional, 1994.

LEWIS, Oscar. *Antropologia de la pobreza: cinco familias*. 6ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1972.

_____. *La vida. Una familia puertorriqueña en la cultura de la pobreza: San Juan Y Nueva York*. 4ed. México: Mortiz, 1975.

LINHARES, Paulo. *Cidade de água e sal: por uma antropologia do litoral nordeste sem cana e sem açúcar*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. SP: Martins Fontes, 1981.

LYNCH, Kevin. *A Imagem da Cidade*. SP: Martins Fontes, 1997.

MACHADO, Lia Zanota; MAGALHÃES, Themis Quezado de. "Imagens do espaço imagens de vida". In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade – espaço urbano em questão*. SP: Projeto, 1985.

MACHADO, Maria Salete Kern. "Os meninos de rua do Eixo Monumental". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1993.

MADEIRA, Maria Angelica. "Formas de sociabilidade e a cultura de festa na juventude de Brasília". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

- MAGALHÃES, Themis Quezado. *Brasília: mitos e vivências*. Dissertação de Mestrado. Brasília. Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia, 1985.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. SP: Editora UNESP: HUCITEC, 1998.
- MARTINS, José de Souza. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. SP: HUCITEC, 2000.
- MARX, Karl. "A mercadoria". In: *O capital*. Vol. I, Tomo I. SP: Abril Cultural, 1983.
- _____. ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. SP: Martin Claret, 2001.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. SP: Perspectiva, 1999.
- MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- MELLO, Thereza Negrão de. "Se esta quadra fosse minha". In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- MENDES, Manuel. *Meu testemunho de Brasília*. 2ed. Brasília: Thesaurus, 1997.
- MERTON, Robert. "Estrutura burocrática e personalidade". In: *Sociologia: teoria e estrutura*. SP: Mestre Jon, 1970.
- MIRANDA, Wander de Melo (Org.). *Narrativas da modernidade*. BH: Autêntica, 1999.
- MOISES, José Álvaro. *Cidade, povo e poder*. 2ed. RJ: Paz e Terra, 1985.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX. O espírito do tempo I - neurose*. RJ: Forense universitário, 1987.
- _____. *Introdução ao pensamento complexo*. 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- _____. *O método IV - as idéias*. Porto Alegre: Sulina, 1998.
- MOSCOVICI, Serge. *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires des France, 1961.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 3ed. SP, Martins Fontes, 1991.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. "Exclusão: a nova questão social". In: PROPOSTA. RJ: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, nº 61, ano 22, 1994a.

_____. "Exclusão social: as múltiplas dimensões do fenômeno". In: SERIE SOCIOLOGICA. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, nº 111, 1994b.

_____. "Hipóteses sobre a nova exclusão social". In: CADERNO CRH. Salvador, nº 21, 1994c.

_____. "Modernidade ética: um desafio para vencer a lógica perversa da exclusão". In: PROPOSTA. RJ: Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, nº 65, ano 23, 1995.

NASSER, Ana Cristina Arantes. "*Sair para o mundo*" - trabalho, família e lazer: relação e representação na vida dos excluídos. SP: Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 1996.

NUNES, Brasilmar Ferreira. "Fragmentos para um discurso sociológico sobre Brasília". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997a.

_____, KOHLSDORF, Nara. "Sociologia do espaço social de Brasília: o descontrole planejado". In: SERIE SOCIOLOGICA. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Nº 174, 1999

NUNES, Christiane Girard Ferreira. "Identidade e cultura: reflexões sobre uma categoria sócio-profissional". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997b.

OLIVEIRA, Dijaci David de. "Migração, redes e projetos: os moradores de rua de Brasília". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. RJ, Garamond, 2000.

OLIVEIRA, Maria Luiza Peluso de. "Contradições e conflitos no espaço de classes: centro versus periferia". In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Urbanização e metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: EdUnB: CODEPLAN, 1987.

OLIVEIRA, Márcio de. "Gaston Bachelard e o imaginário das cidades: imagens da construção de Brasília". In: REVISTA SOCIEDADE E ESTADO. Brasília. Vol. XIII, Nº 1, Jan/Jun, 1998.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. 2 ed. SP: Editora Brasiliense, 1994.

_____. "Diversidade cultural e cosmopolitismo". In: LUA NOVA – Revista de Cultura e Política. Nº 47. SP: CEDEC, 1999.

PARK, Robert Ezra. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O fenômeno urbano*. 4ed. RJ: Zahar Editores, 1979.

PAVARINO FILHO, Roberto Victor. "Sistema viário urbano e exclusão social em Brasília". In: TEXTOS GRADUADOS. Brasília. Ano 1, Nº 0, 1º semestre, 1995.

PAVIANI, Aldo. "Brasília: cidade e capital". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

PENA-VEGA, Alfredo; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (Orgs.). *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. RJ: Garamond, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999.

PESSOA, Fernando. *Poemas*. RJ: Nova Fronteira, 1985.

QUINTO JÚNIOR, Luiz de Pinedo, IWAKAMI, Luiza Naomi. "O canteiro de obras da cidade planejada e o fator de aglomeração". In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

RAMÍREZ, Gabriela Balcázar, "Baixo o céu, mar de Brasília". In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

RESENDE, Fernando. "Céu aberto: primeiro ato". In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998a.

_____. "Subterrâneos: segundo ato". In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998b.

_____. "Errantes: terceiro ato". In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998c.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. RJ: Revan: FASE, 2000.

_____. AZEVEDO, Sérgio de (Orgs.). *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. RJ: Editora UFRJ, 1996.

_____. PECHMAN, Robert M. *O que é questão da moradia*. SP: Nova Cultural: Brasiliense, 1985.

_____. SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. *Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise*. RJ: Civilização Brasileira, 1994.

RIBEIRO, Renato Janine. *A etiqueta no Antigo Regime: do sangue à doce vida*. 2ed. SP: Brasiliense, 1987.

ROBINSON, Catherine. *I think home is more than a building': young home(less) people on the cusp of home, self and something else*. Kensington. University of New South Wales, 2001 (mimeo).

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. 2ed. SP: Martins Fontes, 2001.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A razão nômade: Walter Benjamin e outros viajantes*. RJ: Editora UFRJ, 1993.

RUA, Maria das Graças. "Comportamento eleitoral em Brasília: a eleição presidencial de 1994". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *Cartas do pequeno príncipe*. 5ed. BH: Editora Itatiaia Limitada, 1962.

SALDANHA, Nelson. *O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica*. SP: EDUSP, 1993.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. "O patrimônio modernista e a diversidade cultural". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

SASSEN, SASKIA. *As cidades na economia mundial*. SP: Studio Nobel, 1998.

SCHERER, Rebeca. "Apresentação". In: LE CORBUSIER (versão). *A carta de Atenas*. SP: HUCITEC/EDUSP, 1993.

SCHMIDT, Benício; FARRET, Ricardo. *A questão urbana*. RJ: Zahar, 1986.

SEABRA, Roberto. "As mil e uma noites de Brasília". In: MEDINA, Cremilda (Org.). *Narrativas a céu aberto: modos de ver e viver Brasília*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. SP: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. SP: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Inaê Elias Magno da. "A bordo da nau do tempo: uma viagem pela história de Aracaju". In: REVISTA DE ARACAJU - Prefeitura Municipal. Aracaju: FUNCAJU, ano LIX, nº 9, 2002a.

_____. "Construtores de Brasília: fogo, lenha e fôrnalha de um futuro sem razão" In: Cadernos do CEAS. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Nº 179, Jan. Fev., 1999a.

_____. "Memórias da praia de Atalaia". In: TOMO Aracaju: Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe. Nº 2. ano 1, novembro, 1999b.

_____. "Metropoli y modernidad". In: REVISTA COLOMBIANA DE SOCIOLOGÍA. Bogota. Março, 2003.

_____. *Quando a cidade chega à praia: estudo de exclusão social urbana*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Sociologia, 1997a.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia: Editora da UFG, 1997b.

SILVA, Tania Elias Magno da. "Planejamento urbano e problemas ambientais ou a cidade das flores em jardins de cogumelos". In: CANDEEIRO – Revista de Política e Cultura da Seção Sindical dos Docentes da UFS. Aracaju: Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe, ano V, vol. 7/8, agosto de 2002b.

SILVA FILHO, Thadeu de Jesus. "Festa junina e Brasília: que relação é essa?". In: POS – REVISTA BRASILIENSE DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. Brasília. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Edição temática (Brasília em debate), ano 2, nº 1, 1998.

_____. "Reflexões sobre a sociologia urbana". In: SERIE SOCIOLOGICA. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Nº 196, 2002.

SIMMEL, George. "A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura". In: SOUZA, Jesse; OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade e Brasília, 1998a.

_____. "A metropole e a vida mental". In: VELHO, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. "O Estrangeiro". In: *Simmel*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. SP: Atica, 1983a.

_____. "Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal". In: *Simmel*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. SP: Atica, 1983b.

_____. "O dinheiro na cultura moderna". In: SOUZA, Jesse; OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade e Brasília, 1998b.

SINGER, Isaac Bashevis. *Inimigos: uma história de amor*. Porto Alegre: L&PM, 2001.

SIQUEIRA, Deis, BANDEIRA, Lourdes. "O sagrado e o profano na construção da "terra prometida"". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. RJ: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, Jessé. "Valores e estratificação social no Distrito Federal". In: NUNES, Brasilmar Ferreira (Org.). *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília: Paralelo 15, 1997

_____, OELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade e Brasília, 1998

SOUZA, Pedro de. "Espaços interditados e efeitos-sujeito na cidade". In: ORLANDI, Eni P. *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano* (Org.). Campinas: Pontes, 2001.

TOSTA, Tânia Ludmila Dias. "Memória das ruas, memórias da exclusão". In: BURSZTYN, Marcel (org.). *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. RJ, Garamond, 2000.

VERNE, Júlio. *Paris no século XX*. São Paulo: Ática, 1995.

VOGEL, Arno; VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira; LEITÃO, Gerônimo E. de Almeida. *Como as crianças vêm a cidade*. RJ: Pallas/FLACSO/UNICEF, 1995.

XIBERRAS, Martine. *Lês théories de l'exclusion: pour une construction de l'imaginaire de la déviance*. 3ed. Paris: Méridiens Klincksieck, 1994

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. SP: Livraria Pioneira Editora, 1967.

_____. "Burocracia". In: *Ensaio de sociologia*. 5ed. RJ: Livros Técnicos e Científicos, 1982.

WENDERS, Wim. "A Paisagem Urbana". In: REVISTA DO PATRIMÔNIO, Nº 23 - Cidade. RJ: Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, 1994.

WOODWARD, Kathryn. "Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual". In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petropolis: Vozes, 2000.

Fontes magnéticas, virtuais ou de imagens

CARVALHO, Wladimir. *Conterrâneos velhos de guerra*, 1992 (vídeo).

_____. *Barra 68 – sem perder a ternura*, 2000 (vídeo)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo demográfico 2000 – características da população e dos domicílios (resultados do universo)*. CD-Room, 2002.

<http://noticias.correioweb.com.br/>

<http://planetaimovel.globo.com/conteudo/vizinhanca/brasil/materias/parques/nacional/abre.asp>

<http://www.altavista.com>

<http://www.candango.com.br/>

<http://www.ceilandia.df.gov.br/ceilandia.htm>

<http://www.cruzeiro.df.gov.br/historico.htm>

<http://www.dfonline.com.br/bsb1.htm>

<http://www.dicasdebrasil.com.br>

http://www.geocities.com/augusto_araal/regioes.htm

<http://www.ibama.gov.br/>

<http://www.jornaldebrasil.com.br/>

<http://www.lagosul.com.br/>

http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20021213/col_cro_131202.htm

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA⁵⁹⁵

DF Data Local 1 Água Mineral 2 LHS 3 CELB 4 Torre 5 Paróquia 6 Quadras 7 Outros

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E MOBILIDADE ESPACIAL/MIGRAÇÃO

4 Sexo 1 Masculino 2 Feminino 5. Idade 6. Escolaridade 1 Sem escolaridade 2 Fundamental incompleto
 3 Fundamental completo 4 Médio incompleto 5 Médio completo 6 Superior incompleto 7 Superior completo

7. Ocupação 8. Situação conjugal 1 Solteiro 2 Casado 3 Outro

9. Filhos 1 Sim 2 Não 10. Mora em 1 Casa 2 Apartamento 3 Outro

11. Município onde nasceu? 12. UF 13. É cidade? 1 Sim 2 Não

14. Qual o NOME da CIDADE onde mora? 15. Qual o NOME do BAIRRO onde mora? 16. Dificuldade na resposta?
 1 Sim 2 Não

17. Há quanto tempo mora no bairro? 18. Em que ano mudou-se para DF?

19. Em quais regiões do DF já morou? 1 Brasília 2 Lago Norte 3 Lago Sul 4 Cruzeiro 5 Guará 6 Gama

7 Sobradinho 8 Taguatinga 9 Ceilândia 10 Brazlândia 11 Planaltina 12 Santa Maria 13 Núcleo Bandeirante

14 São Sebastião 15 Samambaia 16 Recanto das Emas 17 Riacho Fundo 18 Candangolândia 19 Paranoá

20. Em quais estados da federação já morou? 38

21. TRÊS últimos lugares onde morou antes do atual local de moradia? 22. Por que veio morar no DF? 42 1 Trabalho

39. Último 43 2 Estudos 44 3 Saúde 45 4 Moradia

40. Penúltimo 46 5 Família 47 6 Amizade, namoro, casamento

41. Antepenúltimo 48 8 Outros

23. Vou listar alguns lugares e você vai me dizer em quais deles já esteve **mais de três vezes**.

1 49 Asa Norte/Sul 2 50 SMU 3 51 Vila Planalto 4 52 Lago Norte/Sul 5 53 Sudoeste 6 54 Octogonal 7 55 Cruzeiro 8 56 Brazlândia
 9 57 S. Sebastião 10 58 Rec. Emas 11 59 Sta. Maria 12 60 Riacho Fundo 13 61 Candangolândia 14 62 Paranoá 15 63 Gama
 16 64 Taguatinga 17 65 Ceilândia 18 66 Samambaia 19 67 Núcleo Bandeirante 20 68 Guará 21 69 Sobradinho 22 70 Planaltina

71. Locais do DF onde trabalha (72/4) 72. Locais do DF onde estuda (75/7) 73. Áreas do DF que mais freqüenta para lazer? (78/82)

83/87. Locais do DF onde moram os cinco melhores amigos?

DADOS DE IMAGINÁRIO/REPRESENTAÇÃO DA CIDADE

88. Vou ler algumas frases e você dirá, em uma escala de 1 a 5 o quanto concorda com elas. Menor valor maior concordância.

A Brasília é uma cidade e as cidades-satélites são outras cidades diferentes (88)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 89

B Brasília é uma cidade com excelente qualidade de vida (90)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 91

C Brasília é uma cidade grande (92)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

⁵⁹⁵ As questões que constam desse roteiro são questões padrão, sendo que várias outras perguntas diferentes foram feitas aos entrevistados no decorrer de cada entrevista em particular.

Por que? Bom/ruim? 93

D Brasília é uma cidade fria (94)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 95

E Brasília é uma cidade diferente (96)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 97

F Brasília é uma cidade de classe média e de ricos (98)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 99

G Brasília é uma cidade onde é fácil fazer amigos (100)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 101

H Brasília é uma cidade silenciosa (102)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 103

I Brasília é uma cidade limpa (104)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 105

J As pessoas em Brasília são individualistas (106)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 107

K Brasília é uma cidade onde há poucos pedintes (108)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 109

L O trânsito de Brasília é civilizado (110)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 111

M Em Brasília todos podem circular e estacionar nas áreas públicas dos blocos residenciais (112)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 113

N Brasília é uma cidade violenta (114)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim? 115

O Para quem mora em Brasília é difícil fazer amizade com quem mora nas cidades-satélites (116)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

P As pessoas em Brasília são fechadas (118)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

Q Brasília tem poucas festas de rua como São João, carnaval ou procissões (120)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

R Brasília é uma cidade vazia (122)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

S A vida em Brasília é solitária (124)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

T Brasília é uma cidade onde existem muitas leis e as pessoas as obedecem (126)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

U Brasília é uma cidade onde você pode ser quem você é sem que ninguém se meta na sua vida (128)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

V Há pouca discriminação social em Brasília (130)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

X Não existe diferença entre as pessoas de Brasília e as pessoas das outras cidades do Brasil (132)

1 Concordo plenamente 2 Concordo parcialmente 3 Indiferente 4 Discordo parcialmente 5 Discordo plenamente

Por que? Bom/ruim?

134. Vou dizer uma palavra e você dirá as **3 primeiras** imagens ou palavras que vierem à sua cabeça:

A. CIDADE

B. CIDADE PEQUENA

C. CIDADE GRANDE

D. BRASILIA

146. Na sua opinião, qual o tamanho da cidade onde o(a) Sr(a) MORA? 1 Pequena 2 Média 3 Grande

147. Vou listar alguns lugares e o(a) Sr(a) vai me dizer se, na sua opinião, esse lugar é ou não **Brasília**.

- 1 147 Asa Norte/Sul 2 148 SMU 3 149 V. Paraito 4 150 Lago Norte/Sul 5 151 Sudoeste 6 152 Octogonal 7 153 Cruzeiro 8 154 Braziliândia
 9 155 S. Secaстиão 10 156 Rec. Emas 11 157 Sta. Maria 12 158 R. Fundo 13 159 Candangolândia 14 160 Paranoá 15 161 Gama
 16 162 Taguatinga 17 163 Ceilândia 18 164 Samambaia 19 165 N. Bandeirante 20 166 Guará 21 167 Sobradinho 22 168 Planaltina

169. Onde fica o centro de Brasília, na sua opinião? _____

DADOS DE MEMÓRIA E MIGRAÇÃO (APENAS PARA QUEM NÃO É "NATIVO")⁵⁹⁶

170. Como foi seu primeiro ano vivido no Distrito Federal? 1 Bom 2 Razoável 3 Ruim

171. Quais eram as melhores coisas? _____

172. Quais eram as piores coisas? _____

173. Quais as coisas que você mais estranhou quando veio morar no DF? _____

174. Você gostava da cidade onde mora quando se mudou para lá? 1 Sim 2 Mais ou menos 3 Não

175. O que você MAIS GOSTAVA? _____

176. O que você MENOS GOSTAVA? _____

177. Você se sente brasileiro? 1 Sim 2 Mais ou menos 3 Não

178. Por que? _____

DADOS DE IDENTIDADE URBANA (PARA TODOS OS ENTREVISTADOS)

179. Hoje em dia você gosta da cidade onde MORA? 1 Sim 2 Mais ou menos 3 Não

180. O que você MAIS GOSTA? _____

181. O que você MENOS GOSTA? _____

182. Você gostaria de morar em outra cidade? 1 Sim 2 Não 3 Outros _____

183. Por que? _____

184. Quando você viaja, o que costuma estranhar nas outras cidades? _____

185. Qual o melhor lugar de Brasília, na sua opinião? _____

186. Por que? _____

⁵⁹⁶ Para os entrevistados que eram nascidos em Brasília as perguntas foram reformuladas de modo a coletarem dados sobre a infância e a adolescência na cidade.

Quadro 01 – Identificação geral dos entrevistados

Nome	Idade	Local de moradia	Local de nascimento	Moradia no DF ⁵⁹⁷	Nível de escolaridade	Formação superior	Atividade de trabalho	Data da entrevista	Local da entrevista
Marcelo	61 anos	Asa Norte	Rio de Janeiro/RJ	39 anos	Superior completo	Administração de empresas	Burocrata aposentado	06/11/2002	Residência
Cezar	62 anos	Lago Sul	Presidente Prudente/SP	35 anos	Mestrado	Engenharia mecânica	Tecnocrata	25/11/2002	Residência
Emiliano	38 anos	Asa Sul	Barretos/SP	19 anos ⁵⁹⁸	Superior completo	Música	Músico e professor	20/08/2002	Água Mineral
Fábio	26 anos	Asa Sul	João Pessoa/PB	2 meses	Mestrado	Ciência política	Professor de ensino superior	14/10/2002	Trabalho – Gama
Daniela	17 anos	Asa Norte	Porto Alegre/RS	10 anos	Superior incompleto	História (cursando)	Estudante	25/04/2002	UnB
José	34 anos	Recanto das Emas	Granja/CE	13 anos	Sem escolaridade	--	Vendedor de cocada	29/01/2002	Trabalho – rodoviária
Mara	37 anos	Guará	Colatina/ES	32 anos	Doutorado incompleto	Sociologia e História	Professora de ensino superior	04/10/2002	Residência
Rosa	39 anos	Sobradinho	Rio de Janeiro/RJ	28 anos	Superior incompleto	Comunicação Social (inconcluso)	Coordenadora de pesquisa	24/10/2002	Residência
André	28 anos	Asa Norte	Corumbá/MS	4 anos	Superior incompleto	Ciências Sociais (cursando)	Estudante	04/11/2002	UnB
Raul	23 anos	Asa Norte	Luanda/Angola	7 anos	Superior incompleto	Letras inglês (cursando)	Estudante	23/09/2002	UnCEUB
Raquel	54 anos	Lago Sul	Rio Claro/SP	30 anos	Superior	Bioquímica e farmácia	Aposentada	25/11/2002	Residência

⁵⁹⁷ Ano de referência para o tempo de moradia no DF é 2002, ano em que as entrevistas foram realizadas

⁵⁹⁸ O entrevistado chegou a Brasília em 1983, viveu cinco anos na cidade e mudou-se para Goiânia, onde passou 2 anos. Retornou a Brasília no ano de 1990. O dado constante na tabela refere-se à somatória dos anos contados a partir do primeiro ano de moradia em Brasília

Nome	Idade	Local de moradia	Local de nascimento	Moradia no DF ⁵⁹⁹	Nível de escolaridade	Formação superior	Atividade de trabalho	Data da entrevista	Local da entrevista
Camila	39 anos	Sobradinho	Vizem/PA	2 anos	Especialização	Ciências Sociais	Professora de ensino médio	13/12/2002	Trabalho - Sobradinho
Sérgio	38 anos	Guará	Brasília/DF	38 anos	Doutorado incompleto	Ciências Sociais	Burocrata	25/10/2002	UnB
Claudia	21 anos	Asa Sul	Brasília/DF	21 anos ⁶⁰⁰	Superior incompleto	História (cursando)	Estudante	29/07/2002	UnB
Paulo	30 anos	Lagoatunga	Brasília/DF	30 anos	Ensino médio	--	Combatente do Corpo de Bombeiros	20/07/2002	Água Mineral
Jorge	21 anos	Riacho Fundo	Brasília/DF	21 anos	Superior incompleto	Engenharia mecânica (cursando)	Estudante	29/07/2002	UnB

Fonte: entrevistas realizadas com moradores do Distrito Federal entre janeiro e dezembro de 2002.

⁵⁹⁹ Ano de referência para o tempo de moradia no DF é 2002, ano em que as entrevistas foram realizadas.

⁶⁰⁰ A entrevistada nasceu e se criou em Brasília, mas morou por dois anos na cidade de Roma, Itália. O dado constante na tabela refere-se à somatória dos anos contados a partir do ano de nascimento da entrevistada.

Quadro 02 – Regiões Administrativas do Distrito Federal, data de fundação do núcleo urbano, indicadores históricos e legislação de criação

Região Administrativa		Data de fundação do núcleo urbano		Breves indicadores históricos	Lei/Decreto de criação da Região	Administrativa
Nº	Nome		núcleo urbano			
I	Brasília	1960		Núcleo urbano construído para sediar a capital federal. Até 1994 agregava também as áreas atualmente pertencentes às RAS Lago Sul e Lago Norte	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	
II	Gama	1966		Núcleo urbano criado para acolher famílias removidas das vilas Planalto e Amatari, do setor de indústria de Taguatinga e de uma ocupação clandestina às margens da barragem do Paranoá	Lei 48/89 e Decreto 11.291/89	
III	Taguatinga	1958		Primeira cidade-satélite oficialmente fundada. Foi criada para abrigar inúmeras pequenas ocupações clandestinas que se formavam no DF em virtude da construção de Brasília	Lei 48/89 e Decreto 11.291/89	
IV	Brazlândia	--		Antigo município de Goiás, incorporado ao Distrito Federal	Lei 48/89 e Decreto 11.291/89	
V	Sobradinho	1960		Núcleo urbano criado para abrigar as populações removidas dos canteiros de obra da capital, os moradores da vila Amatari e os funcionários da NCVACAP, do Banco do Brasil e de alguns missionários que haviam sido transferidos do Rio de Janeiro	Lei 48/89 e Decreto 11.291/89	
VI	Planaltina	1859		Mais antiga cidade do DF, chama-se inicialmente Planalinsense. Região anteriormente habitada por criadores de gado e produtores agrícolas. É incorporada ao Distrito Federal em 1960	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	
VII	Paranoá	1957		Núcleo urbano originário do acampamento temporário de obra da barragem do Paranoá. Alguns dos antigos construtores da barragem permaneceram no local constituindo uma pequena vila que se expandiu posteriormente com a chegada de muitos migrantes	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	
VIII	Núcleo Bandeirante	1956		Antiga "Cidade Livre", o Núcleo Bandeirante surge em 1956 como centro de moradia e comércio para os operários que trabalhavam na construção de Brasília.	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	
IX	Ceilândia	1971		Núcleo originário do primeiro projeto de erradicação de invasões coordenado pela CEI – Comissão de Erradicação de Invasões, donde decorre seu nome. Serviu inicialmente à remoção das vilas IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Morro do Querosene	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	
X	Guará	1966		Núcleo criado para abrigar populações oriundas de ocupações informais, núcleos provisórios, além de funcionários públicos	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	
XI	Cruzeiro	1959		Núcleo criado para abrigar funcionários federais transferidos a partir do Rio de Janeiro	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	
XII	Samambaia	--		Antes de ser um núcleo propriamente urbano, Samambaia já existia como assentamento agrícola às margens do córrego Samambaia. A remoção de várias favelas do Distrito Federal para o núcleo de Samambaia terminou dando-lhe feição e estatuto de área urbana	Lei 49/89 e Decreto 11.291/89	

XIII	Santa Maria	1992	Inicialmente constituindo-se em uma área rural do Gama, Santa Maria adquire estatuto de zona urbana quando da transferência, em 1992, de famílias de baixa renda para lotes semi-urbanizados dispostos no local	Lei 348/92 e Decreto 14.604/93
XIV	São Sebastião	1993	Até 1993 São Sebastião representava uma agrovila pertencente à RA do Paranoá que abrigava comerciantes de areia, cerâmica e produtos de olaria. Sua transformação em área urbana deu-se em função da transferência dos moradores de inúmeras invasões de áreas públicas de todo o DF para a localidade.	Lei 467/93
XV	Recanto das Emas	1993	Núcleo urbano surgido para abrigar as populações removidas de favelas em todo o Distrito Federal, em especial aquelas localizadas na RA Brasília. Para assentar essas populações, o Governo distrital loteou parte das terras do Gama dando origem ao novo núcleo urbano.	Lei 510/93 e Decreto 15.046/93
XVI	Lago Sul	1959	Núcleo urbano surgido como parte da cidade de Brasília para abrigar os diretores da NOVACAP e, posteriormente, também os oficiais da Aeronáutica	Lei 643/94 e Decreto 15.515/94
XVII	Riacho Fundo	1993	A vila residencial da granja Riacho Fundo criada logo após a inauguração de Brasília constituiu a primeira povoação do local. Na década de 90, o Governo distrital, afim de controlar a proliferação de favelas e ocupações irregulares no município de Brasília, loteou a granja do Riacho Fundo transferindo para a mesma as populações removidas de várias invasões	Lei 620/93 e Decreto 15.514/94
XVIII	Lago Norte	1960	Núcleo habitacional surgido como extensão das áreas residenciais da cidade de Brasília, destinado a abrigar casas individuais e mansões	Lei 641/94 e Decreto 15.516/94
XIX	Candangolândia	1956	Núcleo urbano oriundo do primeiro acampamento oficial de Brasília, originalmente responsável por abrigar as famílias dos funcionários da NOVACAP durante o período de construção da capital	Lei 658/94 e Decreto 15.513/94

Fonte: CODEPLAN (1997)

Quadro 03 – Dados de Identificação das Regiões Administrativas do Distrito Federal

Nº	Região Administrativa	Distância Km ⁶⁰²	Área Km ²⁶⁰³	Habitantes ⁶⁰¹		Composição da área urbana: Bairros, setores, distritos, vilas etc ⁶⁰⁴ .
				Total	%	
I	Brasília	00	473.07	198 422	9.67	Asa Norte; Asa Sul; SMU; Vila Planalto
II	Gama	35	276.12	130 580	6.37	Setores: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central e de Indústria
III	Taguatinga	25	121.35	243 575	11.88	Setores: Norte, Sul, Central, Hoteleiro, Industrial e Gráfico; bairro Águas Claras ⁶⁰⁵
IV	Brazlândia	52	474.00	52 698	2.57	Setores: Tradicional, Norte e Sul; vila São José; bairro Veredas.
V	Sobradinho	25	569.40	128 789	6.28	Setores: Administrativo, Hoteleiro, Comercial, Central, Industrial ⁶⁰⁶
VI	Planaltina	42	1 573.20	147 114	7.17	Setores: Administrativo, Educação, Oficinas e Indústrias, Residencial Leste, Tradicional; vilas: Burtis e Vicentina; Vale do Amanhecer
VII	Paranóó	35	851.92	54 902	2.68	Quadras residenciais; áreas especiais; feira livre; área de clubes.
VIII	Núcleo Bandeirante	15	82.42	36 472	1.78	Setores: de mansões Park Way, Industrial, de clubes; vilas: Metropolitana e Nova Divinêia.
IX	Ceilândia	33	232.00	344 039	16.77	Quadras: QNM, QNN, QNO, QNP, QNQ; setores: industrial, de material de construção; expansão do Setor O.
X	Guará	11/12	45.70	115 385	5.62	Setores: SIA, STRC, SOFS de Inflamáveis; Guarã I e II, Quadras Econômicas Lucio Costa.
XI	Cruzeiro	6/7	9.00	63 883	3.11	Cruzeiro Velho; Cruzeiro Novo; Área Octogonal; Setor Sudoeste.
XII	Samambaia	35	106.00	164 319	8.01	Setores: Norte, Sul e de Mansões Leste.
XIII	Santa Maria	36	211.25	98 679	4.81	Sem informação
XIV	São Sebastião	30	383.18	64 322	3.14	Agrovia; Setor Residencial Oeste; Vila Nova; Área especial

⁶⁰¹ Fonte: IBGE (2002 - Censo).

⁶⁰² Distância média entre a área central de cada RA e a rodoviária do Plano Piloto - "marco zero" de Brasília. Fonte: CODEPLAN (1997).

⁶⁰³ Fonte: CODEPLAN (1997). Há discrepância de dados entre a fonte consultada e o Censo 2000 (IBGE, 2002) a respeito da área total do Distrito Federal.

⁶⁰⁴ Fontes: CODEPLAN (1997); <http://www.ceilandia.df.gov.br/ceilandia.htm>

⁶⁰⁵ Nenhuma das fontes de pesquisa apontou a ocupação da "Estrutural" e o loteamento Vicente Pires como pertencentes à RA III - Taguatinga.

⁶⁰⁶ Nenhuma das fontes de pesquisa mencionou o pertencimento dos diversos condomínios privados à RA V - Sobradinho.

XV	Recanto das Fimas	30	101,48	93 287	4,55	Sem informação
XVI	Lago Sul	30	190,24	28 137	1,37	Setores: SHIS, SMUDB, de Estaleiros; Aeroporto; BAB; Campo Experimental Água Limpa da UnB ⁶⁰⁷ .
XVII	Riacho Fundo	20	54,53	41 404	2,02	Sem informação
XVIII	Lago Norte	20	57,49	29 505	1,44	Setores: SHIN, SMI ⁶⁰⁸ ; Varjão; Área Comercial ⁶⁰⁸
XIX	Candangolândia	13	6,65	15 634	0,76	Núcleo habitacional; Jardim Zoológico
DF	Distrito Federal	--	5 819 ⁶⁰⁹	2 051 146	100,00	Todas as 19 RAs

⁶⁰⁷ Nenhuma das fontes de pesquisa mencionou o pertencimento dos diversos condomínios privados à RA XVII – Lago Sul.

⁶⁰⁸ Nenhuma das fontes de pesquisa mencionou o pertencimento dos diversos condomínios privados à RA XVIII – Lago Norte.

⁶⁰⁹ Essa área corresponde ao somatório das áreas de cada RA. Fonte: CODEPLAN (1997).

Quadro 07 - Moradores em domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio - Brasil, Brasil urbano, Mesorregiões; Microrregiões e Subdistritos do Distrito Federal

		Moradores em domicílios particulares permanentes											
		Classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio (salário mínimo) (*)											
Brasil, Brasil urbano, Mesorregiões, Microrregiões e Subdistritos do Distrito Federal	Total	Até 1		Mais de 2 a 5		Mais de 5 a 10		Mais de 10 a 20		Mais de 20		Sem rendimento (2)	
		Brasil											
Total.....	168 370 893	41 911 431	33 269 900	40 705 351	21 144 080	9 342 117	5 455 197	16 542 817					
Percentual.....	100,00	24,89	19,76	24,18	12,56	5,55	3,24	9,83					
		Brasil-Urbano											
Total.....	137 015 685	27 199 243	262 483 01	36 755 561	19 955 101 8	8 949 802	5 275 650	12 636 110					
Percentual.....	100,00	19,85	19,16	26,83	14,56	6,53	3,85	9,22					
		Distrito Federal											
Total.....	2 035 224	203 248	346 174	483 531	370 471	256 604	227 264	147 932					
Percentual.....	100	9,99	17,01	23,76	18,20	12,61	11,17	7,27					
		Município de Brasília											
Total.....	2 035 224	203 248	346 174	483 531	370 471	256 604	227 264	147 932					
Percentual.....	100	9,99	17,01	23,76	18,20	12,61	11,17	7,27					
		Cidade de Brasília											
Total.....	314 733	4 278	8 376	20 507	47 543	80 705	146 122	7 202					
Percentual.....	100,00	1,36	2,66	6,52	15,11	25,64	46,43	2,29					
		Brasília											
Total.....	194 717	2 178	4 234	12 496	29 582	54 972	87 498	3 757					
Percentual.....	100,00	1,12	2,17	6,42	15,19	28,23	44,94	1,93					
		Cruzeiro											
Total.....	63 609	350	1 174	5 075	15 330	18 392	21 756	1 532					
Percentual.....	100,00	0,55	1,85	7,98	24,10	28,91	34,20	2,41					
		Lago Norte											
Total.....	28 954	1 634	2 570	2 217	1 382	3 532	16 174	1 445					
Percentual.....	100,00	5,64	8,88	7,66	4,77	12,20	55,86	4,99					

Lago Sul.....	27.453	116	398	719	1.249	3.809	20.694	468
Percentual.....	100,00	0,42	1,45	2,62	4,55	13,87	75,38	1,70
Cidades-satélites								
Total.....	1665728	188760	321183	450082	318674	174324	79820	132885
Percentual.....	100,00	11,33	19,28	27,02	19,13	10,47	4,79	7,98
Brazlândia.....	52.539	9.882	12.409	13.340	7.713	3.025	882	5.288
Percentual.....	100,00	18,81	23,62	25,39	14,68	5,76	1,68	10,06
Candangolândia.....	15.559	1.173	2.261	4.470	4.029	2.120	641	866
Percentual.....	100,00	7,54	14,53	28,73	25,89	13,63	4,12	5,56
Collândia.....	343.258	36.884	68.525	113.958	67.646	20.409	4.132	31.704
Percentual.....	100,00	10,75	19,96	33,20	19,71	5,95	1,20	9,24
Gama.....	129.524	15.011	21.394	35.526	30.249	14.508	4.286	8.550
Percentual.....	100,00	11,59	16,52	27,43	23,35	11,20	3,31	6,60
Guará.....	114.292	7.470	9.916	17.271	28.470	28.633	17.584	4.948
Percentual.....	100,00	6,54	8,68	15,11	24,91	25,05	15,39	4,33
Núcleo Bandeirante.....	35.988	1.705	4.219	5.856	7.520	7.801	7.752	1.135
Percentual.....	100,00	4,74	11,72	16,27	20,90	21,68	21,54	3,15
Paranoá.....	54.763	10.210	16.615	12.942	4.254	1.575	1.322	7.845
Percentual.....	100,00	18,64	30,34	23,63	7,77	2,88	2,41	14,33
Planaltina.....	146.514	23.953	37.474	39.042	19.881	7.318	2.008	16.838
Percentual.....	100,00	16,35	25,58	26,65	13,57	4,99	1,37	11,49
Recanto das Emas.....	92.973	14.844	25.336	27.998	9.647	1.836	352	12.960
Percentual.....	100,00	15,97	27,25	30,11	10,38	1,97	0,38	13,94
Riacho Fundo.....	41.182	4.574	8.504	12.399	8.397	3.325	922	3.061
Percentual.....	100,00	11,11	20,65	30,11	20,39	8,07	2,24	7,43
Samambaia.....	163.751	24.420	43.370	52.643	25.540	7.580	1.436	8.762
Percentual.....	100,00	14,91	26,49	32,15	15,60	4,63	0,88	5,35
Santa Maria.....	98.446	13.718	25.181	29.468	14.119	3.975	843	11.142
Percentual.....	100,00	13,93	25,58	29,93	14,34	4,04	0,86	11,32
Sao Sebastiao.....	61.793	7.973	16.706	17.625	6.926	3.385	3.176	6.002
Percentual.....	100,00	12,90	27,04	28,52	11,21	5,48	5,14	9,71

Sobradinho.....	127 918	13 046	20 473	28 450	26 358
Percentual	100,00	10,20	16,00	22,24	20,61
Taguatinga.....	241 991	14 107	25 415	52 036	62 179
Percentual	100,00	5,83	10,50	21,50	25,69

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

(*) Salário mínimo utilizado R\$ 151,00 (3) Inclusive os domicílios cuja pessoa responsável recebia somente em benefícios

19 840	11 192	8 559
15,51	8,75	6,69
50 569	24 614	13 071
20,90	10,17	5,40

Quadro 09 - Valor do rendimento nominal medio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicilios particulares permanentes, segundo as Mesorregiões, as Microrregiões, os Municípios, os Distritos, os Subdistritos e os Bairros - Distrito Federal

Mesorregiões, Microrregiões, Municípios, Distritos, Subdistritos e Bairros	Valor do rendimento nominal medio mensal das pessoas com rendimento responsáveis pelos domicilios particulares permanentes (R\$)
Total.....	1 498,71
Distrito Federal	
Total.....	1 498,71
Município de Brasília	
Total.....	1 498,71
Cidade de Brasília	
Total.....	4 709,48
Brasília.....	3 631,59
Cruzeiro.....	3 132,44
Lago Norte.....	4 659,97
Lago Sul.....	7 413,93
Cidades satélites	
Total.....	965,56
Brazlândia.....	655,85
Candangolândia.....	1 002,36
Ceilândia.....	676,06
Gama.....	900,93
Guara.....	1 799,89
Núcleo Bandeirante.....	2 100,50
Paranoá.....	647,06
Planaltina.....	618,45
Recanto das Emas.....	480,19
Riacho Fundo.....	786,16
Samambaia.....	575,30
Santa Maria.....	587,44
São Sebastião.....	895,32
Sobradinho.....	1 275,27
Taguatinga.....	1 482,63

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

Quadro 10 – Primeiras imagens associadas aos termos “cidade”, “cidade pequena”, “cidade grande” e “Brasília” pelos entrevistados

Entrevistado	Local de moradia	Local de nascimento	Moradia no DF	Cidade	Cidade pequena	Cidade grande	Brasília
Raul	Asa Norte	Luanda/Angola	7 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Arranha-céus 2. Brasília 3. Indústria 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Música country 2. Amparo-SP⁶¹⁰ 3. Casas uma ao lado da outra 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pontes de Nova Iorque 2. Poluição 3. Negócios 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Avião (Plano Piloto) 2. Amigos 3. Diversão
Mara	Guará	Colatina/ES	32 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sua cidade natal: Vitória-ES e suas praias⁶¹¹ 2. Uma cidade: futura local onde quer envelhecer⁶¹² 3. Não pensa em Brasília 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Interior 2. Relações próximas 3. Tradição 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Trânsito 2. Violência 3. Edifícios 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Grama 2. Prédios iguais 3. Cercado
Emiliano	Asa Sul	Barretos/SP	19 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Brasília 2. Liberdade 3. Espaço 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sua cidade natal: Barretos-SP e seu calor⁶¹³ 2. Falta de opção 3. Falta de estudo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agitação 2. Concertos de música⁶¹⁴ 3. Insegurança 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Liberdade 2. Estudo 3. Curtição

⁶¹⁰ Essa é a única cidade pequena que o entrevistado conheceu com alguma profundidade no Brasil, sendo a imagem principal que orienta seu imaginário a respeito de “cidade pequena”.

⁶¹¹ A despeito da entrevistada ser nascida em Colatina-ES, em seu imaginário sua cidade natal é Vitória, pois é nessa cidade onde vive grande parte de seus familiares, sendo um local com o qual a entrevistada teve maior contato por toda a vida do que a cidade onde nasceu.

⁶¹² A entrevistada sonha em envelhecer em alguma cidade que não seja Brasília, uma cidade, de preferência, no litoral.

⁶¹³ O entrevistado é nascido e criado em Barretos-SP e diz que sempre que pensa em “cidade pequena” pensa em sua cidade natal e no calor que constantemente faz na região.

⁶¹⁴ O entrevistado é músico profissional – graduado em música, professor de música e instrumentista de orquestra – por isso afirma que a imagem da existência de “concertos de música” lhe marca mais do que outras coisas na cidade grande.

Entrevistado	Local de moradia	Local de nascimento	Moradia no DF	Cidade	Cidade pequena	Cidade grande	Brasília
Cláudia	Asa Sul	Brasília/DF	21 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prédios 2. Ruas asfaltadas 3. Brasília 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cidade do interior da Paraíba onde vivem seus parentes⁶¹⁵ 2. Igreja no centro da cidade 3. Pessoas que se conhecem (menos individualismo) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mais individualidade 2. Mais trânsito 3. Correria 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Meio termo entre a cidade grande e a cidade pequena⁶¹⁶ 2. Planalto: céu e concreto 3. Paz, felicidade: "minha casa"
Jorge	Riacho Fundo	Brasília/DF	21 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aglutinação de pessoas 2. Moradia 3. Trabalho 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pouca população 2. Maior interação entre as pessoas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caos urbano 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Outra realidade comparada com o Brasil 2. Policiamento de idéias 3. Centro do poder
Daniela	Asa Norte	Porto Alegre/RS	10 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pessoas 2. Prédios grandes 3. Carros 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Praça 2. Igreja 3. Pessoas sorrindo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Céu cinza 2. Pessoas correndo 3. Multidão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Céu azul 2. Quadras arborizadas 3. Ônibus "Grande circular"⁶¹⁷

⁶¹⁵ A cidade onde vivem os familiares da entrevistada orienta todo o conjunto de imagens que a mesma associa à "cidade pequena": "Aquele cidade – à qual a entrevistada não nomeia – possui uma igreja central, ruas de paralelepípedos e pessoas que a conhecem por conhecerem seus familiares.

⁶¹⁶ O meio termo entre a "cidade grande" e a "cidade pequena" que existe em Brasília, segundo a entrevistada, é identificado na existência de uma constante correria das pessoas para ir ao trabalho, às compras etc. e, por outro lado, na existência de um contato interpessoal mais próximo, dado ao fato de as pessoas conhecerem-se umas às outras. "Brasília é aquela coisa que tem, aquela coisa da sua quadra, de ser aquela coisa de você saber mais ou menos assim quem são as pessoas (...). Mas tem também aquela coisa de correria, de pico, de tráfego, de gente correndo pra trabalhar, de comércio intenso".

⁶¹⁷ A entrevistada diz andar muito na linha "Grande circular" de ônibus urbano que circula no Plano Piloto e, por isso – principalmente pelos transtornos que, segundo ela, os passageiros têm que passar naquela linha –, essa é uma imagem que não lhe sai da cabeça quando pensa em "Brasília".

Entrevistado	Local de moradia	Local de nascimento	Moradia no DF	Cidade	Cidade pequena	Cidade grande	Brasília
Paulo	Taguatinga Norte	Brasília/DF	30 anos	1. Coisa grande 2. Muita gente	1. Lugar pacato 2. Poucas pessoas na rua 3. Pessoas idosas nos bancos das ruas	1. São Paulo 2. Correria de pedestres todos atrasados 3. Multidão, formigueiro humano	1. Lugar tranquilo ⁶¹⁸ 2. Muita opção de lazer
José	Recanto das Emas	Granja/CE	13 anos	1. Lugar onde mora muita gente	1. Poucas pessoas	1. Capital 2. Cidade onde mora muita gente ⁶¹⁹	1. Muito importante 2. Fonte da sabedoria do país 3. Raiz de tudo do Brasil
Fábio	Asa Sul	João Pessoa/PB	2 meses	1. Socialização 2. Criatividade 3. Segregação	1. Cidade onde vive sua família: Pombal-PB 2. Tranquilidade 3. Relações mais pessoais	1. Impessoalidade 2. Correria 3. Caos, violência, desorganização	1. Mais organização 2. Misto de oportunidades profissionais, culturais, mercado e lazer 3. Um pouco mais de educação
Rosa	Sobradinho	Rio de Janeiro/RJ	28 anos	1. Movimento 2. Trânsito 3. Gente	1. Vizinhaça 2. Praça 3. Igreja	1. Engarrafamento 2. Barulho 3. Assalto	1. Céu 2. Grandes espaços 3. Tranquilidade
Sérgio	Guará	Brasília/DF	38 anos	1. Espaço para se viver 2. Gente 3. Vida, lazer, liberdade	1. Turismo 2. Tranquilidade, calma 3. Controle	1. Individualismo 2. Estresse 3. Vida completa, cultura	1. Individualismo 2. Consumismo 3. Apartação

⁶¹⁸ O entrevistado afirma que atualmente Brasília não é mais um lugar tranquilo, principalmente onde ele mora – em Taguatinga –, mas diz que a imagem que tem de Brasília (imagem relativa a todo o Distrito Federal) ainda é presa ao seu passado, ao tempo de sua infância, quando podia brincar livremente sem temer a violência

⁶¹⁹ Segundo o entrevistado, toda cidade onde mora muita gente é uma capital. Assim sendo, há cidades que nunca viram capital por terem pouca gente

Entrevistado	Local de moradia	Local de nascimento	Moradia no DF	Cidade	Cidade pequena	Cidade grande	Brasília
André	Asa Norte	Corumbá/MS	4 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Centro 2. Movimento 3. Deslocamento 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Acolhimento 2. Conforto 3. Simplicidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Loucura 2. Anonimato 3. Possibilidades em geral 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Poder 2. Prepotência 3. Arrendimento
Marcelo	Asa Norte	Rio de Janeiro/RJ	39 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. População 2. Edificações 3. Traçado urbano 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Praça 2. Vida tranquila 3. Tempo pra conversar 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Multidão 2. Poluição 3. Insegurança 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tranquilidade 2. Beleza arquitetônica 3. Facilidade de locomoção
Cezar	Lago Sul	Presidente Prudente/SP	35 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Multidão 2. Ecletismo 3. Individualismo 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Regionalismo 2. Vida calma 3. Fraternidade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Agitação 2. Insegurança 3. Barulho 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Espiritualidade⁶²⁰ 2. Inovação 3. Diferente
Raquel	Lago Sul	Rio Claro/SP	30 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cidade limpa 2. Vida 3. Liberdade 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proteção 2. Movimento 3. Sossego 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Poluição 2. Comércio 3. Multidão 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Paz 2. Desafio 3. Determinação
Camila	Sobradinho	Vizcu/PA	2 anos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Coletivo 2. Progresso 3. Regras escritas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mais perspectivas aos grupos primários, como família, igreja, escola 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Anonimato de gente correndo o tempo todo para todo lugar, em uma busca insaciável não se sabe do quê 2. Espaço de decisões 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Diferente do Brasil 2. Espaço de decisões

⁶²⁰ O entrevistado é espiritualista e entende que Brasília é uma cidade que se caracteriza, dentre outras coisas, por ser um importante centro energético mundial e por favorecer o desenvolvimento espiritual das pessoas

Projeto de Ordenamento e Estruturação Turística de Brasília – Projeto Orla

Em 1995, o chamado Projeto Orla, que previa, na versão de 1992, a implantação de 10 polos de atividades foi atualizado

passando a ser composto por 11 polos e 1 calçadão, denominado alameda, que os interligam. Nestes polos localizam-se diversas atividades, que vão de hospedagem as culturais, passando pelo comercio e pelo lazer. Em cada polo, permite-se o maximo possivel de atividades complementares, possibilitando maior dinâmica e variedade na sua utilização, que devera sempre ser diurna e noturna. Quatro sistemas de circulação ligarão os polos. A propria alameda para pedestres, uma ciclovia, um veiculo de baixa velocidade circulando paralelamente ao calçadão e, para os polos a beira lago, marinas públicas e pequenos atracadouros para barcos⁶²¹

Os onze polos constituem-se da seguinte forma:

Pólo 1 – Pontão do Lago Norte – Projeto urbanístico aprovado pelo Decreto nº 18 359/97. Este pólo situa-se ao lado do Clube do Congresso.

Foi prevista, para ali, a localização de uma marina pública, uma escola de vela, pequenos centros comerciais e áreas para cultura, esporte, lazer e recreação infantil. Este polo foi criado para constituir-se no maior centro de lazer da comunidade do Lago Norte, estimada em aproximadamente 15 000 habitantes⁶²².

Pólo 2 – Complexo da Enseada – Projeto Urbanístico aprovado pelo Decreto nº 18 359/97, mas sua viabilização depende de negociação com o Clube da Aeronautica. Este polo localiza-se entre o Clube Almirante Alexandrino e o Clube da Aeronautica.

Localizam-se neste polo áreas destinadas à construção de quatro hotéis ou apart-hotéis, bem como áreas para restaurantes, bares, quiosques, feiras de antiguidades e artesanatos, marinas e ancoradouros⁶²³.

Pólo 3 – Complexo Brasília Palace – Projeto urbanístico aprovado pela lei nº 1290/96 este polo localiza-se entre o Clube da Imprensa e a área livre próxima ao Palácio da Alvorada, denominada Bosque dos Leões.

⁶²¹ FONSECA, 2001, p. 224/225.

⁶²² FONSECA, 2001, p. 225.

⁶²³ FONSECA, 2001, p. 225.

Incorpora o setor de Hotéis de Turismo e a área destinada a recreação pública. (...) Possui lotes para quatro hotéis, entre os quais o Brasília Palace, tombado pelo Patrimônio histórico. Caracteriza-se também como polo cultural, onde já existe o museu de Arte de Brasília e a Concha Acústica que, associados ao futuro Pavilhão de Bienal da Arte, constituirão a Praça das Artes. Ainda serão instalados pontos para comércio, bares, restaurantes, cinemas e marinas⁶²⁴

Pólo 4 – Parque do Cerrado – Localizado ao lado da Lagoa do Jaburu, foi pensado para abrigar o museu do cerrado

Pólo 5 – Marina do Paranoá – Situa-se entre o Clube das Nações e a Academia de Tênis. Destina-se à atividade hoteleira, completada por marina pública, bares, restaurantes e comércio de pequeno porte⁶²⁵

Pólo 6 – Centro de Lazer Beira Lago – Situa-se junto ao acesso da 3ª ponte do Lago Sul

Destina-se a criação de um centro comercial e de diversões, onde poderão ser instalados bares, restaurantes, lojas de conveniência, espaços para arte e cultura, além de uma marina pública⁶²⁶

Pólo 7 – Parque Tecnológico – Aprovado pelo Decreto nº 19.786-98. Destina-se a abrigar o museu de Ciência e Tecnologia, estando previstas áreas para exposições e conferências, além de comércio relacionado ao tema ciência e tecnologia.

Pólo 8 – Centro Internacional – Área equidistante aos setores de Embaixadas Sul e Norte, destinado a Organismos Internacionais. Projeto urbanístico aprovado pelo Decreto nº 19.786-98.

Pólo 9 – Parque Aquático

Polo de Atração Náutica rico em atividades de lazer. (...) O espaço comportaria a implantação de uma pequena marina, assim como comércio

⁶²⁴ FONSECA, 2001, p. 225

⁶²⁵ FONSECA, 2001, p. 225

⁶²⁶ FONSECA, 2001, p. 225

ligado a atividade náutica, bem como bares e restaurantes. Este polo foi inviabilizado em função de indisponibilidade de área¹²⁷

Pólo 10 – Praça das Nações – Destinado

a construção de pequenos pavilhões para mostras de cultura e história dos diferentes países que têm representação diplomática em Brasília. A ideia básica seria a doação das áreas para que as diversas embaixadas construíssem seus pavilhões, de acordo com as modernas tendências arquitetônicas dos seus países. Este polo foi indeferido pelo Instituto de Planejamento Histórico, Artístico Nacional – IPHAN¹²⁸

Pólo 11 – Pontão do Lago Sul – Tendo projeto urbanístico aprovado pelo Decreto nº 17.532 de 18/07/96, este polo situa-se em uma área já

consagrada como área de lazer, onde foi prevista a implantação de restaurantes, bares, pequeno comércio, feiras de antiquários e artesanatos, equipamentos para esportes, assim como um atracadouro para barcos.

¹²⁷ FONSECA, 2001, p. 225

¹²⁸ FONSECA, 2001, p. 225-226

Braziliense

Brasília, quarta-feira, 23 de outubro de 2002.

Cidades⁶²⁹

cidade@correioweb.com.br

Violência

Tiros para dominar as ruas

Jovem baleado no estacionamento de shopping é mais uma vítima da rivalidade entre gangues. Grupo da Asa Norte não gostou da presença dos rivais do SMU no Plano Piloto.

Marcelo Rocha

Da equipe do Correio

José Varella

Pixação da GSM, conhecida como Galera do Setor Militar, no Cruzeiro Velho: polícia desconhecia atividade do grupo formado por jovens.

Uma tentativa de homicídio no domingo à noite revelou a existência de mais uma gangue de adolescentes no Distrito Federal. Até então, as atividades da Galera do Setor Militar (GSM) eram totalmente desconhecidas pela Polícia Civil e pela Promotoria da Infância e da Juventude do DF, mas há indícios que comprovam essa existência. O principal deles é a declaração de Moisés Nogueira Silva, o Gaguinho, 19 anos, preso na madrugada de segunda-feira, acusado de tentar matar o menor R.A.S., 16 anos, no estacionamento do Liberty Mall.

Em depoimento na 2ª Delegacia de Polícia (Asa Norte), Moisés afirmou que puxou o gatilho do revólver por causa de uma briga de “demarcação de território”. O quinhão em disputa é a Asa Norte, área que abriga a Ratos Noturnos da Seis (RNS), gangue com dez anos de existência e com base na quadra 306 Norte, onde residem sub-oficiais do Exército. Do outro lado do confronto, vinda também de uma área residencial militar – o Setor Militar Urbano (SMU) –, estava a GSM.

Invasão em festa

Segundo a delegada Eneida Orbage, titular da 2ªDP, outras testemunhas – colegas de Moisés e R. – reforçam a existência de uma rivalidade entre os grupos da Asa Norte e do SMU. “Todos eles admitiram que a confusão foi motivada pela disputa de território”,

⁶²⁹ Fonte: <http://noticias.correioweb.com.br/>

relatou a delegada. Integrantes de uma outra gangue, a Inferno Verde, do Gama, também estavam no local, mas não participaram da briga. Eles confirmaram a história à polícia.

Um dos integrantes da RNS, acrescentou Eneida Orbage, recebeu uma ligação telefônica avisando da “invasão” dos adversários durante festa de aniversário na boate Café Cancun naqueles domingo. Do outro lado da linha, alguém, que a polícia ainda não descobriu, avisou ao jovem que gente da GSM e da Inferno Verde estaria presente na boate.

O desentendimento começou no interior do Café Cancun. Depois, evoluiu para o estacionamento do shopping entre R. e um rival da RNS. Moisés buscou um revólver que deixara em um matagal nas proximidades e fez três disparos. R. foi atingido na altura da clavícula. Internado no Hospital de Base, ele não corre risco de vida.

Territórios marcados

A polícia ainda não conseguiu esclarecer como Moisés Filho arranhou o revólver para cometer o crime naquela noite. Ele alegou aos policiais que comprou de um desconhecido dias antes e que temia pela própria vida. Pelo telefone, os integrantes da Ratos Noturnos da Seis ficaram sabendo que dois grupos rivais – Galera do Setor Militar, do SMU, e Inferno Verde, do Gama – estariam na boate Café Cancun no domingo.

A promotora Selma Saeurbonn, da Promotoria da Infância e da Juventude do DF, acompanha de perto as atividades das gangues de adolescentes no DF. Ela desconhece as atividades do GSM. “A RSN é conhecida e existe há dez anos. Teve uma época de atividade intensa, mas os confrontos têm sido esporádicos ultimamente”, explicou. Responsável pela área do SMU, o delegado Luiz Adriano, titular da 3ªDP, também desconhecia o GSM.

A inscrição GSM em letras garrafais na parede de uma escola do Cruzeiro Velho, no entanto, é outra evidência da gangue de pichadores. No SMU, há muita especulação. A reportagem do Correio conversou com vários jovens entre 17 e 22 anos de idade e as opiniões estão bem divididas. Alguns dizem que o grupo existe e a rivalidade com a RNS é grande. “Acho que começou em uma festa junina no Clube do Exército”, arriscou um rapaz, de 17 anos.

Pichar paredes é uma forma de marcar territórios. Muitos desses grupos de pichadores brasileiros usam a internet para trocar ofensas, marcar reuniões e arrebanhar novos membros. O grupo Legião Unida pela Arte (LUA) tem dois sites no ar. O Grafiteiros Sem Lei (GLS) mantém uma página também. Os sites fazem apologia ao crime e, portanto, desrespeitam as leis internacionais de uso da rede mundial de informações.

TERRITORIO DIVIDIDO

Suspeita-se que as gangues do Plano Piló tenham ramificações em cidades como Ceilândia, Taguatinga, Guará e Cruzeiro

GSM
Galera do Setor Militar
Ainda não identificada pela Polícia Civil

Gangue da 12
Comanda a quadra **112 Norte**

RNS
Ratos Noturnos da Seis
Existe há 10 anos na **306 Norte**

A Grafiteiros Amantes do Jet (**GAJ**), aliada da **GSJ**, a Escaladores Noturnos do Grafite (**ENJ**), a Mulambos do Arrastão (**MDA**) e a Já Sumimos na Neblina (**JSN**) atuam na **Asa Sul**, mas ainda não têm territórios definidos

PKS
Primeiro Komando da Sul
Esse grupo comandaria as quadras **402 a 407 Sul**

Área neutra ou zona de disputa

GSJ
Grafiteiros Sem Janta
Rival do Primeiro Komando e apontada como uma das maiores, estaria à frente das quadras **410 a 416**

Fontes: Polícia Civil e Promotoria da Infância e da Juventude